# SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

## Construção, interfaces e perspectivas no Brasil

## Volume II

**Norma Valencio**
**(org)**

# Sociologia dos Desastres
## Construção, interfaces e perspectivas no Brasil

### Volume II

# Sociologia dos Desastres
## Construção, interfaces e perspectivas no Brasil

### Volume II

*Norma Valencio*
(*organizadora*)

2010

# Sumário

# Apresentação

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vem apresentar ao público o Volume II da coletânea *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*.

Desta feita, doze pesquisadores do NEPED, em catorze capítulos, apresentam suas contribuições inéditas para uma reflexão multidisciplinar sobre os desastres, assim como sobre os riscos subjacentes ao contexto socioambiental brasileiro, sempre em busca da aproximação com a perspectiva sociológica. Os referidos pesquisadores, além de procedentes da Sociologia, são oriundos de diferentes áreas do conhecimento, das Ciências Exatas às Ciências Humanas: Ciências da Engenharia Ambiental, Direito, Geografia, Psicologia, Economia, Ciência da Informação e outras. Indagam, através de diferentes abordagens e por diversos episódios: como um cotidiano repleto de saturação, alienação, destruição, desigualdade, violência e vulnerabilidade se perpetua e se naturaliza no Brasil? Respondem-no: porque tais condições são provocadas pela insistência de adoção de um modelo de desenvolvimento desatento aos valores da democracia e dos direitos do cidadão.

As contribuições ora trazidas, oriundas de resultados de diferentes pesquisas individuais e/ou coletivas, sob os auspícios de agências de fomento, como a FAPESP, a CAPES e o CNPq – embora, no mais das vezes, realizadas no uso dos parcos recursos próprios do pesquisador –, são fruto do esforço de autores que se encontram em diferentes estágios de formação: doutores, doutorandos, mestres mestrandos, graduados e graduandos em iniciação científica. São contribuições indicativas do quão vasta é a problemática dos desastres, tangenciada às dimensões macro e microssociais dos riscos, aos aspectos sociopolíticos e psicossociais.

Apesar disso, revelam quão pouco foi descortinada essa problemática no Brasil, requerendo um esforço vigoroso para enfrentar a desafiante realidade local. O passo que cada qual aqui oferece, portanto, não tem a pretensão de ser definitivo, mas uma modesta oferta de pontos de vista críticos e provisórios sobre o tema, intentando validar uma perspectiva humanizante sobre os desastres que desmancham as rotinas e os riscos que as agravam, a cada dia, neste país.

*A organizadora*

# Seção I

# Aspectos sociopolíticos dos desastres

Capítulo 1

# O guardador do portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil

*Norma Valencio*
*Arthur Valencio*

## Introdução

A mitologia grega conta com uma profusão de personagens obrigadas a praticar atos bravios, os quais, em última instância, revelariam o seu valor pessoal e diante dos deuses. Assim se deu com Hércules, o herói mitológico a quem foi solicitado por seu desafeto, o rei Euristeu, o cumprimento de doze tarefas em penitência a um crime involuntariamente cometido. Todas pareciam impossíveis, posto que exigissem um misto de força e agilidade descomunais. O intento de Euristeu era testemunhar o herói empenhado, porém, fracassando fragorosamente, sucumbindo na missão última de reencontrar sua dignidade apesar das agruras enfrentadas.

A despeito da torcida contra do rei, uma a uma, as tarefas por ele propostas foram executadas a contento: o estrangulamento do leão de Neméia; o enfrentamento da Hidra; a captura do javali de Erimanto; o domínio do touro de Creta; a subtração do cinto de Hipólita, dentre outras. Uma das últimas tarefas, no entanto, foi forjada para que o êxito de Hércules não fosse jamais logrado: tratava-se de enfrentar Cérbero, o cão de três cabeças, guardião do portal do inferno. Deveria Hércules arrastá-lo para junto de si, trazendo-o sob os ombros até a luz do dia, na presença do rei Euristeu. Se tal feito fosse realizado, o herói estaria livre para seguir sua jornada, com sua honra restituída. Porém, muitas eram as implicações da tarefa. O inferno não era um reles pardieiro, com almas perdidas e incorrigíveis, mas um cárcere mantido sob estrita vigilância, provendo o padecimento incomensurável a tais almas a fim de que, extenuadas e sob uma perene chuva gelada, não arremetessem incontroláveis sobre o mundo que as mantinha em cativeiro. Cérbero, como o guardião do portal de Hades, apresenta-se como o limiar entre as duas ordens, discriminando-as. Daí porque sua fúria ensandecida dirigia-se a quem ousasse transpor portal afora, devorando a vítima incontrolavelmente, enquanto apresentava o ardil de ser dócil a quem quisesse adentrá-lo. A brutalidade da força física de Cérbero, contendo ameaçadora e insubmissamente os suplicantes, sintetizava o Tempo em fúria, representado por suas três cabeças: o passado, o presente o futuro. Ocorre que nosso herói utilizou-se de um subterfúgio, o apoio de divindades, e obteve com isso o consentimento de Hades para levar consigo a fera e devolvê-la assim que saciasse a demanda do rei Euristeu.

Ao reportar ao mito de Cérbero, Jorge Luis Borges rememorou a interpretação dantesca, que antropomorfizou o canídeo, conferindo-lhe "*sua índole infernal: barba imunda e negra, mãos com grandes unhas, que desgarram, em meio à chuva, as almas dos réprobos*" (Borges, 2007: 52). De fato, no Canto VI da Divina Comédia, Dante Alighieri apresenta-nos Cérbero que, no terceiro círculo do inferno, latia para as almas encharcadas na lama podre e não tinham como protegerem-se das chicotadas da chuva dura.

Essa imagem dantesca não está distante da provação pela qual passam muitos dos brasileiros que penam sob a lama e vivenciam reiteradamente sua aflição sob as intempéries tal como se um cão atroz os mantivesse num cativeiro, com um sem número de penitências a cumprir e nenhum herói para abrandar a fera. Aprisionados a um destino funesto, esses e os que padecem pela falta d´água, tentam em vão decodificar a força por detrás do Tempo que lhes corrói a vida e eis que se deparam com o Estado agindo para incrementar a sua penúria. Encontram a sua voracidade ao invés de um leniente para a barbárie. O devorador incontido de almas é uma personagem que se ajusta bastante bem ao conteúdo de instituições públicas brasileiras, cujos agentes centram-se deslumbradamente nos privilégios dos cargos distanciando-se de produzir tempestivamente serviço útil para modificar a realidade dos que vivem em sofrimento recorrente devido os desastres. Ao contrário, por vezes se alimentam desse sofrimento para fortalecer seus interesses comezinhos.

A fim de caracterizar a extensão e intensidade do problema dos desastres no Brasil, vimos apresentar alguns elementos sociopolíticos que tanto indicam o processo de incremento da vulnerabilidade no plano nacional quanto seus matizes regionais e feições burocráticas.

## 1. O desastre como relação sociopolítica

Quando a grande imprensa focaliza a ocorrência de desastres, aqueles que a testemunham pela tela da TV, pela internet, rádio ou jornal podem ter a equivocada impressão que o pior já passou quando a notícia foi ultrapassada. Na verdade, no Brasil, grande parte dos desastres é desencadeada por processos sociais que se dão numa cronologia muito anterior ao impacto de fatores como vendavais, chuvas fortes ou secas e são mais extensivos e dolorosos para os afetados do que supõe os curiosos por notícias.

Para a Sociologia, desastres se configuram como fenômenos bastante particulares que guardam uma especificidade no tempo e no espaço (Quarantelli, 1998); entretanto, isso não impede que sejam analisados com base nos nexos sócio-históricos significativos que transcendem a tragédia local. No caso brasileiro, para além da distinção aparente entre municípios e número de ocorrências oficiais de secas e estiagens prolongadas a cada ano, há a semelhança social entre os grupos sociais mais severamente afetados em cada localidade como também no tipo penúria que lhes é infligido. Desastres também se revelam como acontecimentos disruptivos da dinâmica social (Quarantelli, 2005) de tal sorte que sua ocorrência não pode ser ignorada para os que se situam nesse con-

texto adverso; mas o viés de classe é nítido na intensidade e duração do sofrimento vivenciado. Para os mais pobres, a vivência do desastre exige uma rápida resignificação do *sistema de objetos* e do *sistema de ações* (cf. Santos, 1998) do espaço público e privado impactado, a fim de emergir soluções provisórias que reequacionem precariamente sua rotina. Dilaceramento da vida cotidiana e criatividade se imiscuem para dar cabo do processo de compreensão objetiva e subjetiva das perdas e danos havidos, mas também para permitir a restauração de um sentido maior à sobrevivência em meio aos escombros.

A via para o inferno, que são os desastres recorrentes, é pavimentada e bem sinalizada. Nela, muitos entram, mas poucos saem. Os sinais mais relevantes desta via são: (a) o patrimonialismo, que gera vícios incorrigíveis no uso personalista da máquina pública por elites políticas e econômicas, o que reverbera em distintas capacidades de se proteger dos fatores de ameaça ou de se recuperar de danos havidos; (b) a persistência das desigualdades sociais, que se reflete nos processos fundiários concentracionistas e no acesso diferenciado a condições construtivas e de infra-estrutura pública nos locais de moradia, sobretudo relacionadas à drenagem e ao saneamento; (c) a ausência de um marco de cidadania em torno dos direitos de acesso e uso da terra e da água, dispondo privilegiadamente esses recursos vitais para os setores mais capitalizados, ao ofertá-los na forma de mercadoria, o que inviabiliza a seriedade de um planejamento integrado nas bacias hidrográficas visando reduzir danos ao conjunto dos cidadãos em circunstâncias de chuvas intensas ou stress hídrico e (d) a inexpressiva organização política dos mais grupos mais seriamente afetados por desastres para exigir a garantia dos seus direitos fundamentais. Daí, ser evidente o caráter eminentemente sociopolítico por trás de cada desastre e na relação entre eles.

Quando um mesmo tipo de desastre, associado ao impacto de ameaças previsíveis e regulares, ocorre numa mesma localidade – seja um mesmo município, estado ou país –, há indícios que as instituições públicas voltadas para as emergências naquele espaço não funcionam com a devida *reflexividade* (cf. Giddens, 1991). Algo as leva a não induzir ou apoiar práticas de resiliência em conformidade tanto com a sua missão institucional quanto com as exigências das circunstâncias socioambientais. A ambigüidade relativa ao crescimento do aparato público em defesa civil e o sentimento minúsculo de proteção que o cidadão comum tem diante dos riscos que enfrenta se deve a dissociação reiterada das visões de mundo de ambos, hiato que não se resolve quando os órgãos solicitam mais verbas, mais equipamentos e funcionários (Valencio e Valencio, 2010).

A Política Nacional de Defesa Civil define desastre como sendo o "*resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais*" (Brasil, 2000: IV-A-1). Para o propósito que ora temos, qual seja, o de apresentar elementos sociopolíticos da dinâmica de ocorrência dos desastres no Brasil, nos últimos anos, é oportuno considerar que a definição supra, embora útil, suscita que as instituições integradas no Sistema Nacional

de Defesa Civil (SINDEC) promovam discursos e práticas simplificadoras em torno da realidade social complexa e multifacetada, afastando-as da possibilidade de refletir, planejar e agir em conformidade daquilo que espera e necessita o cidadão afetado ou receoso em sê-lo. O corolário do reducionismo interpretativo do conceito de desastre é a forma compartimentalizada como os instrumentos formais o caracterizam, capturando parcelas estanques deste acontecimento social. Logo, os fragmentos que porventura sejam mais evidenciados nos documentos oficiais municiam uma orientação enviesada em termos das providências que precisam ser tomadas, tão mais passível de distorção quanto mais longe o ente deliberativo estiver daquela realidade. Deste modo, objetos, cuja destruição ocorreu e que valham milhões de reais, pode ser o foco de priorização de providências do ente público ao invés da recuperação de outros de menor monta, porém mais significativos para a recomposição material e simbólica dos grupos socialmente mais vulneráveis.

Nem sempre há uma correspondência completa entre o acontecimento do desastre e aquilo que sobre ele manifesta o gestor local. O ponto de vista do gestor é, por assim dizer, levado à domesticação com base nas orientações que recebe de instâncias superiores para expressar, formalmente, o fenômeno ocorrido. Trata-se de uma convergência forçada que as instâncias superiores do SINDEC propõem às suas bases para representar o que é tido como o real a fim de que estas tenham as suas demandas devidamente consideradas. O amoldamento estrito do desastre a um problema de engenharia é o mais corrente, e aspectos relacionados à saúde pública, à assistência social e outros são secundarizados e, por vezes, somem de vista. O ajustamento da realidade ao discursivo simplificador, que anula muitos dos aspectos mais expressivos da ruptura da dinâmica social e, por vezes, da própria estrutura social local afetada, é uma questão sociológica relevante. Porém, são ainda mais críticos os problemas relacionados à consistência e transparência dos registros oficiais, o que torna o pouco que se possa saber, em termos processuais, ainda mais obscuro.

Em relação à consistência da informação oficial do SINDEC, os limitantes imediatos para uma análise integrada dos desastres são (a) o fracionamento dos dados, (b) a omissão de parte dos mesmos e (c) a incorreção no seu lançamento. Em relação à transparência, a crítica se refere a pouca acessibilidade à informação, o que impede o incremento do controle social sobre a narrativa oficial do desastre, o que já foi tratado por Valencio (2009a).

No que concerne ao fracionamento da informação oficial, isso é exercitado, dentre outros, no documento oficial da autoridade local que é dirigido à autoridade nacional para caracterizar detalhadamente o desastre, o formulário denominado AVADAN (Avaliação de Danos). Dentre as inúmeras restrições que o formulário supra apresenta destaca-se a natureza não relacional das variáveis referidas às dimensões humanas e materiais da destruição e danificação ocorridas. Em sua versão atual, o AVADAN não permite a identificação dos laços entre os afetados e sua correspondência com o sistema de objetos que foi destruído ou severamente danificado. Tão importante quanto discriminar os óbitos, feridos, desaparecidos e enfermos havidos, é relacionar essa afetação em laços de

parentesco e vizinhança, uma vez que denota a perda da rede psicossocial imediata de apoio aos sobreviventes, vindo a exigir um esforço mais acentuado de priorização de atendimento daquele grupo. A relação dos afetados entre si e desses com as moradias danificadas ou destruídas também deveria ser tratada como uma informação de crucial importância para o gestor nas providências intersetoriais e urgentes em atendimento ao grupo, uma vez que a perda da 'concha' protetora, que é a casa, indica riscos de vivência sistemática de violência simbólica tanto em virtude da supressão a revelia do universo privado quanto de exposição integral do grupo ao mundo público (por ex., em abrigos provisórios), aumentando a fragilidade emocional e social dos sobreviventes nessa condição sócio-espacial. Moradias de famílias empobrecidas ou em miserabilidade são as primeiras que desabam ou são arrastadas pelo impacto das chuvas e também as primeiras que precisam ser abandonadas circunstancialmente devido à ausência de provimento de água por secas e estiagens prolongadas.

Perda de áreas cultivadas, de animais de criação, de estoques e de infraestrutura, além da destruição de estabelecimentos industriais e comerciais e afins pode significar a perda de postos de trabalhos para famílias que sofreram simultaneamente os revezes da destruição ou abandono involuntário da moradia e a morte de familiares. Some-se o desabrigo e o desemprego ao luto; ou, ainda, ao luto pela perda do(a) chefe da família ou do(a) chefe do lar, e vê-se o quão grande pode ser o padecimento do afetado e o quão curto se torna o seu horizonte de possibilidades. A supressão súbita do conjunto de relações e de objetos que compõem a vida social, econômica e extra-econômica, induz a anomia dos indivíduos e famílias afetados; ou seja, para estes, esvazia-se o sentido de pertencimento à sociedade.

Família-moradia-trabalho compõe um trinômio fundamental da vida social, embora decomposto pelas políticas sociais. A fragmentação do drama da vida concreta em problemas setorizados permite que, a conta-gotas, alguns aspectos do mesmo sejam objetos de atenção e providências de frações do Estado; porém, as soluções apresentadas podem ser incompatíveis para a integralidade da vida do sujeito; e, ainda, aquilo que fica descoberto pode ser exatamente o que enfeixa todo o resto. Disso advém, por exemplo, a rejeição que desabrigados têm para se mudarem para bairros distantes do local original de moradia, devido o antagonismo da solução de moradia ofertada pelo Estado com suas necessidades de trabalho, os vínculos escolares para os filhos e outras. No desastre, não são casas o que, primeiramente, deve ser restaurado, mas a interlocução com os afetados para que esses traduzam em seus próprios termos o entendimento daquilo que concebem como reabilitação e reconstrução, o que o Plano de Trabalho, que acompanha o AVADAN, geralmente não espelha em seu mero foco em obras e na ligeireza com que é formulado para compor os requisitos obrigatórios que favorecem o acesso a recursos extraordinários. O foco dos desastres deveria ser precipuamente a escuta ao cidadão, o restabelecimento de sua dignidade e da motivação em continuar seguindo em frente, mas a temporalidade burocrática não condiz com a temporalidade da vida cotidiana.

Não é raro ouvir relatos da trajetória de vida de algumas dos milhares de pessoas em situação de rua no Brasil os quais apontam a vivência de enchentes como o nexo causal da perda de parentes e de bens móveis, irrecuperáveis, o que teria gerado o desfazimento da família e o contexto de perambulação mundo afora. Conforme veremos mais adiante, no capítulo 3 deste livro, o incremento do ambiente de intolerância para com as pessoas em situação de rua, no Brasil, leva a que o grupo seja vítima de práticas correntes de extermínio. O desatendimento nos mais afetados em desastres é apenas um aspecto desse extermínio homeopático. As falhas do Estado no desatendimento ou na precarização de atendimento aos desalojados e desabrigados, que inclui o desvio de donativos novos ou em bom estado e doações em dinheiro, é a demonstração derradeira de um histórico de distanciamento público das obrigações com os grupos socioeconômicos mais vulneráveis, sujeitados a sobreviver numa territorialização precária e para aquém do humano. Ademais, quando o ponto de vista de comunidades pobres, impactadas por desastres, não têm oportunidade de ser considerado no referente às medidas de reconstrução a serem adotadas, essas correm o risco de se tornarem dissonantes das necessidades locais. Em processos participativos, tanto a explicitação das causas maiores da vulnerabilidade do grupo poderia vir à tona quanto os esforços de reabilitação poderiam caminhar para consolidar a organização do grupo visando planejar estratégias de resiliência duradouras (Pomeroy, 2006); mas, a recorrência de práticas autoritárias de gestores públicos, no geral, e de agentes de defesa civil, em particular, impedem-no.

Um contra-exemplo da situação anômica a que muitos dos afetados por desastres são levados, é o caso dos desabrigados no desastre em Ilhota/SC, em novembro de 2008, sobretudo do grupo inserido no Complexo do Morro do Baú. Os vínculos de parentesco e vizinhança construíram, ao longo de três gerações, uma comunidade com expressivo nível de coesão interna. Na destruição extensiva do lugar – afetando moradias, áreas de trabalho e ceifando dezenas de vidas – a perda de parentes, de vizinhos e amigos desfez, de maneira abrupta, muitos dos papéis sociais que, rotineira e complementarmente, cada qual exercia. O desastre desintegrou o sistema de ações usuais, não mais desencadeadas em virtude da ausência do outro e da inviabilidade do espaço de realização das práticas cotidiana. Os sobreviventes, que perderam inúmeros familiares, tiveram que modificar substancialmente o seu projeto existencial. Em larga medida, tal projeto se assentou no ânimo para a organização do grupo visando o embate político, não aceitando passivamente os ditames das autoridades sobre o destino do grupo. As perdas humanas e materiais não suscitaram ao grupo aceitar a figuração de vitimização, a qual implicaria tornar incontestes as ações públicas de reabilitação e reconstrução. Ao contrário, as perdas e danos levaram o grupo a mobilizar-se em prol do aumento do controle coletivo sobre as deliberações oficiais que eram tomadas acerca de seu futuro. É de notar, entretanto, que na origem social e de classe, o grupo destoa da maioria dos desabrigados no país. Trata-se de uma classe média, majoritariamente de origem européia, pequenos produtores e proprietários, com um histórico de associativismo, de crença na

eficácia da lei e das instituições. Para a maioria dos desabrigados e desalojados, cuja origem social é diversa, composta por gente pobre, negra ou parda, trajetória migrante, sem sólidas comprovações documentais em torno da terra onde ergue sua moradia, a articulação política sofre maiores obstáculos na coesão do grupo e na busca de legitimação perante o interlocutor público, sobretudo no que concerne o reconhecimento dos seus direitos. O gestor local geralmente retruca: "*afinal, vocês que tanto pedem, nem são gente daqui...*". Vivemos num país de migrantes e as privações de toda a ordem são a razão da movimentação constante das pessoas no território nacional. No entanto, a origem migrante é um dos primeiros argumentos do gestor local para lançar mão de estratégias de expulsão definitiva dos *forasteiros* que lhes traz *aborrecimentos*, como assim são interpretados os direitos dos pobres afetados por desastres, sobretudo nas periferias urbanas das cidades médias e grandes.

Por fim, mas não menos importante, o decreto municipal de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP), seguido de portaria de reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Defesa Civil, é *per se* a síntese de um discurso oficial que, ao seu modo, atesta gradações de fracasso da capacidade institucional local na prevenção e preparação frente os fatores de ameaça bem como atesta limitações conjunturais ou estruturais para responder ao desastre e promover a reconstrução. Logo, o incremento do conjunto de atos administrativos que corresponde à ocorrência de desastre – quanto mais os relacionados a fatores ameaçantes freqüentes – é uma evidência de que o Estado tem déficits para atuar eficazmente na evitação de danos ao cidadão e denota a vulnerabilidade institucional do SINDEC para fazê-lo (Valencio e Valencio, 2010).

Os resultados da sistematização e análise das informações oficiais referentes os desastres ocorridos no Brasil os últimos anos é o que apresentamos a seguir.

## 2. A produção social dos desastres: a dimensão nacional do problema

Nos idos de 1988, já no contexto de redemocratização, a Constituição da República Federativa do Brasil explicitava ser de competência privativa da União legislar sobre defesa civil. No artigo 21, XVIII, da Carta Magna, lê-se, dentre as competências da União: "*planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações*". Passados vinte e dois anos, a ocorrência de desastres em geral, e dos relacionados à água, em particular, tomou proporções avassaladoras no país, indicando um descontrole público em torno do tema.

Para endossar a afirmação supra, os autores sistematizaram e geraram, em planilha Excel, 167.888 informações embasadas nas portarias de reconhecimento de SE e ECP dos últimos quinze semestres, a saber, de 01 de janeiro de 2003 a 30 de junho de 2010. A data do último acesso para fins de coleta foi 06 de julho de 2010, ocasião em que a data constante da última atualização feita pela SEDEC em sua base era 30 de junho de 2010.

As catorze variáveis analisadas foram:

a) o código do município no IBGE;
b) o nome do município;
c) a data de publicação da portaria de reconhecimento no DOU (Diário Oficial da União);
d) o nome do evento;
e) o código do evento no CODAR (Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos);
f) a caracterização do desastre em SE ou ECP;
g) a data de início da vigência da portaria;
h) a data de término da vigência da portaria;
i) o estado da federação ao qual pertence o município afetado;
j) a região do país a qual pertence o município afetado;
l) o ano base de lançamento da informação no site da SEDEC;
m) o número de dias de vigência da portaria;
n) o número da portaria do MI/SEDEC; e
o) o hiato de tempo entre a data de início da vigência da portaria e a publicação da portaria de reconhecimento no DOU.

Os autores identificaram quarenta e nove erros nos dados lançados no site da SEDEC: dez relacionados à data de publicação da portaria e/ou à data de início da vigência da portaria e trinta e nove relacionados à repetição de um mesmo item na base da referida Secretaria. Todos os casos verificados foram corrigidos pelos autores através de verificação das informações acerca das referidas portarias nas respectivas edições do DOU, disponíveis no site da Imprensa Nacional. A data de início da ocorrência do desastre é o parâmetro fundamental para a análise da evolução temporal de tais eventos no país.

Além da base supra, os autores elaboraram uma segunda base em planilha formato Excel, com 55.120 informações, referente ao período de 2007 a 2010, embasadas nos arquivos da SEDEC intitulados “Desastres notificados à SEDEC-MI”. Em relação a esta base, a data do último acesso para fins de coleta foi 06 de julho de 2010, ocasião em que a data constante da última atualização feita pela SEDEC em sua base era 1°de julho de 2010.

As variáveis coletadas, sistematizadas e analisadas foram:

a) o código do município no IBGE;
b) o nome do município;
c) o código do evento no CODAR;
d) a denominação do evento;
e) a data de entrada no CENAD;

f) o número de desalojados;
g) o número de desabrigados;
h) o número de mortos;
i) o número de afetados;
j) o número de residências danificadas;
k) o número de residências destruídas;
l) a data da ocorrência;
m) o estado da federação em que se insere o município;
n) a região em que se insere o município;
o) o ano base de lançamento da informação no site da SEDEC; e
p) o semestre e ano de acordo com a data da ocorrência.

Em relação à referida base, é mister destacar a existência de informações incompletas nos arquivos disponibilizados virtualmente pela SEDEC, tais como os relacionados aos códigos do município junto ao IBGE e nome do evento de que trata um dado conjunto de afetação. Informações porventura inconsistentes, dentro da própria padronização proposta pela SEDEC - como, por exemplo, o lançamento de "número de famílias" afetadas (n=2) na coluna voltada para a informação "número de indivíduos" ou o lançamento de um número seguido de barra (n=1) – foram descartadas para efeitos de cálculo.

Devido aos fatores supracitados e, ainda, às novas atualizações que a SEDEC realize em sua base, incluindo acréscimos de informações relacionados ao recorte temporal dessa pesquisa, os números que abaixo apresentados devem se tomado apenas em sua feição indicativa.

## 2.1 Evolução dos desastres

Do primeiro semestre de 2003 ao primeiro semestre de 2010, o conjunto de desastres reconhecidos pela União, na forma de portaria, soma o significativo número de 11.992 ocorrências. Tomando por parâmetro a existência de 5.565 municípios no território nacional, tal conjunto de ocorrências representa algo como se o Brasil tivesse sido 2,15 vezes totalmente envolvido em desastres.

A média de desastres no país, nos últimos 15 semestres (1° sem 2003 ao 1° sem 2010), é de 799,47 ocorrências ou 1.598,94 ocorrências/ano. Isso representa algo como se 28,73 % dos municípios brasileiros, pouco mais de um quarto do total, fossem passíveis, a cada ano, de sofrer destruição ou danificação severa na base territorial sob a sua jurisdição. Se tomarmos em conta os últimos sete anos completos em que há informação disponível (2003-2009) verifica-se a constância de um número superior a mil desastres reconhecidos anualmente (Quadro I).

**Quadro I** Número de portarias anuais.

| Ano | Número de portarias |
|---|---|
| 2003 | 1.682 |
| 2004 | 1.585 |
| 2005 | 1.848 |
| 2006 | 1.103 |
| 2007 | 1.739 |
| 2008 | 1.322 |
| 2009 | 2.274 |
| **Total** | **11.553** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI.

Das 11.992 portarias de reconhecimento de desastres, 11.560 são relacionadas de situação de emergência (96,40%) e 432 ao estado de calamidade pública (3,60%). Tendo em conta a data de início da vigência da portaria, observa-se que, no geral, os primeiros semestres de cada ano são os mais problemáticos em termos de ocorrências de desastres (Quadro II).

**Quadro II** Evolução semestral do número de portarias.

| Semestre | Número de portarias |
|---|---|
| 1º semestre de 2003 | 866 |
| 2º semestre de 2003 | 816 |
| 1º semestre de 2004 | 1.373 |
| 2º semestre de 2004 | 212 |
| 1º semestre de 2005 | 1.137 |
| 2º semestre de 2005 | 711 |
| 1º semestre de 2006 | 502 |
| 2º semestre de 2006 | 601 |
| 1º semestre de 2007 | 859 |
| 2º semestre de 2007 | 880 |
| 1º semestre de 2008 | 717 |
| 2º semestre de 2008 | 605 |
| 1º semestre de 2009 | 1.417 |
| 2º semestre de 2009 | 857 |
| 1º semestre de 2010 | 439 |
| **TOTAL** | **11.992** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI.

## 2.2 Os afetados

No período do 1° semestre de 2007 ao 1° semestre de 2010, segundo as informações da SEDEC, os desastres ocorridos no Brasil provocaram a afetação de 22.089.804 pessoas. Em 2007, foram 2.970.275 de afetados, chegando a 3.676.175, em 2008, num aumento de 23,77%. De 2008 para 2009, o crescimento do número de afetados foi de 43,87%. Já com os 10.154.385 afetados havidos no ano de 2010, frente aos 5.288.969 afetados do ano anterior, de 2009, o crescimento foi de 92,00%. Assim, a curva tem tido uma evolução francamente ascendente. Essa afetação ocorre tanto no que concerne ao mundo público quanto privado, com perdas e prejuízos no âmbito econômico e social, com diferentes gradações de intensidade (Quadros III e IV).

**Quadro III** Evolução do número de afetados em desastres, por semestre.

| Semestre | Número de afetados |
|---|---|
| 1º semestre de 2007 | 1.504.335 |
| 2º semestre de 2007 | 1.465.940 |
| 1º semestre de 2008 | 2.060.483 |
| 2º semestre de 2008 | 1.615.692 |
| 1º semestre de 2009 | 3.739.857 |
| 2º semestre de 2009 | 1.549.112 |
| 1º semestre de 2010 | 10.154.385 |
| **TOTAL** | **22.089.804** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI .

**Quadro IV** Evolução anual dos afetados em desastres (2003-2009).

| Ano | Número de afetados |
|---|---|
| 2007 | 2.970.275 |
| 2008 | 3.676.175 |
| 2009 | 5.288.969 |
| **Total** | **11.935.419** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI .

Dentre os afetados, os subgrupos de desalojados e desabrigados merecem especial atenção posto que ambos caracterizam-se por uma vulnerabilidade sócio-econômica precedente ao evento dito ‘desastre’, restringido demasiado as opções de acesso a uma territorialidade mais segura. A perda do lugar de moradia e, não raro, dos bens ali existentes, muitos dos quais instrumentalizam a realização do trabalho, demarca a elevação dos níveis de comprometimento de sua sobrevivência numa trajetória de vida já permanentemente árdua.

Conforme discorrido em Valencio e Valencio (2010), os desalojados constituem um subgrupo de afetados que conta com o suporte de uma rede privada de relações para obter o acolhimento provisório junto ao domicílio de parentes, vizinhos e amigos. Já os desabrigados são aqueles que não dispõem da referida rede ou é inviável acessá-la, seja porque os agentes a quem o indivíduo ou família iriam recorrer foram igualmente afetados ou residem em localidades distantes ou, ainda, vivam em situação estrutural ou pontual limitante e não podem prestar o auxílio devido. Ao longo do que é denominado tecnicamente de pós-desastre, quanto mais se protele providências de reconstrução, mais se assiste à transformação de desalojados em desabrigados e vice-versa. O desalojado torna-se desabrigado quando cessam as condições de acolhida privada, no geral, devido (a) à perda do ambiente de liberdade e intimidade do anfitrião ou (b) às limitações das condições materiais do anfitrião para dar continuidade ao apoio aos acolhidos.

A ambiguidade na condição de desabrigado ou de desalojado dá-se, sobretudo, quando o contexto de convivência e suprimento dos mínimos vitais no abrigo provisório se torna aquém do admissível aos valores, princípios e necessidades psicossociais e materiais do indivíduo ou da família, o que deflagra nova reivindicação, exitosa, junto ao Estado para obter o auxílio-moradia. Porém, as providências do Estado em prover auxílio-moradia para desabrigados ou desalojados nem sempre são bem sucedidas porque os imóveis alternativos para garantir a privacidade, ao valor monetário que é disponibilizado, podem ser raros na localidade ou igualmente estarem em áreas susceptíveis. E, ainda, a carência de muitos dos bens móveis necessários para prover a funcionalidade do lar, a distância em relação ao seu meio de convívio e a insuficiência ou suspensão do valor de auxílio-moradia fornecido pelo Estado podem trazer o grupo para a condição inicial de falta de abrigo adequado (Valencio, 2009b; Siena e Marchezini, 2010). Há, ainda, a situação usual na qual os desabrigados e desalojados, diante a imobilidade do ente público para reconstruir moradias, retornam aos terrenos interditados para ali refazerem parcamente seu teto visando à restituição de sua privacidade – fundamento da saúde psicossocial – e rearticularem seus meios de vida; e, por fim, há os que vivenciam o descaso absoluto dos gestores públicos, quando, então, a situação anômica fica mais evidente.

As mulheres, no geral, são relegadas ao segundo plano no processo de reconstrução pós-desastre. Esse é um momento de crise e, nesses, a mulher costuma ser silenciada (Krishinadas, 2007). Contudo, sendo a moradia um dos focos principais da reconstrução e o território privado o que, por excelência, exprime a atuação feminina, sua participação nos processos deliberativos não poderia sofrer discriminação (Krishinadas, 2007). Além de afastados do ambiente decisório, desabrigados e desalojados ficam à mercê da assistência que os entes nacionais, que naturalizaram as desigualdades sociais, estão dispostos a prestar. A racionalidade autoritária impeditiva da construção participativa das medidas de reabilitação e reconstrução, e que retira as mulheres do centro da discussão sobre as moradias afetadas, é a mesma que supõe altivez em recusar que os sobreviventes recebam auxílio de organizações estrangeiras e, ainda,

mantém-se impermeável à necessidade de revisão das práticas e valores de seus agentes. Sem adotar os princípios humanitários na execução da sua responsabilidade de proteger, o desastre é ocasião para tais agentes reforçarem suas práticas violadoras dos direitos humanos (Barber, 2009).

No ano de 2003, os desalojados somaram 92.345 pessoas e os desabrigados 35.380, totalizando 127.725 pessoas em vulnerabilidade extrema por decorrência de desastres (Brasil, 2007). Três anos após, em 2006, foram 70.655 desalojados e 61.365 desabrigados, num total de 132.020 pessoas (Brasil, 2007). No ano de 2009, os desalojados somaram 302.463 pessoas e os desabrigados 121.067, totalizando 423.530 pessoas. Observa-se que, no comparativo dos anos de 2003 e 2006, o crescimento do contingente em vulnerabilidade extrema pós-desastre foi de 3,36 % e, no comparativo dos anos de 2006 e 2009, o crescimento foi de 220,81%. As informações ora disponíveis sobre o número de desabrigados e desalojados referente ao 1° semestre de 2010 (que tendem a ser ajustadas para um número maior conforme a SEDEC lançálas no sistema) reportam a existência de 65.525 desabrigados e 161.270 desalojados, ou seja, 226.795 pessoas levadas à vulnerabilidade extrema em decorrência de desastre. É preciso atentar para as dimensões de classe e étnico-raciais que caracterizam esse grupo em vulnerabilidade extrema. Tal como ponderou Woods (2009) em relação ao grupo mais duramente afetado pelo furacão Katrina, em New Orleans, houve anos de negligência do poder público para com o direito de morar dos afro-americanos e, sendo estes os que mais sofreram durante o desastre, foram também os mais visados nas deliberações oficiais sobre moradias a serem demolidas, discriminados pela vizinhança que tinha condições de retomar sua rotina e induzidos a migrar, caracterizando a prática de racismo em violação à Constituição americana.

Por fim, há as mortes decorrentes de desastres, o que deve ser considerado como algo além de meras estatísticas. A simples existência de óbitos pressupõe falhas graves do Estado em torno das práticas ou omissões de suas frações institucionais incumbidas de proteger o cidadão, particularmente da defesa civil, cuja missão é resguardar a incolumidade da vida em contexto de desastre. Os mortos são os que melhor dispõem do testemunho da indiferença, incapacidade, equívocos e má vontade contidos nas providências de coordenação do cenário arrasado (Valencio, 2009a).

Embora a relevância dessa informação – foram 141 mortos no ano de 2010, segundo a SEDEC –, pouca atenção é dada pelo SINDEC para consisti-la e publicizá-la visando permitir ao público acompanhar a evolução dos óbitos ao longo dos últimos anos e, assim, torná-la um indicador de que as circunstâncias em que tais óbitos ocorrem estão sendo o foco do compromisso público com o melhoramento das práticas de seus órgãos constituintes. De todas, essa é a perda mais irreparável, conforme o pronunciamento do prefeito municipal de Ilhota, Ademar Felisky, na Câmara dos Deputados, em 24 de novembro de 2009:

> *Exatamente hoje faz 1 ano da maior tragédia climática que assolou não somente a cidade de Ilhota mas também todo o Vale do Itajaí (...) Porém, jamais va-*

> *mos recuperar o nosso bem maior: das 135 pessoas vitimadas por essa catástrofe, que tiveram a sua vida ceifada, um terço era morador da localidade do Alto do Baú e Braço do Baú. Isso representa 0,3% da nossa população que, se aplicado a uma cidade como o Distrito Federal, seria de centenas de milhares de mortos*. (Brasil, 2009: 66031).

### 2.3 Práticas burocráticas em torno dos acontecimentos desoladores

Se a máquina pública brasileira tem como uma de suas características mais visíveis a lentidão do atendimento ao cidadão comum, a instituição maior de defesa civil, cujo escopo é o contexto de emergências, não foge à regra. Essa é uma incongruência fundamental visto que a celeridade (e o acerto) das práticas do Estado é a única coisa que pode evitar que o cidadão sofra os efeitos devastadores de um desastre, seja porque impede diligentemente o acontecimento adverso seja porque age rapidamente para reduzir o sofrimento dos afetados fazendo-os retomar o quanto antes a sua rotina. Cada dia que tarde em fazê-lo, frustrando as expectativas dos grupos afetados, mina não apenas as condições de recomposição do local, mas também a confiança pública na capacidade institucional de cumprir sua missão.

Uma das formas de, ilustrativamente, detectar o desajuste na comunicação do Estado com a sociedade no tema dos desastres é através da assincronia entre a ocorrência do desastre, que é descrito pela data do desastre, reportado pelo decreto municipal, e a data de publicação da portaria de reconhecimento do evento pelo Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Defesa Civil. Se essas datas forem próximas, isso denota um aspecto salutar no diálogo entre os níveis de poder que interagem para gerar providências outras visando a resolução da situação adversa. Contudo, quanto maior o hiato entre tais datas, mais aparente se torna que os entes públicos envolvidos não estão empenhados, por razões várias, em cumprir procedimentos que favoreçam o cidadão afetado, ainda que a data do conteúdo reporte o passado e vise, assim, gerar efeitos jurídicos para atos administrativos retroativos. A média brasileira de distância temporal nesse quesito é de 123 dias, isto é, mais de quatro meses depois de ocorrido o desastre. Porém, há estados da federação em que o hiato temporal chega a quase o dobro disso, como o Maranhão e o Pará, cuja média é de 230 dias, ou seja, mais de um semestre (Quadro V).

O desastre que assolou Ilhota/SC, em 24 de novembro de 2008, teve portaria de reconhecimento correspondente publicada no DOU em 16 de abril de 2009 (quase cinco meses após) e portaria de aferição publicada no DOU em 29 de abril de 2009. No caso de Angra dos Reis/RJ, em desastre ocorrido no dia 1º de janeiro de 2010, a portaria de reconhecimento correspondente foi publicada no DOU em 27 de janeiro de 2010 e a portaria de aferição foi publicada em 18 de março de 2010, mais de setenta dias depois do desastre.

Há que se considerar, ainda, que o misto de esperança dos gestores municipais em acessar recursos extraordinários oriundos do Ministério da Integração Nacional e da necessidade de continuar recorrendo aos expedientes burocráticos mais ligeiros para recompor a normalidade do cotidiano local atua para que

o executivo municipal solicite a prorrogação da portaria de reconhecimento do desastre. Todavia, a tramitação do pedido de prorrogação da portaria, devido a não resolução de condições essenciais na localidade atingida, gera uma duplicação das rotinas burocráticas dos órgãos envolvidos desde a expedição de decreto quanto de portaria. De maneira redundante, por ser lenta, a burocracia acaba multiplicando o sem número de providências e tramitação para continuar validando juridicamente os atos em torno de um desastre de difícil superação.

**Quadro V** Tempo médio entre o início da vigência do decreto municipal e a data de publicação da portaria de reconhecimento no DOU em dias, por estado da federação.

| Estado | Tempo médio em dias |
|---|---|
| Maranhão | 230 |
| Pará | 230 |
| Rondônia | 191 |
| Amazonas | 145 |
| Piauí | 141 |
| Santa Catarina | 134 |
| Bahia | 133 |
| Pernambuco | 131 |
| Paraná | 126 |
| **BRASIL** | **123** |
| Ceará | 122 |
| Rio Grande do Sul | 120 |
| São Paulo | 119 |
| Mato Grosso | 118 |
| Goiás | 117 |
| Paraíba | 116 |
| Minas Gerais | 115 |
| Rio Grande do Norte | 115 |
| Espírito Santo | 114 |
| Acre | 100 |
| Alagoas | 98 |
| Sergipe | 95 |
| Tocantins | 94 |
| Rio de Janeiro | 91 |
| Mato Grosso do Sul | 87 |
| Roraima | 79 |
| Amapá | 37 |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI e DOU.

Uma ilustração da frustração geral e, particularmente, das lideranças políticas das localidades afetadas por desastres, em relação à lentidão burocrática se depreende dos depoimentos do deputado Edinho Bez (PMDB/SC) e do prefeito municipal de Blumenau/SC, João Paulo Kleinübing, na sessão acima referida da Câmara dos Deputados.

Afirma o deputado:

> (...) não devemos mais aceitar o excesso da burocracia. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao término de seu governo (...) disse que estava deixando a Presidência da República (...) inconformado com a burocracia existente nesse País, porque tomava as decisões e as coisas custavam a acontecer. Outro dia, conversando com o Presidente Lula, S.Exa. também se mostrou irritado, porque toma as decisões, e elas custam a acontecer – é muito conhecido em nossos meios o "ainda-não-saiu-do-papel", e, se faltou a pessoa do carimbo, ainda atrasa mais 1 ou 2 dias (...) Não é possível que continue assim(...) Se não conseguirmos dar a velocidade devida num momento como este [de calamidade pública] (...) imaginem como é em relação às obras! (...) Infelizmente, os Municípios têm dificuldades em atender à demanda da população com a velocidade devida"(Brasil, 2009: 66029).

E complementa o prefeito de Blumenau sobre as providências práticas após o desastre:

> Algumas obras começaram 6 ou 7 meses depois e terão tempo de execução menor do que o tempo que levou até se ajustar toda a papelada. Este talvez seja o exemplo mais bem-acabado do entrave burocrático que todos nós enfrentamos: o tempo de execução das obras é menor do que o tempo de se lidar com todos os papéis, com todas as licenças, com todas as aprovações" (Brasil, 2009: 66033).

Outra dimensão de assincronia na relação da SEDEC com os municípios em SE e ECP foi identificado em relatório da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (SEPROG), tornado público pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Tratou-se de auditoria, solicitada pelo Congresso Nacional, para verificação de falhas da defesa civil nacional nos exames de solicitação de transferências de recursos para fazer frente a despesas emergenciais bem como da identificação de ausência de critérios objetivos para distribuição de recursos para obras de prevenção de acidentes. A avaliação orientou-se tanto para o Programa de Resposta aos Desastres e Reconstrução quanto ao Programa de Prevenção e Preparação aos Desastres.

> Da análise da estrutura física e gerencial da SEDEC, concluiu-se que os principais fatores que estão impactando a análise e conclusão do processo de transferência obrigatória, referem-se às deficiências no quadro de pessoal, à ocorrência de impropriedades nos processos, que apresentavam informações pouco confiáveis, à limitação dos sistemas de informação e à generalidade das informações contidas nos planos de trabalho (...)" (Brasil, 2010: 12).

Ao tomar como base o tempo médio entre a data do desastre e a chegada da documentação no Ministério da Integração Nacional, no ano de 2009 até o dia 06 de agosto, os auditores chegaram à soma de 62 dias para os termos de

compromisso estaduais e 33,2 dias para os termos de compromissos estaduais. E, no mesmo período analisado, o tempo despendido entre a data do desastre e a liberação da primeira ordem bancária chegava a 98,1 dias para os termos de compromisso com o ente estadual e 96,1 dias para os relativos ao ente municipal (Brasil, 2010). No referido documento, os auditores reportam que a SEDEC "*não mantém registro de todas as solicitações encaminhadas, o que compromete a transparência do processo de transferência de recursos e inviabiliza a verificação da isonomia no tratamento das solicitações*" (Brasil, 2010: 23). Adiante, o documento menciona que a SEDEC reconhece as falhas nas informações relativas aos municípios/estados solicitantes de recursos e argumenta que muitos municípios solicitam recursos sem fazer referência ao mecanismo de transferência obrigatória (cf. Decreto 6.663/08). Os auditores identificam, deste modo que, até aquele momento, estaria faltando uma postura pró-ativa do órgão para orientar os solicitantes acerca dessa modalidade de apoio. E concluem: "*A ausência de registros das solicitações não atendidas impede qualquer análise sobre os critérios de elegibilidade adotados e dos possíveis motivos de sua negativa, contribuindo para a falta de transparência no processo de atendimento da solicitação de recursos*" (Brasil, 2010: 26).

A adoção da Medida Provisória 494, de 02 de julho de 2010, que trata de medidas de agilização na liberação de recursos para municípios em SE e ECP, é um paliativo para o problema supra, não podendo ser tomado como a sua superação. Isso porque o MI é quem continua a definir o montante de recursos a ser transferido e, no relatório acima citado "*59% dos gestores afirmaram que os recursos recebidos foram insuficientes*" (Brasil, 2010: 32).

Por fim, é necessário dizer que as medidas de reabilitação mais usualmente tomadas no país são baseadas na cultura da solicitação e distribuição de donativos, o que em nada auxilia o advento de uma cultura de prevenção consistente. A cultura em torno de donativos tem notadamente um efeito tampão para a falta de cidadania e sua deflagração insistente é um indício de um Estado e uma sociedade reiteradamente despreparados para os desastres. O higienismo social, cujas bases, no Brasil, foram forjadas na sociedade escravocrata e mantidas generalizadamente ao longo do processo modernizador, torna a solidariedade interclasses apenas aparente, algo que se dissolve facilmente quando a imprensa desvia o foco da tragédia ocorrida. Tais transferências não têm um efeito redistributivo estrutural, não macula a lógica apartadora que vigora na sociedade brasileira. Mantido nesses termos, o desastre renova e reforça a segregação com tonalidades caritativas, que torna frágil a coesão social.

### 2.4 Os fatores de ameaça com os quais o país não sabe lidar

Os desastres caracterizados na documentação oficial estão relacionados a um conjunto bastante restrito de fatores de ameaça.

Se identificada a causa primária e a natureza do desastre, a partir das portarias de reconhecimento, discriminando-as conforme a classificação proposta pela Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR e observando que há portarias que descrevem uma multiplicidade de eventos como fator de ameaça (as causas desmembradas excederão o número total de portarias em 31 ocorrências,

compondo um n=12.023 para um número de portarias n=11.992), veremos que as ocorrências de desastres dito naturais relacionados com a geodinâmica terrestre externa são preponderantes, com 98,19% do total das ocorrências e 98,44% do total das portarias de reconhecimento no período dos quinze semestres investigados (Quadro VI).

**Quadro VI** Distribuição das causas de desastres, número de ocorrências e percentual sobre o número de portarias de reconhecimento no período do 1° sem de 2003 ao 1° sem 2010, segundo a CODAR.

| Causa primária/natureza | Número de ocorrências (n=12.023) | % em relação ao número total de ocorrências (n=12.023) | % em relação ao número total de portarias (n=11.992) |
|---|---|---|---|
| **Desastres naturais** | | | |
| Desastres naturais de origem sideral | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Desastres naturais relacionados com a geodinâmica terrestre externa | 11.805 | 98,19% | 98,44% |
| Desastres naturais relacionados com a geodinâmica terrestre interna | 146 | 1,21% | 1,22% |
| Desastres naturais relacionados com desequilíbrio da biocenose | 0 | 0,00% | 0,00% |
| **Desastres humanos** | | | |
| Desastres humanos de natureza tecnológica | 54 | 0,45% | 0,45% |
| Desastres humanos de natureza social | 10 | 0,08% | 0,08% |
| Desastres humanos de natureza biológica | 4 | 0,03% | 0,03% |
| **Desastres mistos** | | | |
| Desastres mistos relacionados com a geodinâmica terrestre externa | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Desastres mistos relacionados com a geodinâmica terrestre interna | 0 | 0,00% | 0,00% |
| **Outros** | | | |
| Informações insuficientes para adequação a uma das categorias acima | 4 | 0,03% | 0,03% |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI.

Se detalhado as classes dos desastres relacionados com a geodinâmica terrestre externa, o conjunto preliminar de 11.805 incidências se desdobra em 11.969 ocorrências, isto é, em 164 ocorrências a mais. Isso porque, em tal conjunto, há intersecções nas causas dos desastres, os quais imbricam, por exemplo, vendaval e chuvas intensas, granizo e enchente etc. Os desastres que, nesse conjunto, aparecem como relacionados às precipitações hídricas e inundações representam 3.712 das ocorrências (31,01%) e os desastres relacionados à intensa redução de precipitação hídrica corresponde a 7.426 (62,04%) e, ambos, equivalem a 93,05% das ocorrências e a 92,88% das portarias de reconhecimento de desastres.

**Quadro VII** Distribuição das ocorrências no conjunto de desastres relacionados à geodinâmica terrestre externa e percentual sobre o número de portarias de reconhecimento no período do 1° sem. de 2003 ao 1° sem. 2010.

| **Classe** | **Número de ocorrências (considerando as intersecções de causas) (n= 11.969)** | **% total das ocorrências (n=11.969)** | **% total de portarias (n=11.992)** |
|---|---|---|---|
| Desastres naturais de causa eólica | 552 | 4,61% | 4,60% |
| Desastres naturais relacionados com temperaturas externas | 279 | 2,33% | 2,33% |
| Desastres naturais relacionados com o incremento das precipitações hídricas e com as inundações | 3.712 | 31,01% | 30,95% |
| Desastres naturais relacionados com a intensa redução das precipitações hídricas | 7.426 | 62,04% | 61,92% |

*Fonte*: Os autores, com base em informações da SEDEC/MI .

## 3. Os desastres na perspectiva macrorregional

A identificação do *stress* hídrico e das chuvas intensas como sendo a esmagadora maioria dos fatores que levam os municípios brasileiros a decretarem a ocorrência do desastre, e a evolução preocupante da vulnerabilidade frente aos mesmos, na escala nacional, dá fortes pistas de que a sociedade não tem sabido forjar – e o Estado não tem sabido apoiar – os processos de territorialização de seus distintos grupos sociais de forma a lidar amigavelmente com a água, conhecendo e interagindo compativelmente com o ciclo hidrológico e suas nuances.

Poder-se-ia supor, devido aos diferentes estágios de desenvolvimento no qual se encontram as regiões brasileiras, que as mais prósperas, cuja circulação da riqueza, incorporação e disseminação de novas tecnologias são maiores, seriam menos susceptíveis aos desastres. Porém, isso não ocorre.

No que concerne ao número de portarias de reconhecimento de desastre, a região Nordeste, considerada a de menor desenvolvimento, de fato, toma a dianteira, com 48,41% do total de portarias. Contudo, a região Sul vem seguindo a primeira, com a expressiva ocorrência de 3.583 portarias no período de 1° sem. de 2003 ao 1° sem. de 2010, equivalente a 29,88% do total. Se somadas as portarias do Sul e Sudeste, o número chega a 5.578, isto é, a 46,52% do total, equiparando-se, então, à região Nordeste (Quadro VIII).

**Quadro VIII** Distribuição regional do número de portarias de reconhecimento de SE e ECP pela SEDEC no período 1° sem. 2003 ao 1° sem. 2010.

| Região | Número de portarias | % em relação ao total |
|---|---|---|
| Centro-Oeste | 323 | 2,69% |
| Nordeste | 5.805 | 48,41% |
| Norte | 286 | 2,38% |
| Sudeste | 1.995 | 16,64% |
| Sul | 3.583 | 29,88% |

*Fonte*: Os autores, com base em informações da SEDEC/MI e DOU.

No referente aos afetados, o Nordeste vinha mantendo, no período de 2007-2009, uma representação superior a um quarto dos afetados de todo o país: foram 1.036.982 pessoas, em 2007 (34,91% do total); 977.583 pessoas, em 2008 (26,59% do total) e 1.856.506 pessoas, em 2009 (35,10% do total). No entanto, o aumento do número de pessoas afetados na própria região, de 2008 para 2009, foi de 89,91%, ou seja, quase dobrou. No caso do Sul, houve um aumento de 461,92% do número de afetados se comparado o total da região em 2007, 341.802 pessoas ao total da região em 2009, que foi de 1.920.641 pessoas (Quadro IX).

**Quadro IX** Evolução dos afetados em desastres, por região, 2007-2009.

| Afetados em 2007 | | | Afetados em 2008 | | | Afetados em 2009 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Região | Número de afetados | % relativo ao ano | Região | Número de afetados | % relativo ao ano | Região | Número de afetados | % relativo ao ano |
| Centro-Oeste | 361.713 | 12,18 | Centro-Oeste | 209.537 | 5,70 | Centro-Oeste | 71.046 | 1,34 |
| Nordeste | 1.036.982 | 34,91 | Nordeste | 977.583 | 26,59 | Nordeste | 1.856.506 | 35,10 |
| Norte | 245.266 | 8,26 | Norte | 359.438 | 9,78 | Norte | 594.042 | 11,23 |
| Sudeste | 984.512 | 33,15 | Sudeste | 1.226.870 | 33,37 | Sudeste | 846.734 | 16,01 |
| Sul | 341.802 | 11,51 | Sul | 902.747 | 24,56 | Sul | 1.920.641 | 36,31 |
| **Total** | **2.970.275** | | **Total** | **3.676.175** | | **Total** | **5.288.969** | |

No tocante ao conjunto de desabrigados e desalojados nos três últimos semestres (do 1°sem. de 2009 ao 1°sem. de 2010), constituído por 650.325

pessoas, o Nordeste agregou 51,18% desse grupo em vulnerabilidade extrema (332.813 pessoas), enquanto a soma das regiões Sul e Sudeste representou 34,85% (226.619 pessoas), o que é bastante significativo em vista dos patamares mais elevados de desenvolvimento (Quadro X). Entretanto, quando nos deparamos com o conjunto de moradias destruídas e danificadas, no 1°sem. de 2010, o Sudeste sozinho ultrapassa o Nordeste, pois apresenta 33.593 moradias impactadas (51,89% do total) enquanto o Nordeste apresenta 17.433 (26,93 % do total), seguido pela região Sul (Quadro XI).

**Quadro X** Número de desabrigados e desalojados nos desastres notificados à SEDEC por região (1º 2009 ao 1º 2010).

| Região | Número de desabrigados | Número de desalojados |
|---|---|---|
| Centro-Oeste | 1.642 | 4.201 |
| Nordeste | 126.409 | 206.404 |
| Norte | 20.056 | 64.994 |
| Sudeste | 24.017 | 115.788 |
| Sul | 14.468 | 72.346 |
| **Total** | **186.592** | **463.733** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI.

**Quadro XI** Número de moradias destruídas/danificadas nos desastres notificados à SEDEC por região no 1º semestre do ano de 2010.

| Região | Moradias destruídas | Moradias danificadas |
|---|---|---|
| Centro-Oeste | 71 | 458 |
| Nordeste | 9.588 | 7.845 |
| Norte | 195 | 2.212 |
| Sudeste | 2.538 | 31.055 |
| Sul | 271 | 10.507 |
| **Total** | **12.663** | **52.077** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH permite distinguir os estados da federação quanto ao patamar de bem-estar em que sua população se encontra. Pelo quadro abaixo (Quadro XII), podemos distinguir estados em que este patamar é elevado, com IDH igual ou superior a 0,800 – como Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal – e ver sua correspondência com a inserção nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Abaixo de um IDH de 0,800, encontram-se os estados das regiões Norte e Nordeste. Entretanto, quando se trata de desastres, estados de elevado IDH, ou não, são igualmente susceptíveis.

Tal é ilustrado com o conjunto robusto de portarias de reconhecimento de desastre relativas ao Rio Grande do Sul, IDH 0,832 (região Sul), Minas Gerais, IDH 0,800 (região Sudeste) e Paraíba, IDH 0,718 (região Nordeste), no período de 2003 a 2009. As portarias referidas ao contexto gaúcho no período foram em número de 1.820 (15,75 %do total), ao mineiro, 1.221 (10,57% do total) e ao paraibano 1.223 (10,59% do total) (Quadro XIII).

**Quadro XII** Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2005).

| Estado da Federação | Nível |
|---|---|
| AC - Acre | 0,751 |
| AL - Alagoas | 0,677 |
| AM - Amazonas | 0,780 |
| AP - Amapá | 0,780 |
| BA - Bahia | 0,742 |
| CE - Ceará | 0,723 |
| DF - Distrito Federal | 0,874 |
| ES - Espírito Santo | 0,802 |
| GO - Goiás | 0,800 |
| MA - Maranhão | 0,683 |
| MG - Minas Gerais | 0,800 |
| MS - Mato Grosso do Sul | 0,802 |
| MT - Mato Grosso | 0,796 |
| PA - Pará | 0,755 |
| PB - Paraíba | 0,718 |
| PE - Pernambuco | 0,718 |
| PI - Piauí | 0,703 |
| PR - Paraná | 0,820 |
| RJ - Rio de Janeiro | 0,832 |
| RN - Rio Grande do Norte | 0,738 |
| RO - Rondônia | 0,776 |
| RR - Roraima | 0,750 |
| RS - Rio Grande do Sul | 0,832 |
| SC - Santa Catarina | 0,840 |
| SE - Sergipe | 0,742 |
| SP - São Paulo | 0,833 |
| TO - Tocantins | 0,756 |

*Fonte:* PNUD/Fundação João Pinheiro.

**Quadro XIII** Número de portarias de reconhecimento Brasil, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, período 2003-2009.

| Ano | Número de portarias Brasil | Número de portarias RS | Número de portarias MG | Número de portarias PB |
|---|---|---|---|---|
| 2003 | 1.682 | 129 | 314 | 274 |
| 2004 | 1.585 | 374 | 93 | 204 |
| 2005 | 1.848 | 440 | 90 | 182 |
| 2006 | 1.103 | 20 | 110 | 137 |
| 2007 | 1.739 | 91 | 214 | 257 |
| 2008 | 1.322 | 200 | 231 | 126 |
| 2009 | 2.274 | 566 | 169 | 43 |
| **Total** | **11.553** | **1.820** | **1.221** | **1.223** |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI e DOU.

Em relação às causas dos desastres, a estiagem é a principal justificativa das portarias de reconhecimento de desastre na região Sul, o equivalente a 2,6 vezes mais do que em virtude de intensas precipitações hídricas. Vale ressaltar que essa região é a que mais concentra portarias cujas causas são fenômenos eólicos, caracterizados principalmente por vendavais e ciclones extratropicais. Na região Sudeste, as chuvas têm maior impacto do que estiagens, e concentra o maior número de portarias justificadas por desastres relacionados à geodinâmica terrestre interna, como erosões, deslizamentos, corridas de massa e afins. Na região Centro-Oeste, os desastres dito naturais relacionados à geodinâmica terrestre externa são as principais justificativas dos decretos das portarias. O incremento das precipitações e os desastres relacionados à redução de precipitações hídricas estão em pé de igualdade em número de decretos na referida região, constituindo problemas da mesma importância. A região Norte também sofre com a redução e o incremento de precipitações hídricas, principais justificativas dos decretos que são reportados nas portarias de reconhecimento. Muitos dos números de ocorrência do *stress* hídrico provêm da seca que afetou a Amazônia no ano de 2005, quando 62 municípios, só no estado do Amazonas, decretaram ECP. Por fim, na região Nordeste, mais de dois terços do número de portarias estão relacionados às secas e estiagens prolongadas. Contudo, as 1.551 portarias relacionadas às chuvas é um número igualmente considerável e que deve ser levado em conta, tendo em vista os municípios da região litorânea sistematicamente afetados (Quadro XIV).

**Quadro XIV** Número de ocorrências por região, 1° sem. 2003 ao 1° sem. 2010.

| Classificação | Número ocorrências SUL | Número ocorrências SUDESTE | Número ocorrências CENTRO-OESTE | Número ocorrências NORTE | Número ocorrências NORDESTE |
|---|---|---|---|---|---|
| **Desastres naturais** | | | | | |
| *Desastres naturais de origem sideral* | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| *Desastres naturais relacionados com a geodinâmica terrestre externa* | 3.567 | 1.908 | 300 | 273 | 5.757 |
| Causa eólica | 512 | 32 | 3 | 0 | 5 |
| Relacionados com temperaturas externas | 242 | 34 | 1 | 0 | 2 |
| Relacionados com o incremento das precipitações hídricas e com as inundações | 823 | 1.038 | 154 | 146 | 1.551 |
| Relacionados com a intensa redução das precipitações hídricas | 2.142 | 816 | 142 | 127 | 4.199 |
| *Desastres naturais relacionados com a geodinâmica terrestre interna* | 5 | 90 | 19 | 8 | 24 |
| *Desastres naturais relacionados com desequilíbrio da biocenose* | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Desastres humanos** | | | | | |
| *Desastres humanos de natureza tecnológica* | 4 | 24 | 5 | 1 | 20 |
| *Desastres humanos de natureza social* | 4 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| *Desastres humanos de natureza biológica* | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Informações insuficientes para adequação a uma das categorias acima | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |

*Fonte:* Os autores, com base em informações da SEDEC/MI.

## Conclusões

Duas variáveis fundamentais para caracterizar uma sociedade moderna são: a sua dinâmica institucional fortemente fincada nos valores democráticos e uma base territorial capaz de assentar dignamente os seus cidadãos. Sem ins-

tituições sólidas e credíveis, a sociedade fica à mercê do personalismo e da visão de mundo dos dirigentes. Sem justiça no ordenamento fundiário, o conteúdo do território se torna algo movente, alterado ao sabor dos interesses de quem concentra poder ao mesmo tempo que some sob os pés dos grupos social, econômica e politicamente fragilizados. Privilégio e privação viram faces da mesma moeda na sociedade pseudo-moderna, mas os tensionamentos ficam contidos em vista do receio de retaliação que os mais fracos têm, do que decorre o ciclo vicioso do desatendimento que os oprimem, que tomará sempre, nos desastres, o nome de 'fatalidade'.

A Política Nacional de Defesa Civil apresenta a redução de desastres, pela diminuição de ocorrências e intensidade das mesmas, como seu objetivo geral (Brasil, 2000). As informações acima disponibilizadas demonstram que esse objetivo não vem sendo cumprido.

Em termos sociopolíticos, a materialização de um desastre significa um desacerto entre as representações de risco dos diversos agentes, especialmente das frações do Estado, tanto para planejar e executar ações consoantes às verdadeiras potencialidades dos fatores de ameaça quanto em termos da extensão da vulnerabilidade. Sendo os fatores ameaçantes tão conhecidos e freqüentes, e os estudos sobre os mesmos tão valorizados e detalhados, conclui-se que o fracasso em lidar com os desastres passa pela barreira intransponível tanto de difundir e prover tecnologias de prevenção e preparação aos pobres quanto em rever a lógica sócio-espacial dos sistemas de objetos e ações que produzem, a um só tempo, lugares opulentos e desoladores, ora incompatíveis com o movimento das águas. A incapacidade do SINDEC, de prevenir e preparar a sociedade local para o impacto de eventos adversos, está associada às limitações em responder adequadamente aos ditames do contexto de emergência. A reconstrução feita com esforços solitários dos afetados gera uma ferida social de difícil cicatrização carregada na memória, nos corpos e nas formas de interação dali em diante.

A permanência da feição patrimonialista no aparato estatal brasileiro é o centro da explicação sobre os desastres que ora assistimos, pois responde às principais indagações que o olhar crítico porventura tenha, tais como: por que os responsáveis por proteger a incolumidade da vida nos desastres não são responsabilizados pelas falhas de atendimento? Por que o alargamento do tecido institucional em defesa civil não tem correspondido a um aumento da eficácia em reduzir os desastres? Por que a retórica de que, aos pobres, 'falta de percepção de risco', é insistentemente sacada dos argumentos do sistema perito em defesa civil, descartando afrontosamente a compreensão sócio-histórica das desigualdades na sociedade na qual age? E outras. Quando os agentes do Estado naturalizam o distanciamento de suas práticas da premência de transformações que a realidade social exige – embora o contexto grave seja o que justifique seus cargos, funções comissionadas e suas respectivas atribuições – algo errado está acontecendo e esse é o nascedouro dos desastres. O que se desenvolve na cena externa é o sofrimento sucessivamente vivenciado pelos que não se sentem devidamente representados, acarretando-lhes níveis consideráveis de apreensão, ansiedade e revolta silenciosa. Mas que, não longe, irá eclodir.

Os desastres são o inferno na Terra: há pavor, lamúrias, tormentos, lágrimas e ranger de dentes. Destarte, é preciso indagar se os que suplicam ajuda não foram condenados injustamente.

Afirma Jorge Luis Borges (2007: 52): "*Se o inferno é uma casa, a casa de Hades, é natural que um cão a guarde; também é natural que esse cão seja imaginado como atroz*". A burocracia brasileira no tema da defesa civil age como Cérbero, devorando impiedosamente os afetados por desastres, particularmente os desalojados e desabrigados, assolando o seu presente e assombrando o seu futuro, impedindo-os de ter paz; mas Cérbero resiste à domesticação. É o Tempo em desgoverno, que dissipa a imagem de um amanhã alvissareiro, sobretudo dos grupos sociais que tiveram um passado difícil e que estão num presente árduo. A falta de programas consistentes de prevenção e preparação; de quadros humanos capacitados para agir estritamente em consonância à garantia dos direitos da pessoa humana nas circunstâncias de risco e de desastre e em quaisquer outras; o vagar com que a tramitação de documentos que visam garantir ações de reconstrução ocorre para a maioria dos municípios; a recorrência e a evolução ascendente dos eventos que destroem a condição material para a realização da vida social, bem como ameaçam a vida em si, são indícios de um despreparo generalizado do ente público para lidar com as circunstâncias socioambientais complexas em que nos encontramos e que pioram a olhos vistos, a despeito dos discursos calculadamente otimistas.

A tarefa hercúlea a que os brasileiros deveriam se lançar, e da qual depende a sobrevivência de muitos dos que vivem sem cidadania e sem chão, entre a angústia e a agonia permanentes, é levar a fera à luz, dissecá-la, enfrentar com destemor as suas garras, perscrutar suas entranhas e a lógica que alimenta o seu sem-número de cabeças. Ou, ainda, semelhante à trajetória de nosso herói mítico, ter coragem e motivação para a tarefa de identificação das vulnerabilidades múltiplas do ente que precisa ser controlado, assumindo a necessidade de enfrentá-lo apesar de todos os contratempos que surgirem para impedi-lo. O caminho de redenção de Hércules era se colocar a serviço de outrem para aplacar a memória de suas fraquezas. Quem sabe, assim inspirados, poderíamos agir suscitando uma consciência pública alternativa em meio ao caos.

## Referências


BORGES, J.L. (2007). **O livro dos seres imaginários.** Colaboração Margarita Guerrero. 1.a reimpressão. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia Das Letras.

BARBER, R. (2009). The responsibility to protect the survivors of natural disaster: Cyclone Nargis, a case study. *Journal of Conflict & Security Law*, v. 14, n 1, 3-34.

**BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria Nacional de Defesa Civil (2000).** Política Nacional de Defesa Civil. **Brasília: SEDEC. Disponível em: http://www.disaster-info.net/PED-Sudamerica/leyes/leyes/suramerica/brasil/sistemnac/Politica_Nacional_Defensa_Civil.pdf**

**BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria Nacional de Defesa Civil (2007).** Políticas públicas de prevenção e resposta aos desastres**: as ações da SEDEC de 2003 a 2006. Relatório de Atividades. 47p. Brasília: Ministério da Integração Nacional.**

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (2009). Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXIV, n° 206, 24 de novembro de 2009. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24NOV2009.pdf

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU (2010). TC 008.556/2009-3, Documento 44.635.942-7, 07 de abril de 2010. Brasília. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/documentos%5B2%5D.pdf

GUIDDENS, A. (1991). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EdUNESP.

KRISHINADAS, J. (2007). Identities in reconstruction: from rights of recognition to reflection in post-disaster reconstruction process. *Feminist Legal Studies,*15: 137-165.

MARCHEZINI, V; SIENA, M. (2010). Múltiplos territórios e desterritorializações múltiplas: repensando as dinâmicas urbanas a partir dos desastres relacionados às chuvas. N.Valencio; E.A.Paula; A.C.Witkoski (orgs). **Processos de territorialização e identidades sociais**. São Carlos, Manaus, Rio Branco: RiMa Editora, EDUA. EdUFAC, 2010. p. 281-297.

POMEROY, R.S. et al (2006). Coping with disaster: rehabilitating coastal livelihoods and communities. *Marine Policy,* 30 786-793

QUARANTELLI, E. (1998). **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. p.234-273.

QUARANTELLI, E (2005). A social science research agenda for the disasters of the 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. *In*: R.W. Perry; E.L. Quarantelli (eds). **What is a disasters?** New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, p. 325-396.

SANTOS, M. (1998). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec

VALENCIO, N. (2009a). Da morte da Quimera à fuga de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. N. Valencio *et al* (orgs). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, Rima Editora, p.1-19

VALENCIO, N. (2009b). Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. N. Valencio *et al* (orgs). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, RiMa Editora, p. 34-47.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. (2010). Os desastres como indícios da vulnerabilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro. *Territorium, v 17 (em publicação).*

WOODS, C. (2009). Les misérables of New Orleans: trap economics and the asset stripping blues, Part 1. *American Quartely*, v.61, n° 3 , September. Johns Hopkins University Press. p. 769-796.

## Capítulo 2

# O Desastre Como *Locus* da Barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro[1, 2]

*Norma Valencio*

> O grande valor humano é o próprio homem.
> Para valorizar o globo terrestre, é preciso,
> antes de tudo, valorizar o homem (...)
> Reduzindo, diminuindo, enfraquecendo, numa palavra,
> colonizando uma parte da humanidade, agimos contra nós mesmos.
>
> *Anatole France*

## Introdução

Para a Sociologia dos Desastres, há certo consenso que o termo desastre designa um acontecimento trágico, o qual associa elementos físicos e um dado contexto social. Ao menos quatro indagações são pertinentes quando ouvimos rumores sobre a ocorrência de um desastre, a saber: "ocorreu *o quê*?", "*aonde*?", "*quando*?" e "*com quem*?". Trata-se de questões indissociáveis porquanto um desastre exige uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se. Sua característica como fenômeno adverso é pertinente na medida em que deflagra rupturas indesejáveis e imprevistas, em vários níveis, no quadro das relações sociais espacializadas, desarrumando-as de um modo difícil para a sua recomposição.

Essa concepção do termo desastre permite várias ponderações secundárias, mas não menos importantes, tais como as que remetem às distintas representações da realidade desordenada e, porque não dizer, remetem a uma quinta indagação: "*quem foi o responsável?*". No geral, há diversidade de narrativas relacionadas aos fatores desencadeantes dos danos e prejuízos havidos, sejam eles materiais e simbólicos; à abrangência espacial da devastação; à duração do acontecimento; à especificidade da afetação dos distintos sujeitos sociais, relações e instituições; e, por fim, aos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na produção desse acontecimento adverso. Porém, essa diversidade de visões e versões costuma ser escamoteada e, no imaginário social corrente, uma interpre-

---

1. Esse capítulo foi originalmente publicado no livro *Processos de Territorialização e identidades sociais*, N.Valencio; E.A. Paula; A.C.Witkoski(org), São Carlos, Manaus, Rio Branco: RiMa Editora, EDUA, EdUFAC, 2010.

2. Apoio: CAPES.

tação dominante vem à tona e impregna a leitura da paisagem devastada como algo homogeneamente desolador. Daí, a freqüência com que se jogam os refletores sobre determinados recortes da tragédia dando de barato que as providências de 'restabelecimento da normalidade' se farão para aquele mesmo grupo. Para obter verbas extras em instâncias superiores, tais imagens e apelos lacrimosos dos moradores afetados no contexto destruído vêm a calhar na narrativa do ente público, como se o compromisso de transferência dos recursos obtidos para as medidas de reabilitação e reconstrução fosse inquestionável. Há gestores públicos que, inquiridos sobre o destino das verbas, retrucam como se tivessem sido afrontados. Tomando a indagação como uma ofensa pessoal – numa sociedade onde convenientemente as 'questões de honra' são sacadas do rol do universo masculino autoritário – tais gestores são evasivos na resposta pública. Para a plataforma de campanha eleitoral, o desastre tende a desaparecer do registro do gestor público que não deu conta de sanar a situação caótica e isso se dá com a mesma facilidade como o desastre vem à tona na campanha rival para desqualificar o candidato concorrente.

Uma problematização sociológica em torno de desastres no Brasil deve ter em conta as recorrentes simplificações acerca dos acontecimentos, oriundas da fala oficial. Essa fala obscurece a própria responsabilidade diante os acontecimentos, omite aspectos de suas práticas que contribuíram para as perdas e desolação havidas bem como escamoteia as relações de poder instituídas entre os que interagem na cena, antes, durante e após a devastação. As simplificações são instrumentais ao cinismo social macroenvolvente que, seguindo ao largo das imbricações entre as dimensões objetivas da destruição e as suas dimensões sociais, mantém o *modus operandi* individualista. Nas dimensões sociais constam os processos socioambientais e político-culturais precedentes e sucedâneos ao que é sinalizado como 'ruptura da normalidade'; portanto, é o lugar a ser perscrutado em busca tanto da lógica de produção das vítimas aos roldões quanto das muitas estratégias que mantém a vulnerabilidade como uma invariância do modelo de desenvolvimento brasileiro.

No país, temos assistido um intrigante fenômeno, constituído por duas facetas: a primeira, é a do reconhecimento oficial, ano após ano, de milhares de desastres, como se tratasse de uma manifestação exógena, autônoma e independente das forças sociais, políticas e econômicas que operam no interior das instituições do Estado; a segunda faceta é a da constatação da repetição dos mesmos tipos de desastres, ano após ano; isto é, das imbricações constantes de fatores de ameaça e de vulnerabilidades já conhecidos, referidos aos mesmos grupos sociais e lugares. Tais facetas implicam que, por ação ou omissão, o Estado esteja envolvido nos desastres, isto é, no recrudescimento das privações dos referidos grupos, nos seus danos e perdas, no processo de dessocialização e desumanização que lhes é imposto no cotidiano, na intensificação da dor física, moral e emocional de cada indivíduo e do coletivo subjugado a tais circunstâncias e, por fim, na eliminação da vida destes. Tal fenômeno, por sua existência e persistência, enseja sérias e impostergáveis indagações, que remetem aos nexos substantivos entre os desastres reiterados bem como às lógicas promotoras da articulação entre a instabilidade e desfazimento de processos identitários e

de territorialização e a estabilidade de uma configuração sociopolítica espacializada e do *ethos* burocrático-personalista. Nisso dizer: é necessário refletir sobre a racionalidade que baliza as representações, discursos e práticas do Estado o qual, longe de impedir, produz e amplia o sofrimento social daqueles a quem lhe cumpre proteger.

Há que se considerar, preliminarmente, que, no contexto brasileiro de desigualdade estrutural, o Estado se manteve como um ator forte, agente privilegiado na construção das bases materiais e espaciais em que se assentou a aspiração da nação na possibilidade de difusão do bem-estar. No arcabouço constitucional, apresenta-se como o agente a quem se impõe o dever de proteção à pessoa humana, na indissociabilidade de seus direitos e sem distinções dentro da sua jurisdição. Como parte constituinte da sociedade, o Estado espelha suas contradições, mas deve perseguir o coesionamento das frações em tensão, isto é, não perder de vista o âmago da sua missão institucional que é estabelecer de um ambiente propício à civilidade, nos domínios do mundo público e privado, e cuja antítese é a barbárie. Dito de outra forma, tudo aquilo que interrompe, omite, obstaculiza, conflita, neutraliza e, enfim, se opõe à realização desse desiderato institucional age como prática de solapamento da civilidade, o que, para além de tais ou quais injunções no plano prático, é uma perversão ao construto social ideal do humano. É a desumanização manifesta.

São variados os cenários e nuances do processo desumanizador no Brasil contemporâneo, desde os mais tolerados aos invisibilizados.

Aqui e acolá, tomam a forma de antagonismos explícitos entre sujeitos, com disputas assimétricas de projetos territoriais que guardam diferentes gradações de legalidade e legitimidade e que culmina na processual inviabilização da sobrevivência e reprodução dos *losers*, o que vem se tornando historicamente tolerado. Há o degringolar da violência explícita, como as práticas individuais ou grupais de homicídio, que geram, ainda, algum incômodo à consciência coletiva, mas que só chegam a ser consideradas intoleráveis quando subvertem a dimensão de classe. E há, ainda, o processo desumanizador invisibilizado pelas tintas assistencialistas que os agentes do Estado utilizam junto às vítimas que a racionalidade institucional produz; ou seja, a barbárie fazendo-se passar por seu contrário. Os desastres recorrentes no país, como os relacionados às chuvas, fazem parte desse último processo. Radicam menos da ameaças das nuvens, cujas águas precipitam, do que do encontro da *modernização conservadora* (cf. Tavares, 1979) com a *modernidade incompleta* (cf. Martins, 2000), ou seja, da sinergia entre um modelo de desenvolvimento que torna permissível e permanente a iniqüidade distributiva, expressa territorialmente, e a obstrução gradativa da criticidade coletiva ao conteúdo das relações e instituições que moldam um espaço intrinsecamente supressor de alteridade.

A modernização que não apenas convive, mas se nutre dos hiatos da modernidade é, em sua natureza, um fenômeno antidemocrático, no qual a barbárie se sente cada vez mais à vontade para se expressar nas injustiças corriqueiramente praticadas, no desassossego cotidiano, na segregação espacial, na perda material e imaterial de um entorno significativo, na eliminação do outro

e na impotência deste para defender a integridade própria. Enfim, a barbárie se manifesta na dilaceração do sentido da vida de contingentes cada vez mais expressivos de desfiliados país afora, país adentro. Frente a isso, e em grande medida, os desastres no Brasil não deveriam ser considerados como a ruptura de um cenário de normalidade cujo substrato fosse uma cidadania preexistente – como o discurso institucional de defesa civil se habitou a pressupô-lo – mas como a culminância de mazelas que desde sempre estiveram ali, mal resolvidas embora naturalizadas. Mazelas tão mais silenciadas quanto mais profundas a opressão material, cultural, social e política dos afetados. Os desastres no Brasil, no geral, são o apogeu da barbárie que somos capazes de tolerar, conviver, testemunhar e produzir. Não diz respeito apenas aos que, coletivamente, perdem algo e alguém, mas ao conjunto das relações mais amplas que produzem tal afetação.

Para suscitar reflexões sobre o tema, passaremos, adiante, a tratar de alguns dos aspectos estruturantes do desencadeamento de desastres relacionados às chuvas no país, assim como de práticas sociopolíticas que se manifestam na cena, para identificar o que leva o ente público a, de forma ambivalente, perpetuar tais desastres mesmo quando sua performatividade junto aos afetados aparenta eliminá-los.

## 1. A produção social do medo e da desesperança

Medo e desesperança são algumas das expressões subjetivas da vulnerabilidade de determinados sujeitos. Decorrem, amiúde, da vivência cotidiana de interações sociais verticalizadas que insinuam, freqüentemente, a legitimidade de práticas sociopolíticas supressoras e opressoras de modos de pensamento, hábitos, preferências, lugares, vozes e identidades que não estejam em conformidade com aquilo que é convencionado, por poucos, como sendo 'adequado', 'de bom gosto' e 'belo'. Significa dizer, nesse aspecto, que são estados emocionais suscetíveis de serem deflagrados em um sistema concreto e espacializado de trocas desiguais, cuja lógica organizativa não aceite refutação.

Se entendermos o espaço conforme Santos (1998), isto é, como sistemas de objetos e sistemas de ações, poderemos supor a modernização brasileira como a integração desses sistemas por uma racionalidade instrumental que, a cada passo adiante, sofistica os processos desumanizantes. Tratar-se-ia, pois, de um paradoxo no qual a multiplicidade, a simultaneidade e a interpenetração das interações do real e do virtual, do aqui e do acolá, da acumulação e complexidade do conhecimento científico e das técnicas, enfim, da gama da experiência social, não estariam a serviço do atendimento da plenitude dos direitos da pessoa humana, mas de sua redução, nos estratos sociais inferiores. O ajuste do território ao interesse mercantil relegaria amplos contingentes a uma sobrevivência brutalizada nos meandros esquecidos do território, ao relento da lei, expostos aos caprichos da natureza numa espacialização contingente e assaz fraturada. Dito de outra forma, a barbárie hodierna é praticada por sujeitos cuja racionalidade movente se apresenta como seu inverso, o ápice da civilidade; por aqueles que condenam *a priori* o outro, denominando, como rude e tosco, todos e

tudo que não lhes pareça culturalmente similar; pelos que se esquivam pudicamente ao debate com os 'ignorantes'; pelos que promovem apenas o saber de seus agentes específicos e o sistema de objetos que esse saber produz, tornando o espaço instável, incerto e inseguro aos diferentes que ali se situam, mas cujo controle territorial permanece fora de suas possibilidades (Santos, 1998). Assim, há grupos que se encontram num dado espaço, mas são destituídos da possibilidade de tecê-lo em contornos e conteúdos com os quais se sintam identificados e em prol de sua plena socialização. Logo, a retirada, destruição ou deterioração, provocada por outrem, dos sistemas de objetos significativos do espaço onde o referido grupo se constitui, mais do que causar rupturas na realidade material em si mesma, causa danos à vida interior destes, que se vêem destituídos à revelia.

A ruptura arbitrária da realidade material e espacial que entrelaça a trajetória dos indivíduos e famílias num grupo maior é, assim, não apenas fonte de entristecimento, mas de amedrontamento destes, pois se converte no temor de que uma sucessão de outras perdas, promovida por entes, ao mesmo tempo, inomináveis e já sabidos, ainda esteja por vir caso a 'lição não tenha sido aprendida'. Daí porque as ações reivindicativas de controle sobre os sistemas de objetos auto-produzidos num dado espaço geográfico, isto é, que reivindicam o reconhecimento de seu lugar como uma territorialização válida, vem apenas de parcela dos que experimentam seguidas situações de destituição à revelia. A outra parcela vive em crescente silenciamento, que tanto deriva da revolta contida, por receio de punição, quanto de um dilaceramento profundo do lugar; e do Eu que, ao lugar, dava sentido e neste estava refletido. A palavra escasseia porque as narrativas do *self* e da identidade coletiva vão se paralisando quando continuamente obstruídas devido à desconfiguração da sua situacionalidade substantiva. Os escombros materiais correspondem a uma vida social destruída. Os escombros da vida social exigem um esforço de resistência cotidiana à desfiliação, mas nem todos se sentem capazes para lidar emocional, social e politicamente isso.

Há que considerar as advertências de Freire (2006) acerca de quão desconhecido, embora profunda, é a presença do opressor introjetada nos oprimidos, gerando nestes as narrativas fatalistas. E, ainda, quão pouco sabemos acerca das feridas que a discriminação provoca na substantividade de nosso ser. O fracasso do projeto existencial dos pobres nem sempre é evocável e, quando o é, muitos passam ao largo, fingindo ser inaudível. Assim, se torna melancólica a tentativa de figuração dos oprimidos, que ousam interpelar aqueles que insistem em permanecer alheios, e lhes contar o que havia por detrás daquilo que já nem mesmo é, ou seja, partilhar significados contidos nos objetos e lugares destruídos, compartilhar o sofrimento diante os escombros. Os que estão envolvidos ativamente na produção da cena, embora finjam alheamento, se ausentam escrupulosamente como platéia; quando não, assistem-na ao longe e protegido pelas telas da tv e escarnecem dos acontecimentos, reiterando o argumento de que o grupo que vivencia a tragédia a engendrou autonomamente e, antes que ameace a ordem do entorno, precisa ser removido. Nesse particular, a prostração de afetados nos desastres indica o breu de possibilidades afirmativas em

termos sócio-espaciais, com correspondência ao vazio do entendimento de si no mundo. O desastre é o resultado de um processo nulificador ensejado pelo meio contra o grupo, denota a eficácia das práticas de manutenção da distância social.

Para os grupos afluentes, a incompletude característica da vida social na modernidade resulta no preenchimento provisório de vazios existenciais com práticas, relações e objetos de fácil descarte. Contudo, se considerado o contexto de desigualdade no Brasil, a incompletude dos sujeitos dominantes sugere uma relativa liberdade na construção de suas inúmeras identificações – forjando carapaças mais ou menos resistentes às angústias em torno do que lhes falta – o que não é passível de reprodutibilidade no cotidiano dos sujeitos subalternos, os quais não têm mecanismos para se proteger das diversas formas de expressão das fobias manifestas contra si. Para estes, há o medo derivado do cerceamento constante das identificações que porventura acionem. Não podem remeter agilmente a outro projeto identificador, expresso em alternativas condizentes de territorialidade, bem como lhes falta a amplidão das possibilidades de fruição e descarte de mercadorias que tomam a forma de novas opções de inserção geográfica, de moradia, de exercício do trabalho, de aparência pessoal e de escolha de bens culturais, dentre outras.

O debruçar sobre os muitos casos de desastres relacionados às chuvas no país, com as enchentes e deslizamentos colocando abaixo os projetos de vida dos empobrecidos, permite afirmar que o movimento da população afetada no território brasileiro é fruto não apenas do desejo de encontrar e participar de um lugar melhor para si, ir ao encontro de um progresso mítico, em termos de moradia e emprego, principalmente, mas do afã de evitar *aquele* sofrimento, experimentado de forma humilhante e traumática no território deixado para trás. Partir não significa, necessariamente, aos afetados por desastres, ter clareza e controle sobre onde se quer chegar. Por vezes, é uma prática voltada mais para a mobilização interna do indivíduo ou do grupo, se auto-convencendo de que é possível renovar a página da memória e superar a afasia. É uma mobilidade que se define pelo misto de desalento e ilusão, mas que também, como os demais processos de migração, e tal como aponta Furtado (1992), vai inviabilizando o país como um projeto nacional, escamoteando as tensões, interrompendo o processo de formação de um Estado-nação, o qual exige uma discussão democrática sobre os rumos do desenvolvimento, cerceada pelo discurso hegemônico da técnica, em atendimento incontestável à lógica de acumulação.

É fato que os deslocamentos e flutuações populacionais indicam a subordinação e remodelação do território pelo meio técnico-científico-informacional, sintonizando o aparelho institucional precipuamente aos propósitos do capital (Santos, 1993). Como o capital atua numa lógica multiterritorial, os grupos que se pensam integrados ao circuito econômico num dado momento são descartados no momento seguinte (Haesbaert, 2004; Martins, 2003). Ocorre que esses processos macrossociais dissolvem as dimensões de segurança nos contextos microssociais, desde a segurança pessoal, no trabalho e emprego, na garantia de permanência no lote, na manutenção da moradia e do sustento da família, dentre outros. Nos termos de Martins (2003:20-21):

> A sociedade da promessa da integração no princípio do contrato e da igualdade vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo (...) medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê. Isso é de fato, por inteiro, a exclusão social. É inconsistente reduzir a exclusão à pobreza material (...) A vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras.

A dissociação entre os que estão no lugar e os que o controlam é marcada pela desorganização contínua do espaço, na reinvenção dinâmica da segmentação territorial que deteriora algumas de suas porções para viabilizar benefícios a outras. A vinculação dos efeitos socioambientais deletérios da espacialização dos grupos sociais descartáveis pela lógica econômica – os quais dispõem de restrito elenco de alternativas territoriais – com sua sujeição à recepção arbitrária dos dejetos do território modernizado tende a recrudescer a degradação do espaço de convivência, ou a *injustiça ambiental* (cf. Acselrad, 2010), o que propende a rotina local ao desastre. Ou seja, a ocorrência de desastres aumenta e estes alcançam com mais freqüência os grupos descartáveis porque tais fenômenos exprimem os efeitos crescentemente degenerativos do desenvolvimento desigual e as conexões subordinadas entre os lugares que progridem e os que têm sua existência contestada.

O receio de ter a sua presença no território contestada se espraia no cotidiano dos empobrecidos, para quem os contratos formais podem ser revistos a qualquer momento e as garantias se tornam incertas. As incertezas e inseguranças atravessam o seu lugar de morar, o seu trabalho, o seu trânsito no lugar público, sempre sujeitados a ser encarados como perigosos; a serem levados à suspeição; à batida policial; a ter prontidão em dar explicação sobre os atos mais corriqueiros; levando, enfim, ao paroxismo, o medo para o cotidiano da sua vida social. No lugar público, reporta Martins (2000), o medo tem seu cenário predileto, em vista da forma na anônima e desconfiada como uns se comportam diante dos outros. Ocorre que os pobres vivem um anonimato relativo: identificados por seus trajes, seus costumes, sua linguagem corporal e outros marcadores de inferioridade, destacam-se no imaginário predominante como sendo portadores de uma ameaça indeterminada, porém existente e, por que não dizer, prestes a se manifestar. Para evitar o sobressalto com os prováveis e sorrateiros ataques do grupo, as práticas de segurança pública recomendam atacá-lo antecipadamente, exigindo-lhe documentos, atestado de bons antecedentes, encarcerando-o em delegacias até proceder aos levantamentos criminais ou atirando 'preventivamente'. Assim, o lugar público é o cenário de um medo singular posto que as formas de exercício do anonimato não se dão com o estabelecimento de regras equânimes de trânsito, mas resultam em achaques cuja legitimidade está baseada em identificações provisórias, tornando ali o lugar que expressa a agudeza da ausência de reciprocidade e a possibilidade da morte banal.

Em última instância, o medo mais aterrador que os empobrecidos têm é o relacionado à morte física precoce e à forma como essa ocorrerá. Não raro,

no imaginário social destes, ao lado do temor à exposição mais intensa às formas correntes de violência nas periferias das cidades, são as águas turvas e incontroláveis de enchentes o ambiente concebido como o que apresenta grande perigo à vida, seja pela força da corrente, que pode carrear pessoas à revelia, seja pelas demais ameaças que suas profundezas abrigam e ocultam, incluindo bueiros, redemoinhos e animais vorazes dispostos a atacar tais pessoas na fragilidade de sua condição de autodefesa. A inserção em morros, em áreas de várzeas, igarapés e beiras de rios, repleto de animais peçonhentos, silvestres, indóceis e abandonados, além de vetores de doenças, são as referências espaciais do dia-a-dia que correspondem a esse imaginário. Uma morte, assim, é pavorosa porque se situa em meio à repentina e imprevisível desventura, ao desespero na busca de um 'chão' para fincar os pés, à necessidade impostergável de ar respirável e na impossibilidade de lográ-lo, ao cansaço da luta contra as indomáveis forças da natureza e, por fim, a sujeição à condição de presa de formas selvagens de vida. É, antes de tudo, no escopo dessa representação do mundo, um desfecho condizente com uma trajetória, individual ou coletiva, desviante, que os empobrecidos são, diuturnamente, levados a crer que corresponde ao seu destino e merecimento.

O medo é um sentimento complexo, lembra Tuan (2005), que remete ao sinal de alarme e à ansiedade, o primeiro deflagrado por um evento inesperado e o último derivado de uma ação refreada pela sensação difusa e imprecisa de ameaças que rondam. O medo adentra a rotina dos que moram nos lugares acima, os quais, ainda, estão expostos à vergonha quando o discurso repreensivo da imprensa e do meio perito em emergência e assistência social os culpabiliza pela produção de uma paisagem de desordem, feiúra e de doença. Tudo se passa como se a comunidade que vive em 'área de risco' fosse, deliberadamente, produtora de uma afronta espacial, pois o caos das moradias frágeis que propendem à destruição contradiria a concepção de cidade ensejada pelos setores afluentes. As paisagens materiais de casas precisam lembrar ao citadino, que representa a boa sociedade, que o caos foi controlado e impera a ordem; e que a ordem, em primeira instância, se manifesta no controle dos fenômenos da natureza.

> Cada moradia é uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos; é uma lembrança constante da vulnerabilidade humana. (...) De modo geral, todas as fronteiras construídas pelo homem na superfície terrestre (...) são uma tentativa de manter controladas as forças hostis (Tuan, 2005: 12).

A constância do medo coletivo revela o conteúdo da sociedade a qual não é independente da forma, ou seja, dos objetos geográficos da paisagem (Santos, 1996). O espaço, por conseguinte, é o conjunto dessas formas em movimento as quais, complementa Freire (2006: 17-18), faz girar tudo em torno de certas classes ou grupos, "*afogando o direito dos outros (...) que junta à insensibilidade sua arrogância e malvadez; que chama as classes populares se está de bom humor, 'essa gente', se, de mau humor, 'gentalha'*".

Quando as cidades testemunham os empobrecidos sofrendo riscos à vida em razão da exposição às águas torrenciais, revoltas, contaminadas, imiscuindo dejetos orgânicos, animais peçonhentos e vetores de doenças, não raro, a predisposição à compaixão e solidariedade cedem lugar ao outro pólo da conotação de ordem moral, qual seja, o de distanciamento em relação àquela situação vista como punição exemplar ao comportamento coletivo deplorável do grupo. O distanciamento que os grupos socialmente bem integrados vão tomando dos afetados em desastres apresenta, assim, uma dupla significação: (a) a de não interferir no 'destino merecido' dos que sofrem – a fim de que estes reforcem, na experiência dolorosa, a necessidade de expurgo de seus pressupostos maus atos e (b) a de reforçar o seu covarde auto-convencimento de que as duras penas físicas que os afetados sofrem, até a eliminação final dos mais frágeis, é um elemento de distinção moral em relação aos bons, os quais se mantém, providencial e zelosamente, em segurança. A necessidade que os grupos afluentes têm de reafirmar quadros sociais de memória aferrados à diferenciação moral frente aos empobrecidos que atravessam calamidades é o ponto de partida para uma relação sistematicamente desvinculante com estes no plano prático e, particularmente, no plano político.

A coesão social que tem por base a similaridade econômica é camuflada em similaridade moral. Desde aí, produz um repertório de representações coletivas que mescla as origens morais resultantes do drama alheio ao incômodo com a manifestação desse drama no seu quintal. Isto é, ao mesmo tempo em que descontinuam, destrinçam e recompõem os elementos estruturais da narrativa sobre as mazelas alheias, de modo a operar dissociação com as construções sociais que envolvam a sua própria responsabilidade nos fatos, os grupos afluentes traçam os rumos espaciais de uma convivência intolerante cujo corolário é a ruptura do direito de permanência dos diferentes e inferiores e a insensibilidade para com os desastres que a esses abatem. Os que sofrem a destruição causada 'pela chuva inesperada' – jamais, no discurso oficial, derivado dos processos desiguais de territorialização – devem purgar por sua má conduta, mas fazê-lo sem impor, constrangedoramente, a exposição de sua dor aos grupos que vivem em retidão moral e, além do mais, que são materialmente precavidos. Vivenciar o drama resignadamente, aceitar a condição de desamparo e desvantagem, devido o acerto de contas com seu passado, no qual subjaz seus desvios de conduta, é uma expectativa inerente ao arcabouço cultural racista que permeia a realidade social brasileira e algo que deve se dar longe dos olhos dos virtuosos, os quais se fingem desconectados, assepticamente, dos que vivem nos morros e várzeas das bordas periféricas.

Por fim, conforme destaca Delumeau (2004), na origem do racismo que incita a persistência da barbárie, há o terrível medo do outro, daquele a quem descrevemos, culturalmente, não apenas como o estranho, mas como o ameaçador, que pode contaminar a nossa paisagem e costumes, trazendo e difundindo flagelos e danação ao nosso meio em razão do mal do qual é portador. Nas palavras do autor:

> Ao lado das apreensões vindas do fundo de nós mesmos – medo do mar, da noite – e das motivadas por perigos concretos – terremotos, incêndios, epidemias etc -, devem-se incluir medos mais culturais, que podem, também eles, invadir o indivíduo e as coletividades, fragilizando-os. Como o medo do outro. Na origem deste encontra-se a apreensão provocada pelas pessoas que não conhecemos ou que conhecemos pouco, que vêm de outro lugar, não se parecem conosco e que, principalmente, não têm o mesmo modo de vida que nós. Elas (...) têm códigos que não compreendemos. Têm costumes, comportamentos, práticas culturais que diferem das nossas, não se vestem como nós, não comem como nós (...) elas causam medo, e somos tentados a usá-las como bodes expiatórios em caso de perigo. A humanidade sem dúvida ainda levará muito tempo para combater esse medo do outro, forma particular do medo do desconhecido, que sobe incessantemente à superfície e que está na origem do racismo de todos os tempos (Delumeau, 2004:9).

## 2. Desastres silentes, desastres vocalizados

No Brasil, correntemente, há três grupos de situações relacionadas aos desastres, cada qual caracterizando aspectos da ausência de linearidade entre a realidade concreta e as práticas do Estado. As contradições aparentes entre os referidos grupos de situações não conseguem camuflar as convergências possíveis quando descortinamo-las sob a lógica sociopolítica imperante no país.

A primeira delas é aquela em que, numa dada localidade, ocorre certo conjunto de fenômenos socioambientais os quais poderiam caracterizar um desastre; mas, surpreendentemente, os acontecimentos não encontram a ressonância esperada na vocalização do ente público naquela jurisdição. A realidade concreta e caótica não guarda a devida correspondência com o discurso político e a prática do Estado, seja na comunicação como nos trâmites relacionados às emergências. Esse primeiro grupo de desastres são os silentes, situação em que o agente autorizado a nomeá-lo oficial e publicamente, e nisso respaldando providências urgentes para minimizar as adversidades ali surgidas no cotidiano do grupo social afetado, não o faz. O estranhamento fica ainda maior quando, num segundo grupo de desastres, há o brandir oficial da condição de desastre e a priorização das providências do ente público sem que haja correspondência com um conjunto de fenômenos adversos, seja no grau de severidade de perdas e danos havidos ou no estágio de degradação humana a que são levados os afetados naquela localidade. E há um terceiro grupo de desastres, que são aqueles de ocorrência sucessiva, numa mesma localidade. A repetição, em anos consecutivos, dos mesmos fenômenos socioambientais adversos e dos mesmos grupos sociais afetados não é motivo de embaraço das autoridades e o cumprimento dessa regularidade não lhes chega a ser desconcertante, nem sequer para que se rompa com o uso do argumento em torno da subtaneidade do evento. O uso, pelas autoridades competentes, da assertiva 'fomos surpreendidos!' quando da recorrência tanto do fator ameaçante, como as chuvas intensas, quanto da

vulnerabilidade social frente às mesmas, denota a inequívoca desfaçatez que há no não arejamento discursivo, o que denota a desvinculação da responsabilidade do gestor da sucessão de agravos ao processo de territorialização dos grupos sociais fragilizados ali inseridos. Isto é, ausência de *accountability*.

Diante tais situações, é lícito indagar: afinal, o desastre é algo que 'está aí', objetivado? É um infortúnio coletivo, isto é, um acontecimento adverso, mas também inesperado? Ou é previsível, resultando de uma sucessão de ações e omissões? Ou, ainda, se trata apenas de um discurso de certos sujeitos sobre o mundo?

Diríamos que, em vista do debate atual em Sociologia dos Desastres, todas as proposições acima são válidas, embora, a princípio, contraditórias. Uma coisa é o espaço circunstancialmente desconfigurado, que torna os sistemas de objetos e os sistemas de ações arbitrariamente disfuncionais. Outra, são os sujeitos que interpelam essa cena e, no seu arcabouço de experiência, de envolvimento com o problema, de sua matriz sócio-cultural, política e econômica, passam a defini-la de tal ou qual modo. Outra, ainda, são as conveniências oficiais para ajustar a classificação das circunstâncias do mundo ao conjunto de forças que definem a ordem territorial local – subvertendo o uso do conceito de desastre para adotá-lo ou renegá-lo conforme convenha – ou, no sentido oposto, a mobilização social para conclamar o reconhecimento de seu drama quando este é obscurecido.

Os desastres silentes são expressões da dessocialização levada ao limite. Convertem-se, no plano político, em ocorrências que ficam deliberadamente ao largo do discurso e da pauta de prioridades do executivo local, que caminha na rotina como se nenhum fenômeno de destruição socioambiental estivesse em curso na área sob a sua jurisdição, uma vez que a mesma passa ser incorporada na já naturalizada paisagem desoladora da pobreza. A degradação "normal" e "anormal" do espaço entra, nesse caso, em auto-ajustamento e invisibilidade a ponto de permitir a preterição das intervenções da máquina pública. Exemplos há quando bordas periféricas urbanas altamente adensadas – cujos moradores se vêem num cotidiano repleto de perigos, que mesclam ameaças às suas vidas, sua saúde, suas moradias e os objetos ali contidos, além de suas rotinas – exigem ações emergenciais do ente público, mas não encontram acolhimento do governante. Se o drama ali havido não tomar o interesse da imprensa ou não prejudicar o andamento dos sistemas de objetos e de ações que interessam à acumulação, a inação do ente público fica mais evidente.

O desprestígio do grupo afetado junto ao Estado implica que suas interações com os agentes que atuam nas emergências não estão ancoradas na idéia de proteção dos direitos elementares de cidadania. Estes direitos que já eram aviltados no contexto precedente do desastre – incluindo compor uma de suas importantes causas – se tornam ainda menos considerados quando o desastre é ignorado ou quando, sob a pressão e os refletores da mídia, a explicação e ação pública são contundentes na culpabilização das vítimas, responsabilizando-as pelo seu contexto de forma nitidamente preconceituosa.

## 3. O desastre como o inaceitável diante da aceitável injustiça vivida

O processo sócio-histórico que torna aceitável aos setores afluentes das cidades brasileiras contribuírem na espacialização deteriorada da pobreza – implicação essa mal disfarçada nas feições e comentários de desconforto frente ao território 'feio e violento' que toma um caráter meramente paisagístico – perpetra o discurso dos órgãos de emergência voltado para a busca do 'retorno da normalidade' após o desastre. Mas, a 'normalidade' a qual tal discurso reporta é a que persiste segregando os pobres nos retalhos da terra que circunstancialmente ficam fora dos interesses centrais do mercado imobiliário.

A pobreza é um desastre social, mas a tal ponto banalizado que o imaginário social se lhe suprimiu urgência nas providências de erradicação. Vai daí que aquilo ora tomado por desastre nos assentamentos precários é o que, ainda, vigora como sendo algo inaceitável, mas que, na naturalização da desigualdade, pode rumar para algo plenamente absorvido e aceitável pela boa sociedade. O inaceitável, para os empobrecidos afetados, é o rompimento, para pior, do *continuum* da carência e privação até então, administráveis. Um rompimento que não encontra meios de ser suplantado. Ocorre que o inaceitável para os afetados pode ser aceitável para a boa sociedade de tal forma que apenas os primeiros denominarão o fenômeno como desastre. E, sem esse eco, ficarão a mercê de providências públicas insuficientes; sentindo, mais uma vez, a força da realidade política discriminatória.

Poucos caminhos se colocam aos desvalidos nos desastres silentes ou assumidos pelo ente público. Desalojados e desabrigados cavam com as mãos o lamaçal, a procura de seus mortos; são levados a chafurdar no lixo, em meio ao qual submerge fragmentos de sua moradia, à busca dos objetos penosamente adquiridos; ali priorizam, além da busca dos entes queridos falecidos, o resgate de documentos que lhes conferem, junto ao Estado e aos demais, o mínimo de identificação social para compor direitos de sobrevivência no mundo da ordem: a carteira de identidade (RG), o cartão do INSS, o cartão do CPF, a carteira de trabalho, a carteira com algum dinheiro, a guia do serviço médico...

Os espectros humanos que se tornam os grupos desabrigados e desalojados – que vivenciam o desastre com um misto de dor e exaustão, com roupas e corpos encharcados e sujos de barro, mas impossibilitados de priorizar os cuidados imediatos de si para salvar o pouco do sistema de objetos nos quais possam se reconhecer – são  expressão da luta para restituir alguma materialidade a seus projetos alternativos da rala sobrevivência, evitando sua fantasmagoria total. "Minha casa era aqui!", eis a vocalização em busca de eco, esperançosa que o outro lhe constate a veracidade. Amputados na identidade, mas não de todo invalidados, mantém a cada pequeno objeto recuperado o sentido maior de tais projetos, a força para elaboração argumentos visando o auto-convencimento no mister de seguir em frente: a foto da família, o brinquedo de estimação do filho, a imagem do santo protetor...

A profusão e intensificação de desastres relacionados às chuvas, resultante da vulnerabilidade estrutural, e não enfrentada, dos territórios dos empobrecidos, é um mecanismo de abate moral e físico do grupo. As chuvas serão representadas como a 'natureza em fúria', levando parte da responsabilidade pelo serviço do aniquilamento dos *losers*. A outra parte, será tida como suicídio coletivo, 'da gentalha que sabia que morar lá era perigoso...'

### 3.1 Intervenção na paisagem desagradável: o ápice da barbárie no discurso higienista da remoção

Se a produção social da territorialização precária dos empobrecidos é parte constituinte de um processo maior de organização espacial fundada na desigualdade – o qual é intensificado na cidade -, aquilo que é denominado pelo Estado como 'área de risco' também não se explica apenas como uma referência geográfica e tampouco como algo isolado. Está-se diante de uma tessitura sócio-espacial na qual o ordenamento territorial para os setores abastados reflete, de forma assimétrica, as possibilidades locacionais para os demais. Assim, a narrativa do meio perito que aponta 'ali é uma área de risco', acompanhada da imagem na forma de fotos e mapas, é urdida para suscitar, naquele que a absorve, a concepção equivocada de que é apenas no interior da vida cotidiana dos pobres – essa, ainda, na sua rudeza, traduzida como preguiça, ausência de valores, ignorância, má índole – que se encontram os elementos explicativos do aparecimento e recrudescimento dos riscos. Nisso, procura-se dissociar os processos de afluência expressos territorialmente, fruto da parceria do setor privado e do poder público, daqueles que dão concretude à degradação humana na forma de ocupação e uso do solo.

O discurso que, na sua elaboração e persuasiva difusão, promove a dissociação dos processos supra, inerentemente imbricados, é promotor de uma prática última de assepsia, qual seja, a de tomar uma distância higiênica cada vez maior daquilo mesmo que seus agentes criam. Um aspecto da distância social é a má figuração do esquecimento, isto é, da ambivalência da situação de *abandono vigiado*, na qual o menosprezo social ao sofrimento dos que vivem intranqüilos, devido à conjugação das chuvas com a ausência de acesso às favorabilidades da tecnologia construtiva, é transmutado em problema de segurança pública. As providências se resumem à encomenda de estudos técnicos, com a cartografização da área e o monitoramento do território dos pobres sem a devida correspondência com providências para assisti-lo dignamente (Valencio, 2009). O corolário da racionalidade dissociativa da territorialização dos empobrecidos e do entorno é a remoção destes, resguardando o local e seu potencial de uso para outras finalidades.

A remoção indica uma intervenção paisagística radical, cujas conseqüências, para a vida dos que ali se constituem, são pouco avaliadas e sequer é o propósito da administração pública fazê-lo. Os argumentos do ente público em prol da remoção são deflagrados, num primeiro momento, com a justificativa de preocupações com a vida dos moradores, mas não tarda explicitar-se a associação coisificante entre o território, a moradia e as pessoas. 'As moradias serão

removidas' é uma assertiva, em si mesma, violenta, no que concerne à espacialização dos empobrecidos, posto que desvincule o objeto de seu sentido, o conteúdo e seus vínculos, o lar e a vida cotidiana que integra a sociabilidade no seu interior e no seu entorno. Porém, a atualização da assertiva para 'as pessoas serão removidas' é ainda mais aviltante, posto que ultrapasse o respeito elementar à condição humana do outro, designando-o como um objeto a ser moldado e afeito a receber, passiva e naturalmente, um comando externo ao seu próprio arbítrio. 'Remover as pessoas' ou similares, como 'retirar as pessoas' é um argumento que deixa implícito não apenas a ausência de diálogo com aquele que sofrerá a ação, mas a idéia de incontestabilidade do comando proferido. A ordem para que um determinado grupo seja 'removido' têm o traço relacional monológico fundado na desqualificação radical da natureza social de quem é objeto da ação autoritária, o que contradiz o sub-argumento de que tal prática vise o bem de quem, docilmente, obedece.

Antes mesmo de configurar a prática de retirada de pessoas de 'áreas de risco', por vezes, associada aos ares de tolerância do agente do Estado, que concede que essas levem consigo limitado conjunto de pertences, o discurso da remoção emerge do imaginário obtuso dos que consideram que os empobrecidos precisam ser cerceados da sua condição de decidir por si mesmo sobre o seu destino, de espacializar sua própria existência por seu livre arbítrio e de, enfim, reconhecer em si a condição humana.  O discurso da remoção é, assim, de uma desumanização radical.

O que urge, na pressão do meio envolvente e nas providências dos agentes do Estado, subjacente à remoção/retirada das pessoas das 'áreas de risco', é a promoção da paisagem saneada. É esta a razão pela qual os agentes do Estado dizem, com igual desembaraço, 'remover as casas' e 'remover as pessoas', para tirar rapidamente da vista dos estabelecidos o problema, que associa questões estéticas e higiênicas.  A desumanização dos grupos em 'áreas de risco' engendra a compreensão que não há pessoas em convivência com o lixo e expostas à contaminação, sendo elas próprias tornadas como tal, seres descartáveis, fétidos, passíveis de contaminar o território maior caso um rígido cordão sanitário tardar. As ações municipais de cartografização de 'áreas de risco', para as quais a comunidade cientifica oferece seus préstimos, vem delimitar geograficamente, e sem nenhuma sutileza, a espacialização da pobreza, olvidando a correlação da produção territorial de loteamentos e condomínios de alto padrão, de plantas industriais altamente poluentes e da permeabilização desenfreada do solo e as enchentes, deslizamentos e fenômenos correspondentes nos bairros que carecem de infra-estrutura. Sacar o mapa de risco e focalizar para ele a atenção é uma performatividade silenciadora, pois tanto obscurece a dimensão política da produção daquela informação, travestida em uma tecnicalidade pretensamente neutra e impessoal, quanto rebate os que criticam a inoperância do poder público para promover a remoção dos grupos cuja territorialização incomoda aos bem inseridos. O mapa de risco 'diz' que não é possível ficar naquele lugar, que é imperiosa a necessidade de saída dali, a qual o Estado procederá de forma compulsória caso o morador não o faça por seus próprios meios.

Assim é que ao ato de desocupação rápida do local, não raro feito com práticas de uma violência mais explícita, segue-se a transformação de moradores em desajolados e desabrigados, sem uma solução habitacional em curso. Viver num abrigo provisório é, assim, "viver num contexto de empréstimo, num espaço incerto" (Freire, 2006: 51). A arbitrariedade e insensibilidade na evacuação das pessoas do local – na qual a decisão unilateral, as máquinas e o pessoal, com respectivos rangidos de motor, gritos de ordem e afins, constituem instrumentos de pressão – deriva da mesma racionalidade pública que torna desimportante os infortúnios passados, presentes e futuros dos que foram expulsos. A "recuperação" da paisagem, no geral, infundida de objetos e de regras mais rígidas que sinalizam interdição de uso para fins de moradia – cercas, muros, parques, praças – torna-se prioridade da gestão pública e não propriamente os compromissos com o destino dos desterritorializados, para quem a privação e a incerteza são as parceiras únicas e recorrentes.

O aspecto limitante da ausência, nas casas e na comunidade, de tecnologias amenizadoras dos efeitos das ameaças naturais, como as chuvas, encontra seu ápice quando tal ambiente se transforma literalmente numa cloaca, carreando para dentro si toda a gama de dejetos e resíduos do consumismo desenfreado do qual, os que ali vivem, pouco participam. Não basta, aos pobres, lidar com os detritos gerados no próprio lugar, a que o serviço público recolhe ineficientemente; é preciso conviver com os outros tantos detritos que para ali converge, no caldo nocivo que, com as águas pluviais, a tudo e a todos dali envolve, desorganizando o já precário ajustamento da pobreza no território.

Nessa lógica operativa das relações sociais, forma e conteúdo se correspondem na inferiorização dos afetados: se a forma constitutiva do espaço é a da imersão de um coletivo humano no lixo, o conteúdo desse espaço passa a indicar no imaginário corrente que os que ali vivem são, igualmente, um lixo, inumanos, dejetos, dos quais se deve tomar uma distância asséptica, a quem se deve descartar; de quem não se pode esperar senão que cometam imundices; que propendam ao crime e à toda a sorte de más ações típicas dos que são incapazes de apreender e se adequar aos códigos civilizados. Enfim, a boa sociedade deve, preventiva e pudicamente, livrar-se deles. Corresponde dizer que o contexto espacial de inserção do pobre é, antes, um reflexo de sua identidade pessoal e social, a qual propenderia para uma auto-produção moralmente degradada.

Identidade e território estariam, assim, associados para instaurar e incitar fluxos sociais negativos para o meio abrangente. Posto dessa forma, conclui-se que não basta sanear aquele meio para a fruição daquele grupo, mas saneá-lo eliminando ambos, o sujeito e o meio que, nessa visão, se interpenetram. A penúria naturalizada que atravessa o cotidiano do pobre, nos escassos e frágeis bens que lhe é possível, com sacrifícios, dispor, encontra, dessa forma, um estágio mais agravado de rudeza da vida, que é a opressão oriunda do preconceito dos que lhe negam o direito de pertencimento ao lugar, seja ao bairro, à cidade, ao município.

### 3.1.1 A perda da concha e a perda de si: da casa ao corpo, os referentes externos da identidade

Uma moradia destruída ou a qual o sujeito se veja obrigado a abandonar intempestivamente é um pedaço da identidade arrancada subitamente. Sobre ela, seus membros erguem, do despertar ao devaneio, as possibilidades de atuar no mundo e ser parte dele. O suporte da casa não está apenas nos objetos materiais disponíveis diretamente aos vários afazeres e finalidades – na forma de vestimentas para trabalho e para passeio, nos utensílios domésticos, nos materiais escolares e instrumentos de trabalho – ou indiretamente relacionados, como os objetos de higiene pessoal, de entretenimento, de exercício de práticas religiosas, de repouso. Está na cumplicidade da casa antropoformizada, conforme o imaginário social corrente. É cúmplice quando inventamos papéis e personagens os quais precisamos testar na intimidade para, convencendo-nos, obter alguma segurança para uma figuração externa, quando sentimos que 'o mundo desaba', na perda do emprego, de um ente querido, de um amor, e podemos voltar para o nosso canto que é, também, na topoanálise de Bachelard (2003), um necessário espaço para o recolhimento interior; estar em casa é quando, no geral e enfim, buscamos ser 'nós mesmos', o que implica na manutenção do *habitus,* o que confere níveis de segurança propiciados tanto pelo sentimento de bem-estar quanto por saber da tolerância mais alargada dos que conosco partilham aquele espaço.

A casa antropoformizada é esse parente compreensivo, que protege maternalmente, assiste confidentemente aos bons e maus momentos de seus membros; é o porto seguro, de onde partir e para onde voltar quando o ser-no-mundo se exercita, entre êxitos e frustrações. Transfigura-se no fiel depositário da memória do grupo convivente quando este tende a fragmentar-se. A moradia que alcança essa representação para os membros da família assume, no desastre, a configuração de um ente enfermo e, por fim, falecido. Para além de todos os embaraços relacionados às dimensões objetivas da existência, uma vez que os objetos 'engolidos' pelas águas pluviais e pela lama privam ou dificultam o exercício dos afazeres supra, a família experimenta o luto com a perda da moradia. Ocorre como se não apenas as lembranças dos acontecimentos ali havidos e os projetos de futuro que contavam com aquele ancoradouro tivessem sido usurpados, mas como se a própria concepção espacial de segurança psicossocial, que imiscui acolhimento e intimidade, fosse instantaneamente esvaziada. Com o desabamento do mundo material, da casa que perdeu a *luta contra a tempestade* (cf. Bachelard, 2003), há o correspondente desabamento do mundo simbólico. A casa subjetiva, que referencia a elaboração e reafirmação das identidades dos afetados, se torna uma ruína e se desdobra na miséria da condição humana dos que se compuseram ou foram coesionados sob seu teto.

Não há repouso, nem refúgio, tampouco coesão dos membros e coesão psíquica sem a presença da casa, pois dessa depende a topografia do nosso ser social. E também de nosso ser íntimo, afirma Bachelard (2003: 25), que continua: a casa "*mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida*", pois só 'moramos' em nós mesmos se nos é possível arbitrar quando e de

que forma o mundo pode ou não entrar no espaço de nossa intimidade protegida. Abrigos provisórios, como espaços coletivos e públicos que 'depositam' os corpos vivos, descuram das identidades, tornam cada família e cada indivíduo propensos à dispersão e às hostilidades. O medo, na forma de sinais de alarme e angústia, se avoluma. As lembranças tristes do momento do colapso da casa, mais e mais são revividas, consolidando sua personificação, filiação e bravura:

> E a casa, contra essa matilha que pouco a pouco se desencadeia, torna-se o verdadeiro ser de uma humanidade pura, o ser que se defende sem jamais ter a responsabilidade de atacar (...) A casa adquire as energias físicas e morais de um corpo humano. Ela curva as costas sob o aguaceiro (...) Sob as rajadas, dobra-se quando é preciso dobrar-se, segura de poder endireitar-se de novo no momento certo, desmentindo sempre as derrotas passageiras (...) A casa vivida não é uma casa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico (Bachelard, 2003: 27-29).

Um estágio mais avançado de perda e sofrimento, para além da moradia, é o da desidentificação do Eu seja por meio do corpo como das relações, o que configura a própria existência social. Este que se converte no último refúgio dos desterritorializados, invoca os resquícios da humanização da vida. Para os desabrigados e desalojados, o corpo destratado pela indumentária precária que o cobre, por vezes, indumentária rota, suja ou mal ajambrada, devido às restrições para substituí-la, seguido da humilhação da necessidade de submeter-se resignadamente à recepção de roupas e calçados já usados e cuja doação, em quantidade, qualidade e preferência estética, obedecem a critérios externos, é um corpo submisso. As mudas de roupas disponibilizadas nem sempre são em quantidade que permita as trocas conforme a rotina de higiene pessoal, sobretudo, as peças íntimas e há deformações na roupa e calçados pras as quais não há ajustes senão pela dor e pelo incômodo físico daquele que as recebe.

Para além das vestes, a aparência é composta de demais aspectos que apresentam o sujeito a si mesmo e ao outro: suas práticas de assepsia pessoal e de demonstração de zelo com pele e pelos, o ato de pentear e o estilo do penteado, barbear-se ou depilar-se, as fragrâncias que compõem sua presença. Desajolados e desabrigados são grupos que, na destituição da casa, são cerceados de autodeterminação para recompor o corpo: à submissão ao vestuário de outrem, desidentificador, seguem normas de moradias alheias e abrigos coletivos que impõem os limites para as práticas íntimas de banhar-se, escovar-se, dedicar-se a aparência, o que inclui restrições ao descanso e devaneio. Daí porque não ser raro que as idas e vindas de abrigos coletivos às moradias de parentes e amigos, enquanto se espera pela condição de produzir uma nova moradia, tenham como mote a busca por um direito maior à privacidade, a cuidar de si e evitar ser chamado de 'vagabundo'. O 'sentir-se em casa' (cf. Rolnik, 2005) está fora dos arranjos concretos de desajolados e desabrigados, os quais conhecem a extensiva devastação psíquica e social da mistura de perdas e deslocamento espaciais involuntários. A inoperância do ente público e a inviabilidade/insuficiência dos esforços da família para prover uma nova moradia são caminhos

para que, sobretudo entre as mulheres, a paulatina perda da vaidade e da auto-estima se manifeste.

No abrigo provisório, 'o tempo passa gota a gota', tal como expressa Levi (1988) ao reportar a vida num campo de concentração. No abrigo, igualmente ao campo e demais locais portadores da racionalidade de instituições totais, a destituição de um espaço de intimidade produz aos mais ínfimos objetos e hábitos os mais amplos significados:

> Estas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgão de nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar perde-las (...) imagine-se agora um homem privado não apenas dos seres queridos mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo o que possuía; ele será um ser vazio, reduzido à puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência (Levi,1988: 25).

Para os que resistem em suas moradias 'adoecidas' – ou seja, não as abandona quando ameaçam ruir ou serem invadidas pelas águas – o corpo também é vitimado, exposto aos inúmeros agentes de contaminação e riscos de desabamento. O preço da resistência é a doença e a pecha de insanidade.

A supressão do ente querido e de estreita relação cotidiana, vitimado fatalmente no desastre, é axiomática tanto do sentido último da relação do Estado com os empobrecidos quanto do esvaziamento existencial daqueles que padecem a perda de amigos e familiares em meio aos escombros. Entretanto, como lembra Levi (1988), aquele que é levado à morte por ação ou omissão dos agentes do Estado é quem dispõem da dimensão maior da barbárie cometida. A impossibilidade de auto-expressão do morto não impede que as circunstâncias da morte, além da própria morte, sejam *per se* expressivas e acusatórias da trama do preconceito e do descaso social que recaiu em sua pessoa e potencialmente recairiam naqueles que, nas mesmas circunstâncias socioambientais, sobreviveram. Tudo, na cena dos desastres relacionados às chuvas no Brasil, denota a generalização do descompromisso com o viés de classe: a morte que, de evitável, se torna freqüente; os corpos inertes, cujas medidas mais imediatas de recuperação dependem das práticas solidárias dos familiares e vizinhos compadecidos; a busca oficial finda sem a devida recuperação e entrega dos corpos, privando a família dos rituais de luto; a entrega do corpo feita sem a compensação oficial pela perda e para os rituais de luto.

Conforme adverte Martins (2003), populações em situações anômicas são impedidas de manifestar o conflito e um projeto para si. E, complementa Rolnik (2005): aqueles para quem o mundo é assaz movediço têm a sociabilidade e a sobrevivência psíquica forjados apenas no compartilhamento das feridas, que são a coisa real e conhecida para referenciar aspectos e sentidos dos modos de ser.

## Para concluir: vida de passarinho também é padecimento

Certa vez, a companhia de assento com um falante rapazinho de 11 anos de idade, num vôo de Brasília a Porto Velho – ele retornava ao seu estado natal após participar, como delegado, de uma conferência infanto-juvenil no tema ambiental –, me permitiu colher um relato casual das agruras pelas quais passava sua família que, nos rincões de Rondônia, teimava na idéia de inserir-se na porção urbana de um dos municípios interioranos. A cada casa levantada às duras penas, a estação forte das chuvas a destruída, devorando-a pelo piso. Reconstruída num nível mais elevado em relação ao terreno, as águas vinham um nível acima, e junto com elas, as cobras e tudo o mais que tornava o piso um ambiente inseguro para colocar os pés. A família, então, abandonava o terreno, sem esperança de comprador; e, dizia-me o menino, ia em busca de um novo e promissor terreno, dentro de suas possibilidades, mas nunca vencendo a contento a brabeza das águas. Conclui o relato: "Levamos vida de passarinho..."

Vida de passarinho, para mim, até ali, era uma imagem poética, que só poderia exprimir coisa boa: liberdade, beleza, paz, uma vida melodiosa e plena. Mas, súbito, dei-me conta de que o contexto remetia ao seu exato oposto: a necessidade de partir quando o desejo era o de ficar, a angústia, o temor, uma vida difícil e incerta. A expressão delicada, ambiguamente, tão contundente e triste, proferida por uma boca infantil e tão cheia de esperança em sua participação política precoce, permitiu antever qual era, em última instância, o desejo do menino: o de deixar de ter 'vida de passarinho' para ter vida de gente, vida cidadã, com lugar seguro para 'pousar'.

Os acontecimentos coletivos disruptivos da vida material, subjetiva e social, ora denominados desastres, são decorrência e, ao mesmo tempo, geradores, da 'vida de passarinho' de muitos milhares de brasileiros e a tendência é ascendente. O fato de alguns desastres alçarem o reconhecimento oficial como situação de emergência ou estado de calamidade pública não significa que as mazelas publicizadas sejam objetos de políticas públicas visando sua efetiva redução ou mitigação. O alarde oficial em torno delas, instrumentalizando a comoção pública, não corresponde, necessariamente, a providências que eliminem a penúria e contrabalancem as perdas. A vocalização pública do reconhecimento da situação como sendo um desastre, ao contrário, tem servido para que a atenção concentrada do gestor passe a dedicar-se, empenhada e prioritariamente à busca de um estado de normalidade que elimina os empobrecidos da cena, através das práticas coisificantes de remoção.

É preciso que a singularidade da forma como as práticas de remoção se traduzem em cada município do país, isto é, a especificidade dos processos de territorialização dos empobrecidos locais, não acoberte a similaridade da lógica governante, que é a da desigualdade social. As mazelas dos grupos cuja existência é sujeita à contestação não começam quando as chuvas irrompem, inundando suas moradias ou levando-as morro abaixo. Os problemas de habitação, de drenagem urbana, de falta de educação formal, de assistência social, se saúde e afins, são antecedentes e se interpenetram. As chuvas apenas relembram ao grupo que este, desde sempre, é um ente social indesejável.

Remoção, sofrimento e morte formam o tripé característico dos moradores das 'áreas de risco' e define o patamar da violência consentida contra os empobrecidos. Tal tripé denota a ambivalência do projeto modernizador nacional: de um lado, remete a uma moralidade repressora para formatar os juízos em relação à territorialização dos empobrecidos enquanto o Estado alarga a permissividade junto aos que exaurem os recursos naturais, concentram a terra, produzem resíduos e desenham as tragédias das águas pluviais que, se geram incômodos à sua própria rotina, abatem os demais. Esse mesmo Estado reforça as hostilidades abertas aos pobres, vistos como o grupo que atenta contra a aprazível paisagem do *locus* da civilidade, a cidade. A barbárie recorrente, mas, ainda assim, inconfessável, praticada pela boa sociedade, dá-se, entre outros, pelo instituto da letargia do Estado nas ações de proteção ao direito de morar de todos e na sua contribuição à progressiva dessocializaçao dos afetados por desastres. Sendo o fulcro desta breve reflexão a crítica ao desenvolvimento desigual, esvazia-se de sentido supor, equivocadamente, que estejamos a fazer apologia à invasão de encostas, morros, áreas de várzea e bordas de mananciais. Suposição melhor seria a de que é necessário suscitar um questionamento social mais amplo, indagando-nos ao espelho dos olhos do outro: é esse um caminho válido para a nossa humanização? A esse respeito, ensina Martins (2000:19):

> Se levarmos em conta a historicidade do homem, o homem como autor e protagonista de sua própria história, a história de sua humanização, a modernidade só é possível como momento contraditório dessa humanização. A capacidade de justificar o injustificável, de fabular sobre o progresso. Momento que, por sua vez, cobra do homem o tributo de sua coisificação, de seu estranhamento em relação a si próprio, no ver-se pela mediação alienadora de um outro que é ele mesmo, embora não pareça.

A intencionalidade de classe nas composições assimétricas do espaço exerce pressão para segregar e, após, negligenciar os segmentos economicamente mais vulneráveis, levando-os à instabilidade do viver. Fruto da segregação sócio-espacial é a dimensão fragmentada da percepção cotidiana da vida urbana pelos estratos superiores, cuja visão histórica propiciada pela boa educação serve às amenidades de conversas de salão, mas não condiz com os comentários e a insensibilidade das práticas diante o sofrimento social à sua frente. Obnubilar o pensamento crítico se torna obrigatório aos que não abrem mão das comodidades e imperativos da gestão racionalizadora da vida. Conforme Souza (1994), o que deriva da fragmentação do espaço e do tempo, da geografia e da história, é a indiferença ao sofrimento social, que se converte em desumanização de quem assiste e participa ativamente do cotidiano de desenraizamento e deshistoricização. As práticas desumanizantes são as que inviabilizam a garantia de direitos, continua a autora supra, e a construção e destruição de territórios é uma forma como o capital materializa esse intento. A água e a lama, que a tudo invadem e contaminam, são elementos ambientais integrados aos novos sistemas de objeto de apartação social, como o são os tratores e marretas que der-

rubam moradias para impelir os moradores a renunciar ao lugar. O grupo que não tem controle sob o seu lugar está sempre atravessado e atravessando a territorialidade alheia, colocado sempre em circunstância de transeunte e perece quando afirma o seu direito de ficar.

A cotidianidade da produção do espaço do pobre na modernidade postiça é um estado permanente de incertezas e de luta pelo provimento parco, em termos materiais e relacionais, de sua dignidade sempre combalida. A territorialidade desprotegida suscetibiliza os moradores das chamadas 'áreas de risco' não apenas ao entorno propenso às inúmeras ameaças ambientais, mas aos riscos sociais, de confronto e de banimento que perpassam o seu cotidiano.

A barbárie só é evitada com uma mudança de rumo e protagonismo social.

A maneira de consegui-lo, segundo Furtado (1992), é abandonarmos ilusões e exorcizarmos fantasmas de uma modernidade calcada num mimetismo cultural esterilizante, para confiar que, no conhecimento de nossa própria história, possamos procurar um modo próprio para garantir a difusão da cidadania e a justeza das decisões políticas. Ou, como ensina Martins (2003), reconhecer os indícios da desumanização da sociedade contemporânea pela indiferença como proliferam, no seu seio, aqueles que não têm esperança; portanto, a modernização incompleta é o inverso de um projeto autenticamente civilizacional, pois nem protege os homens dos reveses da natureza nem tampouco os protege contra eles próprios.  Nesse sentido, é possível dizer que os desastres relacionados às chuvas no Brasil são mais do que o resultado da ausência de medidas prioritárias das instituições públicas para a prevenção e preparação dos empobrecidos; fazem parte do repertório de valores macrossociais que aceita as tragédias do grupo como oportunidade para puni-lo, fazendo-o purgar para, nisso, revalidar as regras mais gerais da sociabilidade urbana, as quais remetem ao assentimento de tudo que condiga, apenas, ao universo cultural da afluência.

## Referências


ACSELRAD, Henri (2010). Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, p. 103-120.

BACHELARD, Gaston (2003). **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes.

DELUMEAU, Jean (2004). A realidade do mito. Folha de São Paulo. Caderno Mais, 15 de agosto de 2004, p. 8-10.

FREIRE, Paulo (2006). **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho d'Água.

FURTADO, Celso (1992). **Brasil** - A construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HAESBAERT, Rogério (2004). **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade . 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LEVI, Primo (1988). **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Editora Rocco.

MARTINS, José de Souza (2000). **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, José de Souza (2003) **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes.

ROLNIK, Sueli (2005). Subjetividade antropofágica. D. Lins, C. Feitosa...[*et al*].**Razão nômade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. p.89-109.

SANTOS, Milton (1993) **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec.

SANTOS, Milton (1996) **Metamorfoses do espaço habitado**. 4.a ed. São Paulo: Editora Hucitec.

SANTOS, Milton (1998). **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec.

SOUZA, Maria Adélia Ap. (1994) Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. M. Santos; M. A. Ap. Souza; M. M. Silveira (orgs) **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, ANPUR. p. 21-28.

TAVARES, Maria da Conceição (1979). **Da substituição das importações ao capitalismo financeiro** – ensaios sobre economia brasileira. 8.a ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

TUAN, Yi-Fu (2005) **Paisagem do Medo**. São Paulo: Editora UNESP.

VALENCIO, Norma. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. N. Valencio; M. Siena; V. Marchezini; J.C. Gonçalves (orgs). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009, 34-47.

Capítulo 3

# Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização[1, 2]

*Norma Valencio*
*Beatriz Janine Ribeiro Pavan*
*Mariana Siena*
*Victor Marchezini*

## Introdução

Pessoas em situação de rua vivenciam inúmeras dificuldades. A mais evidente delas, a sua territorialização precária. A vulnerabilidade locacional sujeita o grupo às diversas dimensões de desamparo: desconforto face às intempéries; insalubridade; insegurança frente aos estabelecidos que lhe dirige olhares de desconfiança. Se o desamparo é um estado característico do viver citadino contemporâneo e se revela na falta de garantias quanto ao futuro (Menezes, 2006), podemos afirmar que a população em situação de rua vive num desamparo levado ao paroxismo. As lutas pela reconstrução dos sentidos de si no mundo são cotidianas e permanente objeto de angústia. O contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera. Como coisa fora do lugar e impura, o meio envolvente, numa ética disciplinar, destrói, desmonta e desfaz as possibilidades de reprodução das práticas que garantem a sobrevivência do grupo erodindo, por conseguinte, os sentidos ancorados na paisagem e nas relações, sempre fugidias.

A contingência em que está mergulhada o grupo é ainda mais acentuada devido à progressiva ausência de tolerância para com os *losers* o que é alimentado pela distância social imposta num quadro de desigualdade estrutural. Conforme Bauman (1998), a responsabilidade em relação ao outro, como um comportamento moral, surge da condição de proximidade. Daí porque as estratégias de manutenção da distância social refreiam o impulso de julgar o sofrimento do outro como algo que nos diga respeito, afirma o autor, possibilitando, assim, uma administração coletiva e conservadora da intersubjetividade de tal modo que não permita aos *losers* tornarem-se sujeitos; e, por conseguinte, apontarem para a necessidade de outro padrão de sociabilidade.

---

1. Esse capítulo foi publicado originalmente na forma de artigo, com o mesmo título, junto à Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v 7, n 21, dez 2008, p. 556-605.

2. Apoio: MCT/CNPq.

As pessoas em situação de rua são como estranhos que não participam do *espetáculo* social. Estes fazem o papel da "não-pessoa", o que implica numa relação de desrespeito e discrepância frente aos indivíduos atuantes. Goffman (2005) atenta para os princípios de organização da sociedade, os quais se baseiam em indivíduos portadores de certas características sociais, o que lhes permite esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Todavia, para as pessoas em situação de rua, estas características sociais que culminam em aceitação e integração social não conseguem aflorar e as "primeiras impressões" revelam-nas como gente com persistentes carências. A negação de reconhecer estas pessoas como parte constitutiva da sociedade carrega "*precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de que possa escapar do que é, possa fugir e de repente ver-se livre da própria condição*", ameaçando a convivência com os estabelecidos dentro da ordem construída (Goffman, 2005: 75).

## 1. Caracterização do grupo de análise

No período de agosto de 2007 a março de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em acordo de cooperação assinado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com o intuito de quantificar e permitir a caracterização socioeconômica do grupo para, assim, orientar a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o mesmo. Esta população não foi incluída nos censos demográficos brasileiros porque prepondera a coleta de dados na base domiciliar (Brasil, 2008). Sem moradia, o grupo ficou invisível ao Estado, do que derivou a dificuldade em produzir políticas que se regem por números.

O levantamento abordou pessoas em situação de rua com 18 anos completos de idade ou mais. Abrangeu 71 municípios (48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais[3]) e identificou 31.922 pessoas em situação de rua vivendo em "*calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas)*" (Brasil, 2008: 06) (Quadro 1).

Os dados revelam que a população de rua não é composta por "mendigos" e "pedintes". De acordo com a pesquisa, apenas 16% dessas pessoas pedem dinheiro para sobreviver.

3 Vale ressaltar que, "entre as capitais brasileiras, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS" (Brasil, 2008: 03). Estima-se que, com os dados das capitais supra, o grupo ultrapasse o número de 50 mil pessoas.

**Quadro 1** Relação de municípios onde foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2007-8, com população total e contingente populacional em situação de rua.

| Município / UF | População | Nº de moradores de rua[4] | Município/ UF | População | Nº de moradores de rua[5] |
|---|---|---|---|---|---|
| Rio Branco/ AC | 290.639 | 177 | São Gonçalo/ RJ | 960.631 | 586 |
| Maceió/ AL | 896.965 | 547 | Campos dos Goytacazes/ RJ | 426.154 | 260 |
| Manaus/ AM | 1.646.602 | 1004 | Belford Roxo/ RJ | 480.555 | 293 |
| Macapá/ AP | 344.153 | 210 | Nova Iguaçu/ RJ | 830.672 | 507 |
| Salvador/ BA | 2.892.625 | 1764 | São João de Meriti/ RJ | 464.282 | 283 |
| Feira de Santana/ BA | 571.997 | 349 | Natal/ RN | 774.230 | 472 |
| Fortaleza/ CE | 2.431.415 | 1483 | Porto Velho/ RO | 369.345 | 225 |
| Brasília/ DF | 2.455.903 | 1498 | Boa Vista/ RR | 249.853 | 152 |
| Vitória/ ES | 314.042 | 192 | Canoas/ RS | 326.458 | 199 |
| Vila Velha/ ES | 398.068 | 243 | Caxias do Sul/ RS | 399.038 | 243 |
| Serra/ ES | 385.370 | 235 | Pelotas/ RS | 339.934 | 207 |
| Cariacica/ ES | 356.536 | 217 | Florianópolis/ SC | 396.723 | 242 |
| Goiânia/ GO | 1.244.645 | 759 | Joinville/ SC | 487.003 | 297 |
| Aparecida de Goiânia/ GO | 475.303 | 289 | Aracaju/ SE | 520.303 | 317 |
| Anápolis/ GO | 325.544 | 199 | Guarulhos/ SP | 1.236.192 | 754 |
| São Luís/ MA | 957.515 | 584 | Campinas/ SP | 1.039.297 | 634 |
| Contagem/ MG | 608.650 | 371 | Osasco/ SP | 701.012 | 427 |
| Uberlândia/ MG | 608.369 | 371 | Santo André/ SP | 667.891 | 407 |
| Montes Claros/ MG | 352.384 | 214 | São José dos Campos/ SP | 594.948 | 363 |
| Betim/ MG | 415.098 | 253 | Sorocaba/ SP | 402.770 | 246 |
| Juiz de Fora/ MG | 513.348 | 313 | Ribeirão Preto/ SP | 547.417 | 333 |
| Campo Grande/ MS | 724.524 | 441 | Moji das Cruzes/ SP | 362.991 | 221 |
| Cuiabá/ MT | 526.830 | 321 | Santos/ SP | 418.288 | 255 |
| Belém/ PA | 1.408.847 | 859 | Mauá/ SP | 402.643 | 246 |
| Ananindeua/ PA | 484.278 | 295 | São José do Rio Preto/ SP | 402.770 | 246 |
| João Pessoa/ PB | 674.762 | 411 | Diadema/ SP | 386.779 | 236 |
| Campina Grande/ PB | 371.060 | 226 | Carapicuíba/ SP | 379.566 | 232 |
| Jaboatão dos Guararapes/ PE | 665.387 | 406 | Piracicaba/ SP | 358.108 | 218 |
| Olinda/ PE | 391.433 | 238 | Bauru/ SP | 347.601 | 212 |
| Teresina/ PI | 779.939 | 476 | Jundiaí/ SP | 342.983 | 209 |
| Curitiba/ PR | 1.797.408 | 1096 | São Vicente/ SP | 323.599 | 197 |
| Londrina/ PR | 497.833 | 303 | Franca/ SP | 319.094 | 195 |
| Maringá/ PR | 325.968 | 199 | Itaquaquecetuba/ SP | 334.914 | 204 |
| Rio de Janeiro/ RJ | 6.093.472 | 3717 | São Bernardo do Campo/ SP | 781.390 | 477 |
| Niterói/ RJ | 474.002 | 289 | Palmas/ TO | 178.386 | 109 |
| Duque de Caxias/ RJ | 842.686 | 514 | | | |

4. Valores aproximados, baseados nos dados da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008), que identificou 31.992 pessoas com 18 anos ou mais de idade em situação de rua, o que equivale a 0,061% da população destas localidades.

5. Idem nota anterior.

Além disso, 59% dos entrevistados afirmaram ter profissão, principalmente relacionada à coleta de material reciclável, construção civil, ao comércio, ao trabalhado doméstico e ao serviço de mecânica, ou seja, esta é uma população que presta serviços, todavia que é excluída das garantias de trabalho e do direito ao consumo de itens mínimos de sobrevivência. Sobre as práticas discriminatórias que cotidianamente vivenciam, as principais queixas do grupo se referem a entrar em estabelecimentos comerciais e ter acesso a transporte coletivo: "*Quando entramos nos ônibus, por exemplo, as pessoas nos olham como se não fôssemos gente. Como se não fôssemos humanos*", contou Anderson Lopes Miranda, representante do Movimento Nacional da População de Rua. Um homem, adulto, saiu de casa a três anos por conta de uma briga de família e foi morar nas ruas. Retrata que o mais difícil de morar nas ruas é não poder confiar nas pessoas: "*Todos nós sentimos preconceito nas ruas. A gente dorme, não sabe se vai acordar. A gente dorme com um cobertor, não sabe se vai acordar com aquele cobertor. A história é essa*", diz ele (Bettencourt, 2005).

As informações geradas apontam para uma possibilidade de tipificação do grupo, como: sua característica predominantemente masculina (82%); acesso a refeição apenas uma vez ao dia (79,6%); a dependência química (35%), o desemprego (30%) e os conflitos familiares (29%) como principais razões pessoais da situação de rua; o medo da violência praticada contra si ao dormir na rua (69,3%) e vínculos enviesados com o município. Na pesquisa, quase metade dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente, possuindo algum parente residente na cidade onde se encontra, mas com o qual o contato não ocorre (38,9%) ou é esporádico (14,5%). Devido à ausência de pesquisas anteriores de abrangência nacional, as informações supra são como uma fotografia recente do grupo; entretanto, ainda que números aparentemente estanques, subjaz uma trajetória sócio-histórica de destituição. Um contingente superior a trinta mil pessoas vivendo em situação de rua constitui um processo preocupante de desincorporação e desfiliação social. A existência do grupo remete, dentre outros, ao projeto de desenvolvimento do país que dissocia produção de riqueza e ampliação do conjunto populacional vivendo em exercício pleno da cidadania. De um lado, faz-se recair sobre o indivíduo a responsabilidade por seu fracasso econômico, do que deriva a desresponsabilização pública por seu fracasso social. Se, de um lado, nas grandes cidades a oferta de material para reciclagem (principal fonte de renda da população em situação de rua) é abundante, de outro, o viver urbano nos grandes centros predispões para o anonimato da agressão como para a indiferença frente ao sofrimento, típico da atitude *blasé* da vida moderna.

Segundo De Lucca (2007), no centro da cidade de São Paulo pode ser observada uma ação de uma política social

> que parece ter abandonado progressivamente a meta de reformar ou "reinserir" a população de rua e, em lugar disso, passou a se preocupar, mais e mais, em supervisionar suas vidas para que não atrapalhem ou transmitam insegurança à paisagem do Centro. Trata-se de gerir a população de rua de modo que sua aleatoriedade não atrapalhe o anda-

mento das práticas na cidade. A reinserção parece ter se tornado uma questão no mínimo secundária, sendo que aquilo que salta em primeiro plano é justamente a produção de uma paisagem urbana supostamente protegida, Com isso, tentam assegurar o espaço da rua contra possíveis transgressões numa luta minúscula e diária contra todas as pequenas incivilidades, infrações, distúrbios e infortúnios que possam ser vistos como "incubadores" do perigo, do risco social e da decadência moral" (De Lucca, 2007: 227).

Ilustrativo disso foi a prática da Prefeitura de São Paulo, em junho de 2008, de construir um paredão cinzento de tijolo cru, sem portas nem janelas e com cerca de cinco metros de altura sob o viaduto Mofarrej, na Vila Leopoldina a fim de remover cerca de 30 moradores de rua, alegando que tal ação foi feita a fim "*evitar risco de incêndio no viaduto, já que os moradores de rua acendiam fogueiras à noite*" (Sanviovanni, 2008). Essas pessoas em situação de rua estavam instaladas sob o viaduto desde que "*foram desalojados pela prefeitura do albergue Humaitá, que foi desativado (...) Além de morar sob o viaduto Mofarrej – onde já haviam construído casas de madeira e de papelão – eles também armazenavam lixo, que era vendido para reciclagem*". Na fala de um dos que foram desterritorializados: "*Tiram a gente, mas não dão outra opção. A gente só quer um lugar para trabalhar"* (Sanviovanni, 2008). Entre as razões para essa desterritorialização, inclui-se o fato da região da Vila Leopoldina atravessar um momento de grande valorização imobiliária, com a atração de empreendimentos residenciais de alto padrão. À meia quadra do paredão, está sendo construído o residencial Jardim Leopoldina Parque Clube com apartamentos que custam, na planta, entre R$ 353 mil e R$ 430 mil.

Segundo Kazuo Nakano, urbanista do Instituto Pólis, "*o histórico [desse tipo de ação de remoção] não é animador. A lógica dessas ações tem sido limpar a cidade da presença da pobreza e privilegiar a valorização imobiliária. É uma política higienista"*, o que se verifica nas outras ações feitas nos viadutos Jaguaré, Lapa e Pompéia (região oeste de São Paulo) (Sanviovanni, 2008). Em 2005, na capital paulista, durante as discussões sobre a reforma da Praça da Sé, local em que se reúnem muitas pessoas em situação de rua, uma das comerciantes locais relatou: "*essa parte mais alta fica deserta, ninguém tem coragem de passar por ali, é muito sujo e reúne muitos mendigos*", conta. Nas palavras de uma das arquitetas da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), as mudanças deixariam a praça mais "segura": "*a gente imagina que a maior permeabilidade visual levará a um policiamento melhor e a população de rua não vai se sentir confortável em morar na praça, pois os recortes onde eles se instalam hoje deixarão de existir*" (Lage, 2005).

Concomitante a essas ações de desterritorialização por meio das obstruções dos viadutos de São Paulo, a prefeitura municipal da capital paulista, em parceria com o governo do Estado, com a iniciativa privada (como a BM & F Bovespa) e organizações não-governamentais (a ONG Associação Viva o Centro), lançaram, em junho de 2008, "*um novo plano de revitalização e ocupação do centro que pretende banir o lixo, a violência, os camelôs, os mendigos e os moradores de*

*rua*" (Galvão, 2008). Batizada de Aliança pelo Centro Histórico, o programa abrange o chamado triângulo histórico: os largos de São Bento e São Francisco, as praças da Sé e do Patriarca e o Pátio do Colégio. Segundo o secretário das Subprefeituras de São Paulo, Andréa Matarazzo: "*Não é a retirada [das pessoas em situação de rua]. É simplesmente não abandonar essas pessoas, é procurar encaminhá-las para tratamento. Não é tirar daqui, e, sim, organizar*", o que vem acompanhado, segundo ele, de um possível aumento de assistentes sociais na região para atrair os mendigos aos albergues, pois com o "*tratamento, abre-se um horizonte até para trabalhar*", completa o secretário. A revitalização dos centros históricos visa claramente atender interesses de classe que são respaldados pelas instituições do Estado para redefinir a paisagem social junto com a arquitetônica.

Os projetos de "sucesso", na cidade e no campo, concatenados pela técnica – imbricando elevado adensamento de capital e de nível de capacitação da força de trabalho – apontam para uma continuidade do processo de desemprego, empobrecimento e conseqüente risco de desfiliação social. As informações que o pobre traz a seu respeito não constituem um repertório que se desdobra em confiança do mercado; não se coaduna com o leque de oportunidades engendradas pela acelerada modernização; não o torna, por assim dizer, viável para o padrão que a vida social, a começar da centralidade do trabalho, requer. Este é o passo para a miséria e, nos amargores da baixa auto-estima, para distanciar indivíduos impactados negativamente pelo progresso das teias extra-econômicas de sociabilidade nas quais sua condição sócio-econômica fragilizada pesa contra si (Goffman, 2005), como da vizinhança, dos amigos, da família. A renúncia das relações próximas, que passam a apontar para conclusões desabonadoras e dolorosas contra si, adquire uma expressão sócio-espacial mais abrangente quando se converte na situação de rua. A precária territorialização – sob viadutos, marquises, praças e afins – gera más impressões a respeito do indivíduo e do grupo assim fixado, e sua aparência suscita comentários desairosos acerca de seu caráter podendo, então, agravar sua percepção de vínculos significativos com o mundo social, passando, daí, para manobras defensivas, como a embriaguez (Idem, 2005). Conforme Neves (2009), há que se atentar para o fato de que o alcoolismo é uma doença suscitada por fatores genéticos e ambientais. Porém, a conotação moral que se impinge ao problema faz com que tanto a família quanto o meio social abandonem paulatinamente aqueles que o vivenciam a ponto de, já em situação de rua, essas pessoas, prostradas em calçadas e sarjetas na indiferença de transeuntes, sequer contarem com as providências de assistência social para encaminhamento ao tratamento de saúde devido.

Há uma tendência de elevação da população em situação de rua uma vez que a vida coletiva e a vida privada entremeiam-se na lógica de mercado, transformando os bens e serviços indispensáveis à reprodução familiar em mercadoria: habitação, educação, saúde, alimentação, água, energia. As políticas públicas, por seu turno, não se impõe para integrar os agentes econômicos e sociais numa outra racionalidade, pautada nos direitos da pessoa humana. Disso resultam processos de penúria e de desagregação social que culminam na situação de rua que, no caso brasileiro, deve ser visto menos do que uma escolha do indi-

víduo e mais como um drama coletivo desenhado pela acelerada desconstrução de nexos no viver urbano e rural.

## 2. Processos de desterritorialização de populações que estão na rua

O Brasil vem apresentando duas tendências das forças coercitivas que impedem a ampliação da cidadania da população de rua.De um lado, há a passagem de um estado de intolerância tácita para intolerância explícita, recrudescendo a prática pública de truculência na eliminação do sujeito vulnerável, nisso convergindo as ações do Estado e a de grupos organizados. Tal como apontam Elias e Scotson (2000), a relação dos estabelecidos com os *outsiders* é municiada por todas as formas de violência na medida em que a monopolização do poder as torna incontestável. Assim, a beligerância e a tortura passam a ser tratadas, no discurso do senso comum, como formas legítimas de lidar com (e reforçar) a desigualdade social, sendo expressões de uma forma de dominação política autoritária que se naturaliza. Desta forma, conforme De Lucca, "a *experiência de rua deixa gradativamente de ser uma experiência de sofrimento, transformando-se em situação de risco e insegurança*" (DE LUCCA, 2007: 229).

De outro, eleva-se o clamor dos segmentos afluentes para que, numa perspectiva de classe, o Estado retroceda sua interlocução, com foco nos direitos humanos, com os que estão em situação de rua para substituí-lo pelo foco da segurança pública, na qual o grupo é fonte de ameaça à ordem pública ao invés de ser visto como ameaçado por esta. Significa dizer que as frações constituintes do ente público, que paulatinamente se renovam a partir do redesenho institucional e se sintonizam com os compromissos de cidadania, são pressionadas a retroagir e omitir-se, de várias formas, frente à garantia dos direitos.

Mas existem casos em que a expulsão não procura uma justificativa de solução urbanística e deixa nua a aversão ao estranho que o morador da rua representa à ordem constituída. Em março de 2007, na cidade de Apucarana/PR, assistentes sociais e Policiais Militares percorriam as ruas à procura de mendigos e andarilhos, e os levavam para a delegacia: "*No total, 15 pessoas foram recolhidas - a maioria veio de outras cidades. Na delegacia, mesmo sem antecedentes criminais, todos foram fichados. Depois disso, as assistentes sociais fizeram uma triagem: quem é de Apucarana foi encaminhado para a família ou um abrigo e os que vieram de fora ganharam passagens de ônibus para fazer a viagem de volta à cidade natal*" (Gazeta do Povo Online, 2007). Nos dizeres de uma das assistentes sociais, "*a gente está tomando essa medida mais enérgica para poder acabar com isso*". Nas palavras do então prefeito: "*nós temos em Apucarana algumas prioridades absolutas, uma é a educação e a outra é a segurança. Essa decisão é uma medida de prevenção ao bem estar da população em geral*", afirmou. Só no ano de 2007, pelo menos 60 pessoas foram "devolvidas" para outras cidades. A administração municipal diz que a medida é uma resposta à reclamação de cidadãos incomodados (Gazeta do Povo Online, 2007).

Posições de poder cristalizadas promovem, sobretudo através de instrumentos midiáticos, a eficácia na rotulação que inferioriza o grupo e o estigma-

tiza, logrando uma evitação da dialogicidade com os que estão em desvantagem. Sem propugnar por igualdade de oportunidades, nem resignar-se na convivência destoante, tais posições, caracterizadamente anti-democráticas, vão constituindo representações sociais nas quais a destituição material da população em situação de rua corresponde à ausência de valores morais do grupo. No imaginário social assim balizado, o risco de ressentimento dos fracassados incrementaria o seu potencial para delinqüir, o que exigiria medidas preventivas e antecipatórias ao crime que o grupo estaria propenso a realizar. Medidas, tais como as que providenciam a radicalização de sua desterritorialização, seja na sua expulsão do município ou seu extermínio, passam a ser requeridas. A informalidade, precariedade e incertezas que marcam a inserção das pessoas em situação de rua no território público já não são suficientes para garantir aos estabelecidos, e sob seu ponto de vista, a tranqüilidade necessária, mesmo com a posse dos meios materiais e aparatos de segurança para se defenderem contra uma ofensiva potencial dos miseráveis.

A desterritorialização do grupo precisa transcender o aspecto do uso frágil do terreno para avançar para seu desaparecimento da paisagem, dentre outros modos, através da indiferença ao seu desabrigo perante as intempéries. Em agosto de 2006, após frio intenso no Rio Grande do Sul, dois moradores de rua morreram: uma mulher com cerca de 40 anos foi encontrada morta na praça central de Viamão; e um homem de 36 anos foi achado morto em um estacionamento de Ametista do Sul (Folha Online, 2006).

A presunção de virtude dos que concentram a renda é a razão pela qual, numa perspectiva malthusiana, o vício é o elemento característico e irreversível da pobreza. O exercício coercitivo do poder para a expulsão do grupo naturaliza-se no silêncio dos que a isso testemunham, tornando ilegítimas quaisquer manifestações de conflito e formas de contestação. Ilustrativo disso são as formas de controle social da população em situação de rua que, no microrrecorte de casos ocorridos em municípios brasileiros – como o de Ubatuba/SP (por expulsão), na capital paulista (através de homicídio) e em Porto Alegre/RS (no repúdio ao resgate em situação de iminente risco à vida) – revelam a lógica apartadora macroenvolvente.Em Ubatuba (SP), nos dias 27 e 28 de novembro de 2006, uma ação conjunta das Secretarias de Cidadania e Desenvolvimento Social, de Segurança, de Obras e a Guarda Municipal, foi realizada para "solucionar" a questão das pessoas em situação de rua que ocupavam um vão sobre a ponte do rio Tavares. Durante a ação, a Assistência Social tomava as providências quanto ao encaminhamento dos "andarilhos" para outros municípios; a Guarda Municipal checava a documentação e encaminhava à Delegacia para verificação de antecedentes criminais; a Secretaria de Obras, por seu turno, preparava o fechamento do vão, que lhes servia de abrigo possível, para que lá não mais voltassem. Acerca da operação, o então chefe da seção de migração da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social, comentou: "*Estamos dando uma chance para essas pessoas se reintegrarem à sociedade(...)Vamos intensificar as ações, efetuando rondas nas madrugadas*" (Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2006, s/n). Criam-se, assim, políticas de Assistência Social orientadas não pelo princípio de

garantia da cidadania dos grupos vulneráveis, mas pela vigilância contra estes, atentando contra direitos para tranqüilizar os que são considerados cidadãos:

> muitos passavam o dia sob efeito de álcool ou drogas, oferecendo risco aos transeuntes e moradores das proximidades. Além disso, o local funcionava como esconderijo, como pudemos constatar. Agora as pessoas poderão transitar com mais segurança pela área, avalia o comandante [da Guarda Municipal de Ubatuba](Idem, 2006).

Durante essa operação higienista de desterritorialização, o prefeito de Ubatuba acompanhou a retirada dos pertences das pessoas em situação de rua e explicou a ação: "*Estamos dispostos a reabilitar os que quiserem, mas temos que deixar claro que a segurança da população vem em primeiro lugar*" (Idem, 2006). A reabilitação moral é o argumento que reafirma a falência do indivíduo e denota a eficácia da estigmatização numa ordem social que se mantém incontestável. Nas palavras de Elias & Scotson (2000: 35),

> a estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo *outsider*.

As ações públicas acima descritas incrementam aquilo que a Política Nacional de Defesa Civil denominaria de desastre social e são igualmente dissonantes da Política Nacional de Assistência Social que prevê a proteção social e garantia da cidadania sob a vigilância do Estado, inclusive em circunstâncias de calamidades e emergências (...) (Brasil, 2004:33-4). No caso em tela, ao invés das pessoas em situação de rua ser consideradas como grupo que *está em risco*, são representadas como que *oferecendo risco à* segurança da população.

No dia 30 de novembro, dois dias após a operação de retirada do grupo, fortes chuvas atingiram Ubatuba acarretando sessenta e sete desabrigados[6], entre adultos e crianças, que foram abrigados no Ginásio do Tubão. Se pessoas em situação de rua estivessem dentre os afetados pelas chuvas, face à estigmatização precedente, muito provavelmente ficariam desatendidos. Conforme Valencio *et al* (2008), os abrigos temporários, por mais precários que possam ser, lançam mão de um tipo de integração comunitária e ajuda mútua entre os que partilham de um sentimento comum de privação da casa e buscam uma reprodução familiar e de *habitus* dentro do abrigo da qual o morador de rua não faria parte.Os agentes de defesa civil, já sem ação frente o desastre social precedente, estariam entre a obediência à missão institucional de garantir o direito natural à vida e à incolumidade (Brasil, 2000) e as normas da vida prática, que

6. Os desabrigados são os que, na ausência de relações de parentesco, vizinhança, compadrio e afins que lhes permita perceber uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado na tomada de providência de abrigo (CASTRO, 1999).

se opõe a que haja providências de resposta e reabilitação do grupo com base nos direitos humanos. Essa dicotomia também ocorre em emergências havidas em outras localidades.

Quando da ocorrência das enchentes, em outubro de 2008, em Porto Alegre (RS), pessoas em situação de rua ficaram ilhadas na parte inferior da Ponte da Azenha, onde costumavam passar as noites. O Corpo de Bombeiros foi acionado para retirar as quatro pessoas e o cachorro que acompanhava o grupo (Jornal Zero Hora, 2008). O Jornal Zero Hora reportou o acontecido em sua plataforma virtual e permitiu que os leitores deixassem seus comentários sobre o ocorrido. Os relatos dos leitores sinalizaram para a formação de um discurso coletivo de intolerância, com crítica à operação de resgate do grupo, endosso as ações de desterritorialização e críticas às "falhas operacionais" de segurança pública que permite ao grupo estar na cidade:

> A pouco tempo não foi investido na construção de um muro em todas as pontes para que estas pessoas não ficassem lá embaixo? Onde está o muro? Porque ele não funciona? O serviço público não serve nem para construir muros... é uma vergonha! (Jornal Zero Hora, 2008)
>
> Concordo plenamente com o (...) fechamento do acesso àquela área. E ainda por cima gastam o nosso dinheiro e o tempo dos bombeiros deslocando-os para tal situação (Idem, 2008).
>
> O meu ponto de vista seria o de não dar importância nenhuma para este tipo de caso, visto que são vagabundos, literalmente, e não agregam em absolutamente nada a nossa sociedade. Porém daí vem aquela porcaria de direitos humanos e blá,blá,blá... (Idem, 2008).
>
> É impressionante essa gente. Incomodam os motoristas e moradores da região diariamente. Não querem dormir nos albergues porque lá tem a disciplina de dormir cedo, acordar cedo, tomar banho, se alimentar e não se drogar. Agora incomodam o Estado que poderia resguardar seus recursos humanos e materiais para algo importante. Acho que deveriam pagar com serviço o que foi gasto para retirá-los de lá. A imprudência deles não pode onerar o Estado (Idem, 2008).

A concepção distorcida de diretos, que se orienta pelo *status* social, ganha seu ápice na disseminação de ações de extermínio de pessoas em situação de rua, legitimadas tanto pela impunidade quanto pelo descaso da opinião pública em relação a esses eventos. Levantamento feito pelo Jornal Folha de São Paulo (Reis e Acayaba, 2008) mostra que os principais ataques a pessoas em situação de rua, nos últimos cinco anos, não tiveram um desfecho: ninguém está preso nem foi condenado pelos crimes.

Embora os casos de violência física contra pessoas em situação de rua, registrados na Tabela 1, abaixo, não expressem a totalidade dos casos de violência contra o referido grupo no Brasil, eles são de suma importância para refletir acerca do processo de naturalização da barbárie, o que não tem, contudo, propiciado mudança da agenda de segurança pública no sentido de ampararem

adequadamente as vítimas. Dos vinte e três casos registrados na referida tabela, nove ocorreram na cidade de São Paulo e se repetem ano a ano: em 2004, foram 7 mortes no grupo por espancamento; em 2005, atacado a tiros, houve 4 feridos e uma morte; em 2006, dois foram feridos e um morreu após serem atingidos por armas de fogo; em 2007, houve uma morte em decorrência de espancamento e um ferido quando a garagem de uma casa abandonada em que estava foi incendiada; em 2008, quatro pessoas em situação de rua foram atacadas por armas de fogo quando estavam dormindo numa marquise de uma agência bancária, sendo que três ficaram feridas e uma morreu; no mesmo ano, houve três casos em que pessoas em situação de rua foram queimadas: no bairro Tatuapé, o Belenzinho e em Perdizes; houve três mortes e dois feridos.

Outro aspecto que precisa ganhar visibilidade são os meios pelos quais os atos de violência física vêem sendo praticados contra as pessoas em situação de rua. As práticas higienistas passam a caracterizar-se pela brutalidade na execução do grupo a fim de incrementar um imaginário de temor pela experiência da dor física que precede à morte. Dos vinte e três casos acima destacados, seis envolvem espancamentos com a utilização de pedras e paus. Em fevereiro de 2008, em Curitiba/PR, um morador de rua conhecido como João da Muleta foi espancado até a morte com as próprias muletas numa praça no bairro Cristo Rei. A vítima apresentava lesões na face e teve o punho quebrado. O assassinato aconteceu na Praça Izaac Lazarotto, próximo a uma linha férrea (Kohlbach, 2008). Os tiros com armas de fogo também representam uma das formas pelas quais as pessoas em situação de rua têm sido executadas (seis casos). Em outubro de 2008, na cidade de Goiânia (GO), um "*casal de moradores de rua foi morto a tiros enquanto dormia sob a marquise em frente a uma loja de autopeças no bairro Vila Adélia. A mulher assassinada estava grávida, segundo a Polícia Civil*" (Bächtold, 2008:página). Entre as formas que mais têm sido empregadas no extermínio, destaca-se a prática de atear fogo (nove casos) nas pessoas, nos locais onde estão (casa abandonada, por exemplo) ou em seus pertences (nos colchões em que estão dormindo, etc). Outras formas de violência, embora menos regulares, destacam-se pelos materiais empregados, como no caso de um morador de rua que foi ferido com um ácido (queimaduras de 3ºgrau nas mãos, braços, peito e rosto) quando dormia em uma calçada nas ruas de Curitiba/PR em 2007 (Do Valle, 2007).

Em agosto de 2008, em Vitória (ES), três moradores de rua foram assassinados a tiros enquanto dormiam embaixo da marquise de uma loja no bairro do Horto, de classe média. Sobre o caso de Vitória, o delegado ouvido na reportagem declarou que a suspeita é que o crime tenha sido praticado para promover uma "limpeza urbana" na cidade, já que havia reclamações anônimas de pessoas insatisfeitas com a presença desses moradores de rua na região. A Secretária de Assistência Social da Prefeitura de Vitória disse que há intolerância da população com relação às pessoas em situação de rua: "*somos chamados com freqüência pela comunidade, que fica descontente com o comportamento dos moradores de rua*"(Portal globo.com, 2008).

**Tabela 1** Práticas de violência física praticada contra pessoas em situação de rua, 2004-2008

| Ano | Cidade/UF | Local | Tipo de violência | Vítimas |
|---|---|---|---|---|
| 2004 | São Paulo/SP | Praça da Sé (Centro) | Espancamento (golpes na cabeça) | 7 mortes |
| 2005 | São Paulo/SP | Viaduto Arapuá (bairro Jabaquara) | Tiros com armas de fogo | 4 feridos e 1 morte |
| 2005 | Estância/SE | via pública no Centro da cidade | Atear fogo | 3 feridos |
| 2006 | São Paulo/SP | Viaduto Guadalajara (bairro Belém) | Tiros com armas de fogo | 2 feridos e 1 morte |
| 2007 | São Paulo/SP | viaduto na Av. Jornalista Roberto Marinho | Espancamento com pedradas e pauladas na cabeça | 1 morte |
| 2007 | São Paulo/SP | garagem de casa abandonada (Parque Novo Mundo). | Atear fogo | 1 ferido |
| 2007 | Curitiba/PR | Calçada, sob o toldo de um aviário (bairro Jardim das Américas) | Atingido por um ácido (queimaduras de 3ºgrau nas mãos, braços, peito e rosto) | 1 ferido |
| 2007 | Rio de Janeiro/RJ | Rua do bairro Ipanema | Espancamento (possivelmente a pedradas) | 1 morte |
| 2007 | Rio de Janeiro/RJ | Rua Cardoso de Moraes (bairro Bonsucesso) | Tiros com armas de fogo (bala perdida) | 1 ferido |
| 2008 | São Paulo/SP | Marquise de uma agência bancária (bairro da Lapa) | Tiros com armas de fogo | 3 feridos e 1 morte |
| 2008 | São Paulo/SP | Calçada da rua Henrique Lindemberg (bairro Tatuapé) | Atear fogo (41% do corpo queimado) | Permanece internado |
| 2008 | São Paulo/SP | Viaduto na rua Siqueira Bueno (bairro Belenzinho) | Atear fogo | 1 morte |
| 2008 | São Paulo/SP | Casa abandonada (bairro Perdizes) | Atear fogo | 2 mortes e 1 ferido |
| 2008 | Vitória/ES | Marquise de uma loja comercial (bairro do Horto) | Tiros com armas de fogo | 3 mortes |
| 2008 | Goiânia/GO | marquise em frente a uma loja de autopeças (bairro Vila Adélia) | Tiros com armas de fogo | 3 mortes |
| 2008 | Rio de Janeiro/RJ | Rua Debret, próximo Ministério Público Federal (centro) | Espancamento com pauladas | 1 morte |
| 2008 | Rio de Janeiro/RJ | Viaduto dos Marinheiros, próximo à Praça da Bandeira. | Atear fogo | 2 mortes |
| 2008 | Arapiraca/AL | Na rua, próximo a um Posto de Saúde | Atear fogo (queimaduras de 2º e 3ºgraus nos braços e nas pernas) | 2 feridos |
| 2008 | Cuiabá/MT | Em frente a um hospital | Golpes com faca | 1 morte |
| 2008 | João Pessoa/PB | Via pública no Centro | Atear fogo (queimaduras de 2º e 3º graus) | 1 ferido |
| 2008 | Belo Horizonte/MG | Rua Japurá (Bairro Renascença) | Ateado fogo em seus colchões | 2 feridos |
| 2008 | Curitiba/PR | Casa abandonada na rua Ébano Pereira (Centro) | Espancamento e enforcamento | 1 morte |
| 2008 | Curitiba/PR | Praça Izaac Lazarotto, próximo a uma linha férrea (bairro Cristo Rei) | Espancamento (com as próprias muletas, possuía deficiência). | 1 morte |

*Fonte:* Síntese de diversas fontes jornalísticas..

Mas os casos não se restringem às capitais: em Estância/SE, cidade com aproximadamente 62 mil habitantes, em fevereiro de 2005, "três moradores de rua foram queimados enquanto dormiam em via pública à noite". Um dos feridos sofreu queimaduras de primeiro e segundo graus por quase todo o corpo e passou quatro dias e meio internado no Hospital Regional Amparo de Maria. Testemunhas "*viram quando cinco adolescentes cometeram o crime e alguns dizem saber quem são os infratores, mas até o momento a polícia não chegou a nenhum deles*". De acordo com um dos enfermeiros do Hospital, uma das vítimas teve queimadura nas costas, tórax, face e até nos pulsos. "Inclusive os lábios do paciente foram bastante afetados", observou (Correio de Sergipe, 2005).

Os casos acima denotam que o discurso e as práticas da intolerância se difundem. Os segmentos afluentes da sociedade brasileira orientam-se para a legitimação do segregacionismo – de onde deriva o preconceito levado ao limite, no endosso à anulação física do outro – e conseqüentemente para a inviabilidade de adoção de uma ética da razão comunicativa entre o Estado e os grupos vulneráveis. Tal ética pressupõe que um grupo em desvantagem possa exercitar o direito de exprimir suas necessidades, desejos e convicções na orientação de políticas (Maliandi, 2002; Goldim, 2005), numa complementaridade discursiva entre as partes, o que o contexto atual que envolve pessoas em situação de rua nega e impede. Se, como afirma Bauman (1999), a explicitação do problema implica na necessidade de solução de seus termos, as formas coercitivas de controle social visam não criar brechas para uma re-elaboração da interação concedendo algum protagonismo social aos fracassados. Políticas de albergamento noturno estão longe de configurar-se como uma solução paliativa de moradia, retirando-lhes circunstancialmente da indignidade de dormir no desalento.

Em dezembro de 2007, a Prefeitura de São Paulo, acenou sobre a possibilidade de "*impor um controle mais rígido para a entrada dos moradores de rua nos albergues da cidade de São Paulo: eles serão obrigados a assinar um 'contrato de direitos e deveres' e a cumprir uma série de obrigações, sob risco de não poderem utilizar os serviços*" (Alencar & Galvão, 2007). Entre os possíveis deveres a serem contratualmente cumpridos pelos ditos "impuros e vagabundos", estão as práticas de higiene, a de freqüentar cursos de capacitação profissional e a de realizar tratamentos de saúde. Em relação às novos "deveres", líderes da população de rua se pronunciaram e acreditam que os moradores deverão se afastar mais dos albergues: "*É uma imposição que provavelmente vai ser recusada*", afirma Alderon Pereira da Costa, presidente da Associação Rede Rua. "*Querem expulsar os moradores de rua dos albergues, em vez de incluí-los*?", questiona Anderson Lopes Miranda, 32, um dos líderes do Movimento Brasileiro em Defesa da População de Rua (Alencar & Galvão,2007). Para o então Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, grande parte das vagas dos albergues hoje é ocupada por um público que "não deveria ser cliente desses serviços", ou seja, "*temos nos nossos equipamentos pessoas que não são moradores de rua: desde foragidos da polícia até egressos da Febem, do sistema penitenciário, que nunca moraram na rua, mas acabam parando nos albergues por certa comodidade*". Segundo ele, com a imposição rígida

dos deveres, os moradores de rua terão um plano de reinserção social para sair das ruas, além do que a existência de um contrato formal também facilitaria "*a cobrança dos direitos ("cama, mesa, banho, acesso prioritário a cursos, acompanhamento de assistente social") pelos moradores de rua nas instituições conveniadas que gerenciam os albergues*"(Alencar & Galvão, 2007).

Conforme De Lucca (2007)

> (...) ao acumular e concentrar, num mesmo e restrito espaço, corpos e subjetividades que possuem em comum apenas sua despossessão, esta instituição [albergue] reforça a desigualdade e a distância social, alimentando o sentimento de que tais sujeitos ali reunidos pertencem a mundos sociais separados de seu exterior. E tudo isso, na região da cidade historicamente marcada justamente pela mistura social e pelo contato inter-classes"(De Lucca, 2007:227).

Assim, obstaculiza que a democracia participativa, como um estágio superior de construção sócio-política, consolide-se no país. A racionalidade monológica imperante interroga o grupo de forma apenas a constatar os préjuízos deletérios sobre o mesmo – um coletivo formado por vagabundos, desordeiros, viciados e incapazes – e não admitirá que as certezas construídas sejam tidas como improcedentes devido à omissão persistente dos nexos causais do drama pessoal e o modelo de desenvolvimento excludente.

### 2.1 As chuvas como incrementadoras das ações de desterritorialização

Diante de um fenômeno climático, como as chuvas, a população de rua vivencia uma intensificação da sua já conflituosa inserção no território. A precipitação das águas no tecido urbano revela vulnerabilidades adicionais para aqueles que vivem uma territorialidade precária.

Se, por exemplo, a população de rua se apropria das marquises do comércio fechado, à noite, para a função de dormir, o alagamento daquele local pode impedi-lo de ali descansar. Se há tolerância circunstancial do meio para que lá se abrigue à noite, durante o horário comercial (de dia) a tolerância já não existe e, em dias chuvosos, o morador se vê obrigado então a perambular, molhando a si e aos seus escassos pertences, agravando o seu estado de saúde, no geral, debilitado. Pontes próximas a rios e córregos e canais são lugares freqüentes de abrigo e enxurradas podem carrear essas pessoas sem que as autoridades locais se dêem conta da ocorrência e a notifiquem.

As perdas e danos que porventura sofram em decorrências das chuvas – roupas, cobertor, alimentos, utensílios de cozinha, rádio, carrinho de coletar material reciclável etc – são de difícil reposição ao grupo. Não sendo reconhecido perante o Estado como desabrigado pelas chuvas, não será incluindo nas providências de reparação de moradias a que os moradores de um dado município terão acesso no caso de danificação ou destruição de suas habitações e frente à decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Dessa forma, a cidade é ambigüamente, para o grupo, o *locus* de provisionamento mínimo das necessidades, com seus becos e restos, e o *locus* de sua reiterada rejeição e recriminação, negando-lhe uma vida privada e coletiva dignas.

## 3. As ações públicas prescritas para o grupo: avanços formais e inoperatividade

Embora os fatos acima afrontem a força normativa da lei, é preciso salientar a responsabilidade do Estado junto às pessoas em situação de rua, entendidas como em vulnerabilidade extrema no que tange à sua cidadania. Dentre outros parâmetros para superar as práticas sociais supra, há o dos programas e políticas nacionais, como Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC).

O II Programa Nacional de Direitos Humanos tem como um dos principais objetivos a "*sensibilização de toda a sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos*" (Brasil, 2002: 03), o que implica na garantia do direito à educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outros, que estão no escopo dos desafios do grupo em referência. Em relação à moradia, lhe foge a oportunidade de acesso a terra do que decorre estar longe das garantias de aspectos de "*habitabilidade, salubridade, condições ambientais, espaço, privacidade, segurança, durabilidade, abastecimento de água, esgoto sanitário, disposição de resíduos sólidos*" (Idem, 28) razão pela qual é necessário, segundo o PNDH II, "*criar, manter e apoiar programas de proteção e assistência a moradores de rua, incluindo abrigo, orientação educacional e qualificação profissional*" (Idem). Tais preocupações conectam tal Programa com as orientações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Um dos intuitos da PNAS (2004) é tornar visíveis os setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas, tal como a população em situação de rua.

> Ainda na perspectiva da eqüidade, a política de assistência social atua com outros segmentos sujeitos a maiores graus de riscos sociais, como a população em situação de rua, indígenas, quilombolas, adolescentes em conflito com a lei, os quais ainda não fazem parte de uma visão de totalidade da sociedade brasileira. Tal ocultamento dificulta a construção de uma real perspectiva de sua presença no território brasileiro, no sentido de subsidiar o direcionamento de metas das políticas públicas (Brasil, 2004: 19).

Dentro da PNAS, a população em situação de rua é tida como um dos grupos que precisam receber uma modalidade de atendimento assistencial denominada "proteção social especial". Assim, em relação "*à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto*

*sujeitos de direito*" (Brasil, 2004: 31). Por isso, também enfatiza que a proteção social especial deva "*priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento*"(Idem). Observa-se, pois, que o Estado considera as dificuldades que as pessoas em situação de rua têm em cumprir funções de proteção básica, socialização e mediação, o que acaba por fragilizar sua identidade.

No tocante à Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), as condicionantes que a orientam tomam como base contextos econômicos que incidem sobre o processo de desenvolvimento social, deteriorando as condições de vida e o bem-estar de segmentos populacionais, intensificando as desigualdades e desequilíbrios inter e intra-regionais, ampliando os movimentos migratórios internos, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, acompanhando-se sempre de uma ampliação da extrema pobreza (Brasil, 2000). Desse contexto, decorre sua diretriz de promover a integração da PNDC com as demais políticas nacionais de desenvolvimento social e econômico reduzindo vulnerabilidades aos desastres, sobretudo de contingentes populacionais marginalizados no processo de crescimento econômico e social (BRASIL, 2000).

Trata-se, pois, de fazer com que os compromissos institucionais que os Programas e Políticas supra indicam, fruto da redemocratização do país, ganhem corporeidade nas práticas contemporâneas do Estado e da sociedade civil.

## Conclusões

Uma das formas de compreender a sociopatia das cidades que se levantam muros e grades, restringindo a vida comunitária àqueles que são identificados entre si pela afluência, é debruçar o olhar sobre o diferente, cuja decadência material e fragilidade psicossocial é tida como falha irreversível de caráter e passa a exigir seu aniquilamento. A população em situação de rua faz parte da parcela dos conviventes incômodos, grupo cuja privação das coisas corresponde a um imaginário de ameaças aos estabelecidos. O âmbito sócio-espacial citadino é o expoente da modernidade, mas, ao invés de exercitá-la através de práticas sociais de combate às desigualdades sociais, dá-se guarida à intolerância, tornando vazio o discurso de um progresso material e socialmente abrangente.

Ao não retroceder ao histórico de destituição que leva um grupo a estar na rua, os citadinos vão, *pari passu*, considerando como legítimo o direito à vida apenas aos moradores regularizados e aos que partilham do *habitus* de classe; portanto, um direito adstrito aos semelhantes, no âmbito público e privado. Os casos de omissão de socorro, homicídio, espancamento e expulsão de pessoas em situação de rua, embora a singularidade do *modus operandi* na sua ocorrência nos diversos municípios brasileiros, denotam a constituição de um padrão de um imaginário social que, tecido em condições territoriais de modernidade, evoca o ódio ao diferente e assentimento à barbárie. Práticas divergentes tanto do arcabouço legal quanto da missão institucional de várias frações do Estado vão se espraiando através de um fazer moroso, arredio, descuidado, que não reco-

nhece a desigualdade social como um problema intrínseco da produção concentrada da riqueza nem se dá conta da necessidade de transformação da ordem social excludente.

A experiência vivida, de sofrimento e privação traz, à pessoa em situação de rua, a memória da construção social da sua inferiorização. É, dentre outras coisas, um lugar de conhecimento sobre a sociodinâmica da apartação e expõe, na explicitação das estratégias de extrema submissão, a falibilidade das políticas assistenciais, de habitação, de saúde, de trabalho e emprego. A sociedade brasileira precisa avançar para apoiar que essa memória e esse conhecimento sejam vocalizados, socializados e tidos em conta em arenas que o convertam e disponibilizem para um novo patamar de políticas públicas e civilidade.

Uma vez que negamo-nos em fazê-lo, adiamos a tarefa imperiosa de reafirmar o valor intrínseco da pessoa humana. Na indiferença social, permitimos o estabelecimento de uma nova sociabilidade que converte o ideário de acessibilidade generalizada dos direitos às regras de mercado; dissimulamos o conflito social nas estratégias de anulação crescente dos miseráveis, desqualificando-os, silenciando sua voz, inviabilizando seu espaço vital e já precário, impedindo o nascimento e consolidação de redes de proteção, retirando sua vida; e, por fim, forjando uma territorialização pacificada. Numa tendência neotribalista (Bauman, 1999), muitas são as cidades que seguem pautando-se no modelo de aversão ao diferente e desigual, monitorando o tráfego no terreno, ajustando o controle para o banimento do outro e adoção de soluções guetizadas. Cúmplices, os iguais, na luta contra os intrusos. E no descarte dos princípios democráticos que foram de difícil conquista.

## Referências


AGÊNCIA FOLHA (2008). *Moradores de rua são queimados em Alagoas*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 09 ago. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0908200827.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008

ALENCAR, I. & GALVÃO, V.Q. (2007). *Kassab quer contrato para morador de rua.* Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 02 dez. 2007. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u350527.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2008.

BÄCHTOLD, F. (2008). *Moradores de rua são mortos a tiros em Goiânia (GO)*. Jornal Folha de São Paulo. 16/10/2008. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457175.shtml>. Acesso em: 25 out. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. (1998). *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

______. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BELCHIOR, L. (2008). *Câmeras do Ministério Público flagram espancamento de morador de rua no Rio*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 08 mai. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u400016.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2008.

BETTENCOURT, B. (2005). *Moradores de rua se queixam de falta de assistência.* REPÓRTER BBC ONLINE. 26 set. 2005. Disponível em:<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050923_babethrua.shtml>. Acesso em: 18 nov.2008.

BRASIL (2000). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília: SEDEC.

______. (2006) Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Curso de Formação de*

*Orientadores em Defesa Civil* (modalidade à distância). Brasília: SEDEC/MI. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/capacitacao/redu caodesastres/curso/unidade1asp>. Acesso em: 05 mar. 2008.

______. (2002) Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos II*. Brasília: SEDH.

______. (2004) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência*

*Social/PNAS*. Brasília: MDS.

______. (2008) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/ secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/pesquisas>. Acesso em: 31 out. 2008.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. (1999) *Manual de Planejamento em Defesa Civil.* Brasília, v. 1: SEDEC/MI.

CORREIO DE SERGIPE (2005). *Homens são queimados em via pública.* Aracaju, 18 fev. 2005. Disponível em:<http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=2996>. Acesso em: 17 nov. 2008.

DANTAS, P.. (2008). *"Entrei na igreja pra rezar", diz homem que tumultuou missa na Sé*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 25 jan. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u366967.shtml >. Acesso em: 19 nov. 2008.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** 241 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DO VALLE, D. (2007). *Morador de rua é atacado com ácido no Paraná*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 2007. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br /folha/cotidiano/ult95u355183.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2008.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FOLHA ONLINE (2006). *Moradores de rua lotam albergue de Porto Alegre após mortes por frio*. São Paulo, 03 ago. 2006. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano / ult95u124662.shtml>.Acesso em: 20 nov.2008.

FOLHA ONLINE (2007). *Massa de ar polar volta a derrubar temperaturas em três Estados*. São Paulo, 02 jun. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u301684.shtml>. Acesso em: 21 nov.2008.

FOLHA ONLINE (2007a). *Homem sofre queimaduras em imóvel na zona norte de São Paulo*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 19 abr. 2007. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u134377.shtml >. Acesso em: 19 nov. 2008

FOLHA ONLINE (2007b). *Morador de rua deficiente é assassinado em São Paulo*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 09 ago. 2007. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u318807.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2008

FOLHA ONLINE (2008). *Incêndio deixa dois mortos e um ferido em casa na zona oeste de SP*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 20 ago. 2008. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u435562.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2008.

FOLHA ONLINE (2008). *Operação detém prostitutas e moradores de rua em Copacabana, zona sul do Rio*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 30 abr. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u397334.shtml >. Acesso em: 19 nov. 2008.

GALVÃO, V. Q. (2008). *SP faz parceria para banir mendigos e camelôs do centro.* Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 10 jun. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1006200827.htm >. Acesso em: 19 nov. 2008.

GAZETA DO POVO ONLINE (2007). *Prefeitura de Apucarana "expulsa" mendigos*. Curitiba, 23 mar. 2007. Disponível em:< http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=646954>. Acesso em: 19 nov. 2008.

GOFFMAN, Erving. (2005) *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

GOLDIM, José Roberto. (2005). *Alteridade*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/alteridade.htm>. Acesso em: 20 mar. 2006.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (2008). *Morador de rua que foi queimado na zona leste de SP permanece internado*. São Paulo, 14 out. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u456078.shtml >. Acesso em: 19 nov. 2008.

JORNAL O GLOBO (2008). *Mendigos são queimados em Belo Horizonte.* Rio de Janeiro, 05 jan. 2008. Disponível em:<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/01/05/327894036.asp>. Acesso em: 19 nov. 2008.

JORNAL ZERO HORA (2008). *Bombeiros resgatam moradores de rua na Ponte da Azenha*. Porto Alegre, 22 out. 2008. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br /zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2258106.xml>. Acesso em: 27 out. 2008

LAGE, A. (2005). *Aos 93 anos, praça da Sé passará por nova reforma*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 24 mai.2005. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u109331.shtml>. Acesso em: 19 nov.2008.

KOHLBACH, K.(2008). Andarilho é agredido, enforcado e queimado em casa abandonada. Jornal Gazeta do Povo Online. Curitiba, 13 mar. 2008. Disponível em:< http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=746692&tit=>. Acesso em: 19 nov. 2008

MALIANDI, Ricardo. (2002). "Concepto y alcance de lá "ética del discurso"em Karl-Otto Apel". *Tópicos*, v., n. 10. Santa Fé: Argentina. pp. 59-73. ISSN 1666-485X.

MENEZES, Lucianne Sant'anna de. (2006). *Pânico*: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP.

NÓRCIO, L. (2006). *Padre apresenta documentos que comprovam maus-tratos a moradores de rua em Paranaguá.* Agência Brasil. Brasília, 16 out. 2006. Disponível em:< http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/16/materia.2006-10-16.5688566097/view>. Acesso em: 19 nov. 2008.

PORTAL GLOBO.COM. (2008) *Três moradores de rua são assassinados em Vitória*. 07 mai. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL456364-5598,00-TRES+MORADORES+DE+RUA+ SAO+ASSASSINADOS+EM+VITORIA. html>. Acesso em: 25 out. 2008.

PORTAL GLOBO.COM (2007a). *Morador de rua é encontrado morto em Ipanema.* 18 ago. 2007. Disponível em:<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL90259-5606,00.html>. Acesso em: 18 nov. 2008.

PORTAL GLOBO.COM (2007b). *Bala perdida atinge morador de rua no Rio*. 09 ago. 2007. Disponível em:< http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL85170-5606,00.html >. Acesso em: 18 nov. 2008.

PORTAL GLOBO.COM (2008a). *Morador de rua é esfaqueado e morto em MT*. 05 jan. 2008. Disponível em:<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL248104-5598,00.html>. Acesso em: 18 nov. 2008.

PORTAL GLOBO.COM (2008b). *Morador de rua é queimado enquanto dormia em João Pessoa*. 02 mar. 2008. Disponível em:< http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL333846-5598,00.html >. Acesso em: 18 nov. 2008.

PORTAL GLOBO.COM (2008c). *Morador de rua morre queimado na Zona Leste de SP*. 03 set.2008. Disponível em:<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL746774-5605,00MORADOR+DE+RUA+MORRE+QUEIMADO+NA+ZONA+LESTE+DE+SP.html>. Acesso em: 19 nov. 2008.

PORTAL GLOBO.COM (2008d). *Moradora de rua morre queimada na Zona Norte.* 11 mai.2008. Disponível em:<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL465623-5606,00- MORADORA+DE+RUA+MORRE+QUEIMADA+NA+ZONA+NORTE.html>. Acesso em: 17 nov. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. (2006). *Prefeitura busca solução para moradores de rua*. 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.ubatuba.sp.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2006.

REIS, Tiago e ACAYABA, Cíntia. (2008). *Ataque a morador de rua fica sem solução*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 28 set. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp /cotidian/ff2809200812.htm> Acesso em: 25 out. 2008.

SANGIOVANNI, R. (2008) . *Prefeitura faz muro sob viaduto para tirar moradores de rua*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 15 jul. 2008. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1507200831.htm >. Acesso em: 19 nov. 2008.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. et al. (2008). Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPPAS, 20p.

## Capítulo 4

# A continuidade do desastre e suas desterritorializações múltiplas: o caso de São Sebastião do Caí/RS[1]

*Victor Marchezini*
*Mariana Siena*

## Introdução

A cada novo desastre relacionado às chuvas, enfatiza-se circunstancialmente o detalhamento de alguns fatores de ameaça, tais como os eventos de precipitações extremas, os riscos de deslizamentos, as inundações etc. Pouca atenção tem sido dada à análise estrutural das dimensões socioeconômicas das vulnerabilidades dos afetados, sobretudo no que se refere à perspectiva de demanda pelas ações de assistência social e defesa civil (VALENCIO et al., 2006), desde o aspecto de prevenção até o de resposta e recuperação quando da ocorrência do desastre[2].

Em outras palavras, reforça-se a questão pelo lado da potencialização da ameaça natural ("foi uma chuva atípica", "choveu em um dia o que era previsto para todo o mês"), dotando-a de poder sobrenatural (DOMBROWSKY, 1998), capaz de punir, destruir e matar, isto é, a natureza passa a ser responsabilizada pela ocorrência dos danos: "são as chuvas que destroem casas", "são as chuvas que matam e deixam desabrigados". Nessa vertente, os desastres são nominados como de causa natural e não se problematiza a vulnerabilidade, tornando o sujeito desprovido de autoridade para qualquer tipo de reivindicação, já que o desastre é "algo não controlável" por conta de sua "origem natural", sempre tido como uma "fatalidade".

---

1. Apoio CNPq e FAPESP. Uma versão preliminar deste capítulo foi publicada no livro "Processos de territorialização e identidades sociais".

2. No debate sociológico contemporâneo, não há consenso acerca do que o termo desastre designa para as várias partes constituintes de uma dada sociedade. Contudo, uma definição que tem obtido êxito é aquela que compreende o desastre como a articulação dos prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais, propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, "em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução), como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)" (LIEBER & ROMANO-LIEBER, 2005, p. 71).

Dentro dessa temática, os subsídios que a Sociologia tem fornecido à mitigação dos desastres nos municípios brasileiros enfoca-os pela perspectiva da vulnerabilidade social e não apenas pela valorização dos fatores de ameaça. Isto é, os desastres não são naturais: a ameaça natural passa a ser compreendida não como causa do desastre, mas como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social (QUARANTELLI, 1998). Assim, a natureza dos desastres passa a ser buscada na organização social, compreendendo-os como um *processo* ligado à vulnerabilidade social; suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas. Nesse sentido, no caso brasileiro, um contexto sócio-histórico das mais absolutas e estruturais desigualdades que se refletem territorialmente é uma das variáveis de análise que são consideradas.

A partir da análise dos impactos sociais ocorridos num desastre – tomando por foco o caso dos desabrigados do município de São Sebastião do Caí, RS –, o objetivo principal deste capítulo é refletir se realmente a desterritorialização é um "mito" ou se é um processo contínuo, invisibilizado e de múltiplas dimensões.

## 1. Vivência contemporânea em múltiplos territórios

Para Haesbaert (2002a), ao se analisar a história da concepção de território, identificam-se duas grandes vertentes interpretativas que tradicionalmente se opuseram: uma concepção "naturalista" do território, que o compreende a partir de um sentido físico, como inerente ao homem; e, uma concepção etnocêntrica do território, tomando-o como uma construção puramente humana que prescinde de uma base natural, ou seja, que nega a relação sociedade-natureza. Saquet (2007) aponta que, desde a década de 1950, novas definições do conceito de território emergiram, sintetizadas em quatro tendências: a) uma eminentemente econômica, que entende o território a partir de relações de produção; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a que enfatiza as dinâmicas político-culturais e simbólico-identitárias; e d) por fim, uma abordagem que, a partir dos anos 1990, dirige-se às discussões sobre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Segundo o autor, apesar das especificidades de cada abordagem, há um aspecto comum entre elas: superar o caráter meramente descritivo, classificatório e acrítico, para utilizar "abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder" (SAQUET, 2007, p. 17).

Para Haesbaert (2004), o território "nasce" com uma dupla conotação: material e simbólica. Etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar): relaciona-se a uma dominação (jurídico-política) da terra que inspira terror, medo e impedimento de entrar e, ao mesmo tempo, relaciona-se a uma identificação, a uma apropriação. O território, segundo o autor, em qualquer acepção, tem a ver com poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto a um sentido mais simbólico, de apropriação. A dominação implica a criação de territórios para fins utilitários e funcionais. A apropriação refere-se a uma dimensão não somente concreta, mas de ligações afetivas e simbólicas entre um grupo social e seu espaço.

A essa apropriação e dominação de um espaço dá-se o nome de territorialização, a qual tem por objetivos: abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meios de produção; a identificação ou simbolização de grupos por meio de referências espaciais; a disciplinarização ou controle por meio do espaço, a construção e controle de conexões e redes. Nessa territorialização, há por parte de indivíduos e/ou dos grupos sociais a constituição da territorialidade. Para Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade se refere, também, às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo pelo qual os grupos utilizam-se da terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar. Como o território "é uma relação social mediada e moldada na/ pela materialidade do espaço (...) minha classe social, meu gênero, minha língua (ou mesmo meu sotaque), minhas roupas (...), cada uma destas características joga um papel diferente na construção de minha territorialidade urbana" (HAESBAERT, 2004, p. 350).

Dessa forma, há uma vivência ao mesmo tempo de muitos territórios que, combinados, irão constituir a multiterritorialidade. Tais territórios se constituem como: a) territórios-zona – com áreas e limites bem demarcados – como, por exemplo, na casa onde moro; b) territórios-rede – espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais suscetíveis a sobreposições – como, por exemplo, o percurso de ônibus que tenho de acessar para me deslocar entre zonas diferentes, da casa para a escola, da casa para o trabalho, do trabalho para a escola. Porém, o usufruto ou não dessa multiterritorialidade depende de questões de ordem cultural e identitária, mas, principalmente, de condições socioeconômicas e políticas, que definirão distintas territorialidades: "enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver (...) outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do 'primeiro' território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana" (HAESBAERT, 2004, p. 360).

## 2. Território e desastres: repensando a desterritorialização

Todo o território constituído está sujeito a um processo de desterritorialização, ou seja, de negação da fixação de grupo social a uma base biofísica (HAESBAERT, 2004) – o que acarreta a descaracterização dos agentes dos lugares em que se situam, que assumem e que ocupam por meio de suas propriedades (BOURDIEU, 2001). Para Haesbaert (2004), cada momento histórico e cada contexto geográfico revelam sua própria forma de desterritorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando determinadas dimensões do poder. Assim, a utilização desse conceito de desterritorialização deveria ser aplicada[3]

3. Haesbaert (2002b) considera que grande parte dos trabalhos acadêmicos tem focalizado a destruição de territórios, ou seja, a desterritorialização, sem elucidar a concepção de território que está embutida nesse processo. Segundo o autor, ao se reportar ao processo de desterritorialização, é preciso esclarecer que este se trata de uma imbricação entre duas dimensões – uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico – ou, ainda, de preponderância de uma delas, pois muitas vezes não são processos coincidentes.

> a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Haesbaert (2002a) considera a existência de desterritorializações extremas também denominadas de *aglomerados de exclusão*. Estes compreendem os grupos marginalizados "no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis" (HAESBAERT, 2002a, p.185). Para ele, "toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial" (HAESBAERT, 2004, p. 315).

Dessa forma, nas cidades brasileiras, essa lógica tem se replicado recorrentemente não somente em relação à dimensão do trabalho, do consumo ou da cidadania, mas também no que se refere ao próprio acesso à cidade que, como atenta Cardoso (2006), é mediado pelo acesso à terra. Acesso à terra este que foi desde o princípio negado a parcelas da população, já que o Brasil viveu nos últimos 70 anos um processo sócio-econômico-político de urbanização acelerado e marcado de desigualdades. Conforme Maricato (2000), foi a partir das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade brasileira começa realmente a se consolidar, alavancado pela emergência do trabalhador livre, pela Proclamação da República e por uma indústria ainda incipiente, comprometida com as atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. Além disso, ações e políticas higienistas marcaram o início da República e as tentativas do Estado de conter a proliferação de habitações insalubres.

Não houve, em compensação a essas ações, política de habitação que objetivasse sanar o déficit habitacional criado com a destruição de tais moradias insalubres (VIANA, 2008). Somente a partir da segunda metade do século XX é que o Brasil apresentou intenso processo de urbanização. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total; em 2000, ela era de 81,2%. A industrialização baseou-se em baixos salários, os operários não tiveram seus ganhos regulados pela necessidade de sua reprodução, e isto se associou ao grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade determinando, assim, muito do ambiente a ser construído, refletido nas desigualdades sócioespaciais existentes hoje.

Todo esse processo de crise cumulativa urbana (ULTRAMARI, 2006) somado ao aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas tem gerado um acréscimo dos municípios com ocorrência de desastres. Embora a visibilidade desses desastres seja pontuada pela mídia no momento em que as chuvas ocorrem, principalmente nos municípios de grande porte, a análise dos dados de ocorrência de desastres no período 2003-2007 revela que, de um total de 1.428 municípios, mais de 80% são de até 50 mil habitantes (vide Tabela 1).

**Tabela 1** Municípios com ocorrência de desastres relacionados às chuvas, Brasil, 2003-2007.

| Número de habitantes | Total de municípios brasileiros afetados | Porcentagem (%) em relação ao total de municípios afetados |
|---|---|---|
| Até 50.000 | 1.210 | 84,7 |
| De 50.001 a 100.000 | 114 | 8,0 |
| De 100.001 a 500.000 | 91 | 6,4 |
| Acima de 500.001 | 13 | 0,9 |
| **TOTAL** | 1.428 | 100 |

*Fonte*: Cerutti, 2008 (adaptado).

Tais municípios têm de lidar recorrentemente com famílias que perdem seus imóveis de uso domiciliar, por danificação e/ou destruição, e, consequentemente, têm a desintegração do espaço privado de convivência e alteração do seu *habitus*[4] . Como não encontram apoio da vizinhança, de amigos e de parentes para alojarem-se circunstancialmente em suas moradias, têm de ir para abrigos temporários organizados pelo Estado[5] . Assim, dissociadas da territorialidade conferida pelo par casa-família, são sujeitas a uma primeira desterritorialização, que é aquela que retira de si a possibilidade de nominação sobre o que é no mundo ao serem classificadas como *desabrigados* pela Defesa Civil.

Dessa forma, podemos considerar os desastres como processos em que está imbricada a desterritorialização. Se casas forem destruídas ou danificadas, haverá a desterritorialização de famílias por parte dos órgãos públicos como, por exemplo, forças policiais. Assim, desabrigados têm o par família-casa, como elementos de construção da realidade social, dissociado em razão da moradia estar destruída ou danificada ou em área considerada de risco. Torna-se inviabilizado, por questões ditas de "segurança", o modo pelo qual as famílias reproduziam-se na casa, "no seu fazer algo", "por ou com alguém", "em algum lugar do lar". Isto é, com a desterritorialização, as famílias precisam tentar recriar as práticas associadas ao mundo privado da casa num outro território forjado pelos órgãos públicos – os abrigos temporários – para a suposta segurança das mesmas (MARCHEZINI, 2009).

---

4. Segundo Bourdieu (2004, p.158), "o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído".

5. Para o Estado, o abrigo temporário é um *locus* provisório de atendimento das necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura de construção de novas moradias em áreas seguras seja adotada pelo ente público.

Dito de outro modo, o desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível, o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe ser-vir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis a ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado. Isto é, o abrigo temporário pode ser compreendido como um prolongamento do desastre (cf. SIENA, 2009). Esse prolongamento irá se engendrar a partir das múltiplas desterritorializações que o grupo sofrerá ao longo do tempo, à espera da reconstrução de suas moradias por parte do Estado. Trataremos desta lógica a partir de um estudo de caso do município de São Sebastião do Caí, RS.

## 3. Desterritorializações múltiplas: refletindo sobre o caso dos desabrigados de São Sebastião do Caí /RS

Ao longo do período 2006-2009, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, da Universidade Federal de São Carlos (NEPED-UFSCar), realizou o projeto de pesquisa "*Representações sociais dos abrigos temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas*", aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No âmbito de tal projeto, previa-se a realização de pesquisa de campo em abrigos temporários localizados nas cinco macrorregiões do país. No que se refere à região Sul, o município de São Sebastião do Caí/RS foi um dos selecionados para a pesquisa, realizada em setembro de 2008. Neste capítulo, abordaremos como esse caso é representativo de uma dinâmica urbana que tem se replicado em inúmeros municípios brasileiros, inclusive nos de pequeno porte.

### 3.1 Caracterização do município de São Sebastião do Caí /RS

Com uma área de 114 km$^2$, o município de São Sebastião do Caí/RS está localizado no Vale do Rio Caí, entre a Grande Porto Alegre, o Vale do Sinos e a Serra Gaúcha. No ano de 1991, detinha 16.326 habitantes, dos quais 11.952 (73,2%) residiam na área urbana e 4.374 (26,8%) na área rural. Já no ano 2000, a população aumentou para 19.700, crescimento este verificado na área urbana, que passou a ter 15.957 (81% do total), enquanto a população na área rural caiu para 3.743 (19% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 cresceu 10,64%, passando de 73,2% para 81% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD, 2000).

A esse crescimento da taxa de urbanização somam-se outras variáveis que permitem caracterizar a situação do município a partir dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M). No tocante ao IDH-M geral, em 1991 ele era de 0,740, apresentando melhora significativa em 2000, quando alterou-se para

0,843 (mais de 0,1). Entretanto, nota-se que, no mesmo período, o Índice de Gini passou de 0,53 (em 1991) para 0,56 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda cresceu no município (PNUD, 2000).

Suas principais atividades econômicas se concentram na agricultura, principalmente na produção de cítricos como bergamota, laranja e limão, mesmo setor a que se dedicam suas indústrias. Essas atividades comerciais, bem como todo o município, têm um histórico de prejuízos quando ocorrem chuvas na região. O rio Caí, que contorna grande parte da cidade, e seus afluentes estão sujeitos a oscilações bruscas em seus níveis na época de chuvas intensas.
Ao longo da história do município registraram-se os maiores níveis no ano de 1878 e em 2003, quando o rio atingiu marcas aproximadas de quinze metros acima de seu leito normal, conforme se pode observar no Gráfico 1. Isso demonstra que as cheias fazem parte da história do município e não são fenômenos recentes.

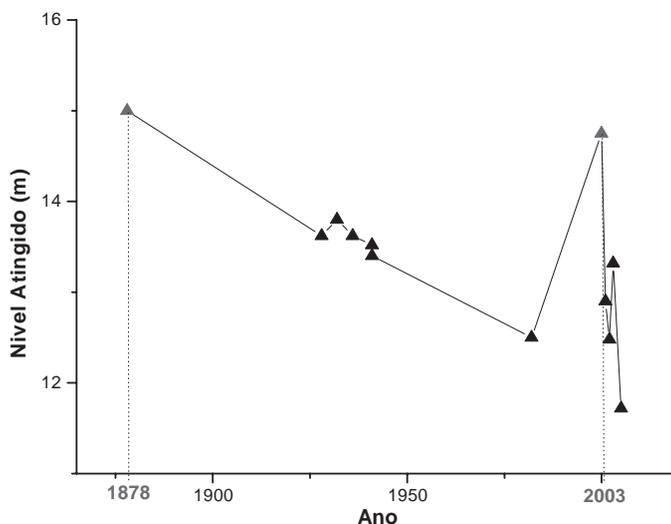



**Gráfico 1** Maiores níveis registrados do rio Caí entre 1878 e 2005. *Fonte:* Dados oriundos do site da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí (http://www.sscai.famurs.com.br/geografia.htm) e sistematizados por Siena, 2009.

Embora essas cheias sejam recorrentes ao longo da história do município, isso não significou a formulação e a implementação de ações que pudessem minimizar as vulnerabilidades existentes e, consequentemente, reduzir os danos sociais e os desastres. Segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2009), dos seis desastres reconhecidos no período 2003-2008, cinco se relacionam à ocorrência de chuvas (vide abaixo, Tabela 2). As referências ao número de pessoas atingidas em relação ao número total de habitantes (19.700 no ano 2000) demonstram que grande parte da cidade é impactada, principalmente, os bairros de Navegantes, Quilombo, Vila Rica e Rio Branco.

**Tabela 2** Desastres reconhecidos pela Defesa Civil Estadual, de 2003 a 2008.

| Data | Evento | Decreto | Pessoas atingidas | Bairros atingidos |
|---|---|---|---|---|
| 20/02/2003 | Enchente | S.E. | 1022 | Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco. |
| 09/07/2003 | Enchente | S.E. | 1159 | Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco. |
| 08/03/2005 | Estiagem | S.E. | 21431 | Agricultura |
| 01/09/2005 | Enchente | Não decretado | 150 | Margens do rio (Bairro Navegantes principalmente) |
| 24/09/2007 | Enchente | S.E. | 14331 | Quilombo, Navegantes,Vila Rica, Rio Branco, além da zona central da cidade. |
| 10/09/2008 | Vendaval | S.E. | Sem registro | Bairros Navegantes, Quilombo, Vila Rica, Vila Progresso, Angico, Chapadão, Loteamento Popular, Lot. São José, lot. Nova rio Branco, Zona Central e parte da Zona Rural. |

(*Fonte*: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2009).

Se anteriormente foi dito que, apesar da melhora no IDH-M (período de 1991-2000), a desigualdade de renda cresceu no município, essa piora se efetivou, sobretudo, nos bairros que também são recorrentemente afetados, tal como o Bairro Navegantes, situado às margens do rio Caí. Tal sobreposição de áreas pobres com áreas mais suscetíveis à ocorrência de enchentes, deslizamentos, etc., foram conceituadas por Torres et al. (2003) como *hiperperiferias,* ou seja, é onde os piores indicadores socioeconômicos coincidem com os riscos de enchentes.

Entretanto, a possibilidade de viver e se fixar nesses territórios tem sido negada pelas instituições públicas a partir de mecanismos de contestação sancionados pelo aval técnico e científico: são os chamados mapas de áreas de risco. Segundo Valencio (2008, p.2), nesse novo mecanismo tem destaque

> a progressiva substituição da nominação do lugar, que passa de "área carente" para "área de risco". Essa nova nominação tem por conteúdo uma definição territorial com o mesmo juízo de valor sobre os ali inseridos. Porém, são acrescidos componentes do ambiente natural na equação, como solos propensos à erosão, inundação, enchentes e afins para converter a ocupação em algo inadmissível.

Tal processo de desterritorialização ocorreu em São Sebastião do Caí, com a blindagem territorial (cf. VALENCIO, 2008) de parte do bairro Navegantes, que foi coberto com pedras para que os antigos moradores não voltassem a construir lá.Como alternativa aos desterritorializados, o município organizou abri-

gos temporários. Vejamos como os *desabrigados* são submetidos a desterritorializações múltiplas.

### 3.2 A perda da moradia e a (sobre)vivência nos abrigos temporários

Em setembro de 2007, o município enfrentou um desastre relacionado às chuvas que culminou na decretação de Situação de Emergência: mais de quatrocentas pessoas "tiveram de ser levadas para o abrigo oferecido pela prefeitura nos ginásios esportivos do Parque Centenário" (KLEIN, 2007).

O Ginásio de Esportes do Parque Centenário encontra-se numa região privilegiada da cidade, próxima ao centro comercial, assistida por diversas linhas de ônibus e com fácil acesso ao centro da cidade. O parque é dotado de boa infraestrutura, que inclui dois ginásios de esporte, com quadras poliesportivas, banheiros, vestiários e bebedouros, estacionamento de bicicletas, playground infantil etc.

Em outubro desse mesmo ano, isto é, um mês após as enchentes, ainda havia abrigados nos ginásios esportivos do Parque Centenário. Como o local, tradicionalmente, recebia um grande evento de motocross, com festival de bandas, olimpíadas comerciarias e shows de rock e reggae (cf. BAPTISTA, 2007) que entretinham os munícipes bem como atraíam turistas da região, a Prefeitura removeu novamente os abrigados: desta vez, estes foram retirados do Parque Centenário e deslocados para um galpão localizado num bairro distante do centro da cidade, o Bairro Rio Branco.

Para esse galpão, foram deslocadas 14 famílias. Muito afastado do centro da cidade (cerca de 20 minutos de carro, por uma auto-estrada), a infra-estrutura do local era precária, caracterizada por uma construção de madeira vulnerável a infiltrações e umidade e com pouca circulação de ar. A tentativa de territorialização de um mundo privado para reconstrução social do grupo familiar e das identidades a ele associadas era feita por meio de lonas e lençóis. As 14 famílias dividiram dois banheiros e apenas um chuveiro, por cerca de quatro meses. Relatos apontaram a dificuldade com as redes de esgoto que viviam entupidas, ocasionando problemas de saúde e higiene pessoal[6]:

> "No outro (abrigo no bairro Rio Branco) a gente tinha dificuldade. Que daí eram catorze família, a gente só tinha dois banheiro, tinha um chuveiro só, tinha mais criança do que adulto, ali era difícil (...)" (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).
>
> "Os tanques a gente tinha que usar o mesmo pra lavar roupa, tinha que esperar uma lavar, porque era só duas torneiras... Uma lavava e a outra lavava, que nem, quem não tinha máquina, usava tanque, mas tinha um tanque que a água voava tudo dentro do barraco... Era tudo aberto. Os

6. Quando as famílias foram entrevistadas pelo NEPED/UFSCar, elas não mais se encontravam no abrigo temporário do bairro Rio Branco.

banheiros era tudo entupido, nós que desentupimos...” (R.., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

Segundo os abrigados, a desterritorialização para esse abrigo foi muito problemática, não somente em razão das precárias infraestruturas ali existentes, mas também por conta de sua localização, muito distante dos bairros onde moravam e nos quais mantinham suas relações sociais, onde tinham suas vivências em territórios-zona e territórios-rede: o exercício das rotinas diárias, do ir e vir, da vivência em territórios-rede, como a ida ao trabalho, à escola, à creche, ao hospital, à casa de parentes, etc., foi prejudicado e, por vezes, teve de ser interrompido. Essa dificuldade resultava no adiamento da reconstrução de suas rotinas e da possibilidade de recuperação dos bens materiais e imateriais. Isto é, há uma multiplicidade de desterritorializações que se somam com o passar do tempo, à medida que o desastre é produzido, simbolicamente, pelos agentes sociais que detêm maior poder de enunciação sobre a construção da realidade como *superado*. Tais desterritorializações múltiplas se perfazem desde a perda do território mínimo do abrigo (exemplo de território-zona) e da possibilidade de sua apropriação simbólica até a perda paulatina do usufruto de outros territórios que permitem se reconhecer como constituinte da sociedade: a escola, a creche, o hospital, o local de trabalho.

> “A escola ficava longe! Na época minha guria estudava lá embaixo, naquele coleginho (...), daí a gente reclamou (...) aí eles [prefeitura] botaram um ônibus pra carregar as crianças. Daí, quando a gente precisava ir no centro, no começo, o motorista do ônibus nos levava, depois já não tinha mais ônibus. Daí a gente tinha que vir a pé do Rio Branco [bairro onde se localizava o abrigo] no Caí [centro da cidade] e do Caí voltar a pé de novo... porque aí a gente não tinha condições de tá pagando a passagem. E eu, na época, tava trabalhando, e eu tive que pedir as conta do emprego porque aí ficava longe pra mim ir e voltar né...? Eu cuidava de idosos, de um casal, daí não tinha... eu pegava das 8h da manhã e largava as 20h da noite... daí eu não tinha como andar na faixa [rodovia] de noite, né? É muito perigoso! Daí praticamente eu perdi meu emprego, né... eu tive que pedir as conta, parei de trabalhar, meu marido trabalhava no mato, a gente ganhava pouco, né. Ganha pouco! A gente não tem condições de comprar outro lugar pra morar...”(V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).
>
> “Naquele tempo eu trabalhava lá em Harmonia. (...) daí ficou difícil trabalhar, durante um tempo não pude ir, né? Não tinha como (...) aí, quando eu ia trabalhar eu passava a semana no serviço. Só vinha embora [para o abrigo] sexta-feira de noite. Eu ia segunda e voltava sexta de noite. Não tinha como. Acampava no galpão do patrão. Tinha o galpão dele. Levava roupa de cama lá, tudo e dormia. E a mulher e as crianças ficavam ali [no abrigo]” (P., desabrigado; Acervo NEPED, 2008).

A vivência dessas desterritorializações múltiplas se engendra sobretudo pelo abandono paulatino das ações assistenciais para provimento de direitos que

possibilitem assegurar, no mínimo, a sobrevivência, garantida por lei inclusive a pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências, tal como referenciado na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). No abrigo do Parque Centenário (centro da cidade), segundo relataram os abrigados, a prefeitura fornecia diariamente alimentos para que os próprios abrigados preparassem, isto é, cada família preparava sua refeição. A maioria das famílias havia conseguido trazer seus fogões e demais utensílios domésticos para o abrigo, o que permitia, de certo modo, recompor, sob bases precárias, o território da "cozinha".

Com a nova desterritorialização, seguida da reterritorialização para o abrigo no bairro Rio Branco (distante da cidade), os desabrigados afirmaram que não recebiam mais nenhum tipo de suporte da prefeitura. Enquanto estavam no ginásio do Parque Centenário, "a prefeitura ajudava nós, deram rancho [cesta básica], deu roupa, deu colchão. Eles chamavam a gente por fila, daí pegava o documento da gente, tirava o nome da gente e pra cada família eles iam dando o que eles tinham que dá" (M., desabrigada; Acervo NEPED, 2008). Já no abrigo no bairro Rio Branco: "ali eles [agentes da prefeitura] não levavam nada. Ali [no abrigo Rio Branco] eles não levavam nada de comida... Nada! Ali eles largaram nós (...) atiraram sem nada. Só pegaram nós do Parque [Centenário] largaram lá [no abrigo Rio Branco] e lá a gente ficou abandonado" (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

### 3.3 Do abrigo ao auxílio-moradia

Passado um ano da perda de suas casas, as famílias ainda se encontravam na condição de desabrigadas, mas não mais nos abrigos temporários, e sim no auxílio-moradia[7] , pois segundo os representantes do poder local ainda estavam à procura de uma área – que atendesse a determinados padrões técnicos como, por exemplo, não estar situada em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos – para a reconstrução das casas.

Todavia, no caso dessas famílias, a adoção do auxílio-moradia pela prefeitura acabou criando novos problemas. Como os preços do aluguel se elevaram em razão da procura por casas em áreas não sujeitas a enchentes, o valor de R$300 do referente auxílio não era suficiente para pagar o aluguel e as demais despesas, como contas de luz e de água – sem mencionar os gastos com alimentação, saúde etc. Conforme relata uma das desabrigadas acerca dos preços elevados das contas de água: "E eu não uso água pra esbanjar, eu não lavo calçada, uso o normal, pro dia a dia [se referindo às altas contas de água]. Eles [prefeitura] estão pagando só o aluguel e mais nada, nada, nada" (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

Como os desabrigados moravam anteriormente no bairro Navegantes – onde não havia regularização de cobrança de água e de luz e, muitas vezes, o próprio rio era sua fonte de água –, a nova vivência num ambiente privado, ao mesmo tempo em que permitia a reterritorialização do par casa-família, implicava o endividamento das famílias de modo repentino e novas desterritorializações. Isto é, a impossibilidade de arcar com as despesas de água e luz acabou por fazer com que algumas famílias abandonassem as casas alugadas com

o auxílio-moradia e procurassem outras em bairros periféricos em que não havia a regularização dessas cobranças.

Sendo assim, observa-se que não houve, por parte da gestão local, monitoramento do processo de reconstrução perante o desastre a fim de verificar se as famílias tinham condições de sustentar essa "nova casa alugada" com a renda que obtinham, uma vez que, como no caso de algumas desabrigadas, tiveram de abandonar seus empregos quando a prefeitura removeu-as para o abrigo no bairro Rio Branco, muito distante de seus locais de trabalho.

Deixados de lado nos processos decisórios sobre a reconstrução das casas, o desafio final dos abrigados é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias e com a incerteza acerca da renovação ou não, por parte da prefeitura, do contrato de auxílio-moradia: "Eles [prefeitura] fala que não tem casa, nem terreno e nem sabe se vai sair a renovação do contrato do auxílio [auxílio-moradia]" (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

Enfim, o auxílio-moradia é o reflexo de uma ineficiência na gestão dos abrigos. Foi uma alternativa, que também se mostrou falha, para o que não era mais viável. A situação pós-abrigo em São Sebastião do Caí era consequência de uma irresolução para o problema do desabrigo, demonstrando como o desastre se prolonga como diferença social, pois além de serem desabrigados agora eram devedores no mercado formal (SIENA, 2009).

Podemos assim compreender os desastres como processos em que estão imbricadas desterritorializações. Entretanto, os sujeitos vivenciam diferentes desterritorializações e reterritorializações conforme a posição que ocupam na estrutura social. No caso dos desabrigados de São Sebastião do Caí, podemos considerar que, longe de se constituir como um mito, a desterritorialização é um processo contínuo, invisibilizado e de múltiplas dimensões: a negação da territorialização pelo fato de a área onde ocupavam ser considerada "de risco"; a remoção do abrigo do Parque Centenário em razão do evento de motocross; o remanejamento para o abrigo no bairro Rio Branco; a incerta e temporária vivência no auxílio-moradia (vide abaixo, Figura 1).

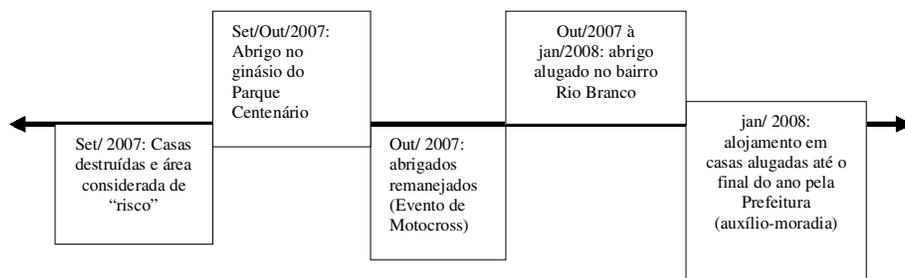



**Figura 1** Linha do tempo – desterritorializações múltiplas vivenciadas pelo desabrigados de São Sebastião do Caí/RS.

## Considerações Finais

Se o grande dilema desse novo século parece ser o da "desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui (...) [a] multiterritorialidade, e a massa ou os 'aglomerados' crescentes de pessoas que vivem na (...) reclusão socioespacial" (HAESBAERT, 2004, p. 372), dar visibilidade a esses processos é uma forma de desnaturalizar a compreensão dos desastres como fenômenos naturais. Se o debate da desterritorialização precisa incorporar a dinâmica da natureza e a questão ambiental, pois "afetam e afetarão cada vez mais nossa organização territorial", o que implica considerar até mesmo "os eventos naturais mais imediatos, de amplitude temporal bastante reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos" (HAESBAERT, 2004, p.368-369), podemos dizer que tais eventos ocorrem de forma ameaçadora porque, de fato, a vulnerabilidade se perpetua em relação a três pontos: à pobreza, às territorialidades precárias e a uma ausência de interlocução consistente com o Estado, pontos estes que fazem parte de um processo sócio-histórico que precisa ser rompido (SIENA, 2009).

Por fim, dado o contingente expressivo e reiterado ano a ano de desabrigados – que revela tratar-se de uma questão estrutural à qual as políticas de prevenção a desastres, sobretudo as políticas urbanas, não estão respondendo a contento –, é preciso considerar que não estamos somente em tempos de asseveramento dos eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas, mas de replicação de desterritorializações múltiplas que, em meio à pobreza, tornam os abrigos formas permanentes de viver nos municípios brasileiros.

## Referências


BAPTISTA, G. Prefeito defende a volta da draga. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 5 out. 2007. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=766&ed_id=&imp=ok>. Acesso em: 12 set. 2008.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

____________. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CERUTTI, D. F. Análise dos danos humanos decorrentes de desastres associados a chuvas, ventos, granizo e escorregamentos, no Brasil, 2003-2007. In: **Curso Internacional sobre Saúde, Desastres e Desenvolvimento**. Brasília, 2008.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Centro de Operações**. 2009. Disponível em: http://www.defesacivil.rs.gov.br/. Acesso em: 15 out. 2008.

DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster we call a "disaster"? In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.19-30.

HAESBAERT, R. O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002a. p.117-127.

____________. Fim dos territórios, das regiões, dos lugares? In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002b. p.129-142.

____________. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KLEIN, R. O Caí enfrenta a primeira grande enchente do século. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 25 set. 2007. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id =745&ed_id= &imp =ok>. Acesso em: 12 set. 2008.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=pt &nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fundação João Pinheiro; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília: PNUD, 2000.

QUARANTELLI, E.L. Introduction: the basic importance, and how question its address in this volume. In:_____. (Org). **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.1-7.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIENA, M. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres**: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

TORRES, H. G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006 &lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 9 mai. 2008.

ULTRAMARI, C. Vulnerabilidades, resiliências e crises cumulativas urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 109-122, jan.-mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>.

VALENCIO, N. F. L. S. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSO-CIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008. 28 p.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan.-mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_07.pdf>.

VIANA, T. C. B. S. Moradia, mercadoria e representações: o olhar dos moradores da cidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.

# Seção II

# Dimensões psicossociais dos desastres

# Capítulo 5

# As revelações do desastre

*Sandra Felicidade Lopes da Silva*

> Há algo fundamentalmente errado em tratar a Terra
> como se fosse um negócio em liquidação.
> *Herman Daly*

## Introdução

Os desastres são eventos trágicos que encobrem, soterram, inundam. Porém, ironicamente, esses mesmos eventos revelam, expõem, evidenciam – e trazem à tona o que não pode mais ser ignorado e precisa ser transformado.

Os deslizamentos e enchentes que recorrentemente atingem o Brasil e os devastadores terremotos ocorridos em diferentes pontos do Planeta – com uma proximidade cronológica assustadora – geraram destruição e perdas concretas e subjetivas de dimensões inimagináveis. Desastres como esses atingem pessoas, famílias, comunidades inteiras e podem desestruturar todo o sistema de referências no qual a vida se apoia.

Num evento de grandes proporções, tudo aquilo que nos confere identidade pode desaparecer em poucos instantes. Nossa subjetividade se constitui nos papéis que desempenhamos, nos relacionamentos que estabelecemos na comunidade e nas nossas conquistas materiais e emocionais.

Nossa vida se organiza em torno desses aspectos, que incluem ainda um conjunto de rotinas e rituais – compartilhados na comunidade da qual fazemos parte.

Sendo assim, ocorrências como as que temos testemunhado, com frequência e intensidade crescentes, têm um efeito muito mais devastador do que as perdas concretas, contabilizáveis. Talvez estas sejam as perdas mais “fáceis” de se superar. Além das perdas humanas, que são as mais dolorosas e, certamente, as únicas irreparáveis – existem muitas perdas ligadas à identidade das pessoas, que se configuram numa espécie de morte.

O que pode resgatar nossa subjetividade – e permitir o processo de reconstrução externa e interna – é a capacidade de olhar criticamente para tudo o que o desastre dolorosamente nos revela.

## 1. O papel das pessoas comuns no momento do desastre

> Hoje em dia, tendemos a encarar as calamidades como obras da natureza ou do governo. As pessoas comuns só aparecem na equação como vítimas, o que é uma pena. Porque as pessoas comuns são as pessoas mais importantes numa cena de desastre, sempre.
>
> *Amanda Ripley*

Desde o início do ano de 2010 – num período de pouco menos de 4 meses – aconteceram 3 terremotos de grande intensidade e diversos desastres relacionados às chuvas intensas, em vários pontos do mundo. No Brasil, iniciamos o ano com uma grande tragédia em Angra dos Reis – com deslizamentos que causaram dezenas de mortes. A cidade de São Paulo sofreu intensamente com enchentes e deslizamentos que deixaram vítimas e enormes prejuízos. A região metropolitana do Rio de Janeiro e a cidade de Niterói entraram em colapso – novamente uma sequência de enchentes e deslizamentos, que deixou muitos mortos. Várias outras cidades brasileiras foram fortemente atingidas pelas chuvas, gerando muitas vítimas e grandes perdas.

Todas essas tragédias revelam uma dura realidade: quanto maior a dimensão do desastre, e, pior ainda, a simultaneidade de ocorrências em diferentes pontos, maior será a demora e dificuldade das equipes de socorro para chegar aos inúmeros locais afetados e atender a todas as emergências. Todas elas igualmente graves. Quanto maior o desastre, maior a expectativa da população com relação à prontidão e eficácia das equipes de socorro. O fato é que, em todos esses desastres, vemos atuações incansáveis e heróicas dos bombeiros e da defesa civil, mas que podem não ser suficientes ou não chegar a tempo. Muitas vezes, mesmo essas equipes se deparam com um grande sentimento de impotência, dadas as dimensões da tragédia.

Precisamos considerar que muitos comportamentos dos afetados no momento do desastre e instantes após sua ocorrência, podem minimizar ou agravar a tragédia. Podem facilitar ou dificultar o trabalho das equipes, quando conseguem chegar aos locais afetados. Há relatos de soluções simples, com os recursos disponíveis que foram decisivos no socorro feito pelos próprios membros da comunidade – tais como o uso de macaco de automóvel para levantar escombros e retirar uma vítima, e mangueiras de jardim para levar oxigênio até vítimas soterradas.

Após acompanhar e documentar inúmeros desastres, em diferentes partes do mundo, Ripley (2008) considera que a desinformação e o despreparo para agir até a chegada das equipes de socorro são os piores inimigos das pessoas numa situação de desastre. Ao articular os pontos comuns que identificou nos diferentes tipos de desastre que acompanhou, a autora comenta que:

> Logo no início, antes de chegar qualquer tipo de socorro, as pessoas comuns já estavam em cena, salvando-se umas as outras. Só quando acontece uma calamidade é que as pessoas comuns se dão conta de como são

> importantes. Quanto maior o desastre, mais tempo demora a chegada das equipes de socorro. Nenhum quartel de bombeiros pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, não importa quão bem equipado ele seja. Portanto, mais importante se torna a ação das pessoas comuns nos primeiros momentos de um desastre. (p.18)

Para Ripley, há um descaso em capacitar pessoas comuns, para que sejam capazes de agir eficazmente numa emergência. Em vários dos eventos que documentou, constatou lacunas lamentáveis na comunicação entre a população e equipes de socorro e técnicos em geral. Ela observa que, frequentemente, esses profissionais e as autoridades subestimam e desqualificam as pessoas comuns – que são as principais envolvidas na ocorrência. Enfatiza que aí está um ponto importante a ser trabalhado e considera que – se os primeiros momentos de um desastre são decisivos para os desdobramentos – são as pessoas da comunidade atingida que precisarão agir prontamente, até que cheguem equipes de socorro.

Numa situação dessas existem vários tipos de "vítimas": as que precisam de socorro, as que arregaçam as mangas e prestam socorro, as que assumem para si a responsabilidade pela manutenção da ordem social – em algum nível, as que cometem crimes, pois veem no caos uma oportunidade para tirar algum proveito pessoal. Essas atitudes individuais têm efeito multiplicador, porque sempre existe um número considerável de pessoas que aguarda até que alguém indique qual conduta adotar: solidária, cooperativa, predatória, individualista, oportunista... O desastre revela o poder das atitudes individuais – algumas amenizam a dor e o caos, enquanto outras os potencializam. A ironia é que todas essas atitudes têm a mesma motivação: a sobrevivência.

Os desastres revelam a importância das chamadas "pessoas comuns" e a urgência em capacitá-las para agirem eficazmente, até a chegada de socorro. A capacitação da população – que deve incluir as crianças (como se faz em países com alerta permanente de terremotos e/ou *tsunamis*) – precisa contemplar desde a educação para a redução de desastres ocasionados pela ação social, o desenvolvimento de representações socioambientais mais apropriadas ao contexto e a prontidão para agir, priorizando a vida. Finalmente, uma preparação para o *pós-desastre* – fortalecendo a resiliência dos atingidos, para que o sofrimento gerado pelas perdas materiais e imateriais possa ser abreviado.

## 2. A importância das redes

O agente da defesa civil chega à casa de dona Anita[1] e declara: *"A senhora tem que deixar sua casa imediatamente, dona Anita. Há risco de novos deslizamentos e sua casa pode ser atingida. Vá para a casa de seus parentes."* Dona Anita fica ali parada na porta da cozinha, com o paninho de prato na mão, enquanto o agente da defesa civil se distancia. Ela fica com o olhar longe, perdida na confusão de

1. Nome fictício para uma situação real – entre as muitas mostradas nas recentes reportagens sobre deslizamentos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

informações que lhe foram passadas, até que finalmente se pergunta: *"Que parentes?"*

Nas últimas décadas, uma realidade que vem se apresentando no Brasil e na maioria dos países é a gradual perda de laços com a chamada família de origem. As famílias estão se tornando cada vez mais reduzidas às chamadas famílias nucleares – constituídas pelo casal com os filhos. Essa configuração familiar desenvolve uma dinâmica própria que, paulatinamente, cria uma distância física e afetiva, com relação à família mais ampla – seja por razões profissionais, econômicas ou geográficas. A convivência fica cada vez mais esporádica, o que torna o vínculo relativamente afrouxado e até mesmo inexistente.

Sobre os padrões com a família ampliada, Carter e McGoldrick (1995) apontam que:

> O casamento simboliza uma mudança no status de todos os membros da família e das gerações, e requer que o casal negocie novos relacionamentos, como par, com muitos outros subsistemas: pais, irmãos, avós, sobrinhas e sobrinhos, assim como com os amigos. [...] Em qualquer caso, os cônjuges lidam com suas famílias de muitas maneiras diferentes. Muitos consideram o casamento a única maneira de se separarem de suas famílias de origem. [...] Padrões de culpa, intrusividade e fronteiras confusas são típicos de tais sistemas (p. 197).

Outra realidade bastante comum é a da família monoparental, que consiste na presença de apenas um dos progenitores – com a responsabilidade integral pelos filhos. Da mesma forma, distanciada do convívio com a família de origem por inúmeras razões. Para Carter e McGoldrick (1995), as novas e complexas realidades familiares requerem uma reconsideração das suposições acerca da "normalidade", da noção de "família" e de quem é responsável por sua manutenção.

Uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada (MINUCHIN *et al*, 1998).

Mesmo para os desafios comuns do cotidiano, a ausência de uma rede de apoio – pode gerar um grande sentimento de vulnerabilidade. Para o idoso, como é o caso de pessoas como a dona Anita, a perda dos laços familiares traz consequências ainda mais sérias. Uma declaração como a que o agente da defesa civil fez a dona Anita, gera um devastador sentimento de abandono. O que é visto e julgado como ignorância, apatia, descaso com relação aos alertas – nada mais é do que a total falta de opção, seguida de desespero. Simplesmente não se tem a quem recorrer. Não existe a tal "casa dos parentes" – seja pela perda de vínculo, seja pelo fato de que os familiares estão na mesma situação e também precisam de abrigo.

Segundo foi noticiado em diferentes veículos, houve uma grande dificuldade em precisar o número de mortos na tragédia do Morro do Bumba – em

Niterói, porque há muitos casos em que, possivelmente, a família inteira morreu no deslizamento. A família nuclear pode ter morrido e, na perda de contato com a família ampliada, não surgem parentes que possam ajudar a identificar os desaparecidos. Isso somado à dificuldade em localizar corpos soterrados por lama e toneladas de lixo, traz à tona uma nova tragédia: a de que famílias inteiras tenham morrido e simplesmente desapareceram – e que ninguém tenha sequer percebido.

A existência de uma rede de apoio – familiar ou social – é um grande diferencial na capacidade de agir prontamente numa situação de risco e, principalmente, é fator de resiliência nas calamidades. O pertencimento traz um significativo conforto psicológico frente à dor e às perdas vividas.

### 2.1 O desafio de sustentar a coesão social

Um dos efeitos mais nefastos de uma catástrofe é a desestruturação social e psicológica. Essa desestruturação pode desencadear uma onda de violência e caos, potencialmente mais danosa que o próprio desastre. A capacidade de sobrevivência e reconstrução está muito ligada à capacidade de sustentar a nossa humanidade, mesmo quando – e, principalmente quando – os eventos externos põem em colapso toda a ordem vigente.

Mesmo para um país com instituições fortalecidas e com um bom nível de preparo para terremotos, como é o caso do Chile – uma catástrofe pode gerar uma significativa perda de coesão social. A devastação causada pelo terremoto que atingiu 8,8 graus na escala Richter – deixou relativamente "poucos" mortos, se considerarmos sua intensidade – principalmente se comparado ao número de vítimas no terremoto do Haiti. Porém, a tragédia desencadeou uma onda de saques, incêndios criminosos e pessoas desesperadas, roubando alimentos dos próprios vizinhos. Para muitos, o país viveu uma tragédia moral que abalou a imagem do Chile, interna e externamente:

> [...] Parecem todos loucos. Não sei como essa sociedade vai se recompor nos próximos meses, quando vizinhos que roubaram vizinhos terão que manter novamente uma relação social (R.S., engenheiro elétrico, 80 anos, para o Jornal O Estado de S.Paulo, 7.mar.2010).

Em meio ao caos coletivo, vemos que as respostas individuais fazem toda a diferença – para o melhor e para o pior. Quando não existe uma ordem externa, institucionalizada, as pessoas dependem exclusivamente do seu sistema de referências interno. É ele que dá sustentação e orienta a conduta individual, com efeitos importantes no nível coletivo. Por isso vemos que, mesmo num evento de grandes proporções, as pessoas são atingidas com graus de intensidade variados e apresentam respostas e capacidade de reconstrução diferenciadas. O desastre evidencia essas diferenças individuais:

> "Vi pessoas fazendo coisas que nunca imaginei que fariam. Não posso dar esse exemplo de selvageria aos meus filhos. A comida está no fim. Somos seis bocas, entre filhos, cunhada e sogro em casa. Se eu tivesse

> roubado, não teria fome. Mas eu prefiro deixar de comer para que, pelo menos, meus filhos comam. Recuso-me mesmo a dar o mau exemplo." (J.I., técnico metalúrgico, para o Jornal O Estado de S. Paulo, 7.mar.2010).

A perda de coesão social pode estar relacionada à incapacidade de alguns desses indivíduos ou grupos em dar significado à experiência que está sendo vivida e, consequentemente, à perda de perspectiva – que faz com que membros de uma mesma comunidade se convertam em predadores uns dos outros, desencadeando um segundo desastre com efeitos mais duradouros. O significado que cada um atribui ao evento influencia suas percepções e, conseqüentemente, sua forma de passar pela experiência. Afetará igualmente o potencial de reconstrução que dependerá do grau de coesão preservado pela comunidade.

A atuação do psicólogo no contexto das emergências e dos desastres deve se fazer presente também preventivamente, fortalecendo as redes existentes na comunidade, trabalhando a representação que seus membros têm de si mesmos e dos potenciais desastres. Assim a comunidade se fortalece como um sistema capaz de fazer frente aos desafios que se apresentam. Dessa forma pode redimensionar as ameaças e potencializar a capacidade coletiva de apresentar respostas.

## 3. As representações do desastre segundo o morador de áreas de risco

No terremoto do Haiti, a gravidade foi intensificada pela precariedade ou inexistência de instituições básicas no país. A dimensão da tragédia fez o mundo se mobilizar para ajudar um país cujo povo era vitimado historicamente – pelo esquecimento e isolamento político e econômico. Ironicamente, o terremoto acordou o planeta inteiro para a dor do Haiti. Porém, mesmo mobilizando a ajuda internacional, percebemos o tom de crítica em várias matérias publicadas na ocasião, culpabilizando os haitianos pelo caos social, pela falta de estrutura e pelo despreparo para receber a ajuda humanitária. A perda de coesão social, a total falta de autoestima como povo, o enfraquecimento de instituições básicas, a pobreza extrema, a necessidade de uma força de paz que assegure alguma ordem social – foram construídos historicamente. O mesmo acontece com todas as populações em situação crônica de vulnerabilidade – mesmo nos países em desenvolvimento.

No Brasil, identificamos o mesmo tom de crítica e julgamento com relação aos moradores de áreas de risco – quando são vitimados por tragédias como os deslizamentos que atingiram vários pontos do país. Segundo Valencio (2009), recorrentemente, os meios de comunicação de massa fazem uso da narrativa na qual os moradores são provocadores da sua vulnerabilidade e nisso reiteram a interpretação dos mapas de risco nos quais se dissocia os processos de territorialização desejáveis dos ditos temerários.

Toda a devastação causada expõe o grau de vulnerabilidade da comunidade atingida e revela o tamanho do equívoco no qual uma situação está fundada. O maior número de vítimas está sempre nas populações que vivem em uma situação crônica de vulnerabilidade – social, econômica e geográfica. O equívoco não

é das pessoas que se instalaram em áreas de risco – até porque não "escolheram" o local por terem apreciado a paisagem. O equívoco é muito anterior a isso e muito mais estrutural – do ponto de vista social, político e econômico. Essa é a realidade escancarada pelo desastre – que não pode ser ignorada. O questionamento um tanto cínico, expresso na pergunta: "por que essas pessoas se instalam em áreas de risco?" revela o enorme desconhecimento ou descaso que mesmo pessoas "esclarecidas" demonstram com relação ao processo de urbanização das cidades. O discurso simplista do "a culpa é da vítima" não se sustenta mais.

Fazendo uma analogia entre o jogo e a vida, Carse (2003) faz referência aos dois tipos de jogos que escolhemos jogar: o jogo infinito, pautado pela liberdade, pela inclusão e pelo prazer de "estar no jogo"; e o jogo finito que é o jogo de ganhadores e perdedores – caracterizado pelo controle, pelo uso da força e pela exclusão dos fracos e/ou inadequados. A nossa sociedade, segundo o autor, é um modelo de jogo finito – que, ao controlar a natureza, busca controlar as pessoas – fazendo daquelas que não são competentes no jogo – verdadeiros resíduos humanos.

Se considerarmos o processo de urbanização dos grandes centros, um grande "jogo finito" -, vemos como são formados os grupos que gradualmente tornam-se resíduos da sociedade. Para Carse, a mesma dinâmica social que produz lixo, produz resíduos humanos e afirma que:

> As pessoas residuais são aquelas que por qualquer motivo deixam de ser úteis como recursos para uma sociedade e se tornaram apátridas, ou não-cidadãos. As pessoas residuais precisam ser escondidas – nos guetos, favelas, territórios afastados -, todos, lugares de desolação e inabitáveis. [...] Um povo não se torna supérfluo por si mesmo, assim como o lixo natural não cria a si mesmo. É a sociedade que declara que algumas pessoas são residuais (p. 207).

O que o autor define como "pessoas residuais" – socialmente produzidas – são os moradores das chamadas "áreas de risco". Dessa perspectiva, culpá-los por morarem em áreas inabitáveis (por serem locais de descarte dos *jogadores ideais*) e por serem os causadores dos deslizamentos (dos quais são vítimas) é o mesmo que culpar o lixo por ter se "materializado". Como se esses dois fenômenos não fossem produzidos pela sociedade. A essência de um sistema é revelada por aquilo que ele produz. Sendo assim, reconhecer a exclusão como produto da sociedade – implica lidar com o desconforto de saber que a existência de áreas de risco e de seres humanos que têm nelas sua única alternativa de moradia, é responsabilidade de toda a sociedade.

## 4. O colapso dos grandes centros

Segundo a UNESCO, a maior parte da população mundial vive em cidades com mais de 5 milhões de habitantes. Essas grandes aglomerações humanas – geradas pelo imenso potencial de oportunidades dos grandes centros – representam, possivelmente, o principal desafio em termos de sustentabilidade. Os grandes centros urbanos são sistemas gigantes e altamente complexos, carac-

terizados pela enorme diversidade e simultaneidade de eventos de diferentes naturezas – que se influenciam mutuamente. O crescimento dessas cidades ocorre independentemente e mais rapidamente do que a capacidade humana e disposição política de pensar nas suas implicações e buscar soluções. Nas grandes cidades estão as grandes oportunidades econômicas, mas desconsideram totalmente os seus parceiros originais: o desenvolvimento humano e social, a responsabilidade ambiental e a vontade e maturidade política.

A preponderância do modelo de desenvolvimento econômico, que se tornou um fim em si mesmo – e ocorre em detrimento de todos os demais aspectos da vida –, fomenta o crescimento urbano desordenado. Em consequência disso, vemos o colapso nos sistemas de tráfego, as altíssimas concentrações comerciais e industriais e uma lógica perversa imperando no mercado imobiliário. Some-se a isso um planejamento habitacional inexistente ou ineficiente e temos um grave problema para as populações mais pobres. Os grandes centros, vistos originalmente como lugares de oportunidade de uma vida melhor – convertem-se em fator de intensificação da pobreza e estigmatização social. Dessa forma, os espaços que se apresentam como alternativas de moradia para as populações não contempladas pela lógica do mercado, são espaços caracterizados pela clandestinidade, precariedade, improviso e, certamente, total vulnerabilidade. Resta-lhes, fisicamente, a mesma posição que ocupam socialmente – a margem.

Embora os grandes desastres sejam eventos "democráticos" e possam afetar toda a estrutura de uma cidade e as diferentes camadas sociais que nela habitam, certamente, são muitos mais implacáveis com aqueles que estão em uma situação crônica de vulnerabilidade. A visão equivocada – daqueles que acreditam que morar em área de risco é opção, não se sustenta diante da mais breve reflexão sobre o processo de urbanização dos grandes centros.

Sobre os desafios e a novas dimensões de complexidade dos grandes centros, o relatório da UNESCO destaca que:

> As megacidades[2] são igualmente um foco de risco global. Caracterizam-se por um aumento permanente de sua vulnerabilidade por abrigarem casos de pobreza extrema, desigualdades sociais e degradação ambiental, fatores os quais estão inter-relacionados por intermédio de um sistema complexo de fornecimento de bens e serviços. Os indivíduos oriundos de diferentes grupos socioeconômicos e quadrantes políticos correspondentes poderão ser segregados geograficamente, criando disparidades e conflitos. A densidade populacional aumenta a vulnerabilidade relativa a fenômenos físicos, naturais ou induzidos pelo homem. Assim, as megacidades, expostas ao ambiente global e às mudanças socioeconômicas e políticas, agravam o risco que recai sobre elas (p. 50).

A lógica de mercado que rege a construção das edificações contribui para a crescente e irreversível impermeabilização do solo. A concentração de

---

2. São consideradas megacidades, áreas urbanas com mais de 5 milhões de habitantes.

edificações impede a vazão dos grandes volumes de água das chuvas intensas. Espaço é sinônimo de oportunidade econômica – precisa ser convertido em retorno financeiro – preferencialmente na construção de novos empreendimentos residenciais, comerciais ou industriais. No espaço originalmente ocupado por uma casa, habitada por uma família, ergue-se um edifício com dezenas de apartamentos que serão habitados por dezenas de famílias, com seus respectivos carros, volume de lixo, consumo de água, energia e esgoto. Tudo isso, sem que a infraestutura já existente tenha condições de absorver tal impacto.

A viabilidade das grandes concentrações humanas já está em xeque, em condições climáticas favoráveis. Os eventos climáticos extremos tiram o véu da ilusão de prosperidade e modernidade das grandes cidades. Todos os problemas com os quais seus habitantes lidam cotidianamente – mascarados pelo argumento do progresso econômico – são intensificados, expondo a fragilidade e perigo do crescimento desordenado. A densidade demográfica, por si só, é fator de vulnerabilidade. Esse crescimento, associado ao aumento da incidência de desastres relacionados às chuvas intensas, transforma as cidades em sistemas inviáveis. As fortes chuvas que atingem o Brasil, relacionadas às enchentes e deslizamentos, paralisam cidades como São Paulo e Rio de Janeiro – comprometendo atividades e serviços essenciais para a população. Esses sistemas gigantes e complexos entram em colapso – com um grande risco de colapso social.

A própria noção de normalidade nos grandes centros é bastante bizarra. Ter alguma mobilidade, mesmo que em congestionamentos gigantescos ou em transportes coletivos lotados e deficientes – que desrespeitam seus usuários – é aceitável e até esperado. Já se convive com o caos cotidianamente. Os moradores das grandes cidades lidam com o desastre do crescimento desordenado diariamente – considerando-o "normal" e decorrente do chamado "desenvolvimento econômico". É o "mal necessário". É preciso que um evento hidrometeorológico mostre o equívoco do crescimento urbano fundamentado exclusivamente em interesses econômicos. Ironicamente, a grande concentração de recursos financeiros e capital intelectual – própria desses pólos econômicos – não tem um equivalente em capacidade de resposta imediata frente às emergências apresentadas nas situações de desastre.

## 5. O esgotamento do estilo de vida baseado no consumo

> O verdadeiro crescimento é a capacidade demonstrada por uma sociedade de transferir quantidades cada vez maiores de energia e atenção do aspecto material da vida para o aspecto não material e, assim, evoluir em cultura, potencial de compaixão, sentido de comunidade e força democrática.
>
> *Arnold Toynbee*

O físico Fritjof Capra diz que, entre todos os sistemas vivos, o único que tem pretensões de crescer indefinidamente é o câncer. E que nem ele tem êxito. Não é um sistema inteligente, porque mesmo quando consegue atingir seu propósito – espalhar-se pelo organismo que o hospeda e dele se alimentar – está caminhando para a própria morte. Ele leva à morte o organismo que o alimen-

ta e morrerá junto com ele. É uma metáfora perfeita para a lógica de mercado que rege os diferentes setores da atividade humana – incluindo a gestão das organizações, a ocupação dos espaços, a exploração dos recursos naturais, os valores e hábitos de consumo da sociedade atual – tudo isso com altíssimos níveis de impacto ambiental. Mesmo com todas as evidências de "metástases" – que se expressam em nossa sociedade num modo de viver equivocado e adoecido – prevalece ainda o modelo que tem a produtividade e o poder de consumo como indicadores de evolução.

O consumo compulsivo e a obsessão por produtividade são dois lados da mesma moeda e constituem o principal "legado" da era industrial: produzir e consumir. Embora já se reconheça a aurora da era do conhecimento (ou era da informação) – na esperança de que traga um novo conjunto de valores para a sociedade, a era industrial teima em dar seus últimos suspiros e seus valores ainda estão fortemente presentes no comportamento das pessoas. O valor de uma pessoa na sociedade é medido pelo seu poder de consumo e pela sua capacidade produtiva. Todavia, essa prosperidade material não tem um correspondente em termos de riqueza espiritual ou intelectual.

Elgin (1993) faz referência a esse fenômeno, afirmando que:

> Muitas pessoas de países desenvolvidos consideram sua vida psicológica e espiritualmente vazia – elas vivem em ambientes urbanos superpopulosos, de uma escala e complexidade alienadoras, estão afastadas do meio ambiente natural e têm empregos que não as satisfazem. Muitas anseiam por uma abordagem mais autêntica de vida, que lhes ofereça um relacionamento mais pleno com elas mesmas, com seus semelhantes, com o planeta e com o universo (p. 36).

Esse estilo de vida tem relação direta com as mudanças climáticas e geram ou agravam boa parte dos desastres que têm crescido em frequência e intensidade, em diferentes pontos do planeta. Como em todos os setores da atividade humana, precisamos adotar o enfoque sistêmico para entender toda a cadeia de eventos que nossa ação no mundo pode gerar. Não existe ação isolada, toda ação humana integra um sistema e desencadeia uma série de eventos totalmente interligados. As evidências de colapso nesse estilo de vida apontam a urgência em adotarmos novas abordagens de vida, compatíveis com um desenvolvimento sustentável.

Como consequência direta dos hábitos de consumo da sociedade atual, temos o correspondente nível de produção de resíduos. Porém, com a mesma fúria que defendemos a propriedade dos nossos bens – rechaçamos a "propriedade" do lixo que produzimos. No chamado "jogo finito", Carse (2003) denuncia a incapacidade de nos confrontarmos com os resíduos que nosso modo de vida gera – e com a pronta disposição para destinarmos nosso lixo exatamente nos espaços habitados por aqueles que consideramos "fora do jogo" – os perdedores.

Para o autor, a mesma cultura que valoriza o poder de consumo se mostra incapaz de lidar com seus efeitos, e afirma que:

> Os resíduos são indisfarçados. Quando estamos perto do lixo, que sabemos ser nosso, também descobrimos que se trata de um lixo que escolhemos criar, e por termos escolhido criá-lo poderíamos escolher não criá-lo. Como os resíduos são indisfarçados, nós os removemos. Nós os colocamos onde não possam ser vistos. Encontramos áreas desabitadas onde o lixo pode ser jogado, ou as enchemos com nossos detritos até elas se tornarem inabitáveis. [...] Como o lixo é indisfarçado, ele não apenas é colocado onde não pode ser visto, como também declarado uma espécie de antipropriedade. Ninguém é dono dele. Nós os empurramos para outras pessoas menos capazes de se livrar deles. [...] Quanto mais lixo uma sociedade produz, mais indisfarçado se torna esse lixo, e mais a sociedade precisa negar com vigor que não produz nenhum lixo; mais ela precisa esconder, não dar atenção ou se livrar dos seus resíduos (p. 205-206).

Para Elgin, o modo de vida ecológico se constitui numa resposta sofisticada às exigências de uma civilização industrial decadente. O autor defende que a abordagem ecológica da vida nos permite equilibrar constantemente dois de seus aspectos – a conservação de nós mesmos, pela criação de uma existência viável; e a superação de nós mesmos, pela criação de uma existência significativa. (p. 30).

Segundo ele, uma revisão urgente precisa ser feita – individual e coletivamente – e defende que:

> A menos que mudanças drásticas sejam realizadas no estilo de vida e nos hábitos de consumo, produziremos, num futuro próximo, um mundo de monumental destruição, sofrimento, conflito e desespero. Ainda nesta geração devemos dar início a uma reinvenção radical no nosso modo de viver ou produziremos um colapso na nossa biosfera, fazendo com que a civilização como um todo perca o rumo e ingresse numa idade de trevas (p. 43).

Do outro lado da moeda da sociedade industrial está a cultura que reina nas organizações. Fala-se muito em "missão" e "visão" na cultura corporativa. As grandes corporações têm em seu 'DNA' um princípio fundamental: crescer. Sendo assim, a missão das organizações é "crescer"; a visão é "ser a maior". Esses dois objetivos sintetizam a cultura da maior parte das empresas. O importante é ampliar mercados, desenvolver novos produtos, conquistar novos clientes, atrair mais investidores – em resumo: crescer. O discurso da responsabilidade ambiental e social é bastante recente no mundo corporativo e, não raro, é estratégia de marketing, já que agrega valor à imagem institucional e é fator de atração de consumidores e investidores. Portanto, nem sempre é um recurso legítimo adotá-la.

O câncer trabalha em causa própria, não dá a mínima para o sistema do qual ele se alimenta. Suas ações não são sustentáveis: é tremendamente individualista, não tem visão sistêmica e suas motivações são absolutamente imediatistas. Seu objetivo é crescer. Para onde? Para quê? Nem ele sabe, já que o câncer é decorrente de uma mutação no núcleo da célula que a fez perder a

informação da sua função original. Qualquer semelhança é mera coincidência. Será? A lógica da sociedade de consumo segue o mesmo modelo da lógica do câncer.

## Conclusão

Os desastres são gerados ou potencializados pelo nosso modo de estar no mundo e, inevitavelmente, revelam muito de quem somos nós e de como nos posicionamos no ambiente onde vivemos. São eventos sistêmicos, tanto na sua origem quanto nos seus efeitos. São resultantes de um conjunto de fatores ambientais, sociais, econômicos, políticos; e, como todo sistema, repercutem igualmente em todos esses aspectos. Os desastres causam perdas em muitas dimensões, mas, pelo próprio caráter de ruptura, abrem a oportunidade para nos reinventarmos como sociedade. E revelam que acabou a tolerância da Terra com relação à nossa visão utilitarista da vida e dos recursos do planeta, que não é nosso. Somos meros hóspedes, inconvenientes e abusados. Finalmente, quando o desastre destrói todas as nossas referências, o que pode nos resgatar é a consciência, que nos convoca a recriar a vida em outras bases. E a repensar nossa relação com o outro e com o planeta.

## Referências


CARSE, J.P. **Jogos finitos e infinitos** – a vida como jogo e possibilidade. Rio de Janeiro: Nova Era, 2003.

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

ELGIN, D. **Simplidade Voluntária**. São Paulo: Cultrix, 1993.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RIPLEY, A. **Impensável** – Como e porque as pessoas sobrevivem a desastres. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

UNESCO. O desafio das megacidades. **Revista Planeta**, São Paulo, ed. 437, p. 48-53, fev.2009.

VALENCIO, N. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. N. Valencio *et al* (orgs). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, RiMa Editora, p. 34-47, 2009.

## Capítulo 6

# Política de remoção: "Fazer viver e deixar morrer"[1]

Mariana Siena

## Introdução

No livro *Em Defesa da Sociedade*, especificamente no capítulo referente a *Aula de 17 de Março de 1976,* Michel Foucault utiliza os conceitos de *poder soberano* e *biopoder* para demonstrar como eles serviram para legitimar, em épocas distintas, determinada posição do Estado que estabelecia o direito a vida e a morte de um indivíduo ou de uma população. Segundo Foucault, o direito do poder soberano é o "de fazer morrer ou de deixar viver". Já no biopoder instala-se um novo direito: "de fazer viver e de deixar morrer". Neste caso, o "deixar morrer" é algo que pode acontecer de forma indireta, como exemplo "o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc." (FOUCAULT, 2002, p. 306). Ainda segundo o autor, o elemento comum existente entre os conceitos de *poder soberano* e *biopoder* é o racismo. Contudo, trata-se de um racismo com a justificativa científica para permitir o domínio de alguns sobre outros e a utilização dessas formas de poder sobre os "subalternos".

A reflexão que se segue tem o intuito de revelar como a assertiva de Foucault "fazer viver e deixar morrer" aplica-se na forma como o Estado tem abordado as populações que moram nas ditas *áreas de risco*, principalmente, por meio da retomada da política de remoção – esta, entendida pelo poder público, como uma forma de prevenção, pois retira as pessoas, queiram elas ou não, de áreas consideradas de risco ou já afetadas por desastres  com o intuito de preservar a vida física dos ali residentes.

Muitos desastres relacionados às chuvas no Brasil, no primeiro semestre de 2010, foram cobertos fartamente pela mídia e suscitaram a retomada da política de remoção de moradores de áreas de risco. Alguns destes desastres foram os seguintes: deslizamentos de terra em Angra dos Reis – no Morro do Carioca e na Praia do Bananal (Pousada Sankay) –, no município de São Luiz do Paraitinga (abriga o maior conjunto arquitetônico tombado do estado de São Paulo) aproximadamente 90% da população teve que abandonar suas casas por conta das inundações; a cidade de São Paulo ficou debaixo d'água por mais de 40 dias e os moradores dos bairros Jardim Pantanal e Romano, mesmo depois de cessadas as chuvas, ficaram sob as águas de mais de uma enchente; as "águas

1. Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP.

de abril" deixaram a capital fluminense e parte da região metropolitana do Rio de Janeiro irreconhecíveis, com um saldo de 254 mortos, número que ainda pode aumentar, já que ainda existem desaparecidos; no estado do Sergipe, aproximadamente 3.600 pessoas tiveram de abandonar suas casas; no estado da Bahia, a capital Salvador também enfrentou o caos e três pessoas morreram em deslizamentos de terra; nos Estados de Alagoas e Pernambuco os municípios que se encontravam as margens dos rios Canhoto (PE) e Mundaú (PE e AL), na região da Zona da Mata, foram fortemente afetadas pelas enchentes e alguns municípios ficaram quase que completamente destruídos, com um saldo de 57 mortos, 69 desaparecidos, 53.584 desabrigados e 103.540 desalojados até o término deste capítulo.

Frente a este cenário, o presente capítulo almeja analisar sociologicamente os sujeitos e os processos envolvidos na retomada da política de remoção. Além de analisar criticamente como se constrói o discurso de culpabilização da vítima, no qual o pobre passa de vítima a culpado no processo aqui analisado.

## 1. A urbanização brasileira: política de remoção presente desde o início

Nos últimos 70 anos o Brasil viveu um processo socioeconômico e político de urbanização acelerado e marcado de desigualdades. Conforme Maricato (2000), foi a partir das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade brasileira começou, realmente, a se consolidar, alavancado pela emergência do trabalhador livre, pela Proclamação da República e por uma indústria ainda incipiente. Contudo, devido à ausência de projeto para os escravos recém libertos, ao incremento demográfico natural, as imigrações e aos fluxos vindos do campo, ações e políticas higienistas marcaram o início da República como tentativas do Estado em conter a proliferação de habitações tidas como insalubres, ou seja, começaram as denominadas políticas de remoção.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil apresentou intenso processo de urbanização. A industrialização foi baseada em baixos salários, os trabalhadores não tiveram seus ganhos regulados pela necessidade de sua reprodução, e isto se associou ao grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, determinando, assim, muito do ambiente a ser construído, refletido nas desigualdades sócio-espaciais existentes hoje (MARICATO, 2000). Como bem analisa Martins (2003, p. 11):

> O capitalismo que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais.

O planejamento urbano preconizado pelo Estado, desde os primórdios da urbanização, empurrou os mais pobres para aquilo que posteriormente veio a ser chamado de *áreas de risco.* Na ausência de alternativa habitacional regular, a população recorre aos seus próprios meios e produz a moradia como pode, o que resulta em padrões de ocupação precários, caracterizados pela autoconstrução

das moradias; pela fixação em loteamentos irregulares, sem o certificado legal de propriedade dos terrenos, localizados em terrenos susceptíveis, tais como, encostas, fundos de vale e várzeas, tornando as populações que ali habitam sujeitas as intempéries cotidianas. A omissão do Estado para resolver tal padrão de ocupação faz com que o mercado imobiliário informal cresça vertiginosamente "como decorrência de uma sociedade que distribui desigualmente os benefícios do progresso identificado como modo de vida urbano" (VALENCIO *et al*, 2008, p. 04-05).

O processo supracitado caracteriza aquilo que Ultramari (2006) designa como crise cumulativa urbana. Se, a tal processo, somarmos a tendência de aumento dos eventos severos do clima, como os episódios de chuvas intensas, os desastres podem se ampliar. O contingente de afetados pelos desastres é expressivo, cuja persistência, reiterada ano após ano, revela tratar-se de uma questão estrutural a qual as políticas de prevenção a desastres, sobretudo as políticas urbanas, não estão respondendo a contento, isto quando tais políticas existem.

Diante da persistência dos mais pobres no fazimento e refazimento do lugar, no geral, como as periferias urbanas ou favelas, ali depositando sentidos para a sua existência, faz emergir, no interior do Estado, "novos mecanismos de contestação a essa territorialização dentre os quais se destaca a substituição da nominação do lugar, que passa de 'área carente' para a 'área de risco' (VALENCIO, 2009, p. 35)". Uma das diferenças entre uma e outra é que na 'área de risco' são acrescidos componentes do ambiente natural, como solos propensos à erosão, inundação, enchentes e afins para transformar a ocupação em algo inaceitável (Idem).

Porém, a transformação da 'área carente' em 'área de risco' e desta em prenúncio de desastre envolvendo os que ali residem, não só alterou a relação do Estado com os grupos pertencentes a tais áreas, como também houve mudanças na orientação do que o próprio Estado considera como seus deveres para com os direitos dos moradores de áreas de risco. Na área carente o Estado tinha o dever de prover à população ali residente certos serviços sociais e econômicos visando constituir uma infra-estrutura nos bairros (instalar creches, postos de saúde, levar energia elétrica, asfalto, água etc.). Já na área de risco este dever tem se refletido no seu oposto, com seu ápice identificado nas **medidas de evacuação ou de remoção** impostas pelo Estado que acaba destituindo os moradores da condição de legitimar suas demandas (VALENCIO, 2009).

Destaco os termos acima "medidas de evacuação ou de remoção", pois tanto na Política Nacional de Defesa Civil quanto no Glossário de Defesa Civil, Estudos de Risco e Medicina de Desastres, que são referências para as práticas em Defesa Civil, não há menção às políticas ou procedimentos de remoção de populações que se encontram em áreas de risco. O termo recorrente é evacuação, que tem como definição: um procedimento de deslocamento e realocação de pessoas e bens, que ocorre num prenúncio de desastre, ou após ele até uma área considerada mais segura (CASTRO, 1998). Contudo, tendo em vista os últimos episódios ocorridos no país, órgãos que atuam diretamente com as populações que vivem em áreas de risco (Defesa Civil, Bombeiros, Assistência Social), políticos

e imprensa têm utilizado o termo remoção, que significa no dicionário "ato ou efeito de remover ou de ser removido" (Larousse Cultural, 1999, p. 78). A diferença na conceituação dos termos e na utilização de tais se reflete na prática dos órgãos responsáveis por tais ações, pois na evacuação ainda se exige um tratamento humanizante enquanto na remoção é a coisificação do ser humano pura e simples, a retirado o ser de um lugar e a transferência para outro.

Enfim, podemos dizer que os eventos naturais, tais como as chuvas, ocorrem de forma ameaçante porque, de fato, a vulnerabilidade das populações afetadas se perpetua em relação a três pontos: à pobreza; às territorialidades precárias; e a uma ausência de interlocução consistente com o Estado. Portanto, as chuvas apenas revelam processos socioambientais e político-culturais precedentes, resultantes do desenvolvimento desigual historicamente dado neste país. Frente a isso, Valencio conclui pertinentemente:

> (...) os desastres no Brasil **não deveriam ser considerados como a ruptura de um cenário de normalidade** cujo substrato fosse uma cidadania preexistente – como o discurso institucional de defesa civil se habituou a pressupô-lo – mas como a culminância de mazelas que desde sempre estiveram ali, mal resolvidas embora naturalizadas (VALENCIO, 2010, s/p).

## 2. Do risco ao desastre: a interlocução do Estado com a população afetada

Nos anos recentes, vem se desenvolvendo todo um campo disciplinar de análise e avaliação de riscos que tem permeado as preocupações da Medicina, das Engenharias, chegando às Ciências Sociais. Na Medicina, como dito por Cardoso (2006), surgiram novos jargões que se tornaram recorrentes, tais como: "grupos de risco" e "comportamento de risco". Neste campo de estudo, à noção de risco emprestou-se uma conotação *moral*, "em que se responsabilizam os indivíduos pelas 'opções' assumidas em termos de atitudes e comportamentos classificados como perigosos" (CARDOSO, 2006, p. 28). Contudo, como bem lembrado pelo autor, "a estigmatização dos 'grupos de risco' (usuários de drogas, homossexuais etc.) que acompanhou a epidemia da AIDS mostra claramente os perigos implícitos nessa tendência" (Idem).

Uma das implicações desta abordagem *moralizadora,* ainda segundo o autor, refere-se às discussões sobre os processos de percepção do risco, pois nestas têm sido cada vez mais freqüente contrapor às práticas culturais da população ("buscando identificar as 'irracionalidades' cognitivas") o discurso científico, de forma a ampliar a eficácia de tal discurso na alteração dos comportamentos. Tal ampliação da eficácia propicia, no geral, à formação de uma identidade deteriorada 'para sempre', ou seja, o estigma, uma marca duradoura e visível (GOFFMAN, 1980) que classifica a população que vivencia os riscos de "ignorante" ou mesmo "descuidada".

Na área das Ciências Exatas em geral, com ênfase nas Engenharias, a temática dos riscos destaca-se pela abordagem quantificada do tema. Nestes

estudos, o risco refere-se "(...) à previsibilidade de exposição a um perigo incerto, que pode ocorrer, mas que não pode ser evitado" (CARDOSO, 2006, p. 29). É como se os riscos pudessem ser contidos mediante cálculos quantitativos e probabilísticos de níveis de aceitabilidade de uma ameaça. Tal abordagem dos riscos que enfatiza sua quantificação parte de um paradigma chamado de "objetivista" ou "realista". Assim, tal discurso sobre o risco assume tendências predominantemente objetivistas, voltadas então para a quantificação, por meio da análise científica, identificação e prescrição de intervenções preventivas ou compensatórias, e se mostrará cada vez mais presente no espaço das políticas públicas, inclusive nas políticas urbanas.

Entretanto, críticas a esta abordagem têm sido feitas, sobretudo por Cardoso (2006), Acselrad (2000; 2002) e Lieber e Romano Lieber (2002), no que tange ao fato de que o cálculo da probabilidade é talvez capaz de dimensionar a incerteza, mas não de excluí-la. Para estes, o risco não é um mero cálculo de probabilidade, mas sim uma construção social, ditando o que é ou não perigoso. Estudos que adotam tal abordagem são chamados de "construcionistas" e Mary Douglas é a principal representante, senão precursora de tal abordagem. A autora introduziu a discussão da cultura na avaliação de risco, mostrando como a variação cultural das noções de pureza e poluição são representações coletivas que têm como fundamento necessidades sociais de manutenção dos padrões de ordem e da estrutura social (DOUGLAS, 1976). Segundo a autora, "tudo que pode acontecer a um homem na forma de desastre deveria ser catalogado de acordo com os princípios ativos envolvidos no universo de sua cultura particular" (Idem, p. 15).

Assim, o risco é uma seleção arbitrária de certas interpretações de um recorte da realidade com certa tendência negativa, ou seja, é um vir a ser como cenário adverso que projeta para um futuro preocupante, o qual poderá ser evitado caso outras "atitudes" ou "rumos" sejam tomados pelos agentes sociais.

Se o risco é uma probabilidade, um vir a ser, um recorte de uma possibilidade adversa, os discursos precisam ganhar força em termos institucionais ou em termos de corporação para que se saia dessa "possibilidade" como algo muito remoto e que se transforme em um temor quase concreto para o agente social (no caso, o morador da área de risco), a ponto de reeducá-lo para sozinho arbitrar e sair da "área de risco", por exemplo. Então, ao mesmo tempo em que o risco está no futuro e, por conseguinte, é imensurável, não palpável, os discursos institucionais precisam construir certa materialidade – principalmente quando tais discursos são duros, homogêneos, corporativos –, que corporifiquem o futuro, resultando em uma "presentificação" da ameaça para que os agentes sociais se retirem do comportamento tido como de risco.

Por isso, há um discurso por parte do Estado que ao invés de ser de amparo é de atemorização as populações inseridas em áreas consideradas inseguras. Isso faz com que o agente social desenvolva a auto-arbitragem, já que assimila e acomoda as regras de atemorização que são exógenas a ele. O contraditório e ambíguo nesta relação é que as regras nascem fora e são introjetadas no indivíduo pela insistência do discurso perito/institucional, mas, por outro lado,

este tipo de relação continua invisibilizando a responsabilidade do próprio ente exógeno (no caso, os agentes do Estado) que só indica "o certo e o errado". Ou seja, nesta relação o ente exógeno não indica qual a sua própria responsabilidade perante a situação de risco. Portanto, o sistema se faz tão presente e eficiente na hora de normatizar, mas, ao mesmo tempo, o sujeito produtor deste discurso não consegue ser acessado para ser cobrado, para serem imputadas suas responsabilidades.

Quando falamos de desastre o que era abstrato (o risco) se torna concreto, não apenas pela destruição e/ou danificação que o acompanham, mas também porque em cenário de desastres visualizam-se a necessidade, a responsabilidade de entes que na dimensão do risco não estavam explicitados, como por exemplo: em um cenário de enchentes, no qual a água demora a escoar, percebe-se que o Serviço de Água e Esgoto de determinado município não se tem feito presente no cotidiano na localidade afetada, como o que aconteceu com os moradores dos bairros paulistanos Jardim Pantanal e Romano, pois, mesmo depois de cessadas as chuvas, ficaram sob as águas de mais de uma enchente.

As famílias impactadas pelos desastres perdem seus marcos referenciais (bens materiais, a própria casa, ou ainda entes queridos), do espaço de realização da rotina, no qual a identidade se afirma e, assim, a sua noção interna de ordem torna-se impraticável no plano da realidade concreta.

## 3. A política de remoção como "solução" frentes aos moradores em áreas de risco: preservar a vida física e incrementar a morte social

O desastre constitui-se não apenas como acontecimento físico, mas também como ruptura da dinâmica social existente, como desaglutinador da ordem social, ou seja, ele é a vivência de uma crise e, portanto, nos mostra o limite de uma determinada rotina e a necessidade de construção de uma nova dinâmica social. Sendo assim, para analisar os impactos de um desastre:

> a variável fundamental é o nível de organização social, tirando-se o foco da importância do fator de ameaça e valorizando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente (...) Os danos do momento do impacto e pós-impacto estarão associados à pobreza e ao funcionamento da rede de relações para aliviar o sofrimento social, o que tem implicações diretas na esfera política, sendo algo que precede o acontecimento trágico (VALENCIO, 2009, p. 38).

Contudo, o olhar hegemônico (do Estado, da ciência e da mídia) sobre o tema persiste em focar apenas no acontecimento físico, creditando às chuvas fortes, por exemplo, a causa do desastre que é relacionado às enchentes, deslizamentos e afins. Isto é, reforça-se a causa do desastre pelo lado da potencialização da ameaça ("foi uma chuva atípica", "choveu em um dia o que era previsto para todo o mês"), não se problematiza a vulnerabilidade, tornan-

do o sujeito acometido pelos danos do desastre desprovido de legitimidade para qualquer tipo de reivindicação.

Dessa forma, os pobres, primeiros a sofreram perdas, materiais e imateriais, com os danos causados pelo desastre – e também os últimos a se restabelecerem, quando conseguem –, são recriados "como uma imensa clientela fragmentada, cujas **possibilidades de vida se tornam objeto de um acaso**" (PAOLI, 2007, p. 14. Grifo nosso), acaso este "controlado" (por mais paradoxal que pareça) pelas chuvas, por exemplo. E é em meio a tal acaso que as políticas de remoção se apresentam como uma nova forma de interlocução do Estado com as populações afetadas pelos danos dos desastres; nova forma esta que se baseia em um Estado policialesco que retira os moradores de suas moradias.

Seguindo esta lógica de associar a causa do desastre apenas ao fator de ameaça natural, a Defesa Civil brasileira aplica uma modelo de gerenciamento de desastres no qual as ações de resgate são o ápice do esforço profissional digno de reconhecimento e mérito, assim como conduzir populações desabrigadas para os abrigos temporários em escolas, ginásios de esporte, igrejas etc.

Quando foca-se apenas na ameaça natural e não na vulnerabilidade, alocam-se para o indivíduo afetado pelos desastres as responsabilidades pelos eventuais danos que venha a sofrer. Seguindo nesta lógica, toda a responsabilidade do Estado finda na informação do fator de ameaça para a população, e, a partir daí, como cada um enfrentará as ameaças é de responsabilidade individual. Segundo Mitjavila (2002), a crise do Estado Providência não implicou apenas uma série de mecanismos que enfraqueceram fatores de integração social, como também representaram um apelo à responsabilidade dos indivíduos nos processos de gestão dos riscos. A partir de então, quanto mais particularizada fosse a necessidade a atender (uma vulnerabilidade, por exemplo) mais entendida seria como questão a ser resolvida pelo próprio indivíduo (YAZBEK, 1996). Neste sentido, passa a imperar a seguinte lógica: "qualquer atenção deve ser reduzida ao mínimo para não desestimular o indivíduo a trabalhar" (IDEM, p. 11).

O que observamos é a culpabilização da vítima, pois se constrói uma relação direta entre o indivíduo, a família e estas circunstâncias adversas (riscos ou desastres) não colocando nenhum tipo de mediação social que tanto previne ou prepara ou socorre. Isto é, não só se constrói o entendimento de um cenário adverso, mas de um cenário adverso que linearmente não existe nenhum outro ente social no meio dessas relações, seja na origem da situação de vulnerabilidade seja na reparação do dano e/ou na resiliência.

Portanto, a informação sobre o fator de ameaça (chuvas fortes que virão, deslizamentos que poderão acontecer, etc) é utilizada para isenção do ente público de qualquer responsabilidade para com a população vulnerável. E não somente isenção, pois a ciência – por meio de seus saberes que legitimam práticas do Estado – tem sido uma "autoridade política que desterra o cidadão e exalta a pedagogia técnica como órgão da verdade, e seu resultado final é 'desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade' (PAOLI, 2007, p. 04). Assim, há uma culpabilização da vítima e esta também acaba por acreditar em sua culpa, já que a racionalidade moderna, técnica e administra-

tiva, anula as formas autônomas de agir dos afetados destituindo-lhes a capacidade política e social, "pondo a invenção técnica como meio de susbstituir movimentos sociais" (RIZEK, *apud* PAOLI, 2007). Segundo o pensamento arendtiano, a destruição da possibilidade de política destrói os indivíduos de serem indivíduos políticos, retirando do humano o que é propriamente humano: a condição de ação.

Uma invenção técnica muito utilizada em situações de riscos e desastres é o **mapa de risco**. Na confecção de tal mapa, há um conflito entre a linguagem técnica e a leiga. Como coloca Martinez-Alier (2007): "nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração. Comprovamos (...) que todos esses discursos são linguagens socialmente válidas". Contudo, continua o autor, alertando: "quem possui o poder político para simplificar a complexidade e sacrificar certos interesses e valores sociais impondo um único discurso de valoração a despeito dos demais?". Ou seja, é preciso atentar-se para quais interesses e valores sociais têm se sobressaído aos demais na feitura do mapa de risco, pois quando não utilizado na interface com as várias ciências e a população afetada, o mapa vem dotar os órgãos estatais de novos argumentos para reforçar sua performatividade na expulsão dos que se territorializam 'fora da ordem'. A cartografização do risco "impõe-se como fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações" (VALENCIO, 2009, p. 36). Tendo em vista que os danos do impacto de um desastre estão diretamente imbricados com a pobreza, o estudo das populações mais afetadas em desastres não pode limitar-se à simples localização do risco, ou da pobreza no espaço. Como bem coloca Milton Santos (1998, p. 85): "optar por uma ótica espacista pode levar-nos a perder de vista as verdadeiras causas da pobreza, impedir a compreensão das razões de sua localização e, finalmente, retirar-nos as possibilidades de indicar caminhos alternativos".

Porém, ao tratar um "problema" social como apenas sendo de "engenharia civil", por meio da cartografização do risco, tem gerado a substituição dos

> espaços públicos por estratégias de auto-legitimação, ao convencer que, diante da nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e fórmulas de intervenção está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto (PAOLI, 2007, p. 05).

Por isso que assistimos, principalmente nos casos dos desastres ocorridos em Niterói e no Rio de Janeiro, em abril de 2010, a retomada da política de remoção como forma de política de prevenção. Sob o discurso de diminuir o contingente de afetados pelos desastres, em um cenário de 256 mortos, as remoções ganharam facilitação legal no município do Rio de Janeiro com o *decreto municipal nº 32081 de 07 de abril de 2010,* que permitiu ações de acesso e desapropriação de imóveis normalmente vetadas pela legislação. No artigo 3º, parágrafo I, de tal decreto, ficam autorizados os órgãos responsáveis de "penetrar nas casas, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas". E, ainda, declarações fo-

ram feitas pelo poder público municipal autorizando a força policial remover indivíduos que se recusassem a sair das áreas consideradas de risco. O termo "sem consentimento do morador" contido no decreto traz consigo uma forma de abordagem do Estado com as populações afetadas, na qual não existe espaço para o diálogo. Tal abordagem do ente público faz ruir qualquer esperança que os moradores de áreas de risco tenham de serem ouvidos ou de ao menos sensibilizar o Estado sobre a degradação a que são levados a viver. E, assim, tais moradores passam a ter contato com o Estado apenas em sua forma policialesca, na qual não há espaço para contestações e diálogo.

Portanto, a política de remoção retomada em um contexto de desastre, associada a um fator de ameaça natural, se justifica em qualquer medida adotada pelo poder público "em nome do bem-estar dos habitantes".

Na maioria das vezes, após as famílias serem removidas estas precisam alojar-se **provisoriamente** em casas de amigos/parentes, em abrigos temporários, ou, ainda, recebem um vale-aluguel por determindado tempo até que uma solução duradoura seja tomada pelo Estado, isto é, até que o Estado determine a reconstrução das moradias: na mesma área, após um laudo que garanta a seguridade da área; em uma nova área classificada como "mais segura"; e que forneça facilitações de financiamento para a população afetada. Muitas vezes, a área mais segura está em lugares distantes, onde o urbano ainda não chegou, ou seja, em locais onde a infraestrutura necessária de saneamento, educação, saúde e transporte são insuficientes quando não ausentes, destruindo relações de sociabilidade e de trabalho que existiam na área que habitavam anterior a remoção.

Contudo, o que temos assistido é que tal situação **provisória** de ocupar abrigos, casa de parentes ou moradias alugadas tem se tornado **permanente**, e isto deflagra, como conseqüência, a volta das famílias às mesmas *áreas de risco* das quais foram retiradas ou a novas *áreas de risco*, pois apenas estas apresentam aluguéis acessíveis a renda destas famílias.

Para exemplificar com um caso emblemático sobre como o provisório torna-se permanente, em União dos Palmares, no Estado de Alagoas, cerca de 100 famílias que ficaram desabrigadas pela enchente do rio Mundaú, em 1988, vivem até hoje em pavilhões de um presídio desativado que foram utilizados como abrigos. Em tais pavilhões não existe fornecimento de água, nem banheiros, "banhos e necessidades fisiológicas são feitas no riacho Canabrava, a cerca de 300 metros do local. A água de beber e lavar roupa vem do chafariz no distrito da Santa Fé, a menos de 1 km da colônia" (MADEIRO, 2010). Neste caso, até mesmo o "**fazer viver**" aludido por Foucault é relativo, pois as condições as quais estas pessoas são deixadas em tal abrigo ameaçam até mesmo sua vida física.

## Para concluir

Sob o discurso de diminuir o contingente de afetados pelos desastres, o ente público tem abordado os moradores das ditas áreas de risco de maneira arbitrária, já que a ordem é para que tais moradores sejam **removidos** de uma

área que, de uma forma precária, garante a sua sobrevivência. Arbitrária, pois mesmo que o morador são queira sair o Estado legitima seu poder de retirar as pessoas por meio de decretos municipais, por exemplo, utilizando-se "legalmente" da força quando necessário.

As chuvas, por exemplo, desagregam o lugar cuja forma já denunciava o estrutural descaso estatal com as populações ali residentes. Por isso, a remoção é o corolário de gradações de descontinuidade da cidadania, da dignidade da pessoa humana; a remoção é o ápice, o que melhor expressa a assertiva de Foucault: "fazer viver e deixar morrer". Isso porque não é um Estado que olha para o outro com o compromisso da cidadania e sim que apenas retira a população da área de risco, preservando assim sua vida física, mas a falta de perspectivas, de alternativas oferecidas pelo Estado, antes e após a remoção, acaba por incrementar a morte social dos sujeitos. Portanto, observa-se que a vida triunfa como mera existência orgânica e quando isso se torna o valor supremo há uma banalidade da própria vida.

Assim, supõe-se que o papel do Estado, pelas suas várias frações, não seja apenas projetar cenários ameaçantes, por meio do mapeamento das áreas de risco, ou pela informação antecipada da ameaça natural "atípica" que se aproxima, mas, frente aos mesmos, construir políticas de redução da vulnerabilidade; políticas num processo de interlocução com a experiência vivida por aqueles que são vulneráveis, experiência esta que é de destituição, de sofrimento, de assimetria de poder, de falta de oportunidade de emprego e renda, de educação etc.

## Referências

ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental** - novas articulações entre meio ambiente e democracia. IPPUR-UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.ida.org.br/artigos/ justicambiental.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2008.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep. nepo.unicamp. br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_ Acselrad _texto. pdf>. Acesso em: 01 jul. 2008.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres.** Brasília: MP, 1998. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/ glossario.asp>. Acesso em: 29 jul. 2008.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade.** Curso no Collège France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LIEBER, R. R., ROMANO-LIEBER, N. S. O conceito de risco: Janus reinventado. In: MINAYO, M. C. de S, MIRANDA, A. C. de (Orgs). **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 69-111.

MADEIRO, C. **Em União dos Palmares (AL), vítimas da enchente de 1988 vivem em presídio abandonado e ainda esperam por casa.** Especial para o UOL Notícias, 2010. Disponível em: <http://noticias.uol. com.br/cotidiano /2010/06/27/em-uniao-dos-palmares-al-vitimas-da-enchente-de-1988-vivem-em-presidio-abandonado-e-ainda-esperam-por-casa.jhtm>. Acesso em: 28 jun. 2010.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O Ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

MITJAVILA, M. O risco como recurso para a arbitragem social. São Paulo, **Revista Tempo Social,** n. 14, v. 2, p. 129-145, 2002.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVERIA, F. e RIZEK, C. S. (orgs). **A Era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998.

ULTRAMARI, C. Vulnerabilidades, resiliências e crises cumulativas urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Seade, v.20, p. 109-122, 2006.

VALENCIO, N. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (orgs). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 34-47.

VALENCIO, N. O desastre como *locus* da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In: **Identidades e Territorialidades.** São Carlos: RiMa, EDUA, Edufac, 2010 (no prelo).

VALENCIO, N. et al. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, 4, Brasília, 2008. **Anais...** ANPPAS: Brasília, 2008.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

### Capítulo 7

# Campos de desabrigados[1]

*Victor Marchezini*

## Introdução

Em 29 de setembro de 2009, durante a argüição em meu exame de qualificação de Mestrado em Sociologia, Profª. Dra.Cibele Rizek sugeriu que eu buscasse analisar os abrigos temporários a partir das contribuições de Giorgio Agamben acerca da noção de *campo*. O campo, segundo Agamben (2002), é um pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, constituindo-se como a disposição espacial do estado de exceção, "no qual não apenas a lei é integralmente suspensa, mas, além disso, fato e direito se confundem (...) em uma zona de indistinção entre (...) lícito e ilícito" (AGAMBEN, 2002, p.177), isto é, "um 'estado da lei' em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem 'força') e em que, de outro lado, atos que não tem valor de lei adquirem sua 'força'" (AGAMBEN, 2004, p.61).

> Para Agamben (2002), o estado de exceção, antes usado para uma suspensão temporária da ordem, tende a se tornar a regra e se expressar espacialmente nos campos. Estes irromperam-se dos confins espaço-temporais, ou seja, não terminaram em Auschwitz, mas se estendem por toda parte como espaço da biopolítica, de "crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder" (AGAMBEN, 2002, p.125).

Os abrigos temporários são espaços organizados pelo Estado a partir da adaptação de infraestruturas públicas como ginásios poliesportivos, escolas públicas e etc. Sua funcionalidade é alocar famílias que foram retiradas de áreas consideradas de risco – em razão das moradias estarem destruídas ou danificadas ou em áreas sujeitas a riscos – e que não encontram apoio de parentes e amigos para uma acolhida provisória, população-alvo esta que passa a ser classificada tecnicamente como *desabrigados*.

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns resultados de pesquisas realizadas em abrigos temporários da região Sul e Sudeste do Brasil, conduzidas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar) por intermédio do projeto coletivo "*Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas*" (apoio: CNPq),

---

1. Apoio: FAPESP.

realizado durante o período 2006-2009. Na primeira seção deste capítulo, analisa-se no que consiste o território mínimo da casa para a reprodução social da família, visando qualificar a condição de desabrigado. Na seção seguinte, se discute como, a partir desse processo de perda da esfera privada, as famílias tentam reproduzir suas práticas nos abrigos temporários, arranjos espaciais que configuram um espaço de exceção.

## 1. A casa como território mínimo

O território é conceituado como um espaço para manutenção, conquista e exercício de poder, que se define e se delimita a partir das relações, envolvendo dominação e apropriação. A dominação implica a criação de territórios para fins utilitários e funcionais. A apropriação refere-se a uma dimensão não somente concreta, mas de ligações afetivas e simbólicas entre um grupo social e seu espaço. A essa apropriação e dominação de um espaço dá-se o nome de territorialização, a qual tem por objetivos: abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meios de produção; a identificação ou simbolização de grupos por meio de referentes espaciais; a disciplinarização ou controle por meio do espaço, a construção e controle de conexões e redes. Nessa territorialização, haveria por parte de indivíduos e/ou dos grupos sociais, a constituição da territorialidade. Para Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade se refere, também, às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo como os grupos utilizam-se da terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar. Como o território "é uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço (...) minha classe social, meu gênero, minha língua (ou mesmo meu sotaque), minhas roupas (...) cada uma destas características joga um papel diferente na construção de minha territorialidade" (HAESBAERT, 2004, p.350).

Para Haesbaert (2004), há uma vivência ao mesmo tempo de muitos territórios que, combinados, irão constituir a multiterritorialidade. Tais territórios se constituem como: a) territórios-zona – com áreas e limites bem demarcados – como, por exemplo, na casa onde moro; b) territórios-rede – espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais suscetíveis a sobreposições – como, por exemplo, o percurso de ônibus que tenho que acessar para me deslocar entre zonas diferentes, da casa para a escola, da casa para o trabalho, do trabalho para a escola. Porém, o usufruto ou não dessa multiterritorialidade depende de questões de ordem cultural e identitária, mas principalmente de condições socioeconômicas e políticas, que irão definir distintas territorialidades: "enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver (...) outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do 'primeiro' território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana" (HAESBAERT, 2004, p.360).

O "primeiro" território, o território como abrigo, que serve como elemento de construção social da realidade pela família é a casa. Esta pode ser concebida como um território, que tem historicamente permitido "uma variedade de

imagens e significados, seja ela entendida como uma construção específica que serve de abrigo, seja como uma imagem de um espaço simbólico de pertencimento social, de intimidade e de segurança" (HIGUCHI, 2003, p.50). É um dos locais que permitem, mesmo que de forma precária, a execução de diversos fazeres como dormir, comer, trabalhar, descansar, banhar-se. Ter um local onde as pessoas se reúnam para fazer suas refeições é identificado como uma das mais antigas explicações para a origem da casa (GRESSLER, 2007), e no qual se explicitam os valores e os sentidos envolvidos no ato de preparar, distribuir e comer o alimento – bem como o valor da cozinha – para a família e para a chefe do lar:

> "a área da cozinha, como e o que comer, a preparação e a distribuição dos alimentos, domínios femininos, envolvem um cuidado especial com relação ao que constitui outro valor fundamental, a comida, através da qual não apenas se alimenta a si mesma, mas também se expressa a prodigalidade de alimentar os outros" (SARTI, 2007, p.98).

Como a casa "é uma extensão da pessoa, um valor através do qual ela demonstra sua respeitabilidade" (Idem, p.24), a casa *em ordem* faz parte da tentativa de causar *boa impressão*, razão pela qual a sala está quase sempre alocada na porta da entrada para receber as visitas, a face pública da habitação. Mas também existem, nem sempre de um ponto de vista da estrutura física, áreas criadas para se ter um pouco de intimidade, de distanciamento do mundo. O banheiro é um espaço privado, em que se exerce uma higiene pessoal, um cuidado com o próprio corpo, longe dos olhares alheios. É o espaço do pudor ao compartimentalizar a vergonha, um espaço de manifestação da privacidade[2].

Em *A poética do espaço*, Bachelard (1993) questiona se seria possível isolar uma essência íntima e concreta a partir da qual justificaríamos o valor singular das nossas imagens de intimidade protegida. Para o autor, todo espaço habitado traz consigo a essência da noção de casa, sendo que a imaginação trabalha nesse sentido ao "construir 'paredes' com sombras impalpáveis para reconfortar-se com ilusões de proteção" (BACHELARD, 1993, p.25). O ser abrigado sensibilizaria os limites do seu abrigo, vivendo a casa em sua realidade e em sua virtualidade, por meio do pensamento e dos sonhos: a "casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz" (Idem, p.26).

Frehse *et al.* (1996, p.91) afirmam, a partir de um estudo sobre o imaginário onírico da metrópole paulista, que a casa "aparece em quase todos os sonhos como o lugar da segurança, do conhecido, da rotina e do aconchego", mas em quase todos os sonhos coletados está implícito, segundo Martins (1996, p.25), "um *conceito de estranho* e de um estranho que representa perigo e amea-

---

2. Segundo Gressler (2007, p.68), "Altman e Chemers (1984) definiram privacidade como sendo o controle seletivo do acesso ao espaço pessoal: não é a inclusão ou exclusão dos outros que é vital para a definição pessoal, mas a habilidade de regular esse contato quando se deseja. Lang (1987) definiu privacidade como a habilidade de indivíduos ou grupos controlar a sua interação visual, auditiva e olfativa com os outros".

ça para o sonhador". O lugar público aparece como cenário de medo, é sempre "um lugar *em* que se está fugindo, não é um lugar que se permanece" (MARTINS, 1996, p.26), isto é, expressa-se em oposição à casa da família. É marcado pela presença de pessoas anônimas e abstratas, por uma "identidade difusa [que] não é constituída por relações concretas em que se sabe quem é o outro" (Idem, p.27). Enquanto o mundo da casa seria o mundo da confiança, o mundo público, tal como um abrigo temporário, seria o da desconfiança.

A perda da casa implica às famílias a invasão da intimidade protegida. Se a casa é um elemento de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem, em que o passado, o presente e o futuro lhe dão diferentes dinamismos, procurando afastar as contingências e multiplicar a continuidade (BACHELARD, 1993), a perda do exercício cotidiano de refazimento implica a fragilização do corpo de imagens que confere à família razões e ilusões de estabilidade em sua territorialidade.

O que mantém a casa ativa e seu passado e futuro mais próximos unidos é a atividade doméstica, que se reafirma cotidianamente. Esta constrói a casa e a conserva viva, pois a casa é reconstruída do interior, ela é nova pelo interior (Idem). A partir da atividade doméstica, aos objetos são conferidos determinados sentidos, fazendo com que assumam seus lugares numa comunhão de ordem ao terem seus vínculos delineados pelos cuidados domésticos que reconstroem o mundo da casa a partir dos objetos: "fazer tudo, refazer tudo, dar a cada objeto um 'gesto suplementar' (...) são outros tantos benefícios que nos presta a imaginação ao fazer-nos sentir o crescimento interno da casa" (Idem, p.82).

Para Bachelard, sem alguns objetos presentes na casa, a vida íntima não teria um modelo de intimidade, não existiriam *espaços de intimidade e de ordem*. O armário, por exemplo, confere um centro de ordem "que protege toda a casa contra uma desordem sem limite. Nele reina a ordem (...) A ordem não é simplesmente geométrica. A ordem recorda nele a história da família" (Idem, p.92). Pelos objetos vivemos o engrandecimento de um espaço íntimo. Cada objeto "investido de espaço íntimo transforma-se (...) em centro de todo o espaço" (Idem, p.207). Poder organizar as coisas pessoais e os objetos é poder organizar a si mesmo, e constituir a territorialidade da família.

Leite (2000) afirma que muitos dos trabalhos acadêmicos tenderam a compreender os objetos como estratégias de distinção, deixando de considerar a dimensão do reconhecimento de si próprios na relação que estabelecem com os objetos. Na relação que cada um alimenta com os objetos pessoais da casa existiria, segundo Leite (2000, p.212) citando Kaufmann (1997), "'um corpo a corpo emocional com as coisas', considerando os objectos como extensões do próprio indivíduo, tal como Heidegger sublinhou, uma espécie de extensão *do ser* nas coisas". Isto é, haveria experiências de perda de si nas coisas, ou seja, "de ruptura com o meio envolvente e, em particular, com os objectos que acolhem e reflectem a projecção das nossas memórias e afectos" (LEITE, 2000, p.213), O valor último dos objetos parece, assim, muito mais determinado pela sua capacidade em projetar sobre nós aquilo que é e foi o nosso investimento emocional. Cada qual conhece o poder particular dos objetos cujo sentido não está ao alcance de quem o olha, pois só nós conhecemos toda a sua força de senti-

do. Ou seja, “os objectos cristalizam memórias que, muitas vezes, parecem serlhes exclusivas” (Idem, p.215), razão pela qual muitas vezes as perdas de objetos nas enchentes não se resumem à perda material do mesmo, mas se perfazem por dimensões imateriais envolvidas no objeto (VALENCIO et al., 2007).

Bachelard (1993) considera que não somente se constrói uma casa para se viver nela, mas vive-se para construí-la e formá-la continuamente. Reportando Michelet (1858), Bachelard (1993, p.113) acredita que a casa é “construída pelo corpo, para o corpo, assumindo sua forma pelo interior, como uma concha (...) A casa é a própria pessoa, sua forma e seu esforço mais imediato”. Nesse sentido, Sarti (2007, p.129) afirma que a “importância da ordem e da limpeza diz respeito não apenas à casa, mas também ao corpo”, razão pela qual um dos valores manipulados “para definir o mendigo, [constitui-se como] aquele que é relaxado, porco, desleixado, como o que anda de qualquer jeito, que deixa a casa de qualquer jeito”. Assim, uma pessoa desleixada corresponde a uma casa desleixada.

Como a casa é a própria pessoa, ela manifesta “um estado da alma”, fala de uma intimidade, expressa tanto o amor quanto a dor. Khoury (2005), em *Amor e dor: ensaios em Antropologia Simbólica*, busca compreender a construção das emoções e sua inter-relação com a construção do social, tomando como foco de estudo pessoas que tiveram experiências traumáticas, em especial, aqueles que vivenciaram processos de luto[3]. Nesse livro, o autor procura compreender o ritual da morte e o sofrimento de quem perde um ente querido a partir da relação entre a imagem fotográfica e o trabalho de luto.

Ao analisar o trabalho de luto de um senhor de oitenta e cinco anos que havia perdido a esposa, Khoury (2005) afirma que a sala se constituía como um templo que guarda as recordações da memória da vida desse senhor com a finada, do casamento, da construção da família, da chegada dos filhos, do nascimento dos netos, das comemorações diversas e da morte. Essa vida compactuada se expressa no álbum “afixado nas paredes da sala, inicialmente por sua esposa e por ela acrescentado e corrigido durante toda a vida, e acompanhado por ele como um coadjuvante” (KHOURY, 2005, p.16). A sala era, assim, o lugar “de memória do conjunto da vida comum estabelecida a partir do casamento e condicionada na afixação do conjunto fotográfico, no dia a dia de sua construção como paredes-álbum e como tecelagem da vida em família em cotidiana elaboração” (Idem). Com a morte da esposa, a sala se tornou o canto preferido do viúvo, o lugar “onde se sente inteiro em suas repetições e captações de gestos, de atitudes, de tempos e espaços ocupados por toda uma vida, que lá estão em permanente ebulição e presença” (Idem). Isto é, a casa é local de resguardo, da vivência do luto, e também de proteção do âmbito público frente aos julgamentos perante a dor continuada da pessoa enlutada: “fechada em sua dor, a pessoa enlutada vive momentos de ambigüidade de aceitar a ajuda dos de fora e ao mesmo tempo de sentir constrangimento de sua própria dor continuada” (Idem,

3. Segundo Khoury (2005, p.7), o luto é “entendido como um elemento de passagem traumático para os indivíduos ou grupos sociais em qualquer tipo de sociabilidade”.

p.106). Isso porque a permanência no luto é olhada com desconfiança, sendo associada à loucura. Se, inicialmente, a dor é compreendida e o luto é aceito socialmente, com o tempo a dor torna-se algo cada vez mais individualizado, torna-se particular, isto é, confinada ao à esfera privada, instalando-se socialmente uma espécie de autocensura que tende a reprimir a sua expressão pública. Mas se a casa é o local do resguardo, da não exposição pública, de fugir-se da possibilidade da vivência prolongada e pública da dor e do luto, na condição de desabrigados que perdem familiares não se tem mais a casa para vivenciar um processo de luto, e se tem de vivenciá-lo num espaço de convivência pública exacerbada, tal como um abrigo temporário.

Entretanto, se a casa é o local de vivência do luto, pode-se também viver o processo de luto pela perda da própria casa, especialmente quando esta casa é fruto de uma luta de anos da família, isto é, um "luto pela luta". Ao superarmos os aspectos descritivos concernentes a uma análise geométrica da casa (BACHELARD, 1993), e considerarmos que a constituição de sua territorialidade pela família é permeada por aspectos simbólico-culturais processualmente enredados ao longo da trajetória de sua vivência, significando a sua história a partir da(s) casa(s) onde morou, cresceu, viveu, podemos "considerar que a casa, em si, pode se apresentar como uma espécie de *ente querido*" (VALENCIO et al., 2007, p.92). Em desastres, muitas vezes são recorrentes as imagens de mulheres frente aos escombros, sentadas sobre eles, mesmo quando agentes de defesa civil ou engenheiros civis evocam a existência de riscos no local e almejam retirá-las de lá. Há, nesse ritual, uma "busca por algo que é, a um só tempo, uma relação consigo própria e com o outro" (Idem, p.91), isto é, uma procura de sentido frente à perda da materialização de uma trajetória, "que está impressa no corpo e que teima em não ruir na mesma temporalidade que as estruturas de concreto, pois são práticas apreendidas pelo corpo na relação estabelecida com o território" (Idem). Ou seja, um processo de reelaboração típico de um processo de luto.

Sob este prisma, a "área de risco" interditada após o impacto impossibilita o retorno a uma territorialização processualmente construída por parte das famílias para a vivência de um processo de perda da casa e, às vezes, de familiares e amigos. Estas, retiradas do local, perdem as referências especiais para reconstruir os sentidos das perdas havidas, tendo que vivenciá-las no abrigo temporário.

## 3. Abrigos temporários: os sentidos do confinamento

Nesta seção serão apresentados alguns resultados de pesquisas realizadas em abrigos temporários de municípios de pequeno porte da região Sul e Sudeste do Brasil, com o objetivo de analisar como, a partir desse processo de perda da esfera privada, as famílias tentam reproduzir suas práticas nos abrigos temporários[4]. Em relação à região Sudeste, foram analisados, em janeiro de 2007, dois

4. Para a realização da pesquisa de campo, de base qualitativa, os seguintes procedimentos foram adotados: a observação direta, com uso de diário de campo; a coleta de relatos orais junto a famílias abrigadas e coordenadores de abrigos, e a fotodocumentação.

abrigos temporários no município de Sumidouro/RJ. No caso da região Sul foram analisados, em dezembro de 2008, dois abrigos em Ilhota/SC. A partir dessas coletas de campo, realizou-se uma análise comparativa entre as lógicas vivenciadas nos abrigos de Sumidouro/RJ e Ilhota/SC. As variáveis que orientaram essa análise comparativa buscaram identificar:

a) os processos de negociação dos tipos e formas de uso do território do abrigo entre coordenadores de abrigos e as famílias abrigadas;
b) como as funções da habitação, nos espaços de uso coletivo e de uso mais restritivo são reproduzidas no interior do abrigo temporário;
c) como se dá a redefinição das práticas da família num espaço de circunstâncias materiais/espaciais limitantes e quais os conflitos emergidos;e,
d) as inseguranças e os riscos mais evidentes do ambiente produzido deste coletivo, no que subjazem aspectos de violência física e emocional.

Nos dois abrigos analisados em Sumidouro/RJ, ambos adaptados a partir de escolas públicas em área urbana, não havia um (a) coordenador (a) dentro dos abrigos temporários. A Assistência Social do município provia um suporte a partir da disponibilização de alimentos, água, materiais de higiene. As próprias doações endereçadas ao município eram encaminhadas ao abrigo e controladas pelas mulheres abrigadas. Vez por outra, a assistente social do município ia até os abrigos para identificar a demanda das mulheres abrigadas. Segundo uma delas, os conflitos internos ao abrigo deveriam ser resolvidas por elas próprias, devendo-se solicitar apoio da Assistência Social quando existissem demandas relativas à alimentação, saúde etc.:

> "É, nós que estamos tomando conta aqui e tentando levar todo mundo, entendeu? Quando tem algum problema, a gente reúne todo mundo pra conversar, e a gente conversa com os chefes de família e aí toma conta, cada um toma conta do seu lado, né?(...)Num tem nada, daí vai lá na Cecília[da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social] pra falar, vai na Câmara...num tem que fala lá...tem que fala que a gente resolve aqui. Só vai chega coisa lá se for por um médico, por uma coisa assim" (M, abrigada em Sumidouro/RJ,2007).

Assim, em Sumidouro/RJ, a resolução dos conflitos internos ao abrigo, os processos de identificação das demandas e de negociação das regras de uso foram feitos pelas próprias famílias abrigadas, em especial, pelas mulheres, uma vez que os maridos e filhos mais velhos haviam ficado nas moradias destruídas ou danificadas para fazer a segurança das mesmas. Não havia um coordenador responsável por definir uma rotina a partir de uma escala de horários para utilizar as instalações coletivas do abrigo, isto é, para definir o horário de preparo e de realização das refeições, da limpeza das instalações coletivas do abrigo, de se tomar banho, de se realizar a lavagem e secagem de roupas, de se apagar as luzes. Algumas dessas regras eram negociadas pelas mulheres abrigadas, outras aconteciam sem nenhum acordo prévio, isto é, de acordo com a autonomia de

cada família dentro das restrições impostas pelas instalações e por aquela vida coletiva. A coletivização das rotinas não era imposta pelos gestores públicos, mas assistida por eles por meio do suporte de recursos (alimentos, utensílios domésticos etc.) que disponibilizavam às abrigadas para que pudessem executar as suas rotinas no abrigo. Isso predispunha que os abrigados representassem estes espaços como de sua gerência compartilhada, ou seja, como um espaço comunitário em que implicava uma responsabilidade pela manutenção, limpeza e conservação. A organização comunitária nestes abrigos, particularmente sob a figura das mulheres, possibilitava que os conflitos surgidos em relação às rotinas das famílias no abrigo fossem resolvidos e dialogados por elas próprias, desenvolvendo-se uma lógica comunitária que procurava conciliar as diferenças a partir do *habitus* de quem estava vivendo no abrigo e não trabalhando nele.

Município de pequeno porte, tal como Sumidouro/RJ, Ilhota/SC também vivenciou deslizamentos e enchentes principalmente em sua área rural, sendo daí a procedência da maioria dos abrigados que ficaram tanto no abrigo do colégio Marcos Konder, situado em área urbana, quanto no abrigo do salão paroquial Capela Cristo Rei, situado em área rural. As análises desses dois abrigos não tiveram acompanhamento da Defesa Civil municipal, que havia sido estruturada durante o desastre. Entretanto, diferentemente de Sumidouro/RJ, em Ilhota/SC, nos dois abrigos analisados, havia coordenadores de abrigos, constituídos, em sua maioria, pelos professores das próprias escolas que serviam como abrigo, mas também por voluntários. No abrigo do salão paroquial Capela Cristo Rei, situado em área rural, o coordenador era um voluntário de Camboriú/SC, que nunca havia tido experiência com abrigos temporários antes. Também não havia feito nenhum curso de capacitação. Sua jornada de trabalho era ininterrupta: estava dormindo no abrigo, mas, logo no início da entrevista, salientou "que todo voluntário tem o seu limite". O abrigo do Capela Cristo Rei havia sido montado a partir de voluntários, sem nenhum auxílio do Poder Público. Segundo o coordenador do referido abrigo, houve falhas por parte do município em organizar abrigos na área rural, como aquele, assim o "voluntariado iniciou a organização e acabou assumindo":

> "Aqui foi o seguinte, eles [Prefeitura de Ilhota] tentaram através da assistente social implantar uma coordenação geral dos abrigos e depois a manutenção disso. Só que não deu certo... Então essa organização por parte do município falhou. Não sei se foi por falta de capacitação, por falta de gerenciamento, então não houve condições. Então aqui em especial a gente tocou todo o voluntariado aqui, a gente conseguiu organizar num prazo muito curto todo o abrigo, o gerenciamento do abrigo, suprimentos..."(Coordenador de abrigo em Ilhota/SC).

As formas de negociação dos tipos e formas de uso do território do abrigo e o modo com que as funções da habitação foram reproduzidas nos espaços de uso coletivo e restrito variaram nos abrigos analisados em Sumidouro/RJ e Ilhota/SC. No caso dos abrigos de Sumidouro/RJ, as pessoas abrigadas eram de uma mesma comunidade e, como desde o começo as mulheres assumiram a

responsabilidade pela administração comunitária dos abrigos (cf. SIENA, 2009), o acesso à cozinha não era controlado pelo coordenador ou por um grupo de abrigados. Podia-se ter acesso para fazer um café a qualquer hora do dia. O acesso às doações em alimentos era livre, mas a produção das refeições era feita de maneira coletiva. Empreendia-se a feitura de um cardápio com base nos alimentos que estavam armazenados na cozinha e, enquanto umas dividiam-se na tarefa de produzir as refeições, outras tratavam da arrumação da mesa coletiva, enquanto outras seriam responsáveis pela posterior limpeza do refeitório e da cozinha.

Diferentemente dos abrigos de Sumidouro/RJ, nos abrigos de Ilhota/SC a alimentação não ficava a cargo das abrigadas: no abrigo Marcos Konder o serviço de alimentação era um serviço terceirizado, feito por duas cozinheiras, uma para o período da manhã e outra para o período da tarde e noite. Os abrigados não desempenhavam funções na cozinha, não selecionavam o cardápio, não podiam cozinhar. No abrigo Capela Cristo Rei, inicialmente o preparo das refeições era feito por vários voluntários e voluntárias. Passado um tempo, o número de pessoas no abrigo diminuiu e o número de voluntários também. Então, a pedido do coordenador do abrigo, o município cedeu duas funcionárias:

> "Agora o município nos cedeu duas funcionárias para estarem auxiliando na cozinha, mas a principio são [eram] duas voluntárias, até uma senhora de idade e uma outra moça que ajudam na parte de alimentação. As duas trabalham muito bem com a parte de panificação e elas fazem pão todo dia, rosca... Então ali ficou organizado dessa forma, a Dona Polônia [voluntária], duas funcionárias da prefeitura e uma outra assistente [voluntária] e elas cuidam da parte da cozinha", relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, Ilhota/SC.

Segundo o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, as mulheres abrigadas não reivindicavam o controle da cozinha para nela exercerem as práticas anteriormente realizadas em suas casas como, por exemplo, as mães que desejam preparar a comida para os filhos. Para o coordenador, o gerenciamento e a coordenação têm de ser feitos de maneira bem técnica para não haver reivindicações e possíveis conflitos com os quais tenha que lidar:

> "[As mulheres não reivindicam o controle das cozinhas]. Até porque o gerenciamento, a coordenação tem que ser feita de uma forma bem técnica pra não envolver depois mais discussões, justamente dessa parte de um gostar da comida de um jeito, outro de outro... Então se a pessoa faz uma administração externa, tem pessoas de fora administrando, você sabe que a comida vai ser aquela ali, você tem os horários das comidas (...) Só que deixar tentar ficar na mão dos próprios abrigados é um risco que a gente corre de criar conflito, porque um gosta de uma coisa, outro gosta de outra. Então a partir do momento que você tem uma coordenação, uma gerência naquela área, eles sabem que quem está comandando aquela área", coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, Ilhota/SC.

Algumas abrigadas no Capela Cristo Rei relatam que, no início da instalação do abrigo, ajudaram durante vários dias a executar o trabalho na cozinha. Porém, tempos depois, duas funcionárias cedidas pela Prefeitura de Ilhota começaram a ajudar nesses trabalhos. A partir daí, segundo algumas abrigadas, a "coisa ficou bem pior". As funcionárias começaram a proibir a entrada na cozinha como, por exemplo, de mães que precisavam preparar a mamadeira para seus filhos, de pessoas que queriam algum alimento – pão, por exemplo – fora dos horários das refeições ou de outros alimentos diferentes daqueles que estavam sendo fornecidos no dia. Isso acabou gerando brigas, porque os abrigados não tinham mais nenhum controle ou direito sobre aquelas doações que estavam sendo a eles direcionadas por pessoas de vários lugares do Brasil.

> "Ficou bem pior [depois da chegada das funcionárias da Prefeitura para trabalhar na cozinha]. Porque quando era só a comunidade, só nós, quando era ela [apontando para uma mulher próxima] e a outra senhora [que cuidavam da cozinha], já sabe mais ou menos como é, né?Só que veio terceiros pra cá [funcionárias da Prefeitura], aí começaram a proibir muita coisa, proibir de mãe entrar na cozinha pra dar mamadeira para as crianças e não pode" (M, abrigada no Capela Cristo Rei, Ilhota/SC).

Essa mudança no controle e nas tarefas da cozinha foi sentida pelas abrigadas também no modo de preparo da comida, e essa insatisfação foi demonstrada junto aos funcionários, o que acabou causando conflitos e discussões em torno do "poder pela cozinha": "Eu sou bem sincera de dizer. Eles estão acostumados a fazer comida numa creche, não pra gente que trabalha, pra homens... É outra comida, né? Aí elas acharam meio ruim assim, só que a gente tem que falar, aí deu uma confusão", relata abrigada do Capela Cristo Rei. Os coordenadores de abrigos desempenham o *habitus* a partir de uma incumbência *temporária* que lhe foi atribuída: de responder pela estruturação, organização e administração do abrigo. Esta incumbência perdura durante o período de sua jornada de trabalho, modo pelo qual engendrarão suas práticas a partir de um ponto de vista que lhe é familiar, ou seja, a lógica dos deveres técnicos, administrativos e burocráticos da rotina do trabalho (cf. SIENA, 2009). Desse modo, representam a cozinha como um local de produção de comida a uma *quantidade de pessoas* e não um local em que deva ensejar encontros familiares, que seja permeado por um conjunto de valores e sentidos envolvidos no ato de preparar, distribuir e comer o alimento, principalmente para a chefe do lar. Como assevera Sarti (2007), o ato de preparar os alimentos, distribuí-los e comê-los, estão situados numa lógica familiar que visa reproduzir, de forma adaptada, o cotidiano da família e os papéis a ela associados, como a obrigação moral dos pais de dar de comer aos filhos. Alguns abrigados no colégio Marcos Konder, que vieram da área rural do Morro do Baú, demonstram como a dimensão das perdas faz-se sentir até no fato de não poder produzir, colher, escolher, temperar, preparar e comer o próprio alimento, rememorando assim a perda da casa, do modo de vida rural, do sabor da comida: "Mas a comida mesmo é a do fogão à lenha. Ai botava aquele panelão de aipim, outro já fazia uma polenta daquela

ali (pausa). Daquele jeito todo mesmo lá. E agora... (pausa) fazer o quê...fazer mais nada (pausa). Agora nós temos que depender dos outros agora (olhos lacrimejados)" (A, abrigado no colégio Marcos Konder).

Outros espaços de uso coletivo no interior do abrigo se referem àqueles para execução de atividades como tomar banho, lavar e secar a roupa, os quais são identificados, em maior e menor grau, como dimensões em que devam estar garantidas a privacidade, a individualidade e a intimidade das pessoas. Alguns órgãos de proteção civil e saúde pública identificam-nas como aspecto central na organização de um abrigo de tal modo que a "concepção, o número e a localização das instalações para a execução dessas atividades devem ser decididos depois de consultar os seus principais utilizadores, em especial as mulheres" (PROJETO ESFERA, 2000, p.35). Entretanto, diferentemente do que é recomendado pelo Projeto Esfera, a seleção de locais para servirem como abrigos temporários dificilmente é feita de forma preventiva, ou seja, é sempre feito durante o desastre. Quando é feita, não se consultam mulheres ou as próprias pessoas que já ficaram abrigadas. Embora a organização de abrigos seja algo recorrente em muitos municípios brasileiros, a representação do abrigo como algo *temporário* parece justificar a falta de necessidade de abordá-lo como um local que deva garantir direitos mínimos do ponto de vista das infraestruturas físicas, como também de processos de discussão pública sobre como devem ser organizadas as rotinas.

As abrigadas entrevistadas atribuem os locais de banho como espaços coletivos que não garantem nenhuma privacidade e intimidade, como espaços deficitários em que precisam adaptar a sua rotina e a de seus filhos. Como os chuveiros não fazem parte da realidade das escolas adaptadas como abrigos, eles costumam ser não só em número mínimo – às vezes um chuveiro para 100 pessoas, como num dos abrigos de Sumidouro/RJ – como se localizam muito distantes das salas de aula utilizadas como "quartos". Muitas mulheres acabam alterando seus costumes para se adaptar às limitações do abrigo e evitar outros constrangimentos como ter de ficar em filas junto de outros com quem não se está acostumado a se expor e a conviver, tipos de práticas antes restritas à esfera privada: "Aqui é um horror (...) Chuveiro tem um só lá embaixo [para aproximadamente 100 pessoas] (...) Tem gente que faz assim, eu mesma faço assim: eu vou tomar banho mais cedo pra na hora que os outros for eu já tomei meu banho há muito tempo. Pra poder na hora não ficar lá fazendo fila" (abrigada em Sumidouro/RJ, 2007).

Outra dimensão das infraestruturas dos abrigos identificada como precária à execução da privacidade e da intimidade dos(as) abrigados (as) refere-se ao asseio das roupas dos membros da família. Segundo o Projeto Esfera (2000, p.35), "lavar a roupa é uma atividade essencial para a higiene, em particular a das crianças", mas também uma dimensão em que os grupos vulneráveis podem encontrar dignidade pessoal e intimidade, o que implica considerar que nos abrigos temporários existam "zonas reservadas para que as mulheres lavem e sequem a sua roupa íntima e os seus toaletes higiênicos" (Idem, p.32). Nos abrigos de Sumidouro/RJ, havia locais para lavagem e secagem das roupas no

abrigo, mas não havia espaços reservados para lavagem e secagem da roupa íntima, razão pela qual penduravam suas roupas dentro dos quartos. As atividades eram exercidas individualmente pelas mulheres e sem uma escala de horários, isto é, o ato e o horário de lavar roupa eram definidos por cada uma delas. Algumas abrigadas contavam com o compartilhamento de tanquinhos – retirados da casa e trazidos para o abrigo – para a realização destas atividades, o que promovia formas de solidariedade que auxiliavam no processo de recuperação, empreendendo uma coletivização das rotinas em que os gestores prestavam assistência, mas era determinada pelas próprias desabrigadas: "Tá cada uma ajudando a outra, vai usando [os tanquinhos]. Nessa hora acho que todo mundo tem que estar unidas, não tem ninguém pensando em você", conta abrigada em Sumidouro/RJ. Já em Ilhota/SC, nos dois abrigos analisados havia lavanderias coletivas organizadas a partir da doação de sabão em pó, amaciantes e de máquinas de lavar, as quais foram arrumadas próximas a um dos tanques existentes numa área da escola distante dos quartos. No abrigo Marcos Konder, havia uma escala de lavagem de roupas, também feita com base na divisão dos quartos, isto é, havia dias e horários definidos para cada quarto lavar roupas, uma escala da lavanderia. No Capela Cristo Rei, a divisão de horários para se lavar roupa foi feita com base num acordo entre as próprias abrigadas: as mulheres que trabalhavam fora no período da tarde, lavavam a roupa de manhã, e as outras que não estavam trabalhando fora, lavavam nos demais horários que sobravam.

Em relação à utilização dos varais, eles eram insuficientes para todas as roupas lavadas, por isso havia a escala no colégio Marcos Konder (Ilhota/SC), e, no Capela Cristo Rei (Ilhota/SC), foi definido como regra que as mulheres que lavavam de manhã deveriam retirar as roupas no final da tarde. No abrigo do colégio Marcos Konder, os varais ficavam situados dentro da escola e não eram visíveis a quem passava na rua. Já no abrigo Capela Cristo Rei, os varais foram instalados logo na fachada do salão paroquial, exposto ao público e a quem transitava por ali na rua à frente. Segundo uma das abrigadas, as roupas íntimas (calcinhas, cuecas, sutiãs) eram penduradas ali fora mesmo, pois em meio à vivência coletiva há um mês naquele espaço público onde todos dormiam num mesmo salão, a exposição das roupas íntimas já não causava estranhamento ou curiosidade: "Já tem um mês que eles [homens] olham [as roupas íntimas], já cansaram, nem olharam mais. Mas a gente tenta colocar mais quando ninguém tá vendo", relata uma das abrigadas. A garantia da existência de varais em locais com privacidade para que mulheres e adolescentes possam pendurar suas roupas íntimas é uma das recomendações de organizações não-governamentais que lidam com a temática de organização de campos de refugiados e abrigos temporários, uma vez que existem registros de casos de assédio sexual e violência contra mulheres (cf. PROJETO ESFERA, 2000).

Em relação às atividades de limpeza das áreas dos abrigos, enquanto nos abrigos de Sumidouro/RJ elas eram negociadas pelas abrigadas que realizavam uma divisão de tarefas dentro do conjunto de todas as ações de manutenção que o abrigo necessitava, nos abrigos de Ilhota/SC a lógica era diferente. No abrigo Marcos Konder, a divisão de tarefas de limpeza das áreas era feita pelo coordenador do abrigo, por meio de uma escala a ser cumprida por cada quarto exis-

tente no abrigo: "a limpeza é dividida por quarto, não teve problema quanto a isso". Ou seja, havia uma escala de limpeza discriminando o que deveria ser limpo, em qual dia e por qual quarto. No abrigo Capela Cristo Rei, foram organizadas pelo coordenador do abrigo duas equipes de limpeza baseadas no gênero, que eram chamadas por um responsável no período da manhã e da tarde. A equipe com homens era responsável pela limpeza do pátio externo ao salão paroquial, pela área interna do salão e pelo banheiro masculino. A equipe com mulheres também era responsável pela limpeza do pátio e da área interna, e também se incumbe da limpeza do banheiro feminino. Abrigados e abrigadas acreditam que esse sistema de limpeza tem funcionado. Porém, algumas abrigadas reclamam que tem havido problemas no banheiro feminino devido ao fato de haverem algumas mulheres que jogam papéis higiênicos, absorventes, "tudo de qualquer jeito": [Mas] tem umas porcalhonas que deixam várias coisas nos banheiros (...) Eu mesma sou uma de reclamar [da sujeira], porque se tiver que a gente entrar no banheiro e tiver tudo sujo..." (M, abrigada no Capela Cristo Rei, Ilhota/SC).

Se no abrigo existem as áreas de uso mais coletivo, como as acima enunciadas, existem outras que podem permitir um uso mais restrito, como as salas de aula, que passam a funcionar como quartos. Assim, a característica mais restritiva ou não irá depender da quantidade de salas disponíveis na estrutura adaptada como abrigo temporário, do número de pessoas e famílias que serão abrigadas e da rotina no abrigo. Porém, na maioria das vezes, a quantidade de salas existentes numa estrutura adaptada como abrigo temporário é insuficiente para permitir que uma família fique em uma sala. Diante disso, uma sala de aula tem que ser dividida por duas, às vezes três ou mais famílias. Por vezes, uma família possui outros familiares abrigados e estes acabando ficando numa sala única. Mas também esse compartilhamento é feito junto com vizinhos ou até com desconhecidos. Às vezes a divisão é feita pelos próprios abrigados, às vezes pelo próprio coordenador do abrigo.

No caso dos dois abrigos analisados em Sumidouro/RJ, havia muitas famílias que estavam sozinhas em uma sala de aula, mas também salas onde havia famílias que eram parentes. Estes quartos dos abrigos temporários são alguns dos espaços em que as famílias procuram a privacidade e individualidade a fim de tentar garantir seguridade emocional e intimidade. Essa seguridade emocional e intimidade são buscadas a partir de uma dinâmica de familiarização que tenta reproduzir um lar, as rotinas e os usos dos bens materiais do ambiente domiciliar no '"novo espaço" a ser apropriado simbolicamente. Essa apropriação simbólica – uma tentativa de territorialização precária – faz uso de bens materiais retirados da antiga moradia e trazidos para os abrigos. A partir deles, tenta-se refazer, a partir da memória, uma nova composição da "sala" antes existente na casa, utilizando-se dos elementos que a compunham, como a mesa ao centro, coberta pela mesma toalha e com o mesmo vaso de decoração. Para isso, nessa composição num multiterritório contraditório – escola pública e abrigo para famílias –, afastam-se as carteiras da escola a um dos cantos ou utilizam-nas como suporte para guardar cobertores e outros bens, criando uma ordem interna

(cf. BACHELARD, 1993), pois a ordem ou a desordem terá muito a dizer sobre os que ali estão (SARTI, 2007). Por vezes, fazem parte desse processo de apropriação simbólica, os brinquedos das crianças, a televisão como lazer da família, todas estas formas que os desabrigados encontram para tentar recuperar-se. Os elementos no novo espaço foram desterritorializados mas, ao mesmo tempo, carregam consigo todo um elemento de memória como, por exemplo, a boneca que a mãe deu de presente à filha que incorpora um passado que se torna presente.

Os "quartos" são espaços dentro dos abrigos que os abrigados representam como um território mínimo em que podem representar como parte do que lhe foi precariamente concedido de forma temporária e, quando a família possui um só para ela, pode se retirar de um convívio público exacerbado, ao menos no que se refere a um mínimo de práticas como, por exemplo, dormir, chorar, evitar o contato visual (por exemplo, mostrar as olheiras), auditivo (relacionados, por exemplo, ao barulho, ao escutar conversas alheias) e olfativo (sentir o cheiro do outro). É neste espaço mínimo, dentro de um multiterritório, que tentará organizar o espaço familiar, restituir um espaço doméstico a partir do que conseguiu salvar do desastre. Entre esses bens que restaram, inserem-se os recursos pelos quais a família, em particular a mulher como chefe-do-lar, poderá restituir parte da sua dignidade e re-caracterizar sua identidade como um processo de reconstrução do seu espaço a partir de dimensões mínimas, como cuidar dos filhos. Entretanto, há carência de elementos para tentar reordenar o seu cotidiano e suas práticas que exercia em seu domicílio antes da ocorrência do desastre como, por exemplo, ter espaços e colchões suficientes para acomodar os filhos e nisso buscar um apoio emocional para refazimento da ordem da família.

As condições infraestruturais das salas de aula das escolas adaptadas como abrigos também impõem limitantes à execução da reorganização do espaço que cada qual precisa para restituir a dignidade que lhe foi perdida no espaço doméstico que não mais existe em estrutura física, mas que está incorporado no *habitus*. A ordem na casa e o lugar certo das coisas (deixar o quarto em ordem, por exemplo) que tanto é apregoada pelas mães na educação dos seus filhos, no abrigo, é posta à prova, à medida que esta não dispõe de meios para reafirmar sua identidade de chefe-do-lar e colocar as coisas em ordem. Essa impossibilidade recai, por exemplo, quando esta se depara com um espaço físico da sala de aula cujos armários e carteiras não possibilitam que ela organize os pertences de sua família, e tenta reorganizá-los dentro do pequeno espaço do qual ela se apropria e tenta configurar um território mínimo que expressará o que a família é, razão pela qual procura se justificar: "Não repara a bagunça não, porque...[pode tirar foto, mas] essa bagunça aqui é mais do colégio (apontou para dois armários cheios de coisas, papéis)", relata abrigada (município de Sumidouro/RJ).

Assim, dentre as áreas de uso mais coletivo, as salas de aula geralmente podem permitir um uso mais restrito, pois seu acesso é limitado, é "mais privado". Se, nos abrigos de Sumidouro/RJ, a maioria das famílias pôde ter uma sala de aula para tentar reterritorializar o mundo privado da casa, nos abrigos de Ilhota/SC a lógica foi bem diferente, o que demonstra diferentes modos pelos

quais pode se desenrolar a continuidade do desastre. No abrigo organizado no colégio Marcos Konder, as famílias não puderam ficar cada uma em uma sala, mas tiveram que dividi-la com outras, sendo que a divisão foi feita pelas famílias e não pelos coordenadores. Em média, havia dez pessoas por quarto. Assim, as salas de aula – os quartos – eram os territórios criados para uso privado das famílias, as portas constituindo-se como a fronteira frente à coletivização imposta pelas rotinas no abrigo, uma tentativa de privacidade em relação ao convívio público. Mas, no interior das salas de aula, lençóis, carteiras, cobertores constituíam-se como os artefatos a partir dos quais cada família criaria outras fronteiras para a definição de seu território mínimo, uma tentativa de privacidade dentro da sala de aula. Pedaços de barbantes esticados que passam a servir de suporte para prendedores que sustentam lençóis e toalhas, recursos utilizados pelas famílias para produzir divisórias e fronteiras no interior das próprias salas funcionando para demarcação visual a fim de controlar a possibilidade de o outro lhe ver, mas não de ouvir, de sentir cheiros. São conjuntos de retalhos para tentar construir uma "concha" (cf. BACHELARD, 1993). Dentro dessa tentativa, o fato de algumas serem parentes ameniza um pouco a convivência, a exposição e a ocorrência de conflitos. Assim, não se trata somente da quantidade de pessoas que dividem uma sala, mas sim *quem* são essas pessoas que estão dividindo. E dentro desse território mínimo, tenta-se recompor aspectos da realidade vivida na casa destruída, nos seus espaços de intimidade e nos objetos que permitiam compor parte de si, nos cuidados com o corpo, com o rosto, no olhar para si e se representar para o outro, na manipulação de sinais, cicatrizes, olheiras, os cuidados com a vaidade, com a saúde e auto-estima, porque, num desastre, "não basta salvar corpos e não se preocupar com a reconstrução da alma[5]". Assim, a tentativa de reterritorialização da esfera privada na escola-abrigo é permeada pelo modo como os agentes buscam se reconstruir, mesmo que de forma precária e provisória. Essa apropriação simbólica de um determinado espaço e sua configuração em um determinado aspecto da realidade – tal como uma penteadeira criada sobre uma mesa do colégio para compor a vaidade feminina – é o que permite, de certo modo, tentar se reconstituir.

Além das perdas materiais e imateriais já sofridas, essa convivência num território forjado e sob condições que visam retirar a humanidade das vítimas, homogeneizando-as não só na classificação de *desabrigados*, mas no modo de administrar suas biografias, vai se constituindo num sofrimento social que é naturalizado. O controle dos corpos é feito pela coletivização e pela publicização, ao não permitirem a exibição do sofrimento e prescreverem os comportamentos ali aceitos, isto é, a dimensão positiva do poder (cf. FOUCAULT, 1984). Não se pode chorar em público; não se pode retirar em silêncio porque isso pode significar alguma patologia mental; deve-se participar de ocasiões de encontro coletivo no abrigo como, por exemplo, ceias de Natal; deve-se agrade-

5. Essa frase foi me dita durante o V Seminário Internacional de Defesa Civil ocorrido em novembro de 2009, por um dos participantes do minicurso sobre Administração de Abrigos Temporários.

cer sempre a ajuda dos voluntários e não entrar em conflitos com eles; não se pode reclamar da comida. Não se pode pensar na esfera privada, porque isso não é visto como direito, mas como regalia. Ali no abrigo, "todos devem estar no mesmo barco", então não se trata de reafirmar famílias, mas de administrar desabrigados. Desse modo, as rotinas do abrigo passam a ser criadas para desfazer os laços que construíam a realidade da família, como a mãe que cozinhava para seu filho, como a família que se reunia sozinha à mesa, como a esposa e o marido que tinham a privacidade do seu quarto de outrora: "No início havia sala com 19 pessoas. Hoje está menos. Não temos mais marido e mulher, é tudo irmão; não há privacidade", relata abrigada no colégio Marcos Konder. Em outras palavras, torna-se público o âmbito privado da vida na medida em que as práticas que se realizavam na privacidade da casa passaram a ocorrer à vista de todos, ou seja, esfera privada e esfera pública se dissolveram criando algo híbrido, indistinto, referenciado por Arendt (2005) como *social*[6] . O *social* passa a ser objeto de intervenção, de planejamento técnico para gestão de necessidades.

No abrigo capela Cristo Rei, em que um salão paroquial em área rural foi utilizado para instalar as famílias, não havia separação em salas, mas todas as famílias ficavam juntas sem quaisquer divisórias que pudessem definir um território mínimo para cada família, isto é, todos ali eram iguais, uma "massa" que não permitia definir quem era quem, quem compunha tal família, onde era o limite de espaço físico de cada uma, não havia existência de qualquer fronteira visual como, por exemplo, uma parede feita de lençol. Se o território pode ser definido como uma área sob relações de poder, uma área em que todos estão expostos ao olhar dos outros, como o abrigo Capela Cristo Rei, permite um controle de todos sobre todos, onde se perde a dimensão de si e se homogeneíza no meio de todos. Isto é, vai se perdendo a dimensão da esfera privada e dos familiares. Desse modo, a coletivização das rotinas no abrigo depõe contra a construção social da família e das identidades de seus membros. Por conseguinte, *desabrigados* é uma categoria que sinaliza não só a perda da casa, mas a destituição paulatina dos vínculos e conflitos que a vida privada permitia aos membros da família. Se a privacidade é definida como a possibilidade de controlar o acesso de outros a si, a vivência no abrigo imprime um controle do próprio corpo para o acesso dos outros. Não se utiliza mais o tipo de roupa que se costumava ficar em casa, nem aquela que se costumava usar para dormir, porque há uma prescrição, um poder positivo, que dita o que deve ser usado no abrigo em meio às roupas doadas que foram recebidas. Também não há um quarto para trocar de roupa, para pentear os cabelos, para não exibir as olheiras, para chorar em silêncio, para ficar em silêncio. A casa como "concha", como local de refúgio, como proteção à exposição pública, desfez-se. E a perda desse território da casa se imprime no corpo e se renova a partir de pequenas coisas, como

6. Keinert (2005) afirma que, para Arendt, o advento do "social" marca a entrada dos assuntos antes circunscritos ao espaço privado do indivíduo ao universo da visibilidade pública, marcado pela generalização das relações humanas circunscritas ao âmbito das necessidades em detrimento da autonomia da vida pública, do agir político.

a roupa que se usava em casa e que num abrigo não se pode usar. Como relatam algumas abrigadas no Capela Cristo Rei: "[Trocar de roupas] Só no banho ou no banheiro. Não tem nenhuma liberdade de trocar uma roupa. Muitos querem fazer assim, um penteado, alguma coisa e não tem isso. Tem que sair da cama, passar no meio de todo mundo, sair e ir lá no banheiro lavar cara e escovar os dentes" (A, abrigada na Capela Cristo Rei).

Como espaço do social, e no vazio da política, isto é, na "perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos" (ARENDT, 1989, p.331), o abrigo passa a ser um espaço de violência, de violências múltiplas. O coordenador do abrigo Capela Cristo Rei relatou que, no início da instalação do abrigo, houve problemas de consumo de álcool com dois "internos", um dos motivos pelos quais ele resolveu exigir a presença do "poder público" o qual, para ele, significava a presença de policiais militares. Esses desabrigados que se tornaram "internos" não podiam dormir diretamente dentro dos abrigos com as "pessoas", mas eram "convidados" a dormir num quarto separado. A utilização dos policiais militares permitia manter a ordem no abrigo, mesmo que impondo novos estigmas. Diferentemente do abrigo no colégio Marcos Konder, não havia nenhum psicólogo ou psicóloga no abrigo Capela Cristo Rei que pudesse lidar com a situação de uma outra forma, que não fosse o estabelecimento de regras de punição por parte da coordenação do abrigo, que possibilitava demonstrar para os outros abrigados *quem fazia, como eram feitas e quais* eram as regras do abrigo e as conseqüências das transgressões: "Problema de consumo de álcool a gente teve no começo com dois **internos**. Então a gente já exigiu do próprio poder público a presença de dois policiais, porque como eles ["internos"] são abrigados e a gente também tem que entender o fato, **a gente não deixa eles dormirem diretamente dentro do abrigo com as pessoas**", relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei (grifo nosso). Tal perda da disposição e capacidade de garantir direitos parece se justificar-se "pela desculpa de que o direito equivale ao que é bom ou útil para um todo, em contraste com as suas partes" (ARENDT, 1989, p.332), razão pela qual levam-se os desviantes para a "solitária" sob a alegação de que é bom para o funcionamento do abrigo, condenando o abrigado como criminoso e não como vítima diante do que levou-o àquela situação. O abrigo, de território forjado para receber um "contingente" das áreas de risco, passa a se constituir como uma instituição que recolhe em vez de acolher, que pune em vez cuidar, que extermina paulatinamente aquilo que restou dos abrigados. O abrigo configura-se, assim, como um *campo*, um espaço que confina um estado de exceção, uma zona incerta, uma terra de ninguém situada entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida (cf. AGAMBEN, 2004). Para Agamben (2004, p.61), tal estado "define um 'estado da lei' em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem 'força') e em que, de outro lado, atos que não tem valor de lei adquirem sua 'força'" (AGAMBEN, 2004, p.61), isto é, um espaço de anomia em que o que está em jogo é uma força-de-lei sem lei, em que "age uma violência sem nenhuma roupagem jurídica" (Idem, p.92). Nesse espaço vazio de direito, a própria distinção entre público e privado está desativada e o policiamento passa a gerir as práticas civis constantemente, porque se trata não de cidadãos mas de

desabrigados, aos quais não cabem a garantia de direitos. E nesse *campo*, também fazem parte as tentativas de suicídio – tal como de uma grávida no abrigo do colégio Marcos Konder – e os transtornos do estresse pós-traumático daqueles que presenciaram a morte de parentes e vizinhos:

> "Eu e meu marido não morremos por sorte. Tiramos a minha sogra com vida, só que [começa a chorar]...não deu. O que a gente viu naquilo era uma guerra, tava havendo uma guerra porque era só explosão, era só terra descendo (...) **Nós vimos a morte dela e não pudemos fazer nada**. (...) A vida da minha sogra eu não consigo [mais]. Mas eu quero tentar reconstruir a vida com meu marido. Eu não sei como ele tá agüentando. **Tenho medo que uma hora ele desabe**. Eu só tô conseguindo ficar aqui [abrigo] à base de calmante. Ninguém mais agüenta" (M, abrigada no colégio Marcos Konder; grifo nosso).

O termo *desabrigados* suprime e torna invisíveis tais realidades, homogeneíza as pessoas e não permite reconhecer que há diferentes sofrimentos, angústias, traumas, culpas e desesperos. Num abrigo, a rotina de atividades coletivas – como comer, lavar, limpar, dormir etc. – não permite reconhecê-lo como um espaço no qual se subsume um sofrimento social silenciado porque todos compartilham suas tragédias singulares de forma "muda" ante o cotidiano imposto pela administração técnica que gerencia a vida desses seres no *campo*. Se Bourdieu (2004) afirma que as palavras e os advérbios ajudam a construir realidades, a realidade de alguns sofrimentos não pode ser construída por palavras porque elas o limitam. Para Dona Onélia, idosa abrigada no Capela Cristo Rei, o abrigo temporário estava ótimo, não estava faltando nada. O sofrimento não estava em ficar no abrigo, mas em ter sua casa destruída, e os parentes e vizinhos mortos. Os silêncios, o modo como olhava para o horizonte e para baixo, esfregando a mão uma à outra, são interrompidos pela fala: "Eu não esperava passar por isso, né?". E relata que o neto, o bisneto e a "neta" (mulher do neto) morreram soterrados, a mãe e a criança sendo encontrados ao lado da casa, e o neto encontrado quatro dias depois: "(...)a casa deles caiu...morreram todos soterrados. Foram achados no outro dia [o bisneto e a "neta"], assim do lado da casa, né? (...) o meu neto....levaram quatro dias para achar (pausa, fica em silêncio)". A outra grande perda de Dona Onélia foi a de sua vizinha, a quem ela *viu crescer durante vinte sete anos* e que vivia na casa dela. Dona Onélia estava num processo de luto pela perda de familiares, mas também pela morte da vizinha, a qual ficou agonizando à espera de resgate por mais de dez horas. Ela menciona os últimos momentos com a vizinha, o auxílio que ela lhe deu para ajudar a recolher as coisas para não pegar enchente, mas que de nada adiantou "porque tudo acabou-se no fundo do lodo":

> "Fiquei bem angustiada (pausa)...Meu Deus, quem não fica, né?Perdi a minha vizinha tão querida... conhecia ela desde quando ela nasceu. Ela tinha vinte e sete anos. Era bem querida ela, bem querida com a gente. (pausa). Mas no fim morre todos nós, né? (Grande pausa). Ela ia de vez

em quando lá em casa. Até sábado, quando começou a chover muito, ela foi lá em casa, ajudou a minha filha a recolher as coisas de baixo e colocar para cima [para não molhar]. Mas não adiantou de nada porque (pausa) **acabou-se tudo no fundo do lodo**". (O, abrigada no salão paroquial Capela Cristo Rei, Ilhota/SC; grifo nosso).

## Para concluir

Os abrigos temporários são espaços deixados na invisibilidade. Organizados pelos órgãos públicos em locais adaptados que possuem outro uso social, como escolas públicas destinadas a práticas educativas, são utilizados sob a alegação de que o problema é provisório. Todavia, a demora no processo de reconstrução vem a contestar esta justificativa, tornando-se o abrigo um território precário e permanente do morar, um espaço de exceção que não é revelado como tal. Podemos, dessa forma, considerar o abrigo como um local de desterritorialização extrema (cf. MARCHEZINI, 2010): ocorre a perda do território da casa para a construção da realidade social da família; a rotina no abrigo e a gestão da vida dos *desabrigados* passam a ser controladas pelo gestor público; a convivência pública entre famílias é exacerbada e gera conflitos contínuos no interior delas e entre elas; há incerteza quanto ao processo de reconstrução das casas, em razão da falta de informação ou o conflito de informações por parte dos órgãos públicos; prepondera a ameaça de "despejo", em razão da reivindicação social pelo uso original a que a infraestrutura que serve de abrigo cumpria.

Tais dimensões da desterritorialização caracterizam algumas dimensões do desabrigo daqueles que socialmente passam a não se constituir mais por categorias como família, cidadãos, moradores, mas sim como *desabrigados*. À trajetória de destituição anterior ao abrigo se soma a perda da casa e da possibilidade de controle de situações e interações que ela encerra como, por exemplo, não ter que se expor ao público para realizar as ações que dizem respeito à esfera privada. Se a privacidade é definida como a possibilidade de controlar o acesso de outros a si, a vivência no abrigo imprime um controle do próprio corpo para o acesso dos outros. Não se faz o que se quer, mas o que se deve. A desterritorialização também se imprime no corpo, na perda de controle sobre si para com os outros, na impossibilidade de reclusão, de liberdade de ficar sozinho sem questionamento ou eventual diagnóstico do que se possa estar sentindo. Há uma impossibilidade de poder manipular situações para não revelar estigmas. Em outras palavras, torna-se público o âmbito privado da vida na medida em que as práticas que se realizavam na privacidade da casa passaram a ocorrer à vista de todos, ou seja, esfera privada e esfera pública se dissolveram criando algo híbrido, indistinto, referenciado por Arendt (2005) como *social*.

A forma como se dá a vivência no abrigo não permite a vocalização das tragédias, nem a tentativa de amenizá-las, mas, pelo contrário, como todos estão sofrendo não há porque discutir as experiências singulares de cada qual, porque o abrigo é um espaço de gestão de necessidades, um espaço do *social*. Assim, a classificação *desabrigados* limita a compreensão do sofrimento humano

ao caracterizá-lo pela destituição que este possui em relação ao mercado, isto é, a casa. É uma categoria técnica que forja um tipo de vínculo para instituir um determinado padrão de relação, eximindo determinados conflitos morais que outras categorias poderiam engendrar como, por exemplo, "cidadãos", "seres humanos". Tal nominação que o Estado imputa acaba por tentar justificar os procedimentos que venha a realizar numa situação de emergência ou estado de calamidade pública – formas travestidas de um estado de exceção –, pois tal classificação esvazia a compreensão como direitos e transpõe para o plano de necessidades, as quais podem ser tecnicamente planejadas.

Se o abrigo temporário pode ser considerado como um prolongamento do desastre (cf. SIENA, 2009), a forma como se opera essa lógica nos municípios de pequeno porte analisados – Sumidouro/RJ e Ilhota/SC – revela que a natureza do desastre tem dimensões políticas distintas no modo como a gestão dos abrigos temporários é realizada, no modo como se opera a relação entre desabrigados e Estado. Em municípios de pequeno porte, a lógica de vivência nos abrigos é pautada por estratégias comunitárias de gestão dos abrigos, mas também por parâmetros técnicos que tendem a impingir uma rotina orientada para o funcionamento do abrigo e não propriamente para as demandas das famílias.

Paulatinamente vão se constituindo, no contexto brasileiro, *campos de desabrigados*, catástrofes que vão sendo tecidas "pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, sem exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido" (ARENDT, 1987, p.8), o discurso de que o desastre é algo natural e não-político. Desse modo, a desigualdade estruturalmente dada não é concebida como um desastre, tampouco as condições de pobreza. E assim, a cada ano, avolumam-se os que são desterritorializados, mas a comoção, a dor e a compaixão que lhes são dirigidas a partir da aparição na mídia no momento do impacto das chuvas tendem "à mudez e, embora possam produzir sons, não produzem fala, julgamentos e, certamente, tampouco diálogo" (ARENDT, 1987, p.23), isto é, reafirmam a vivência em *tempos sombrios*.

## Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

__________.**Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

________. As perplexidades dos direitos do homem. In:______. **Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.324-336.

________. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 7ªed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: 2004.

FREHSE, F. et al. O estranho do sonho: entre o imediato e o possível. In: MARTINS, J.de S. **(Des)figurações:** a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Ed.Hucitec, 1996.p.73-100.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. **Administração para Abrigos Temporários.** Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006.

GRESSLER, S.C. Habitação e design. Um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Columbia, Missouri, E.U.A. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.** nº5 . 2007. p.63 – 79.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIGUCHI, M.I.G. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC. nº33, p.49-70. abril/2003.

KEINERT, F. C. **O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2005.

KHOURY, M.G.P. **Amor e dor:** ensaios em antropologia simbólica. Recife: Bagaço, 2005.

LEITE, C. A linguagem dos objectos e a criação de significado no espaço doméstico: um repertório de afectos. **Comunicação e Sociedade**, Cadernos do Noroeste. Série Comunicação. v.14 (1-2), 2000, p.205-216.

MARCHEZINI, V. **Desafios de gestão de abrigos temporários:** uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MARTINS, J. de S. A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In:________. **(Des)figurações:** a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Ed.Hucitec, 1996.p.15-72.

PROJETO ESFERA. **Normas mínimas em matéria de abrigo e planejamento dos locais de alojamento**. Genebra: Projeto Esfera, 2000.

SARTI, C. A. **A Família Como Espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2007.

SIENA, M. **A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres**: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

VALENCIO, N.F.L.S. et al..O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Cronos** (Natal), 2007. Disponível em:<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>.

VALENCIO, N., MARCHEZINI, V., SIENA, M. Desastre e indiferença social: o Estado perante os desabrigados. **Antropolítica (UFF)**, v.23, p.223-254. 2009.

# Seção III

# Riscos no cotidiano de diferentes processos de territorialização no Brasil urbano e rural

Capítulo 8

# Mudanças climáticas, produção de alimentos e a percepção dos assentados na região de Araraquara-SP

*Henrique Carmona Duval*

## Introdução

Quando nos propomos a discutir aspectos das mudanças climáticas tendo em vista a mitigação de seus efeitos para a sociedade, torna-se necessário esclarecer que não se trata de elaborar prognósticos para cenários futuros. A intenção aqui é a de constatar que uma série de eventos climáticos severos, comumente associados aos desastres ambientais, tem ocorrido e afetado a sociedade de diferentes maneiras. Como que se tratasse de situações emergenciais, o Estado ainda carece de uma estrutura que evite que esses desastres "isolados" se tornem grandes catástrofes sociais.

As questões sociais ligadas às mudanças climáticas no Brasil exigem que, primeiramente, seja discutido o modelo de desenvolvimento agroexportador como a principal causa da emissão de gases de efeito estufa creditada ao país. Além de suas conseqüências ambientais, sua esfera de atuação negativa também se relaciona às conseqüências sociais, de forma que as duas esferas (ambiental e social) são indissociáveis. Partindo para uma abordagem sobre o sistema agroalimentar brasileiro, faz-se uma reflexão acerca de como as mudanças climáticas podem influenciar mudanças também na oferta e na forma de produzir alimentos na agricultura familiar, que é a maior fonte de abastecimento alimentar dos mercados regionais.

Através de estudos empíricos com agricultores familiares, assentados na fazenda Monte Alegre, região de Araraquara-SP, constata-se que vem aumentando as políticas públicas de segurança alimentar que valorizam a agricultura familiar e a produção local e, a partir disso, busca-se observar a importância dos assentamentos rurais em torno do sistema agroalimentar municipal. Os sistemas agroalimentares locais/regionais são fortalecidos quando contam em sua composição com as propriedades familiares, mas, por outro lado, a condição de pequeno produtor pode acarretar maior vulnerabilidade. Desta forma, acredita-se na necessidade de aperfeiçoamento das políticas que incluem a produção agrícola dos assentados ao município, levando-se em conta os novos cenários climáticos.

Após uma rápida contextualização dos cenários climáticos previstos, parte-se para uma abordagem acerca da percepção que os agricultores têm sobre as mudanças climáticas e o que isso representa em termos de danos materiais, ou que possam dificultar a permanência das famílias na condição de agricultoras, o que pode afetar negativamente o abastecimento municipal. Com o levantamento da percepção dos assentados, pôde-se observar que os agricultores fami-

liares têm capacidade de proceder ao redesenho da propriedade, ao identificar o que é preciso mudar, ou seja, alguns fatores de mudanças climáticas prognosticadas já têm feito com que as práticas agrícolas empregadas para continuar produzindo alimentos sejam mudadas.

A metodologia de pesquisa envolveu idas a campo, caminhadas pelos lotes agrícolas, leitura do espaço, registros em diários de campo e fotodocumentação. Também foram utilizados dados recentes, oriundos de atualização dos perfis de assentados e de sua inserção em políticas públicas na região de Araraquara[1].

## 1. Mudanças climáticas no Brasil

Segundo o quarto relatório do IPCC, as atividades humanas são responsáveis por mais de 90% do aquecimento global dos últimos 50 anos (MARENGO, 2007). Trata-se de atividades que, por conseqüência, causam precariedade de acesso a bens como a água e os alimentos. Certamente, as atividades industriais são as principais causas e continuarão a ocorrer em escala global, o que pode fazer com que tal cenário fique ainda pior.

No Brasil, o uso do solo voltado para a agricultura industrial intensiva é o principal fator que provoca mudanças climáticas (NOBRE et al., 2008). Na busca pela produtividade agrícola, as áreas naturais são desflorestadas através da queima, os processos biológicos são profundamente afetados por que a área vira uma monocultura, muda-se a cobertura do solo e é usado um pacote tecnológico para a produção baseado em energia não renovável, que, muito além das queimadas, também são fatores que contribuem para as emissões de gases de efeito estufa. Portanto, o setor agrícola industrial brasileiro é o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa atribuídas ao país, por causa dos desmatamentos, das constantes queimadas, da intensidade de exploração da terra e do uso abusivo de insumos industriais[2].

As condições climáticas são, em muito influenciadas, dentre outros fatores, pelo estado da superfície terrestre. No caso de haver uma cobertura florestal, como é o caso da Amazônia, ela é responsável por 60% do clima na região, mas influencia também lugares muito mais longínquos (PRIMAVESI et al.,

---

1. Tais dados foram coletados com questionários semi-estruturados em 20% dos lotes do assentamento Monte Alegre e foram realizadas entrevistas com gestores públicos. Trabalho desenvolvido pela equipe do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Uniara/Unesp), dentro do projeto Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo), financiado pelo CNPq no período 2007-2010 e coordenado pela Profa. Dra. Vera Lúcia Botta Ferrante.

2. Para Nobre et al. (2008), as emissões brasileiras são muito mais provenientes de atividades em áreas agrícolas do que propriamente nos centros urbanos (considerando-se que tais atividades agrícolas são industriais, ou agroindustriais, portanto, inseridas num mesmo tecido social do qual também fazem parte os centros urbanos).

2007). Na região de Araraquara, a maior parte das terras agricultáveis está cultivada com cana-de-açúcar. A extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares e a cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região (BARONE et al., 2008). Considerando as características que a monocultura imprime à cobertura do solo, o processo produtivo altamente abusivo de insumos industriais e as queimadas anuais da palha da cana-de-açúcar, certamente tal complexo agroindustrial influi (negativamente) nas condições climáticas regionais.

São esperadas algumas variações climáticas para o Brasil, que podem afetar drasticamente a produção agrícola, tais como: aumento da temperatura; eventos climáticos extremos, afetando não só a agricultura, mas todos os setores; aumento das chuvas torrenciais e inundações, acompanhadas da incerteza sobre a precipitação; uma tendência ao clima seco nas regiões tropicais; está sendo esperada uma forte diminuição da produtividade agrícola até o fim do século atual (NOBRE et al., 2008). Ironicamente, os prognósticos apontam para cenários favoráveis à produção de cana-de-açúcar no território brasileiro. Mas, pelo fato de apontarem também eventos extremos, sejam de chuva ou de seca, podem significar grande perigo para produtores que investem apenas em monoculturas.

## 2. Modelo agroexportador: a natureza como mercadoria e problemas ambientais

Desde o período colonial aos dias de hoje, o modelo econômico brasileiro manteve algumas de suas linhas mais gerais. É um modelo voltado à agroexportação, que sempre apresentou grandes déficits ambientais e sociais (ANDRADE, 1994). O que determinou a ocupação das terras brasileiras, desde a colonização, foi o vislumbre sobre a possibilidade de se ganhar dinheiro à custa do plantio de cana-de-açúcar, quando a terra adquiriu um valor de mercadoria. A cana é uma cultura que havia sido trazida pelos mercantes europeus do Oriente e adaptada primeiramente à região do Mediterrâneo. No século XV, ela já vinha sendo explorada em algumas ilhas tropicais do Atlântico e, por isso, quando chegou ao Brasil, teve boa adaptabilidade ao clima local.

Muita terra disponível e um cultivo adaptado ecologicamente, do qual se extrai um produto importante no mercado mundial – o açúcar – e o plano da metrópole para o crescimento da colônia estava a ser implantado desde então. Para efetivar a colonização, foi imposta uma nova lógica de exploração agrícola, muito diferente do que vinha acontecendo quando apenas os indígenas ocupavam o território. Foram investidos grandes capitais, num volume nunca antes investido em atividades agrícolas pela coroa portuguesa e, como os principais fatores de produção são terra e trabalho, tiveram também que se apropriar das terras indígenas e escravizá-los juntamente aos africanos. Portanto, desmatar, escravizar, construir engenhos e montar a estrutura para a exportação e distribuição do produto no mercado europeu, foram fatos marcantes da colonização brasileira. Tal processo, desencadeado por decisões político-econômicas para o uso e ocupação do solo marcou também definitivamente a

estrutura social brasileira, na qual passivos sociais e ambientais são decorrências um do outro.

Mesmo após séculos – e das passagens pelos períodos de colônia, imperialismo e república – a base da economia brasileira se manteve centrada em atividades agrícolas e demasiadamente voltada aos interesses do mercado mundial. Dentro desta perspectiva, perpassando outros períodos cujos baluartes foram os cultivos de café, de gado ou de soja, os biomas brasileiros vêm sofrendo severos impactos. Da mata atlântica, por exemplo, restam hoje aproximadamente 7% da área original.

Com o processo de inovação tecnológica, muito mais intenso a partir da Revolução Verde, na década de 1970, a capacidade de devastação agrícola foi aumentando. Além das queimadas em áreas de floresta e de agricultura intensiva, como nas regiões canavieiras, as emissões provêm ainda do uso de fertilizantes nitrogenados e da criação extensiva de gado (AUBERT, 2007).

Toda essa intensidade de exploração agrícola culminou, em várias regiões, na exaustão dos ecossistemas, fazendo com que tivessem que ser abandonados ou submetidos a novas tecnologias na tentativa de manter a produção. O ciclo da água foi muito encurtado, ocasionado por processos como a compactação e a impermeabilização do solo. Problemas físicos (como erosão e compactação do solo), biológicos (como extermínio da microbiota e da biodiversidade) e químicos (como contaminações) sobre os elementos naturais, colocam em questão a própria continuidade deste modelo agrícola (PRIMAVESI, 1996).

Segundo Gliessman (2005), as inovações tecnológicas ocorridas a partir da metade do séc. XX possibilitaram um significativo aumento na produtividade de alimentos, maior mesmo que a taxa de crescimento populacional, o que sugeria a garantia alimentar da população global. No entanto, “as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumento na produtividade também minaram suas bases” (GLIESSMAN, 2005, p.33), ou seja, degradaram ostensivamente os elementos naturais, impossibilitando a continuidade da produção em longo prazo. Para Watson et al. (1997), é incerto que se conseguirá atender ao aumento da demanda por alimentos com este modelo que não apenas degrada o ambiente e é uma das principais causas do aquecimento global[3], mas que é também gerador de fome no Brasil.

## 3. Modelo agroexportador: muito além de problemas ambientais

Juntamente à crise ambiental, andará a crise no abastecimento alimentar, pois a atividade agrícola é intrinsecamente dependente das condições climáticas. Esta crise, por sua vez, já é uma realidade nos dias de hoje e é provocada por um processo social que faz da alimentação um meio de se atingir o lucro, não de se acabar com a fome. Os problemas ambientais e da fome são aqui tra-

3. Segundo Albert (2007), a agricultura é responsável por pelo menos 30% do aquecimento global.

tados de forma integrada e como conseqüências de um círculo econômico contraditório, que envolve o constante aprimoramento da técnica para se aumentar a produtividade agrícola, o que é alcançado em curto prazo.

No entanto, o modelo agroexportador brasileiro força a saída de pessoas do campo, que não conseguem competir com máquinas e outros insumos industriais. São justamente as pessoas que vão para os centros urbanos em situação precária de trabalho e passam fome por não ter acesso ao alimento. O saldo do êxodo rural é que, de potenciais produtoras, as pessoas passam a consumidoras de alimentos industrializados cuja produção degrada o ambiente. No meio rural reside cada vez menos gente porque a terra é usada intensivamente para a reprodução do capital. Este processo, por muitos chamado de a apropriação industrial da atividade agrícola (EHLERS, 1996), se completa forçando a proletarização dos antigos moradores do meio rural, que passam a ser bóias-frias e a ter outros subempregos no campo e na cidade.

Os alimentos ficam mais caros em função de variações mercadológicas e do lucro das poucas multinacionais, que controlam o sistema agroalimentar (preço dos insumos, custo do transporte, dos sistemas de distribuição etc.). Para o Brasil, o problema da segurança alimentar é mais o acesso ao alimento do que sua disponibilidade, porque o país é um privilegiado produtor agrícola. A produção agrícola familiar é responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) brasileira e é responsável por empregar 76,85% das pessoas no campo, embora conte com apenas 30,5% da área agricultável e com 25,3% do financiamento disponível (CAPORAL, COSTABEBER, 2003)[4] . É responsável por grande parte da produção dos alimentos que consumimos, embora o grupo seja o que menos se aproprie da riqueza gerada. Mas como é esperado que esse sistema agroalimentar sofra o impacto de eventos climáticos extremos, como secas e precipitações prolongadas, pode sofrer restrições quanto à disponibilidade, não apenas por afetar diretamente os produtores familiares, mas também o sistema de distribuição[5] .

---

4. Dados de Caporal e Costabeber (2003). A seguir, o VBP da agricultura familiar em alguns cultivos alimentares, cuja sua participação é mais significativa: 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% de aves e ovos, 72% cebola, 67% do feijão, 31% do arroz, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 47% da uva. Segundo os autores, enquanto o país não valorizar este segmento estratégico para a produção de alimentos, corre cada vez mais o risco de ter que importar alimentos básicos como arroz, trigo, feijão, batata e leite.

5. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, em 22/01/2010, A Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo), alagada, ficou mais de 13 horas fechada e teve um prejuízo de R$ 15 milhões, o que teve sérias repercussões não apenas sobre o preço, mas sobre a disponibilidade de alimentos. Como vimos fartamente documentado pela impressa, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2010 a cidade de São Paulo (bem como várias outras país afora) sofreu severos impactos decorrentes de eventos extremos ligados à chuva, dentre eles, o acesso e a disponibilidade de alimentos.

Frente a isso, é desejável que o sistema agroalimentar esteja preparado equitativamente, ou seja, de forma que os produtores familiares tenham garantido o direito de participar de forma mais justa desse mercado. Quanto mais controlado pelas poucas multinacionais que produzem sementes, fertilizantes e os demais componentes dos pacotes tecnológicos usados na produção agrícola, mais pessoas podem ficar em risco nutricional. Os agricultores familiares, que produzem a maior parte dos alimentos que abastecem os centros urbanos, mas de forma integrada às industriais, ficam com a menor fatia da riqueza gerada. Desta forma vão, gradativamente, perdendo suas condições de se manterem enquanto tais, perdendo seus conhecimentos tradicionais e aplicando modelos agrícolas desconectados de sua realidade social (além de onerosos ao ambiente) e migrando para as cidades.

No quadro das mudanças climáticas, esta categoria social (de agricultores familiares) permanece como uma das mais negativamente vulneráveis, porque não possui capital suficiente para investir em tecnologias que amenizem o efeito de possíveis perdas nas safras vindouras. Este seria mais um motivo para o esvaziamento do meio rural enquanto local de moradia e conseqüentemente de lotação das cidades, ao passo que diminui a produção de alimentos e aumenta o contingente de pessoas que potencialmente passam fome.

## 4. A modernização agrícola e seus efeitos sociais

Não bastassem os efeitos ambientais deste modelo agrícola, há de se considerar os sociais. Se a “modernização” agrícola vem se justificando com o argumento de que é preciso aumentar a produção de alimentos, para se acabar com a fome, hoje vemos que esta não é sua principal motivação. A questão da fome no Brasil está diretamente ligada ao fato que a todo ano quebram-se recordes agrícolas, ao passo que mais de 30 milhões de pessoas passam fome. Para Maluf (1996), o direito ao alimento deve estar entre os direitos humanos mais essenciais a serem conseguidos em sociedade. O modelo agroexportador brasileiro gerador de *commodities*, no qual a posse da terra e a riqueza agrícola gerada são extremamente concentradas, não é voltado para esta demanda interna e já se mostrou incapaz de bater esse número de pessoas em risco nutricional. Pelo contrário, ele é gerador desse contingente.

Outro ponto negativo, advindo das conseqüências sociais desse processo produtivo é o acesso a terra. O Brasil tem um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo (SZMRECSÁNYI, 2007). Esta desigualdade quanto ao acesso a terra tem elevado o fluxo de pessoas que deixam o meio rural enquanto espaço de moradia, emigrando e superlotando os centros urbanos. O trabalho que restou ser feito no meio rural, o de produzir alimentos, fibras e energias renováveis, é conseguido com a total tecnificação do meio possível, em benefício da produtividade, mas em detrimento da vida humana.

Todo um conjunto de categorias sociais, dentre elas meeiros, arrendatários, colonos, sitiantes e outras, foi perdendo gradativamente as condições de se manter na terra enquanto agricultores. Por força do processo de modernização

agrícola, são empurrados para a proletarização em atividades urbanas como operários, pedreiros e faxineiras, ou rurais como safristas, trabalhadores volantes, vivendo um intenso fluxo migratório em busca de trabalho e sem vínculos com a terra. Para Silva (2004), um dos trabalhos mais precários que existe é o do cortador de cana, um símbolo do que restou como trabalho agrícola. O meio rural foi praticamente esvaziado durante o século passado, enquanto um local de moradia de pessoas, para ser transformado num espaço de produção agrícola industrial intensiva.

Importante destacar, conforme Whitaker (2006), que a construção da cultura humana é um processo de co-evolução com os ecossistemas naturais. Para Cândido (1979), em cada momento histórico se configura uma equação de equilíbrio entre as pessoas (comunidades/sociedades) e os elementos naturais. No entanto, principalmente a partir da Revolução Verde, ao passo que o sistema agrícola devastava o ambiente, houve uma ruptura com as tradições[6] de famílias e de comunidades, quando não foi possível a elas prover seus meios de vida pelo contato direto com a natureza, pois passaram a estar inteiramente submetidos a uma nova racionalidade – a venda da força de trabalho por um salário que, no mais das vezes, não garantia ao menos a segurança alimentar básica. Assim, não ocorrem apenas erosões na terra, mas também erosões culturais em função da especialização técnica agrícola.

Toda família que mora numa gleba de terra e que tem algum trabalho em atividades agrícolas é uma potencial produtora de alimentos – independentemente de sua inserção no mercado – tendo por base conhecimentos tradicionais. Produzir ao menos uma pequena parte do seu próprio alimento, diga-se de passagem, era uma realidade a toda e qualquer família até pouco tempo antes do processo de industrialização. Isto por que, a produção doméstica de alimentos é a atividade agrícola mais antiga e generalizada da história humana (KATHOUNIAN, 2001). Até hoje essa realidade é válida para famílias rurais que se reproduzem socialmente tendo por base suas tradições, não de forma estática no tempo, mas sob as condições contemporâneas.

Quando uma família assim não consegue se manter na atividade agrícola, ela vende suas terras e vai morar na cidade. Segundo algumas pesquisas (SILVA, 2004; CASTRO, 2005; MENASCHE, 2008; SCOPINHO, 2009), as condições de vida de famílias que sofrem esse processo piora drasticamente, principalmente por que perdem suas identidades sociais, mas também por que o acesso ao alimento torna-se precário. De potencial produtora (ao menos de alimentos próprios), a família passa a ser mais uma consumidora com difícil acesso ao alimento industrializado, o que pode impulsionar a violência urbana, por exemplo.

---

6. A tradição é encarada pela teoria social de forma dinâmica, apegada a valores previamente adquiridos, mas flexível ao processo histórico. Ela existe enquanto é capaz de se reinterpretar a novos contextos e não quando perdura imutável durante um grande período (GIDDENS, 1997). A função da tradição é de ligar a vida presente ao passado, numa continuidade que organiza também o tempo futuro (FLEURY, ALMEIDA, 2007). Enquanto modalidade de análise social, deve ser destacada em alguns aspectos da vida de determinadas populações, por exemplo o hábito alimentar.

Estes têm sido resultados ambientais e sociais da modernização agrícola, a partir da construção de um território voltado à produtividade agrícola, no qual predomina uma racionalidade baseada no nexo monetário e na produção de bens de troca, elementos que penetram e influenciam o modo de vida, inclusive de populações mais isoladas (SANTOS, 1998). Por isso, mesmo as comunidades tradicionais ao serem engendradas numa lógica capitalista, podem ter fragilizadas suas relações benéficas na construção do território. Assim, territórios ocupados por comunidades que outrora foram sumidouros naturais de carbono, tinham a capacidade de conservar águas superficiais e na atmosfera, abrigavam imensa biodiversidade, agora estão configuradas como monocultura e contribuindo para o aquecimento global, caminhando para a desertificação, colocando em risco a continuidade da produção agrícola e o abastecimento de alimentos.

## 5. Vulnerabilidade, mudanças climáticas e produção de alimentos

Na discussão sobre as mudanças climáticas, dois pontos sobre o que se pretende neste trabalho merecem destaque: um é a questão da vulnerabilidade dos agricultores familiares, dentre eles os assentados rurais, frente às mudanças climáticas. Outro ponto é se a produção de alimentos nestes espaços de agricultura familiar vai sofrer restrições e de que natureza elas são.

A vulnerabilidade é definida como o grau que uma pessoa ou grupo é susceptível de ser atingido, benéfica ou maleficamente, pela prognosticada alteração do clima (WATSON et al., 1997). Demais fatores que também aumentam a vulnerabilidade dos agricultores, vistos sob a perspectiva regional, são: a disponibilidade de água; a existência de instituições públicas e privadas que facilitam a distribuição de seus produtos para os mercados consumidores; a dependência que eles têm das atividades agrícolas como fonte única de prover seus recursos financeiros; e até que ponto a temperatura e as precipitações já atingiram o máximo, sob o ponto de vista do suportável pelos seus cultivos (WATSON et al., 1997).

Para Adger (2006), é essencial que pesquisas sobre a vulnerabilidade tenham sinergia com o conceito de resiliência e que tenham foco nos sistemas sócio-ecológicos. Esta concepção parte da idéia que as ações humanas e as estruturas sociais estão intrinsecamente ligadas ao ambiente e qualquer distinção entre o social e o natural é arbitrária. No entanto, deve-se distinguir aquilo que se refere aos aspectos biológicos e biofísicos, daquilo que são as normas e mediações sociais para se fazer uso de recursos naturais, em favor dos interesses humanos (econômicos e políticos). Resiliência, neste sentido, é a capacidade de absorver o impacto e de se reorganizar, ainda que seja a capacidade de se adaptar em circunstâncias emergenciais.

Para o IPCC, a vulnerabilidade é um índice que determina se um sistema (sócio-ecológico) é susceptível e incapaz de conviver com eventos extremos, no contexto das mudanças climáticas (WATSON et al., 1997). Vale nessa formulação de quanto é o estresse sofrido por um sistema (a que ele é submetido), sua

sensibilidade e sua capacidade de adaptação. Assim como, sua capacidade de resposta: se os sistemas são sócio-ecológicos, valem como ações de resposta ações humanas, inclusive político-institucionais. Por isso os dois conceitos têm muita convergência.

A vulnerabilidade do sistema sócio-ecológico indica a erosão de elementos de sua resiliência. As habilidades de absorver o impacto, de auto-organização e de adaptação, são todas reações ao impacto sofrido. No conceito de sistema sócio-ecológico, as pesquisas apontam para a importância das organizações sociais, políticas e econômicas. São exemplos linhas de pesquisa em economia ecológica e administração adaptativa (às condições ambientais) – às vezes sob o nome de responsabilidade ambiental das empresas – que passam a se interessar na relação que as sociedades têm com os recursos naturais, trazendo à tona a vulnerabilidade e a capacidade de resiliência dos sistemas sócio-ecológicos sobre os efeitos.

Para Adger (2006), eventos discretos vêm se tornando mais comuns e, por isso, os riscos sociais associados podem ser considerados conseqüência da falta de ações de planejamento para a resiliência dos sistemas sócio-ecológicos. Para Valencio (2009), a vulnerabilidade para o ambiente não existe dissociado da arena político-econômica; a vulnerabilidade pode ser considerada uma deliberação através da ação social, da distribuição de poder na sociedade e da definição de prioridades.

Portanto, a (in)segurança alimentar é problema que imbrica elementos econômicos e institucionais. Pode ser solucionada por meio de mudanças no comportamento social e por políticas de intervenção. A vulnerabilidade aqui é o resultado da ação humana e da não correção de medidas institucionais que nos encaminham para situações de catástrofes.

As mudanças climáticas serão sentidas em diferentes escalas em cada região do planeta, demandando pesquisas locais e regionais de observação e avaliação quanto a seus efeitos e, conseqüentemente, propostas para mitigá-los. Para Watson et al. (1997), o âmbito local/regional é lugar privilegiado para a observação da vulnerabilidade.

## 6. Categoria social do assentado e a produção de alimentos: uma rápida contextualização

O presente trabalho é focado numa categoria específica dentre o que poderíamos denominar de agricultura familiar, que é a de assentados rurais da reforma agrária. A grande maioria dos que são assentados tem origem rural, no entanto, já teve rompida sua permanência no campo.

Neste processo de proletarização, de inúmeras desterritorializações, de intensos fluxos migratórios em busca de trabalho, os que hoje são assentados se engajaram em movimentos sociais e lutaram pela terra ocupando áreas, em acampamentos, fazendo marchas. Portanto, até conseguirem a fixação num assentamento rural, cada família adquiriu novas experiências de movimentos so-

ciais e as carregam consigo. O valor desta luta vai não só no sentido de restaurar a tradição passada frente a uma situação precária de trabalho, mas que sua retomada implica na renegação da lógica da modernização agrícola. Sua tradição é, portanto, igualmente reterritorializada, e sua análise deve levar em consideração esta construção, ao mesmo tempo que também se atenta ao novo contexto sócio-ambiental a que estão submetidos.

Quando "reformada" a estrutura agrária, em que prevalecia uma monocultura, para dar lugar a um assentamento rural, está-se pretensamente descartando a lógica do lucro máximo por outra lógica, que mescla a assimilação e acomodação das regras de mercado, contudo, valorizando, numa temporalidade própria que rege a interação com a terra, dimensões extra-econômicas da vida familiar e comunitária. Ocorre, a partir dos assentamentos, uma transformação sócio-espacial e a recriação de novos modos de vida (FERRANTE, 1994): por um lado, faz surgir uma nova categoria social de assentados rurais; por outro, ocasiona a formação de mosaicos na paisagem, que refletem a heterogeneidade do território (WHITAKER, FIAMENGUE, 1999; QUEDA et al., 2009).

Tomamos como referencia a fazenda Monte Alegre, que na época da implantação do assentamento, em 1985, era propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.) e administrada pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora). Foi por quarenta anos uma monocultura de eucalipto utilizada como insumo para a empresa. Era uma terra pública já não tanto utilizada pela FEPASA, que enfrentava dificuldades em ser mantida pelo Estado e foi reivindicada por não cumprir função social. A madeira da fazenda estava sendo utilizada para produção de celulose para empresas privadas.

Portanto, o uso dessa fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e posteriormente celulose para empresas privadas – cujo resultado depois de quarenta anos foi a homogeneização do espaço – para ser o local de moradia de centenas de famílias. Essas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhes devolver a um trabalho digno, numa nova temporalidade. Hoje o assentamento Monte Alegre tem seis núcleos onde vivem aproximadamente 400 famílias.

Ao voltar a habitar num lote agrícola, o habitus cultural adquirido em outros tempos pode voltar à tona, de forma que a família agricultora se reconstrói enquanto tal, agora numa área que era de produção de eucalipto. Retoma, por exemplo, a tradição de produzir e consumir determinados alimentos, preparados de maneira muito específica, o que também acarreta uma construção de território muito específica e que pode ter até cinco esferas de diversificação (DUVAL, 2009). Ao serem assentadas, uma das primeiras práticas das famílias nos seus respectivos lotes é plantar aquilo que lhes servirá de alimento, fincando simbolicamente suas raízes na terra. As hortas e as árvores frutíferas, os grãos e as leguminosas, as tuberosas e as criações de gado leiteiro, galinha caipira e porco compõem a organização de um novo lugar do lote, ao invés da monocultura que antes havia ali. Pode-se concluir que a prática agrícola do

autoconsumo alimentar em assentamentos faz parte do modo de vida ali constituído e leva em conta a livre deliberação dos assentados em plantar o que e como produzir. A partir de pequenos lugares do lote, eles adquirem até grande parte de sua cesta alimentar num período do ano, fazendo uso, inclusive, de práticas agroecológicas.

Os desenhos a seguir foram feitos por um assentado e nos dão uma idéia dessa transformação sócio-espacial.

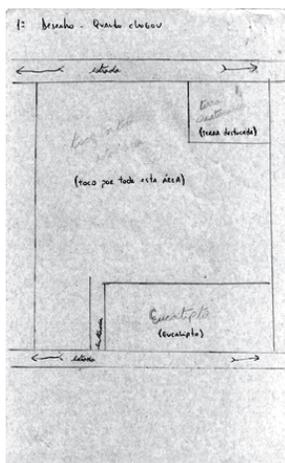



**Figura 1** Desenho do lote quando foi assentado. *Fonte:* Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

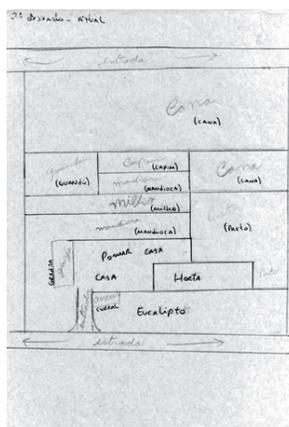



Figura 2 **Desenho atual do lote.** *Fonte:* Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

Complementando os desenhos, registramos em diário de campo o inventário do lote, com todos os cultivos presentes e sem importar a escala em que são produzidas, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1** Inventário de lote.

| Inventário do lote: **cultivos energéticos** – mandioca, milho, batata, batata doce; **cultivos protéicos** – feijão (guandú e catador), criação de gado leiteiro e porco; **cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais)** – manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, maça e "de fritar"), abacaxi, maracujá, maça, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (para garapa), abil, ingá, gabirova, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, cebolinha japonesa, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjericão, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado. |
|---|

*Fonte:* Elaboração do autor.

Uma hipótese aqui é que o tipo de agricultura praticado pelas famílias do assentamento rural para se adquirir o alimento, mais de base ecológica, causa menos alterações climáticas. Alguns estudos têm comprovado a eficiência dos sistemas orgânicos para mitigar as emissões agrícolas de gases de efeito estufa (AUBERT, 2007; BORRON, 2006). Por outro lado, pode ser um modelo que possui maior flexibilidade para se adaptar às novas realidades climáticas, por que é baseado em diversidade de espécies e em variedades diferentes da mesma espécie. Caporal e Costabeber alertam que "a agricultura de base familiar é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas características de mais ocupação de mão-de-obra e diversidade de culturas (...) quanto pela sua maior capacidade de proceder ao redesenho do agroecossistema" (2003, p.141). Portanto, mais flexíveis a mudanças climáticas.

Mas também, pode predominar a idéia de que a agricultura familiar tem maior risco por causa do baixo grau de capitalização para se investir em tecnologias que diminuem as perdas agrícolas decorrentes de condições climáticas desfavoráveis.

O segundo desenho apresentado anteriormente mostra que, atualmente, o lote fica dividido entre a produção de alimentos próprios, da qual o excedente é comercializado na região e o plantio de cana agroindustrial, em situação de fornecimento de matéria-prima às usinas de açúcar e álcool. Trata-se de uma lógica produtiva imposta pela estrutura econômica macroenvolvente, que pode diminuir e contaminar o espaço dedicado a produção de alimentos (DUVAL, 2009). Os assentados, por sua vez, têm aceitado a nova racionalidade produtiva por que já vinham passando dificuldades de produção e comercialização, pouco incentivados por outros agentes regionais e por políticas públicas ao longo do tempo, num estado de endividamento quase que generalizado.

Além disso, a entrada da cana nos lotes representa para o assentado aquilo que foi, paradoxalmente, o motivo de sua desfiliação social de outrora, que o

empurrou à proletarização e à necessidade de luta pela terra. Segundo Ferrante e Almeida (2009) e Barone et al. (2008), as relações de parceria entre assentados e agroindústrias canavieiras trazem muitos problemas aos primeiros, principalmente decorrentes da assimetria de informações entre "parceiros" socialmente tão distantes[7] . Representa também um modelo agrícola que usa o solo como mercadoria e provoca efeitos climáticos negativos em esfera local (NOBRE et al., 2008).

### 6.1 Participação dos assentados no sistema agroalimentar e programas municipais de segurança alimentar

Além da alimentação do grupo doméstico mais imediato, os assentados produzem alimentos para si e para outros grupos sociais, mantendo assim relações com o entorno sócio-econômico. O assentamento pesquisado tem sido um dos espaços em que a agricultura familiar para a produção de alimentos pode se constituir com vistas a alcançar a soberania alimentar, principalmente dos grupos sociais neles inseridos, mas também de seu meio envolvente mais imediato, como os municípios da região.

Desde que foram implantados os núcleos de assentamento na fazenda Monte Alegre, os assentados têm sido fornecedores de alimentos para as cidades da região, através de feiras, quitandas, atravessadores etc. Conforme o quadro a seguir, vemos que a maioria deles faz isso apenas de forma ocasional:

**Quadro 2** Tipo de Venda.

| | % |
|---|---|
| Contrato / empresa | 12,00 |
| Atravessador local | 14,00 |
| Ocasional | 74,00 |
| Total | 100,00 |

Esta forma ocasional leva em conta o transporte próprio para cidades onde são feitas vendas diretas, através da participação em feiras (produtor-consumidor) e outros tipos de vendas diretas (produtor-comerciante), como no caso de quitandas e supermercados. Muitas vezes, quem dispõe de um transporte nos assentamentos acaba levando não apenas suas próprias produções, mas organizando a venda de produtos de vizinhos.

Quando alvos de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, esse potencial pode ser aumentado (ALMEIDA et al., 2008). É o que tem acontecido no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Araraquara, no qual a Prefeitura Municipal recebe verba federal para comprar os alimentos da agri-

7. Segundo dados do Itesp, de um total de 366 lotes agrícolas de aproximadamente 14 hectares cada um, em torno de 270 estão envolvidos em contratos de parceria com o setor canavieiro.

cultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos e para o restaurante popular, ou seja, para grupos de maior risco alimentar. Cada produtor familiar do município tinha direito a vender produtos diversos para a Prefeitura Municipal num valor máximo de até R$ 3.500,00 por ano, um valor considerado ainda baixo para se configurar uma estratégia produtiva que garanta renda suficiente para os produtores[8] . Embora não tivesse retorno financeiro expressivo para os assentados (e nem expressivo em termos de soberania alimentar do município), a possibilidade de escoar os alimentos via aquisição pelo executivo municipal é importante, pois ela proporciona reconhecimento social ao produtor, a partir de uma lógica de diversificação da produção e cujos benefícios acabam se estendendo à cidade.

Os resultados desse programa se somam ao de outro, o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos; ou seja, mais uma oportunidade do produtor de escoar a produção familiar diversificada e permitir integrar-se socialmente, por meio das interações econômicas no mercado local. Nesse programa, a Prefeitura Municipal de Araraquara disponibiliza o espaço público, o transporte, as bancas e aventais para caracterizar os produtores. A renda média com a venda direta variava, em 2006, entre R$ 200,00 e R$ 700,00 mensais (KURANAGA, FERRANTE, 2006). Ambos os programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar no município de Araraquara e boa parte dos assentados da fazenda Monte Alegre está engajada neles. No entanto, ainda são poucos os assentados que declaram participar dos programas e sua fragilidade pode se dar tanto nas mudanças de cenários políticos, como nos cenários climáticos, o que ainda não foi alvo de investigação. Os que acham que os programas podem melhorar, atribuem isso ao pequeno número de produtores inseridos, conforme os quadros a seguir.

**Quadro 3** Produtores que participam de programas de apoio à produção.

| Programas de apoio à produção | % |
|---|---|
| Não | 86,40 |
| Sim PAA | 8,60 |
| Sim Feira do Produtor | 5,00 |
| Sim PAA + Feira do produtor | 1,30 |
| Total | Mais de 100<br>(dada a possibilidade de respostas múltiplas) |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

8. A partir de 2008, os valores que cada família poderia atingir nesse programa aumentaram para até R$ 9 mil por família/ano.

**Quadro 4** Quem Participa: qual avaliação.

| | % |
|---|---|
| Muito Bom | 29,00 |
| Bom, mas precisa melhorar | 71,00 |
| Insatisfatório | 0,00 |
| Total | 100 |
| | |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

## 6.2 Avaliando a vulnerabilidade dos assentados: qual a percepção sobre as mudanças climáticas?

Nesta parte caracterizamos sucintamente a vulnerabilidade dos assentados da fazenda Monte Alegre tendo por base o referencial supracitado e complementando as considerações da seção anterior. Especial atenção é dada aqui para questões como a origem e diversificação da renda das famílias, a disponibilidade e o tipo de uso que se faz das águas existentes no assentamento.

O quadro a seguir indica que 28% dos assentados contam apenas com atividades agrícolas como fonte de renda. Já 67% deles responderam que a produção do lote e outra fonte (aposentadorias ou outros rendimentos) compõem a renda familiar, o que certamente os deixam menos vulneráveis.

**Quadro 5** Origem da Renda.

| | % |
|---|---|
| Só produção no lote | 28,4 |
| Produção lote + Aposentadorias | 30,8 |
| Produção lote + Aposentadorias +Salários | 3,3 |
| Só aposentadorias | 0,1 |
| Aposentadorias +Salários | 0,1 |
| Só salários | 0 |
| Outros rendimentos | 0 |
| Lote + outros rendimentos | 37,3 |
| Total | 100 |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Quando inquiridos a responder o que é mais importante na composição da renda familiar, os assentados declararam que dentre as culturas agrícolas para fins comerciais a que merece maior destaque é o cultivo de cana. É citada em 26% dos casos como a fonte principal de renda. Já o cultivo da cana somado à aposentadoria aparece em 12,5% dos casos, cana e outros produtos em 13%. Desta forma, a cana é mencionada diretamente como fonte principal ou compondo a fonte principal em 51,5% dos casos (se somarmos os percentuais cita-

dos). Em contraposição, a diversificação aparece como atividade principal em 26% dos casos.

**Quadro 6** Principal fonte da renda da família.

| Fonte de Renda | % |
|---|---|
| Cana | 26 |
| Aposentadoria e outros salários | 12,5 |
| Cana + aposentadoria ou outros salários | 12,5 |
| Outros produtos diversificados | 26 |
| Cana e outros produtos | 13 |
| Outros produtos e aposentadoria | 10 |
| Total | 100 |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Em relação ao acesso e à disponibilidade de água, 48% dos assentados alegam possuir disponível água de superfície.

**Quadro 7** Possui água de superfície.

| | % |
|---|---|
| Não | 34,50 |
| Sim | 48,10 |
| Não opinou ou não sabe ou não se aplica | 17,40 |
| Total | 100,00 |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Deste total, 2/3 das águas são marcadamente de córregos e rios, conforme quadro a seguir.

**Quadro 8** Onde tem água de superfície?

| | % |
|---|---|
| Córregos/riachos e rios | 41,00 |
| Córregos/riachos e rios/nascentes e minas | 23,00 |
| Córregos/riachos e rios/nascentes e minas/represa, açude ou tanque | 20,50 |
| Córregos/riachos e rios/represa, açude ou tanque | 15,50 |
| Total | 100 |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

No entanto, ao responderem sobre o uso da água para fins agropecuários, apenas 18% dos assentados admitem usar águas de superfície. A maioria usa água de poço (39%) e grande parte declara que usa apenas águas de chuva (29%).

**Quadro 9** Origem da água para uso agropecuário.

| | % |
|---|---|
| Só chuva | 29,00 |
| Poço de fundo | 11,00 |
| Poço caçimba | 29,00 |
| Represa | 7,00 |
| Mina ou córrego | 18,00 |
| Rede de abastecimento | 6,00 |
| Total | 100,00 |

*Fonte:* Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Complementando os questionários, foram tomados depoimentos qualitativos em diários de campo. Os depoimentos a seguir revelam que, na percepção dos assentados, na fazenda Monte Alegre não há problemas com relação à disponibilidade de água para fins agropecuários. Revelam ainda que ao principal fonte de água para essa finalidade são os poços caipiras.

> O sistema de irrigação é de poço cacimba e distribuída por gravidade. Declarou que nunca faltou água neste poço do seu lote e que já teve condições de criar 58 cabeças de gado. Sr. Antonio.
>
> Seu sistema de irrigação é por microbacia em algumas partes, noutras tem mangueiras com pequenos furos (gotejamento), a água é distribuída por gravidade. Atualmente ele faz uso da água de seu poço (cacimba), mas já teve época dele ter um motor instalado no córrego que fica na APP ao lado do lote (usava esta água para irrigação e para dar aos animais). Desse poço, garante ter água suficiente para o ano todo, abastece ainda a casa e os animais, mas o uso da água tem que ser racional. Sr. Sidnei.
>
> A água para irrigação vem de poço caipira, onde instalou uma bomba que puxa a água que é distribuída pelos cultivos através de uma mangueira com pequenos furos. Usa também água de mina para esta finalidade, distribuída por gravidade. A água que vem do poço nunca lhe faltou, já a da mina sim. Sr. Geraldo.
>
> A água que ele usa vem de poço caipira que ele mesmo ajudou a fazer. Tem sistema de irrigação com mangueiras e afirmou ter água do poço suficiente mesmo na estiagem. Sr. Marcílio.
>
> A irrigação é feita, no lote de moradia, para a produção dos alimentos, através de microbacia. Esta água vem das minas existentes no próprio lote e também de um poço caipira. Diz que com esta canalização da água o lote fica todo abastecido e tem planta que gosta de ficar ao lado desta água, como o inhame e o cará. Declarou não faltar água ali no lote. Sr. Terêncio.

Já quanto às mudanças climáticas, alguns assentados revelam que já são sentidas no assentamento, principalmente o efeito da seca prolongada e do aumento de temperatura. Esses fatores estão impondo mudanças na maneira de produzir, principalmente hortaliças. Por outro lado, eventos extremos comuns na fazenda como os fortes ventos e chuvas de granizo estão se tornando mais constantes, atrapalhando não apenas as lavouras, mas ocasionando outros tipos de perdas materiais.

> Sobre as mudanças climáticas, falou que hoje o clima está mais quente. Com isso ele perde plantação, por exemplo, de batata. O motivo é menos chuva, daí a planta sofre um estresse hídrico. Além disso, a temperatura varia muito durante um mesmo dia (mais de uma estação num mesmo dia). (...) Ele disse que já perdeu lavoura por causa da seca, mas nunca lhe faltou nada. Sr. Geraldo.
>
> Segundo Sr. Antonio, ele veio para um lote do assentamento em 1989 e dois anos depois foi deslocado para outro melhor. No primeiro, ele plantou apenas arroz e milho financiado pelo banco. Devido aos fortes ventos, a cultura do arroz deu muito prejuízo aos agricultores assentados nos primeiros anos. Relatou que no começo dos anos 90 os assentados que plantaram arroz enfrentaram chuvas de granizo que acabaram com as possibilidades de lucro (relatou que esperava colher 350 sacas de arroz e colheu 17 num ano agrícola). Por outro lado, sobre o fracasso do milho, acha que a acidez da terra foi o principal fator, além da forte presença de cupins e da terra estar ressecada em função do eucalipto.
>
> (...)
>
> Se ele tem percebido as mudanças climáticas na agricultura, falou que sim: tem ano que está tudo bem, normal, mas tem ano que falta chuva e conseqüentemente umidade (seca prolongada). Por outro lado, declarou que ocorrem perdas ocasionadas por eventos climáticos extremos, como os fortes ventos que derrubam as mangas: "vai tudo pro chão". Calcula que o vento diminui a produção em 80%. Raios também são temidos; uma vez caíram quatro ali perto e "queimaram todo o transformador". Sr. Antonio.
>
> Suas percepções sobre mudanças climáticas são que as ventanias – normalmente fortes na fazenda Monte Alegre – estão ficando ainda mais fortes, assim como as chuva de granizo. A temperatura está mais alta e ocasiona a evaporação, então as plantas precisam de mais água para não secar. Como ele trabalha com horta há tempos, disse antes molhava a horta bem cedinho e à tardezinha, mas que agora tem que dar umas molhadas no meio do dia também, senão a produção cai bastante. Ele tem procurado produzir em áreas nas quais faz consórcio de árvores nativas e frutíferas, que fornecem sobra e seguram umidade. Disse que as árvores nativas são melhores por que suas raízes são mais profundas, trazem e mantém no sistema agrícola a água que está bem abaixo da

> terra. As queimadas de cana no assentamento contribuem para deixar o ar mais seco ainda. Disse ainda que, com a produção agroindustrial de cana, o povo não tem noção da quantidade de veneno que foi despejada no assentamento. Não tem como se ter controle dos agrotóxicos que não são dele, mas que se espalham por toda a fazenda e atinge a todos.
>
> (...)
>
> Sobre perdas e danos ocasionados por eventos climáticos extremos, afirmou que ocorrem chuvas que enchem as bacias de contenção e fazem transbordar água, que vem levando tudo embora (calcário aplicado, nutrientes do solo, estoura as curvas de nível). Disse que no lote dele junta água de outros pontos, pois na estrada do seu lote não tem outras bacias de contenção, nem nos lotes dos vizinhos. Quando a dele enche, dá este problema da água descer com muita força. Ainda tem uma parte da casa que não possui laje, então nestes cômodos pega muita umidade. Sr. Sidnei.
>
> Sobre mudanças climáticas, afirmou que tem sentido algumas diferenças. Estranhou o fato de neste dia ter feito 8 graus às 6:00hs e na hora que eu estava lá, por volta das 11:00hs, já fazia mais de 30 graus. Ele falou que as variações de temperatura estão mais bruscas, num mesmo dia parece que vivemos mais de uma estação, tem feito frio fora de hora e o inverno este ano foi bem quente. Reclamou que quando o ar está muito seco a horta deixa de produzir. Sobre perdas ocasionadas por excesso de chuva ou granizo, disse não haver. Sr. Marcílio.
>
> Sobre mudanças climáticas disse que não tem percebido nada “anormal”. Apenas citou as ventanias, mas que elas são comuns ali e destroem muita lavoura mesmo. Sr. Terêncio.

Os assentados percebem mudanças nas condições climáticas e procuram, desde já, adaptar seus sistemas agrícolas frente a isso. Durante a caminhada pelo lote do Sr. Sidnei foram mostradas as árvores recentemente inseridas em meio às hortas, pastos, plantações de abóbora e mandioca, conforme as fotos a seguir. Segundo o assentado, as árvores barrarão o vento (função de cerca viva), terão função de manter água no sistema agrícola e se reverterão em produtos que poderão ser consumidos no próprio lote ou comercializados (frutos e madeira).

## Considerações finais: repondo problemas

Se o estabelecimento do assentamento rural ocasiona transformações sócio-espaciais, temos que levar em conta o aumento da produção de alimentos que ocorre ali. De uma área de monocultura, passa a ter policultivos que aumentam as forças do sistema agroalimentar regional, inclusive, a partir de práticas agroecológicas. Porém, ainda são poucas as garantias para que esse grupo social permaneça e melhore suas forças produtivas nesse sentido, uma vez que este caminho é atravessado por um projeto político que mantém os assentados como meros fornecedores dos complexos agroindustriais e aplicadores de pacotes tecnológicos.

Foto 1 Plantio de mudas de árvores nativas e frutíferas perto da cerca.

**Foto 2** Uma fileira de eucalipto e plantio de árvores nativas na curva de contenção.

**Foto 3** Fileiras de eucalipto e frutíferas em meio à horta.

**Foto 4** Fileira de árvores nativas recentemente inseridas.

Uma pergunta que se coloca é: os assentados estariam mais vulneráveis às mudanças climáticas plantando cana ou alimentos? De forma sucinta, poderíamos responder que os assentados com projetos de integração às agroindústrias têm ficado em situação delicada mesmo com contratos assinados e endividados, salvo aqueles detentores de recordes regionais de produtividade. Isso se deve à importância relativamente baixa que os assentados têm nas relações de parceria com agroindústrias, uma vez que são os que menos ganham nessas relações sociais[9]. A monocultura no espaço de um lote de assentamento, de forma que a família dependa só da cana para lograr sucesso econômico, parece uma situação difícil pensando-se nas mudanças climáticas, pois um evento extremo pode lhe frustrar todo um ano agrícola, configurando-se numa falta de alternativas.

Um dos pontos positivos na situação deles pode ser considerado a diversificação, seja agrícola, nos canais de comercialização ou quanto à origem da renda. A produção de alimentos, nesse sentido, parece corresponder a uma situação melhor. Embora, deve-se considerar que a grande maioria dos assentados comercializa seus produtos apenas de forma ocasional ou dependem de atravessadores, o que também tem feito com que muitos deles fiquem negativamente vulneráveis. Com relação ao acesso à água, atualmente, declaram não haver restrição para uso agropecuário.

Os programas municipais de Araraquara deram alguns passos importantes para os assentados se inserirem ao sistema agroalimentar municipal, mas ainda não demonstraram resistência (ou resiliência) ao processo de transição política e muito menos incorporam qualquer perspectiva de mudanças climáticas. Neste

9. Qualquer variação mercadológica recai muito mais fortemente sobre os assentados, vide exemplos de assentados que sofreram com a queda vertiginosa no preço da tonelada da cana no período de 2003 a 2008 (de R$ 60,00 a R$ 23,00 a tonelada); ou a empresa de frango que deixou de produzir com os assentados durante seis meses em época de crise financeira (sendo que muitos deles se endividaram em até R$ 100 mil para construir as granjas).

sentido, vale lembrar que os órgãos gestores da reforma agrária também não têm, ainda, um debate e ações efetivas voltadas às questões das mudanças climáticas, o que pode estar indicando que os possíveis problemas serão tratados a posteriori.

Aparentemente, são problemas que não guardam relações entre si. O que é preocupante da perspectiva dos rumos das experiências dos assentamentos e da inserção de uma política agroalimentar e ambiental é que isso inverta, efetivamente, possibilidades no campo de forças brasileiro. Os assentados da fazenda Monte Alegre sempre foram induzidos a projetos de culturas especializadas, a integração com agroindústrias como forma de inserção no mercado, o que os impõe uma lógica de ordenar o território. O fato de haver produção diversificada de alimentos parece ser algo que depende mais da vontade das famílias do que de incentivos dos atores sociais, o começa a acontecer através de programas municipais de segurança alimentar. Além disso, já é hora de existir uma preocupação sobre as mudanças climáticas em âmbito regional e que, a partir de então, seja pensado o sistema sócio-ecológico com maior resiliência por meio de medidas institucionais e políticas. Para tanto, a agricultura familiar deve ganhar mais espaço nas agendas políticas.

## Referências


ADGER, W.N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, n.16, p.268-281, 2006.

ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; PAULILLO, L.F. Segurança alimentar e agricultura familiar: um balanço de uma experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.11, Nupedor/Uniara, p.157-194, 2008.

**ANDRADE, M.C. de.** Modernização e Pobreza**. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.**

**AUBERT, C. Can organic farming mitigate the impact of agriculture on global warming?** OFS, **s/l., 2007.**

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. "Os parceiros da cana". Dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol. 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG. In: **Anais...**, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

BORRON, S. **Building Resilience for an Unpredictable Future:** how organic agriculture can help farmers adapt to climate change. Food and Agriculture Organization of the United Nations: Rome, 2006.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.

CASTRO, E.G. de. O paradoxo "ficar" e "sair": caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais:** impasses e dilemas (uma trajetória de vinte anos). Araraquara: Uniara/INCRA, 2005, p.321-250.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato:** um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**. n.1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p.75-148.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris,** Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

FLEURY, L.C.; ALMEIDA, J. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia.** Porto Alegre, UFRGS, v.2(3), p.3-19, 2007.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia.** Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

KATHOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura.** Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

KURANAGA, A.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Feiras do produtor: alternativa para a sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. In: **Anais...**, CD-ROM, Uniara, Araraquara, 2006.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

MARENGO J. A. Cenários de Mudanças Climáticas para o Brasil em 2100. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria-RS, v.34, p.100-125, 2007.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.21, julho/agosto, p. 145-158, 2008.

NOBRE, C.; JOLY, C.; CERRI, C.; HOGAN, D.; ROCHA, H.; MARCOVITCH, J.; CORTEZ, L.A.B.; ARTAXO, P.; DIAS, P.L. da (Eds.) **FAPESP RESEARCH PROGRAMME ON GLOBAL CLIMATE CHANGE (FRPGCC).** Projeto Final/Documento Base, 2008. Disponível em: < http://www.fapesp.br/mcg/FRPGCC.pdf>. Acesso em: 07/10/2008.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico dos Solos**. São Paulo: Nobel, 1996.

PRIMAVESI, O; ARZABE, C.; PEDREIRA, M.S. (Eds.) **Aquecimento Global e Mudanças Climáticas:** uma visão integrada tropical. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2007.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara/INCRA, p.47-68, 2009.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª Edição. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

SCOPINHO, R. Os Sentidos do Projeto Sócio-Educativo da Reforma Agrária e o Futuro dos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara/INCRA, p.259-274, 2009.

SILVA, M.A.M. **A Luta pela Terra:** experiências e memória. São Paulo: Unesp, 2004.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Revista da ABRA,** São Paulo, v.34, n.2, p.149-154, jul./dez., 2007.

VALENCIO, N.F. Da morte da Quimera à procura de Pésago: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.F.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.) **Sociologia dos Desastres.** Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009, p.3-18.

WATSON, R.; ZINYOWERA, M.; MOSS, R.; DOKKEN, D.J. (Eds.) **The Regional Impacts of Climate Change:** as assessment of vulnerability. Interngovernmental Panel on Climate Change, 1997. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4343.pdf>. Acesso em: 30/09/2008.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, 2000, p.19-32.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

# Capítulo 9

# Desenvolvimento e degradação socioambiental: ponderações sobre a bacia do rio Piracicaba

*Raquel Duarte Venturato*

## Introdução

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) da Bacia do Rio Piracicaba (UGRH 5), composta por 57 municípios, compreende mais de 11 % da população do Estado e, de acordo com dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007, 85 % dos habitantes vivem em áreas urbanas. Nessa UGRHI, que abriga a Região Metropolitana de Campinas, são coletados 85 % do total do esgoto produzido, enquanto o índice de tratamento é da ordem de 42 % do esgoto gerado (CETESB, 2008).

Essa Região comporta um parque industrial moderno, diversificado e possui uma significativa estrutura agrícola e industrial, bem como desempenha atividades terciárias de expressiva especialização. No setor industrial, cabe citar as indústrias voltadas para o setor de telecomunicações e informática, refinaria de petróleo, papel e celulose, usinas sucroalcooleiras, além de produtos alimentícios e têxteis (EMPLASA, 2009).

## 1. Impactos do desenvolvimento regional sobre os recursos hídricos

O desenvolvimento industrial e agrícola impulsiona o crescimento da população e ambos resultam no aumento da demanda pela água. O crescimento econômico e populacional da região das bacias PCJ não foi seguido por uma equivalente expansão dos serviços urbanos. Verifica-se crescente lançamento de esgotos nos corpos d'água sem tratamento adequado (apesar de 84% dos esgotos serem coletados, apenas 19% são tratados), no qual resulta no comprometimento da qualidade dos seus recursos pesqueiros (SERHS, 2005; CETESB, 2007). A maior fonte de consumo do recurso é captação para o setor de saneamento (42,0% do total), seguido pelo setor industrial (35,2%) e o setor de irrigação (22,1%). A sub-bacia do rio Piracicaba tem a maior vazão captada para o uso industrial (4,355 $m^3/s$).

Na atividade rural, as culturas de cana-de-açúcar, citricultura e hortifrutigranjeiro são os principais consumidores de água na sub-bacia do Piracicaba. A vazão registrada para a irrigação (0,79 $m^3/s$ ou 49,65%) desta microbacia é a maior para esta finalidade em toda Bacia do PCJ, seguidas pelas sub-bacias dos rios Jaguari (0,451 $m^3/s$ ou 28,41%), Camanducaia (0,135 $m^3/s$ ou 8,51%) e Atibaia (0,132 $m^3/s$ ou 8,31%).

A captação de água, contudo, não corresponde à preocupação com tratamento dos efluentes. Conforme demonstra a tabela abaixo (TABELA 1), as usinas de açúcar e álcool, indústria de papel e celulose, indústria têxtil e outros não estão comprometidos com tratamento, resultando em aumento substancial da demanda bioquímica por oxigênio e sujeitando o ecossistema aquático à eutrofização e hipereufrofização, este último, relacionado diretamente à mortandade em massa de peixes.

**Tabela 1** Sete (7) das treze (13) indústrias inseridas na Bacia do PCJ que não tratam seus efluentes.

| Sub-bacia | Estab. industrial | Efic. Trat. (%) | Carga (tDBO/ano) total |
|---|---|---|---|
| Piracicaba | Cia União dos Refinados de Açúcar e Café | 0 | 2.640 |
| Piracicaba | Ind. Papel Danruj S/A | 0 | 141.3 |
| Piracicaba | TASA – Tinturaria Americana | 0 | 115.3 |
| Piracicaba | Tecelagem Jacyra | 0 | 117.5 |
| Piracicaba | S.A Têxtil Nova Odessa | 0 | 138 |
| Jundiaí | Prod. Alim. Fleischmann & Royal | 0 | 5.066 |
| Jundiaí | Duratex Madeira e Aglom. | 0 | 3.255 |

*Fonte:* Plano de Bacia Hidrográfica – Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2000-2003.

Para monitorar a qualidade das águas da Bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a CETESB instalou postos de coleta de água para análises laboratoriais, entre outras localidades, ao longo do rio Piracicaba, visando calcular, a partir de metodologia própria, o Índice de Qualidade de Água para a Proteção da Vida Aquática (IVA) - que objetiva avaliar a qualidade da água para fins de proteção da fauna e flora aquática, levando em consideração a presença e concentração de contaminantes químicos tóxicos, seu efeito sobre os organismos aquáticos (toxicidade) e dois dos parâmetros considerados essenciais para a biota (pH e o oxigênio dissolvido) – cuja situação atual denota que a qualidade das águas tem oscilado entre ruim e péssimo, o que tem repercussões sobre a reprodução dos estoques pesqueiros.

Análises recentes mostram que o IVA variou entre ÓTIMO e PÉSSIMO, tendo sido verificado efeito tóxico em 10 % das amostras dos pontos testados, indicando uma piora com relação aos resultados de 2007, quando não foram registradas ocorrências de toxicidade em suas águas. A eutrofização e os baixos valores do oxigênio dissolvido foram os maiores responsáveis pela influência negativa no IVA nesta UGRHI, evidenciando a contribuição de esgotos domésticos. No período de 2004 a 2007, esses pontos não apresentaram efeito tóxico, logo houve uma pequena piora em 2008, em termos ecotoxicológicos, na qualidade da água (CETESB, 2008).

O ponto PCBP02500, Braço do Piracicaba no Reservatório de Barra Bonita, refletiu a qualidade observada ao longo do Rio Piracicaba, apresentando condição EUTRÓFICA pela média anual do IET (PT e CL) exibindo uma piora em relação à condição MESOTRÓFICA observada no ano anterior. Esse rio apresentou elevado grau de trofia, provavelmente, tanto pela contribuição dos rios Atibaia e Jaguari seus formadores, quanto pelas emissões de esgotos domésticos/industriais dos municípios localizados ao longo de sua extensão. Todos os corpos d'água que compõem as Bacias dos Rios Capivari, Jundiaí e Piracicaba, encontram-se em uma região de alta densidade populacional, tendo como finalidade preponderante o abastecimento público.

As tabelas 2 e 3, a seguir, mostram uma análise comparativa entre os anos de 2006 e 2008, acerca da captação e análise dos dois pontos mais próximos à comunidade pesqueira do Tanquã (PCAB 02800 e PCBP 02500). Nota-se que quando a quantidade de fósforo total está acima dos padrões de qualidade estabelecidos pela resolução CONAMA (357/05 – 20/86), que define o limite de 0,025% ml/l de P para os rios de classe dois, a quantidade de Oxigênio Dissolvido na água é sofrível. Isso se deve ao fato de que o aumento da temperatura e a incidência de luz no corpo hídrico fazem com que o fósforo total consuma o oxigênio existente para proliferar espécies algais.

Em linhas gerais, as fontes de poluição são divididas em potencial e remanescente. A carga poluidora potencial é a quantidade total de poluição produzida por um agente (que pode ser uma indústria ou um município). A carga poluidora remanescente é lançada ao curso d'água após passar por qualquer tipo de tratamento. Ou seja, quando a carga poluidora remanescente é nula, não há tratamento adequado ao efluente produzido. Na Tabela 4 está elucidada as Cargas Poluidoras (kgDBO/dia) nas bacias PCJ, em 2003.

Os corpos d'água da referida Bacia mostram-se com alto grau de eutrofização, devido às elevadas cargas de Fósforo Total, decorrentes, em boa parte do lançamento de esgotos domésticos. O tratamento de esgoto doméstico é fundamental, sendo um de seus aspectos principais a eliminação de nutrientes (Nitrogênio e Fósforo) que causam a eutrofização e o crescimento da comunidade fitoplanctônica. As Estações de Tratamento de Efluentes existentes, em sua maioria, contemplam tratamento primário e secundário, portanto com baixa eficiência na remoção de nutrientes (CETESB, 2008).

Em 2008, o Potencial de Formação de Trihalometanos influenciou negativamente a qualidade das águas dos mananciais desta UGRHI. O Rio Piracicaba, em seu trecho intermediário e final, apresentou uma melhora em termos de Oxigênio Dissolvido e de DBO 5,20, devendo estar associada ao maior índice de tratamento de esgotos domésticos e a maior disponibilidade hídrica do rio verificada a partir de 2007. No entanto, ainda recebe por meio dos afluentes Quilombo, Tatu, Toledos e Tijuco Preto elevada carga orgânica dos municípios de Nova Odessa, Sumaré, Limeira, Santa Bárbara d'Oeste e Rio das Pedras.

**Tabela 2** Qualidade das águas do rio Piracicaba, **PCAB 02800** (à montante da comunidade pesqueira do Tanquã), nos anos de 2006 e 2008.

| PCAB 02800 | | | DATAS 2006 e 2008 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Janeiro | | Março | | Maio | | Julho | | Setembro | | Novembro | |
| **PARÂMETRO** | **UNIDADE** | **CONAMA** | **23/1/06** | **29/1/08** | **14/3/06** | **11/3/08** | **9/5/06** | **6/5/08** | **24/7/06** | **16/7/08** | **26/9/06** | **24/9/08** | **21/11/06** | **26/11/08** |
| **pH** | U.pH | entre 6 e 9 | 7,1 | 7 | 7,2 | 7 | 7,2 | 6,8 | 7,1 | 7 | 7,1 | 7,2 | 7,2 | 7 |
| **DBO** | mg/L | máx. 5 | 7 | < 3 | 5 | 7 | 5 | 5 | 7 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| **Fósforo Total** | mg/L | máx. 0,03 | 0,3 | 0,5 | 0,27 | 0,4 | 0,13 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,6 | 0,27 |
| **Temperatura** | Cº | | 29,9 | 23 | 26,1 | 2,6 | 2,3 | 21,3 | 21 | 21,4 | 23,8 | 20,1 | 25,9 | 26,9 |
| **Turbidez** | UNT | máx. 100 | 14 | 175 | 37 | 38,1 | 8,5 | 80 | 8,5 | 11,7 | 12 | 9,6 | 32 | 21,8 |
| **OD** | mg/L | mín. 5 | 2,7 | 5,1 | 4,7 | 2,4 | 4,4 | 6,9 | 3,1 | 4,5 | 1,3 | 3,3 | 0,4 | 2,6 |
| **Coli Termo** | UFC/100mL | máx. 1000 | 3 | 54000 | 1300 | 49000 | 7900 | 24000 | 4600 | 13000 | 3300 | 49000 | 17000 | 16000 |

*Fonte:* Plano de Bacia-Hidrográfica Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2004-2007. Adaptado de CETESB, 2008.

**Tabela 3** Qualidade das águas do rio Piracicaba, **PCBP 02500** (à jusante da comunidade pesqueira do Tanquã), nos anos de 2006 e 2008.

| PCBC 02500 | | | DATAS 2006 e 2008 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Janeiro | | Março | | Maio | | Julho | | Setembro | | Novembro | |
| **PARÂMETRO** | **UNIDADE** | **CONAMA** | **23/1/06** | **29/1/08** | **14/3/06** | **11/3/08** | **9/5/06** | **6/5/08** | **24/7/06** | **16/7/08** | **26/9/06** | **24/9/08** | **21/11/06** | **26/11/08** |
| **pH** | U.pH | entre 6 e 9 | 9,1 | 6,9 | 7,1 | 7,6 | 7,2 | 6,6 | 8,2 | 7,2 | 7,5 | 7,6 | 9 | 8,2 |
| **DBO** | mg/L | máx. 5 | 3 | < 3 | 2 | < 3 | 2 | < 3 | 5 | < 3 | 3 | < 3 | 2 | 3 |
| **Fósforo Total** | mg/L | máx. 0,03 | 0,1 | 0,2 | 0,11 | 0,1 | 0,03 | 0,1 | 0,1 | 0,4 | 0,06 | 0,04 | 0,09 | 0,08 |
| **Temperatura** | Cº | | 30,6 | 23,3 | 29,1 | 28,4 | 23,3 | 21,8 | 22,9 | 19,8 | 22,8 | 20,7 | 26,1 | 26,3 |
| **Turbidez** | UNT | máx. 100 | 22 | 62,4 | 60 | 24,4 | 24 | 18,7 | 14,1 | 5,22 | 9 | 8,56 | 14 | 23,9 |
| **OD** | mg/L | mín. 5 | 9,6 | 5,9 | 4,3 | 7,1 | 5,2 | 4,9 | 9,3 | 6,8 | 6,8 | 7,7 | 8,1 | 7,6 |
| **Coli Termo** | UFC/100mL | máx. 1000 | < 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1100 | < 1,8 | 1,8 | < 1,8 | 21,8 | 1,8 | 20 | 2 | 42 |

*Fonte:* Plano de Bacia-Hidrográfica Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2004-2007. Adaptado de CETESB, 2008.

**Tabela 4** Cargas Poluidoras (kgDBO/dia) nas Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

| Bacia | Doméstica | | Industrial | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Orgânica | | Orgânica | | Sucro-alcooleira | | | |
| | Pot. | Rem. | Pot. | Rem. | Pot. | Rem. | Pot. | Rem. |
| Total Piracicaba | 149.720 | 129.851 | 248.800 | 21.200 | 775.000 | – | 1.171.654 | 149.739 |
| Total Capivari | 32.309 | 28.520 | 3.300 | 870 | 198.000 | – | 233.609 | 29.390 |
| Total Jundiaí | 39.469 | 26.982 | 76.200 | 33.900 | – | – | 110.697 | 55.910 |
| Total PCJ | 221.498 | 185.353 | 328.300 | 55.970 | 972.500 | – | 1.522.298 | 241.433 |

*Fonte:* Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2002-2003 (CBH-PCJ, 2004).

A mortandade de peixes indica o ponto máximo de estresse hídrico, causando a morte de diversas espécies. Os motivos das mortandades estão associados às alterações da qualidade da água. Nem sempre é possível identificar as causas das mortandades. No entanto, seu registro consiste num bom indicador da suscetibilidade do corpo hídrico em relação às fontes de poluição da sua respectiva UGRHI.

Dentre os acidentes ambientais relacionados à qualidade dos corpos d'água, foram registradas 121 reclamações, feitas pela população, de ocorrências de mortandade de peixes e/ou outros organismos aquáticos em 2008 no Estado de São Paulo, atendidas pela CETESB. Houve um aumento de 9% nesses registros quando comparados às ocorrências de 2007. Só na área de abrangência do rio Piracicaba, foram 23 registros de mortandade de peixes.

As conseqüências nas transformações dos ambientes naturais oriundas dos múltiplos usos da água têm sido grandes o suficiente para pôr em risco o modo de vida de pescadores artesanais, pois suas replicações tradicionais em ambientes naturais não são mais suficientes para garantir sua reprodução social.

O Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), caracterizado como um sistema complexo de saberes, compreensões, hábitos e crenças, oriundos da vivência de uma população tradicional com o seu ambiente (Berkes, 2003), corre risco de romper a continuidade histórica em práticas tradicionais de utilização dos recursos naturais, pois os espaços naturais estão cada vez mais degradados pelo contexto supra, socioambientalmente adverso.

## 2. Os desdobramentos da degradação do ecossistema aquático sobre os recursos pesqueiros

O relato de Sr. Zito (pescador, 78 anos) nos permite afirmar que a poluição difusa oriunda da agroindústria canavieira pode afetar os estoques pesqueiros, uma vez que a carga desse dejeto depositado *in natura* no rio Piracicaba configura-se no fator determinante da interrupção dos ciclos naturais de procriação da ictiofauna silvestre.

> "Aqui no rio, duas vezes por ano, desce uma quantidade absurda de peixes mortos… Ano passado foi à última vez que vi um filhote de Pintado morto no meio daquela bicharada toda fedida. (…) Além do cheiro de peixe morto, os peixes tinham um cheiro forte, parecido com o cheiro do vinhoto…" (Sr. Zito, pescador artesanal do Tanquã, set-2007).

A matéria orgânica do vinhoto configura-se num material altamente maléfico a sobrevivência das espécies de peixes, uma vez que o peixe em contato com a água contaminada pelo vinhoto é asfixiado. Na literatura sobre a fundamentação da poluição dos corpos d'água pelos efluentes da agricultura canavieira, há, também, em Diegues (2002) a seguinte afirmação:

> "A monocultura que mais tem atingido as áreas úmidas (banhados, rios e estuários) é a cana-de-açúcar, para a produção do álcool combustível. Rios e várzeas do Sul (Rio Piracicaba/SP) têm sido intensamente atingidos pelo vinhoto, subproduto da destilaria do álcool. (...) Para se ter um idéia da carga poluidora do vinhoto, uma única destilaria autônoma padrão que produz em média 120.000 litros de álcool por dia despeja uma quantidade de vinhoto cuja poluição aproximada de 550.000 habitantes" (SEMA, 1984 apud DIEGUES, 2002: 24- 25).

Em 2008, as Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiaí (UGRHI 5), e do Sorocaba/Médio Tietê (UGRHI 10), ambas de vocação industrial, tiveram novamente o maior número de reclamações, mantendo a tendência apresentada em 2005, 2006 e 2007. Essas bacias foram responsáveis, respectivamente, por 19% e 15% dos registros de reclamações de ocorrências de mortandades de peixes feitas ao longo de 2008. Uma avaliação de acordo com a vocação das UGRHI indica que as UGRHI Industriais concentraram mais da metade do número total de reclamações de mortandades de peixes recebidas pelas Agências Ambientais da CETESB durante 2008. Dentro do grupo das UGRHI Industriais, a UGRHI 10 (Sorocaba/Médio Tietê) e a UGRHI 5 (Piracicaba/Capivari/Jundiaí) detiveram 74% dos registros de reclamações de mortandades. As mortandades atendidas pelo Setor de Comunidades Aquáticas durante 2008 foram, principalmente, decorrentes da presença de contaminantes na água. As ocorrências desse tipo superaram os eventos resultantes da depleção de Oxigênio Dissolvido e de florações de algas potencialmente tóxicas (CETESB, 2008).

Outro importante indicador da qualidade da água é o índice do Estado Trófico, que tem por finalidade classificar corpos d'água em diferentes graus tróficos, ou seja, avalia a qualidade da água quanto ao enriquecimento por nutrientes e seu efeito relacionado ao crescimento excessivo das algas, ou o potencial para o crescimento de macrófitas aquáticas.

A atual situação do nível trófico no rio Piracicaba é preocupante uma vez que a presença de florações de algas é notória em seu percurso, havendo épocas em que se desenvolve de forma intensa, como no início da primavera, onde o aumento da temperatura da água e maior disponibilidade de nutrientes cria

condições favoráveis de penetração de luz na água e, portanto, o desenvolvimento dessa flora em ambiente lacustre.

Das perdas significativas das interações socioambientais, destaca-se o comprometimento das condições de reprodução dos estoques pesqueiros. Os *habitats* naturais ficam sujeitos a processos de eutrofização, sedimentação e outros que resultam "no empobrecimento sistemático da ictiofauna dos rios brasileiros, fato bastante evidenciado nos rios da Bacia do Paraná" (DIEGUES, 2002: 21). Tal argumento é reiterado por Tundisi (2003:49-50) ao assinalar as "perdas de espécies nativas de peixes em função da descaracterização do ambiente lótico".

O contexto socioambiental supracitado revela que a qualidade das águas do rio Piracicaba sofre a influência do lançamento de esgotos sanitários *in natura,* os lançamentos de cargas remanescentes de origem industrial e urbana e, principalmente, a indústria sucro-alcooleira. Como conseqüência, as populações ribeirinhas estão diretamente expostas à deterioração do ambiente aquático; em especial, os pescadores artesanais. Seu lugar de trabalho ficou suscetível ao conviver com a deterioração ambiental oriunda de um padrão de desenvolvimento cujo uso instrumental da água desconsiderou o compromisso com a renovabilidade do recurso e sua função como suporte de vida.

Portanto, o desenvolvimento e crescimento produtivo da região do rio Piracicaba obriga as populações tradicionais a conviver com a redução da capacidade de resiliência[1] da vida aquática e, conseqüentemente essas populações tiveram que adaptar e até modificar os meios de produção a fim de conseguirem acompanhar a celeridade com que o ambiente tem se transformado para pior.

Admitir modificações de técnicas e também admitir os manejos praticados na comunidade do Tanquã reporta a ineficiência dos petrechos que, antigamente, eram empregados:

> "Quando viemos morar no Tanquã, minha mulher e eu, a gente só usava a tarrafa e o covo. Era fácil ver o peixe na água e nas tocas e a pescaria era farta... Todo dia a gente voltava com um peixe grande para vender ou para comer... Era uma beleza. Hoje, a única coisa que pega aqui é a Tilápia e só com a rede de espera – malhadeira[2] " (Sr. Zito, pescador do Tanquã desde 1964).

Tal como as técnicas, as embarcações também configuram modificações exigidas pelas condições ambientas do rio, uma vez que o uso de barcos motorizados os permite chegar a lugares mais remotos. Antigamente, as embarcações eram compostas de canoas de madeira fabricadas por eles próprios e a propulsão era sempre realizada através de remos. Hoje, o acesso às embarcações de

1. Resiliência é a quantidade de distúrbios que podem ser absorvidas antes que um determinado sistema modifique sua estrutura e os processos que controlam seu comportamento (Holling *et al*., 1998).

2. Corresponde ao apetrecho de pesca que requer menor esforço no exercício de armar e verificar incessantemente (WITKOSKI, 2007: 313).

alumínio e aos motores a cavalo redesenha o manejo praticado por eles, pois o acesso aos peixes dá-se cada vez mais longe da comunidade, havendo a necessidade, portanto, e a facilidade de deslocar-se até o ponto de pesca através das embarcações motorizadas, mesmo que o custo de aquisição desses meios de produção (barco, motor) e insumos (gasolina, óleo) implique representações desfavoráveis na renda do pescador.

Embora haja pescadores que ainda utilizam dos remos para realizar a propulsão, o meio de propulsão é o motor à cavalo e a embarcação de alumínio, adquirida à duras penas, para realizar suas pescarias. Caso este representado pelo casal de moradores da comunidade: Dona Nerivalda e Sr. Eduardo (ambos oriundos de Ilhéus - BA), cuja trajetória de pesca compõe uma vida com muitos percalços. A troca do petrecho tarrafa pelo petrecho rede malhadeira, e também a aquisição da embarcação de alumínio, em menos de três anos vivendo na comunidade do Tanquã denotam a necessidade de modernizarem-se para as finalidades do trabalho.

Outra forma verificável desta contestação é a mudança nos hábitos alimentares das famílias de pescadores. Os hábitos alimentares dos pescadores do Tanquã baseiam-se no consumo de peixes, no qual a tilápia aparece como uma das espécies recorrente nas principais refeições, o almoço e o jantar, acompanhada de farinha de mandioca. O arroz, o macarrão e afins vão compondo itens secundários do repertório alimentar local. Para os mais velhos do lugar, o jaú e o pintado são os peixes de maior apreciação, mas lamentam pelo fato de sua rara obtenção na captura, não logrando êxito desde 2003.

Gabriele, ao remeter à captura de um pintado em meados de dezembro de 2001, afirmou que o feito não merecia terminar em realização de venda, mas em refeição da família:

> "Quando pegamos um peixe grande e de espécie que não se encontra mais por aqui, a gente come ao invés de vender. Junta a família do Adilson (meu marido) e a minha pra vim comer o peixão assado... É uma festa só, já que um peixe dessa espécie é, hoje em dia, difícil de encontrar aqui" (Relato de Gabriele, mulher do pescador Adilson, residentes do Tanquã desde 1994).

Os hábitos alimentares e as receitas do preparo nos peixes denotam um arcabouço cultural que se perde nas preferências dos mais jovens, indicando um aspecto de dissolução do modo de vida da pesca artesanal.

## Considerações finais

Quanto mais as populações se adaptam as condições naturais degradantes, menor é a chance de reconhecerem que estão também influenciadas pela degradação da atual circunstância ambiental: "*aqui ainda ta bom de pescar porque ainda tem peixe, depois que parar de dar peixe é que vai ficar ruim... Enquanto a gente estiver saindo pra pescar e voltar com peixe ainda ta bom, mesmo que seja menos do que a gente*

*pegava antes!*". A partir do relato de sr. Eduardo, fica evidente que essas populações estão gradativamente perdendo a capacidade de vocalizar por seus direitos.

Ainda que estas populações estejam inseridas territorialmente nos espaços de desenvolvimento local, às margens do rio, elas estão induzidamente marginalizadas por não usufruírem os benefícios desta sociedade moderna, como, por exemplo, ter acesso direto a redes de ensino e atendimento à saúde. Esta situação coloca estas populações em situação de vulnerabilidade por assumirem o papel de primeiras vítimas do ambiente degradado, cuja inserção confere um desastre oculto ao desenvolvimento regional.

E, na medida em que vão modificando suas práticas tradicionais para se adaptarem ao ambiente degradado, mais essas populações ficam esvaziadas de sentidos coletivos e tradicionais: "a desvinculação de populações tradicionais de seus territórios podem causar a perda irremediável de um único e complexo corpo de conhecimento, práticas e crenças acumulados por gerações" (BERKES, 1999).

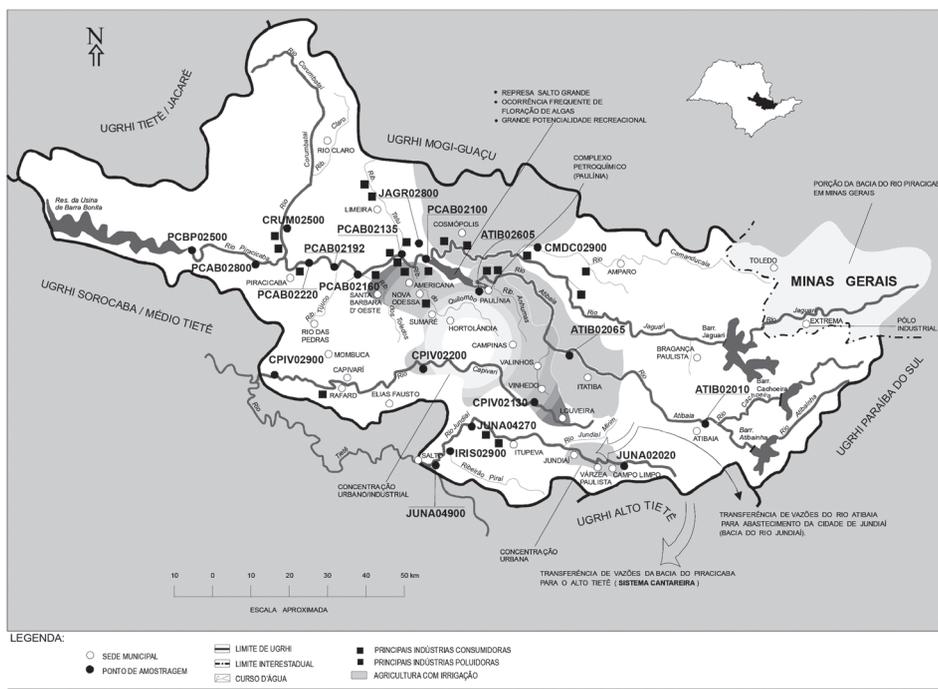



**Figura 1** UGRHI 5. Fonte: www.sigrh.sp.gov.br

## Referências

BERKES, F. *Sacred ecology:* traditional ecological knowledge and resource management. 1. ed. Philadelphia and London: Taylor and Francis, 1999.

BERKES, F Toward a unity of mind and nature. In: Conservação da diversidade biológica e cultura em zonas costeiras. Florianópolis: APED, 2003. p. 115-143.

BRASIL. RESOLUÇÃO n.º 20 DO CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA), de 18 de junho de 1986. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 jul. 1986.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB) Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2006 / CETESB. - - São Paulo : CETESB, 2007.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB) Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2007 / CETESB. - - São Paulo : CETESB, 2008.

DIEGUES, A. C. S. Povos e Águas: inventário de áreas úmidas – 2ª Edição – São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP), 2002.

EMPLASA (São Paulo). **Metrópoles em dados**. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/infometropolitana/rmsp/rmsp_dados.asp>. Acesso em março/2009.

HOLLING, C.S.; BERKES, F. & FOLKE, C. Science, sustainability, and resource management. In: BERKES, F. & FOLKE, C. *Linking social and ecological systems:* management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.342-362.

PLANO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS, 2000-2003 dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Relatório Final/SHS Consultoria e Projetos de Engenharia S/S Ltda. – São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, 2002.

PLANO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS 2004-2007 dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Relatório Final/SHS Consultoria e Projetos de Engenharia S/S Ltda. – São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, 2006.

SEMA Relatório de Qualidade do Meio Ambiente – RQMA, Sinopse. OLIVEIRA, E. M. de & KACOWICZ, Z (Coord.). Brasília, 1984 *apud* DIEGUES, A. C. S. Povos e Águas: inventário de áreas úmidas – 2ª Edição – São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP), 2002: 24-25.

TUNDISI, J.G. Água no Século XXI: enfrentando a escassez. – São Carlos: RiMa, Instituto Internacional de Ecologia, 2003:49-50.

WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

## Capítulo 10

# Medo, criminalidade e vulnerabilidade social em pequenas cidades: a presença de unidades prisionais[1]

*Érico Soriano*

## Introdução

De acordo com Giddens (1991), em contexto de modernidade tardia, os riscos se universalizam. Estes riscos atingiram tal nível de abrangência e sofisticação que não se inserem mais na capacidade de controle e proteção das instituições responsáveis pela proteção da sociedade. Um risco que impacta de forma significativa e negativa na sociedade é o risco social provocado pelo crescimento dos índices de criminalidade e da conseqüente violência urbana.

A temática da violência é extremamente variada e diversificada. Por isto, apresenta vários significados, podendo ser física ou psicológica, em diferentes graus de intensidade. Estes podem apresentar diferenciações de acordo com as pessoas, suas formações, seus valores e percepções, e o contexto em que o ato violento está inserido. Segundo Pedrazzini (2006), o fenômeno da violência urbana já se tornou um fato consumado, um objeto da civilização, no qual apenas os aspectos técnicos (segurança e repressão) são administrados.

No âmbito da temática da violência, a criminalidade é uma problemática crescentemente significativa na sociedade e que provoca modificações nas relações sociais e no espaço urbano. É um fenômeno social que se desenvolve no espaço e envolve infrações graves contra a lei.

Os índices de criminalidade atingiram níveis acima do tolerado[2] , sendo o crime uma forma perversa que se apropria do espaço e modifica a sua feição. Através da consideração do crime em si mesmo ou, pelos seus efeitos, a complexidade do estudo da criminalidade permite várias facetas em sua análise. Uma delas está no medo crescente daqueles que vivem nos espaços onde ela ocorre. Assim, a criminalidade vem apresentando contornos graves, e o sentimento de medo e insegurança da população vêm crescendo significativamente. De acordo com Beck (1997), vivemos sob a égide de uma cultura do medo, o que representa um paradoxo, uma vez que as instituições criadas com o intuito de

1. Este capítulo resgata algumas discussões teóricas da dissertação de mestrado intitulada: Os Espaços de Medo e os de Castigo nas Pequenas Cidades do Estado São Paulo: Caracterização Geral e o Caso Itirapina. Dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, defendida no ano de 2007 pelo autor.

2. Não há uma tolerância explícita para a criminalidade. Só a partir de certo número de ocorrências é que se começa a considerar um grupo como violento.

controlar o medo são as mesmas que produzem exatamente o seu descontrole. Dentre as instituições a quem Beck se refere, há também as responsáveis pela segurança pública da população.

O aumento da criminalidade e da violência urbana, embora não sejam fenômenos observados como uma "exclusividade" do período moderno, permite a constatação da ineficiência dos chamados sistemas peritos no que diz respeito à segurança da população. O risco de se tornar vítima cresce na medida direta da vulnerabilidade, a qual vem se mostrando cada vez maior nas cidades brasileiras.

Os índices criminais, em especial o das grandes cidades dos chamados países em desenvolvimento, representam números altíssimos, caracterizando-se uma catástrofe social. Doeksen (1997) afirma que o sentimento crescente de que o mundo em frente sua porta se caracteriza por um mundo de vandalismo e agressão, onde a pessoa é mais vulnerável às incivilidades do que em casa.

Destaca-se que este trabalho não considera a pobreza como causa da criminalidade e sim a desigualdade sócio-espacial. De acordo com Coelho (1980), associar a pobreza à criminalidade é uma tese "metodologicamente frágil, politicamente reacionária, e sociologicamente perversa". A desigualdade é capaz de criar um problema social relacional, uma vez que a falta de oportunidades e de expectativas pode promover o sentimento de injustiça para quem não tem quase nada, enquanto o "outro" se sente ameaçado justamente por quem não tem nada, que passa a ser considerado potencialmente perigoso e capaz de utilizar meios incivilizados. Esta situação pode suscitar representações de animosidade para ambos os lados envolvidos.

Segundo Felix (2002, p.138), que trabalha especificamente com a geografia do crime,

> A manifestação espacial do crime modifica os valores e as percepções espaciais, deteriora os espaços urbanos, altera os níveis de concentração ou esvaziamento e cria espaços de medo. A relação crime/insegurança (medo de se tornar vítima) determina uma geometria sócio-espacial que ultrapassa as classes sociais e as condições físicas do ambiente, relacionando-se especialmente ao modo como as pessoas sentem o ambiente urbano com as suas contradições.

A vida cotidiana e a cidade sofreram alterações devido ao crescimento do crime violento e do medo (Caldeira, 2003). Esta realidade se reflete nas conversas diárias da população que reportam, o que faz esta realidade se proliferar e circular na cidade. Em todos os lugares, estes são os assuntos mais comentados e difundidos pela população, o que mostra o seu nível de preocupação em relação à insegurança e ao medo nas cidades.

Segundo Tuan (2005, p.16),

> "A malignidade permanece como um atributo humano, não mais atribuído a natureza. Certos bairros são evitados por serem povoados por criminosos e bandos de adolescentes.Essas turbas se movem e destroem com a impessoalidade do fogo; elas são "insensatas", apesar de integra-

> das por indivíduos com mentes e juízos- cada um com intenção de produzir o caos".

O sentimento de insegurança e de medo de parte da população é capaz de proporcionar alterações no cotidiano das relações sociais e das áreas de circulação das cidades através de uma mudança compulsória da rotina dessa população, que passa e utilizar horários considerados mais "seguros" para circular, evitando transitar por locais considerados mais "perigosos". Este processo está sendo tão internalizado que esta depreciação na qualidade de vida das pessoas e na vitalidade das cidades passou a ser considerado normal. Nos locais onde esta realidade é observada, este fator acelera os processos de modificações no uso dos espaços, que através do abandono e da degradação, tornam-se áreas repulsivas e paisagens de medo nas cidades. Ao mesmo tempo, no espaço urbano ocorrem transformações territoriais visando mitigar as causas originárias de violência e de criminalidade. Como exemplo, há o incremento dos sistemas de segurança e a fortificação das residências, realidade cada vez mais comum em muitas cidades brasileiras.

Um exemplo desta realidade é o município de Vinhedo que, devido à proximidade com a região metropolitana de Campinas, importa uma parcela de sua violência e criminalidade. Porém, este município com população de 62.387 habitantes (Fundação Seade, 2010) apresenta 31 condomínios e loteamentos fechados, alguns de grande porte, atendendo a uma população rurbana[3] de alta renda de toda a região, que se muda para estes complexos sob a suposição de que nestes espaços os índices de criminalidade podem tender a zero.

De acordo com Caldeira (2003, p.267),

> Apenas com 'segurança total' o novo conceito de moradia está completo. Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias - guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo, etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão, mas também 'felicidade', 'harmonia' e até mesmo 'liberdade'.

Neste sentido, Pedrazzini (2006, p.154) afirma que "o medo do caos engendra um tipo de comportamento urbano suicida, pois o incremento patológico da segurança transforma as cidades em alinhamentos de muros e torres, propriedades protegidas em caixas-fortes gigantescas cercadas de fossas e sentinelas". Trata-se de um mercado de segurança que vende a imagem de risco zero para a população que detém as condições financeiras necessárias para se abrigar em portos "seguros" nas cidades.

Outra forma de isolamento corresponde à ação de parte da população que abandona os espaços públicos e buscam refúgio nos condomínios fechados, cada

---

3. População rurbana corresponde àquela que reside em municípios que não são nem urbanos nem rurais, sendo uma categoria intermediária

vez mais disseminados nas cidades brasileiras. Vivemos atualmente sob a égide de um medo que proporciona uma transformação espacial radical das cidades, cuja área urbana é constantemente retraçada por planejadores urbanos que trabalham sob encomenda direta dos ideólogos de segurança, que vem ocupando o lugar que pertencia aos teóricos do racionalismo. Esta situação gera o confinamento da cidade, nos limites de um pátio da prisão. "O mercado da segurança evolui com a venda de territórios seguros. Os condomínios fechados (*gatted communities*) aspiram à posição de refugio da paz num mundo em guerra. Evidentemente, eles não estão ao alcance de todos aqueles que têm medo." (PEDRAZZINI, 2006).

Esta realidade se mostra mais comum a cada dia. A classe média brasileira naturalizou evitar certos locais da cidade por serem mais perigosos, assim como demanda uma série de sistemas defensivos e aparatos de segurança nas residências como: cercas eletrificadas, cacos de vidro nos muros, captadores de imagem, cães de guarda, segurança privada, etc. Vive-se a ansiedade constante de que, ao passar pelo portão de casa, já se torna alvo potencial de algum ato violento, como já foi dito, depreciando a vida nas cidades. Há alguns anos, a rua era uma extensão das casas, onde as crianças podiam brincar despreocupadas sem a supervisão dos pais. Infelizmente, até mesmo em cidades interioranas, sendo essa uma realidade cada vez mais rara.

Apesar destas alterações espaciais defensivas, esta infra-estrutura de segurança não é suficientemente capaz de garantir que estamos a salvo do crime e do medo por ele provocado. Esta situação caótica é algo que reporta às cidades medievais que eram fortificadas. Portanto, a idéia de enclaves medievais que ocorriam em tempos remotos se reproduz de forma semelhante na atualidade. De acordo com Tuan (2005), as cidades foram, ao longo da história, alvos de violência e constante caos. O autor elencou as principais formas, a saber (2005, p.251):

> Conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano; medo de anarquia e revolução, isto é, a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres, como uma fonte potencial de corrupção de moral e de doença; e medo dos imigrantes pobres.

Segundo Pedrazzini (2006, p.130), a "violência e a insegurança nas grandes cidades devem ser analisadas como reflexo da incerteza que nasce da aceleração das mudanças globais. As políticas de segurança implantadas pelas classes dirigentes visam reagir à mesma incerteza, protegendo o conjunto da sociedade".

## 1. Medo do crime e vulnerabilidade social

O crime em si já é uma questão desafiadora para a sociedade, uma vez que ele vem crescendo em níveis preocupantes, principalmente, nos países que apre-

sentam grande desigualdade social e econômica. Tão problemático quanto à criminalidade em si, o seu efeito é correspondente ao medo do crime. O medo do crime se alastra para todas as classes sociais, os locais de residência, do município em que se reside, etc. Da mesma forma que o crime em si passou a ser objeto de estudo, o medo do crime também. Esta percepção em relação ao crime vem se configurando num tema de grande relevância atual, e que é explorado pelas chamadas ciências humanas e pelas sociais, principalmente pela sociologia, antropologia e geografia.

O medo é uma reação natural a algum evento que signifique algum perigo em potencial. Trata-se de uma resposta natural do ser humano a alguma ameaça, que muitas vezes, ajuda a lidar com certas situações inesperadas e que envolvem certo grau de periculosidade. Trata-se de uma questão subjetiva que dá parâmetros, referencia e determina a sociabilidade.

De acordo com Masci (1998, p. 12),

> Medo é um sentimento universal e muito antigo. Pode ser definido como uma sensação de que você corre perigo, de que algo de muito ruim está para acontecer, em geral acompanhado de sintomas físicos que incomodam bastante. Quando esse medo é desproporcional à ameaça, por definição irracional, com fortíssimos sinais de perigo, e também seguido de evitação das situações causadoras de medo, é chamado de fobia.

Para Felix (2002), o medo é um elemento que ainda não foi entendido de forma completa, mas pode ser entendido considerando-se como um problema local que surge a partir de uma conscientização geral do seu perigo no ambiente imediato. Para a autora, relacionado à criminalidade, "o medo é considerado um fenômeno social, em vez de uma faceta da personalidade e induz a discussões filosóficas (filosofia do medo), sociológicas (sociologia do medo) e até geográficas (geografia do medo), através de análises da percepção ambiental".

Para Tuan (2005) os medos são individualizados e, portanto guardam estreita relação com a subjetividade de cada um. Trata-se de um sentimento complexo, na qual podem ser diferenciados dois componentes, o sinal de alarme e a ansiedade. O autor afirma que existem vários elementos e fatores que são capazes de causar o sentimento de medo e criar paisagens de medo, que vão desde medo de escuro, pavor do sobrenatural, catástrofes naturais e guerras, assaltantes, dentre outros. Porém, o autor considera que as pessoas são a causa mais freqüente de nossos medos, sendo capazes de transformar lugares outrora pacíficos em locais amedrontadores. Afirma, ainda, que esta situação desconfortável faz com que muitas pessoas, mesmo residindo em países que apresentam melhores condições de segurança, sejam perseguidas pelo sentimento de medo e se transformem, em alguns casos, em prisioneiros dentro de suas próprias residências.

Neste trabalho, considera-se o medo do crime relacionado com o medo gerado pelas unidades prisionais. Ou seja, considera-se a somatória de incertezas e potencialidades negativas relacionadas à instalação de uma unidade prisional como: rebeliões; residência confinada de pessoas de alta periculosidade,

algumas vezes não temporária; etc., com o risco do aumento de criminalidade nas cidades de pequeno porte.

Para Doeksen (1997), há um sentimento crescente de que o mundo em frente a nossa porta é um mundo de ameaças, onde ocorrem atos de vandalismo e agressão desafiadores para o planejamento urbano. Neste sentido, Zaluar (2004, p.43) defende que "graças a uma peculiar configuração cultural, institucional e econômica, o medo realista do crime, cujas taxas vêm aumentando sistematicamente nas últimas décadas, transformou-se em pavor ou terror irracionais e propiciou a volta da dicotomia nítida e absoluta entre o bem e mal".

De acordo com Rico e Salas (1992, p. 1),

> Medo do crime é, desde alguns anos, um fenômeno social que merece um exame detalhado. Por si mesmo, ele representa um perigo para o bem-estar coletivo. Em muitos casos ele ainda produz mudanças importantes nas condutas dos cidadãos, algumas das quais podem pôr diretamente em perigo a segurança da população (aquisição de armas, cachorros, com fins defensivos) e de certa forma contribuir ainda para o aumento da criminalidade. Assim, pois, o medo do crime pode ser tão ou mais danoso para a sociedade do que o próprio crime.

Portanto, pode-se afirmar que o medo do crime é um problema muito maior do que o crime propriamente dito, uma vez que ele afeta uma quantidade de muito maior de pessoas (EVANS e FLETCHER, 2000). Neste sentido, trata-se de uma vulnerabilidade estabelecida e aceita. O medo do crime é um aspecto subjetivo em sua essência, mas objetivo na degradação da sociabilidade.

Segundo Kowarick e Ant (1982, p. 33), "pode-se constatar que o fenômeno da violência urbana tornou-se fato cotidiano para os habitantes da cidade e, em contrapartida, o medo passou a ser uma difusa e poderosa sensação que a todos acompanha". Esta idéia se identifica com a de Maxfield (1984) apud Smith (1987, p.5), que afirma: "Distressing though the direct effect of crime can be, it is important to recognize that is not only (or even) recent, victims who are fearful. In Britain, for instance, people who never been assaulted are as likely to express anxiety about their personal safety as are those who have been attacked".

Esta é uma constatação relevante, uma vez que o medo, ao se tornar coletivo e contagioso, se converte num significativo instrumento de mudanças sociais e espaciais. Ainda, de acordo com Kowarick e Ant (1982, p. 33),

> ... parece agudizar-se uma rotinização do medo no sentido de este não ser mais um fenômeno episódico e extraordinário, tornando-se elemento cotidiano, com o qual as pessoas precisam conviver: o medo tornou-se fato corriqueiro, alastrando profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos dos meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência.

De acordo com Pain e Koskela (2000), o medo do crime se relaciona diretamente com um contexto espacial com o abandono dos locais. Embora as autoras também afirmem que o medo do crime está tão arraigado nas pessoas que melhorias estruturais nas cidades beneficiam apenas alguns aspectos da qualidade de vida. Seus efeitos, entretanto, seriam pequenos na redução do medo do crime.

Na mesma linha, há o trabalho de Wilson e Kelling (1982) sobre o medo, a desordem e o crime. A teoria se chama "Broken Windows", segundo a qual, se uma janela é quebrada e não é consertada, as outras janelas serão quebradas como um sinal de que ninguém se importa. De acordo com esta analogia, o comportamento desordeiro, se não for controlado, em pouco tempo conduzirá para a promoção de distúrbios e, eventualmente, de crimes sérios. Para Doran e Lees (2005), que estudaram a relação entre o medo do crime, expressado pelo desvio de comportamento e a distribuição espacial da desordem física, com atenção especial para o crescimento dos grafites, deve haver uma intervenção estratégica inicial no ciclo das janelas quebradas para que ocorram ações mais efetivas num estágio inicial e não nos últimos estágios como é mais comum.

Ainda neste raciocínio, Nasar et al. (1993) afirmam que a presença de incivilidades, caracterizadas pelo abandono de espaços públicos e privados, facilita o desenvolvimento do medo do crime, assim como a atividade criminal. De acordo com os autores, a maneira pela qual a vizinhança se organiza pode influenciar o comportamento de uma comunidade[4], inclusive o criminal. Koskela e Pain (op. cit) afirmam através da conclusão de outros atores, que o medo pode diminuir consideravelmente através de melhorias na infra-estrutura urbana e nas iniciativas políticas.

Neste sentido, o medo do crime facilita o isolamento e a quase inexistência do conceito de comunidade e de coesão social, ou seja, o risco da diminuição das relações que caracterizam a sociedade através do medo do outro, criando os meios para um aprisionamento da população em suas próprias casas, além do desenvolvimento de práticas neurotizantes que se baseiam no medo e na desconfiança nas relações sociais. Isto torna difícil o desenvolvimento de elementos, processo e relações que representam uma qualidade de vida, facilitando o isolamento e o individualismo da população. Desta forma, a falta de segurança, a criminalidade e a violência são elementos que minam a qualidade de vida de forma intensa.

A criminalidade é um fenômeno que já caracteriza muitas cidades brasileiras, assim como o conseqüente medo do crime. Porém, o medo independe da pessoa ter sido ou não uma vítima de alguma atividade criminosa e/ou violenta. O risco de se tornar vítima já é suficiente para o desenvolvimento de um sentimento de medo. Uma das formas de se tomar conhecimento dos riscos,

---

4. Neste artigo, o conceito de comunidade utilizado é o de FICHTER (1973, p. 154), definida como "grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns".

nem sempre condizentes com a realidade de quem observa, são os meios de comunicação, em especial a imprensa escrita e a televisiva.

## 2. Criminalidade e medo nos meios de comunicação

É possível afirmar que o sentimento hodierno de insegurança é, em grande medida, alimentado e ampliado pelos meios de comunicação. Esta situação se configura num agente intimidador para a população, principalmente para quem reside nos grandes centros urbanos, suscitando que os telespectadores façam uma extrapolação mais ou menos pertinente em relação aos riscos que o meio lhe coloca. De acordo com Queiroz (2002, p.34),

> O medo desencadeado pela situação de violência que se registra de forma mais intensa nas grandes cidades brasileiras, em particular Rio de Janeiro e São Paulo, ganhou *status* de problema nacional. Isso porque, além da gravidade e intensidade com que atinge os grandes centros urbanos, essa situação, quando noticiada, recobre o território nacional de forma instantânea e homogênea – circulando inclusive em nível mundial. Faz-se, portanto, presente de forma generalizada, no espaço urbano. Sejam grandes, médias ou pequenas, as cidades brasileiras vêm, paulatinamente e sistematicamente, internalizando o medo da violência urbana como elemento indissociável da vida na cidade.

Segundo Neves (2000, p. 2),

> Vivemos uma verdadeira paranóia coletiva, amplificada e retroalimentada pelas notícias e pelas interpretações dadas a elas pela mídia. Em muitos casos, pode-se perceber uma completa inversão de valores, configurada por críticas e reprovações que atingem inclusive aqueles que cumprem seu dever. Parece que nossos órgãos policiais sentem-se acuados diante de tantas ocorrências e tantas reclamações, que transmitem à população uma sensação ainda maior de insegurança e medo. A constatação de tal situação não é difícil, uma vez que, por exemplo, temos o elevado aumento de violência dos policiais por causas externas.

A exposição de violência de todos os tipos, pelos meios de comunicação, torna-se cada vez mais rotineira, inclusive considerando-se o tema de rebeliões e fugas das instituições penais, as quais, de forma lamentável, se tornaram corriqueiras e provocam apreensão para a sociedade. As notícias a elas relacionadas sempre retratam cenários dramáticos e contribuem de forma negativa para a insegurança da população mostrando imagens violentas em tempo real. Elas detalham barbáries ocorridas, imagens de extrema violência, os motivos das ações das facções criminosas, planos de resgate, seqüestros, cárcere de visitante e ameaças as suas vidas, etc., mostrando um quadro sobre a criminalidade que é diferente da realidade.

Uma das formas de medo está na aglomeração espacial daqueles que devem cumprir castigo de forma confinada, em função da prática criminosa. Disto

resultam os espaços de detenção que representam locais de punição para os criminosos, os locais de castigo. Porém, também podem representar lugares de grande apreensão e insegurança para a população das cidades e das regiões nas quais estão inseridos.

## 3. As unidades prisionais

As unidades prisionais representam a ordem civil, são símbolos da presença no Estado no que concerne à manutenção da segurança pública. Estes espaços de castigo representam, ao mesmo tempo, a simultaneidade do medo e do castigo. Embora seja delimitado espacialmente, isto não significa que o sentimento de medo e de insegurança irradiados pelas unidades prisionais se restrinja a este espaço reduzido e delimitado. No interior de uma unidade prisional, os detentos têm medo uns dos outros. Os funcionários dos detentos e a população do lado de fora têm medo destes espaços específicos de castigo e, de forma preocupante, os policiais têm medo de ataques em suas próprias delegacias. Porém, também deve-se destacar o ciclo de insegurança e de instabilidade que uma unidade pode apresentar; no qual o detento tem medo do policial, o policial também apresenta do detento, o funcionário, em relação ao detento, assim como o detento em relação ao funcionário.

Havia a concepção de que o lugar de punição se configurava no local onde o individuo que cometeu alguma incivilidade pudesse ser "adestrado" de forma eficaz com as normas socialmente estabelecidas. Porém, estes espaços de castigo geram apreensão para a sociedade devido a:

1. Através do medo de que a ressocialização do detento não esteja sendo eficaz no sentido de alteração de condutas sociais consideradas adequadas para o convívio;
2. Pela constatação de que este espaço esteja aprimorando a conduta do crime através da sociabilidade que o detento desenvolveu no território institucional prisional;
3. Pelo fato de que, desde dentro deste território, ou transpondo esta fronteira institucional, sua maior perversidade se volte contra os sujeitos que representam o ato penalizador, ou seja, toda a sociedade que representa a ordem infringida.

Cada vez que o sujeito é obrigado a se inserir na unidade, o processo seguinte, muitas vezes, não é o de ajustamento as regras estabelecidas, e sim o risco de desenvolver uma conduta ainda mais insatisfatória aos padrões da sociedade, ou seja, a função de ressocializar das unidades prisionais nem sempre obtém o sucesso esperado. Thompson (2000) afirma que na prisão o interno apresenta mais condições de desenvolver atividades criminosas que trouxe de fora, do que a anular ou suavizar este potencial. Neste sentido, Foucault (1987, p. 234) afirma que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, pois "pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta".

Para Thompson (2000) os muros da prisão representam separações de caráter física e simbólica para duas populações distintas: a sociedade livre, que vive fora destes espaços delimitados e o contingente daqueles que foram rejeitados pela sociedade. De acordo com o autor: "a altura e a espessura da barreira, a presença, no cimo, de soldados armados de metralhadoras, o portão pesado ..., estão a demonstrar, inequivocamente, que os rejeitados desejam muito pouco contato com os rejeitados." A unidade prisional não esta criando um sujeito conforme a nossa semelhança, mas confina um sujeito que tanto dentro quanto fora da instituição penal se colocará contra nós. Trata-se de um imaginário que representa o temor dos municípios, rechaçando a vinda das unidades prisionais.

Segundo Wacquant (2001), o modelo carcerário brasileiro se configura numa receita do desastre, baseada numa estratégia na qual os americanos foram pioneiros, usar práticas punitivas para controlar os problemas sociais gerados pela desigualdade, prometendo soluções em curto prazo. Para o autor, não se pode acreditar em profecias como a da extinção das prisões. Há 30 anos americanos e europeus dizem que as carceragens estão prestes a desaparecer, substituídas por outro modelo de reabilitação social. Hoje elas não só continuam como foram multiplicadas nos Estados Unidos e Europa, e se fala em construir mais.

Ainda nesta linha, Pavarini (2009) afirma que é equivocada a noção de que penas maiores de prisão aumentem a segurança. Acontece o contrario. Penas maiores produzem mais insegurança. De acordo com o autor, há uma regra econômica que diz que a prisão, em qualquer lugar do mundo, deve ter uma qualidade de sobrevivência inferior à pior qualidade de vida em liberdade. Como no Brasil há favelas, as prisões têm de ser piores que as piores favelas. O presídio ruim tem função simbólica.

O estado de São Paulo apresenta em 2010, 147 unidades prisionais, entre centros de detenção provisória, centros de ressocialização, penitenciárias compactas, centros de readaptação penitenciária, centros e alas de progressão penitenciária, institutos penais agrícolas, hospitais penitenciários e 75 penitenciárias, variando entre regime fechado, semi-aberto e provisório (para abrigar a população das delegacias e das cadeias). Neste conjunto, o estado tem um total de população carcerária de 163.915 presos.

Estas unidades prisionais eram administradas pela Secretaria de Justiça até março de 1991. Em seguida, passaram a ser administradas pela Secretaria de Segurança Pública, até dezembro de 1992. Porém, com o objetivo de desenvolver um sistema carcerário eficiente foi criada, a partir da Lei nº 8209 de 04/01/93, a Secretaria de Administração Penitenciária, que administra todo este conjunto.

A Figura 1 permite visualizar, na última década, acréscimo da população carcerária no estado, caracterizada por crescimento positivo em todos os anos. O que mais chama a atenção é o crescimento acelerado, em dois períodos recentes. O crescimento observado entre 1997 e 2001, de 31.074, o que corresponde a um crescimento de 45,8% dessa população. De 2001 a 2005, a população carcerária do estado teve um acréscimo de 39 mil pessoas ou 39,5%. Em 1995,

para cada mil habitantes do estado, havia 1,74 pessoas encarceradas. Em 2000 este índice passou a 2,49. Em 2005 passou para 3,41.  Este acréscimo fica mais evidente ao se comparar a taxa de crescimento médio anual da população carcerária com aquela da população total do estado. A primeira corresponde a um crescimento médio anual de 13,85% neste período, com um acréscimo populacional de 76.743 detentos apenas nos últimos dez anos. A segunda taxa corresponde ao crescimento médio do total de população do estado, com um aumento de 1,99% ao ano, passando de 33.212.344 pessoas, em 1994 (Fundação SEADE), para 39.832.470 em 2004 (IBGE). Esta diferenciação entre as duas taxas, associada ao fato de que aquela referente população total continue declinando e a relativa aos detidos cresça assustadoramente, projeta seriíssimos desafios para um futuro próximo.

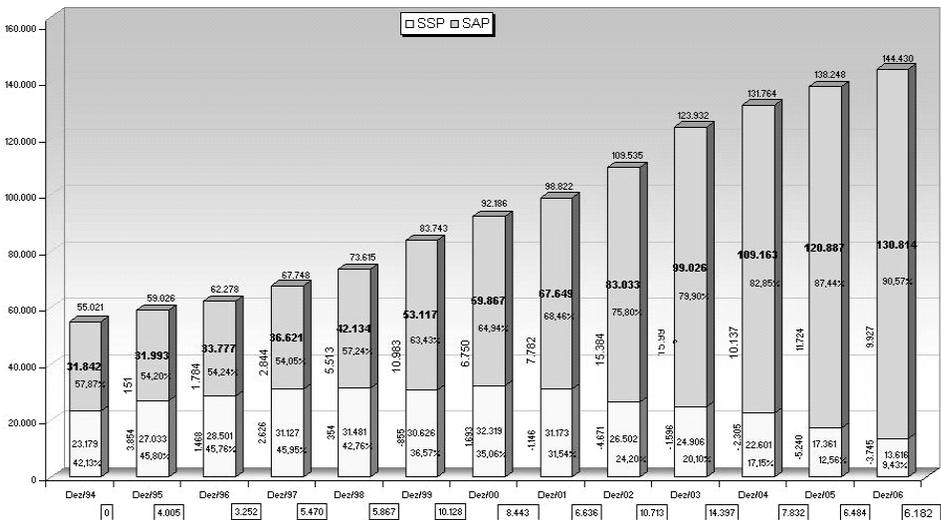



**Figura 1** Evolução da população carcerária do estado de São Paulo. *Fonte:* Secretaria de Administração Penitenciaria do estado de São Paulo. *Organização:* Secretaria de Administração Penitenciaria do estado de São Paulo

Atualmente, os presídios paulistas operam com capacidade superior a 180% e a população carcerária não pára de crescer, com um aumento aproximado de 10 mil detentos por ano. Esta mudança suscita ao gestor a construção de novos e maiores espaços para abrigar este valor crescente.

Os Institutos Penais, regra geral, representam espaços de medo para os moradores próximos. Em muitos casos, são verdadeiros caldeirões em ebulição. A sensação de insegurança é ainda maior com as constantes rebeliões ocorridas. Principalmente, considerando-se a violência que se observa nos motins. São horas e, às vezes, dias de tensão em situações com reféns, fugas e mortes. Muitas vezes, os que morrem nas rebeliões são de facções criminosas diferentes e rivais.

Deve se considerar que o medo das unidades prisionais não se restringe as rebeliões. No seu interior esta situação também ocorre uma vez que os agentes penitenciários e demais funcionários da unidade podem sofrer ameaças dos detentos. Esta ameaça não se restringe apenas a vida pública do agente, estendendo-se aos familiares e pessoas próximas, gerando toda uma desagregação e um sentimento generalizado de insegurança. É o caso, também, dos policiais cujo risco no trabalho pode repercutir no privado, em sua casa, sua família e nas relações de vizinhança.

De maneira mais detalhada, podemos indicar alguns exemplos de como a qualidade de vida da população de determinada área é alterada com a construção das unidades prisionais, como: a questão dos indultos que os detentos de bom comportamento recebem em algumas datas comemorativas do calendário, como no Natal, na Páscoa, no Dia das Mães, etc., ou aqueles que cumprem suas penas em regime semi-aberto. Aproximadamente, 10% dos detentos beneficiados do indulto não retornam aos presídios. Segundo a SAP, no ano de 2000 em Campinas, 87 dos 907 detentos que saíram não retornaram à unidade em 2000. Em Itirapina, no mesmo ano, 14 dos 200 detentos liberados no ano passado não retornaram.

### 3.1 Unidades Prisionais em pequenas cidades

A construção de uma penitenciária ou qualquer unidade prisional pode não gerar mudanças muito significativas em cidades de maior porte como São Paulo ou Rio de Janeiro. Nesta escala o nível de repercussão tem um caráter de bairro ou área, embora estas cidades circulem na mídia nacional. Entretanto, a sua construção transforma o espaço das cidades pequenas e médias, gerando grandes transformações na sua população, na paisagem e nas relações da cidade. Com esta inovação, estes espaços de castigo provocam alterações variadas nas cidades em que estão inseridos.

Estas mudanças podem ter duas leituras ou mais. Uma primeira que seria positiva, baseada na inserção de recursos, de serviços e da oferta de empregos para as cidades, o que representa um grande acréscimo na economia desta categoria. Uma segunda leitura da questão são as conseqüências negativas que a construção de uma unidade prisional pode provocar nestas cidades, através dos riscos de deterioração do espaço urbano e do acréscimo significativo dos índices de violência e no sentimento de insegurança da população em geral.

Por outro lado, as unidades prisionais podem produzir um incremento nos índices de violência devido ao fato de que as estatísticas referentes às mortes violentas, como os assassinatos ocorridos dentro do presídio, são contabilizados nas estatísticas oficiais, elevando grandemente o índice de criminalidade nestas cidades e, conseqüentemente, nos municípios. Como exemplo, temos o caso de Praia Grande. Segundo os dados da Fundação SEADE e do IBGE para o ano de 2003, o município teve a maior taxa de homicídios da região e a terceira maior do estado, com 85,2 mortes para cada 100 mil habitantes. A taxa geral do estado, segundo a Secretaria de Segurança Pública em 2000 foi de 34,77. Porém, dos 84 homicídios ocorridos em Praia Grande naquele ano, 27 acontece-

ram no interior da cadeia pública Manoel Luiz Ribeiro. Embora este aumento nos índices não signifique um aumento na violência do município, a presença do presídio tem uma leitura negativa da população sobre a presença daquela instituição em seu espaço.

A presença do presídio provoca alteração no espaço das cidades. Próximo a ele instala-se uma população nova, a dos familiares dos detentos que, em sua maioria são oriundos de outras cidades e de outros estados, e que se mudam para as cidades em que o familiar se encontra preso. Da mesma forma, a população que reside próxima também modifica seus hábitos, mudando-se para locais relativamente distantes do presídio, e/ou incrementando os sistemas de segurança das casas, cada vez mais protegidas e fortificadas. Massena (1986, p.289) afirma que:

> Novas cidades defensivas vêm surgindo, em razão da violência urbana, a semelhança do que ocorria na idade média, e que historicamente sabe-se que quando as instituições políticas não conseguem proteger as pessoas, elas mesmas disso se encarregam.

Segundo Santos, (1985, p.49)

> ... sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas.

Do ponto de vista demográfico, as unidades prisionais promovem grande mobilidade populacional, principalmente quando se leva em consideração o caso das cidades pequenas[5]. Não apenas a população carcerária, mas também a de funcionários e policiais que se muda para estas cidades ou outras da região. Neste sentido, parte da população se sente mais segura com a instalação da unidade prisional, uma vez que sua presença significa um contingente maior de policiais e viaturas no município. Há também um grande fluxo de pessoas de várias cidades, que chegam aos municípios em caravanas, ônibus, etc., para a

5. Neste trabalho, considerou-se como objeto de estudo as cidades com até 20.000 habitantes, tendo o ano de 2005 como referência para análise. Concordamos com a idéia de Santos, (1982) de que o critério numérico é insuficiente para caracterizar o termo cidades pequenas. Este valor foi utilizado como critério populacional para selecionar cidades de pequeno porte que apresentam alguma unidade prisional em seu território. Além disto, cidades com população muito reduzida não apresentam estrutura mínima para suportar a presença de uma unidade prisional, mas apesar disto estas situações ocorrem, como por exemplo, em Pracinha (1395), Iaras (3609), Marabá Paulista (3839), Álvaro de Carvalho (4632), Caiua (4637), Reginópolis (4864), Lavínia (5083), Serra Azul (8132), Riolândia (8981) e Avanhandava (9325). Com o uso deste critério totalizava-se 410 cidades no estado de São Paulo, o que correspondiam a 64% do total de cidades do estado de São Paulo.

visitação dos detentos. Este processo também provoca algumas alterações na cidade, como o desenvolvimento de uma infra-estrutura básica e não oficial para atender a esta demanda populacional, e o desenvolvimento de um comércio alimentício, hospedagens e pensões, em função das unidades prisionais. Isto pode significar oportunidades de negócios e mais empresas.

Porém, esta medida pode distribuir espaços de medo por uma área maior e por mais pontos do estado, com o agravante do forte crescimento anual da população carcerária, o constante sucateamento e abandono das unidades prisionais e a rotatividade dos governos e de suas políticas. Este modelo de descentralização pode espargir o medo.

Ao mesmo tempo em que estes sistemas de objetos (unidades prisionais) podem incrementar o medo através da política de descentralização, há também uma esfera econômica que se favorece com a implantação deste sistema de objetos e esse interesse se sobrepõe a esse medo. As práticas e discursos dos interesses econômicos se coadunam com a política de descentralização, endossando a política de segurança publica pela racionalidade econômica e torna esse medo da sociedade um elemento "sem reivindicação", como uma situação de pouca importância. O individuo comum fica impotente para reivindicar o seu direito de não passar medo devido a esta territorialização arbitrária. Seu apelo de viver sem objetos e relações que proporcionam o medo se torna um apelo menor.

A Tabela 1 permite a visualização das unidades prisionais das pequenas cidades do estado, suas populações totais e suas populações carcerárias. Destacam-se os casos em que a população é extremamente reduzida proporcionalmente ao contingente da população carcerária, como são os casos de Iaras com uma população de 3.609 habitantes e 702 detentos, Lavínia com 5.083 e 1.750, Marabá Paulista com 3.839 e 1.002, Reginópolis, com 4.864 e 2.021, e Caiua com 4.637 e 769, respectivamente, e principalmente, o caso de Pracinha com uma população de 1395 habitantes e uma população carcerária de 966 presos. Se considerarmos que a população carcerária também é contabilizada na população total do município, restam apenas 429 pessoas e parcela significativa delas deve buscar seu sustento em função da penitenciária. De acordo com o perfil municipal da fundação SEADE, dos empregos ocupados pelo município, cerca de 70,81% correspondiam à participação dos empregos na área dos serviços.

## Conclusão

Neste trabalho, buscou-se relacionar o medo do crime e seu potencial incremento com a instalação de unidades prisionais em vários municípios, abordados como elementos indissociáveis. A pobreza, a violência, e a criminalidade mudam, de forma significativa, o cotidiano das pessoas, o que, em termos de desenvolvimento humano e de relações sociais nas comunidades, é bastante negativo.

**Tabela 1** Unidades Prisionais em pequenas cidades (até 20 mil habitantes). Perfil municipal Seade, 2005.

| Município | População (2005) | Unidade Prisional | Capacidade das U.Ps. (2006) | População carcerária real 31/01/2006 |
|---|---|---|---|---|
| Pres. Bernardes | 15.349 hab. | Unidade de Segurança Máxima/ Penitenciária | 160 | 129 |
| Álvaro. de Carvalho | 4.632 hab. | Penitenciária | 792 | 1217 |
| Avanhandava | 9325 hab. | Penitenciária | 768 | 910 |
| Flórida Paulista | 10804 hab. | Penitenciária | 768 | 1107 |
| Getulina | 10800 hab. | Penitenciária | 792 | 1193 |
| Guareí | 11047 hab. | Penitenciárias (2) | 1536 | 1886 |
| Iaras | 3609 hab. | Penitenciária | 900 | 702 |
| Irapuru | 7238 hab. | Penitenciária | 768 | 416 |
| Itirapina | 14647 hab. | Penitenciária (2) | 1570 | 2358 |
| Junqueirópolis | 16767 hab. | Penitenciária | 792 | 1156 |
| Lavínia | 5083 hab. | Penitenciária (3) | 2304 | 1750 |
| Lucélia | 19000 hab. | Penitenciária | 900 | 1258 |
| Marabá Paulista | 3839 hab. | Penitenciária | 768 | 1002 |
| Pacaembu | 12724 hab. | Penitenciária/ Centro de Detenção Provisória +anexo | 792 | 1175 |
| Potim | 16160 hab. | Penitenciária (2) | 1536 | 2192 |
| Pracinha | 1395 hab. | Penitenciária | 768 | 966 |
| Reginópolis | 4864 hab. | Penitenciária (2) | 1536 | 2021 |
| Riolândia | 8981 hab. | Penitenciária | 792 | 1197 |
| Serra Azul | 8132 hab. | Penitenciária (2) | 1536 | 1993 |
| Tupi Paulista | 13037 hab. | Penitenciária | 768 | 776 |
| Valparaíso | 19498 hab. | Penitenciária/ Centro de Progressão. Penitenciaria | 1464 | 2093 |
| Caiua | 4637 hab | Centro de Detenção. Provisória | 768 | 769 |

*Fontes:* Secretaria de Administração Penitenciaria e Perfil Municipal Fundação Seade. Organizada pelo autor.

As Unidades Prisionais, no Brasil, tem uma representação negativa para a população que reside próximo às mesmas. Trata-se de um empreendimento simbólico com objetivo de reprimir ações ilícitas através deste espaço de castigo. Porém, estes espaços punitivos, além de não servirem adequadamente para sua função primeira, que é a de correção e reabilitação, são responsáveis pelo incremento do risco de rebeliões e aumento dos índices de criminalidade.

Esses empreendimentos cada vez mais se espalham por cidades de pequeno e médio porte, principalmente no estado de São Paulo. Pode-se constatar que, de forma geral, as unidades prisionais representam medo e instabilidade nas cidades em que estão inseridas, principalmente, naquelas de menor porte. Em princípio, elas representam alguma prosperidade com base em algumas centenas de empregos diretos e indiretos, pelo acréscimo financeiro decorrente do Fundo de Participação dos Municípios, restituído com bases demográficas, e no relativo aquecimento da economia municipal face ao acréscimo de população. Estas pequenas cidades, regra geral, apresentam algumas transformações em sua fisionomia urbana, através da construção de um edifício, muitas vezes o maior da cidade, símbolo de punição e responsável pelo confinamento de pessoas que cometeram algum crime e são estranhas a cidade; além da proliferação dos aparatos de segurança proporcionada por um risco e pelo medo que a cidade, muita vezes, não apresentava.

Portanto, com o passar do tempo as desvantagens se sobrepõem às vantagens, por ocorrerem fugas, rebeliões, elevação dos índices de criminalidade e da conseqüente queda da qualidade de vida, em decorrência do aumento dos sentimentos de medo e de insegurança. Os presídios, como símbolos e difusores do medo, exportam seus efeitos para o espaço social circunvizinho, tornando o medo uma constante no cotidiano da cidade.

## Referências


ALVES, R. Receita certa para o desastre. **Jornal do Brasil**. Idéias. 07 de abril de 2001. Disponivel em <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/html_files/receitadesastre-jdb.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

BECK, U. **Risk Society:** towards a new modernity. London: Sage, 1992.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.

COELHO, E.C. Sobre sociologia, pobreza e crime. *Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.23, n.3, p. 377-383, 1980.

DORAN B. J.; LEES B. G. Investigating the Spatiotemporal Links Between Disorder, Crime and Fear of Crime. *The Professional Geographer*, Cambridge, n. 57, v.1, p.1-12, 2005.

EVANS D.J.; FLETCHER M. Fear of Crime: testing alternative hypotheses. *Applied Geography*, v. 20, p. 395-411, 2000.

FELIX, S. A. **A Geografia do Crime:** Interdisciplinaridades e relevâncias. Marília: UNESP/ Publicações, 2002.

FICHTER, J. H. Definições para uso didático, In: FERNANDES, Florestan (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Edusp, p. 153-5.1973.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. (SEADE). SÃO PAULO Memórias de estatísticas demográficas. Disponível em <http://www.seade.gov.br/500anos/>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). BRASIL. Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.Acesso em 12 de maio de 2010.

GIDDENS, A. **Modernização Reflexiva:** política, tradição, e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

KAHN, T. **Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do PIAPS**. São Paulo: ILANUD/ FIA-USP/ Gabinete de Segurança Institucional, 2002.

KOWARICK, L.; ANT, C.: Violência: Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: **Violência e Cidade**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, Série Debates Urbanos, 1982.

MASCI, C. Fobias: Quando o medo é uma doença. *Revista Cérebro e Mente*: Seção de História, Campinas, n.5, 1998.

MASSENA, R. M.R. Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p. 285-330, 1986.

NASAR, J.L.; FISHER, B.; GRANNIS, M. Proximate physical cues to fear of crime. *Landscape Urban Planning*, v.26, p.161-178, 1993

NEVES, J. T de C. Redução de criminalidade não diminui sensação de insegurança. Jornal da Segurança, 2000. Disponível em:<http://www.jseg.net>. Acesso em: 12 out. 2006.

PAIN R. H.; e KOSKELA M. Revisiting fear and place: women's fear of attack and the built environment. *Geoforum*, Newcastle, v.31, p. 269-280, 2000.

PAVARINI, M. Punir mais só piora crime e agrava a insegurança. Folha de São Paulo. 31de agosto de 2009. Disponível em: <http://antiblogdecriminologia.blogspot.com/2009_08_01_archive.html>.Acesso em 15 de agosto de 2010.

PEDRAZZINI. Y. **A Violência das Cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

QUEIRÓZ, R.S. Ficção e realidade: o impacto da violência televisiva sobre o comportamento de crianças e adolescentes. *Arte e Cultura da América Latina*, São Paulo, v. 8, n.2, p.31-34, 2002.

RICO, J. M; SALAS, L. **Delito, Insegurança do cidadão e polícia**. Rio de Janeiro: Biblioteca da Polícia Militar/PMERJ, 1992.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**: Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SÃO PAULO (estado) Secretaria de Administração Penitenciaria (SAP). Estrutura básica e unidades prisionais. Disponível em <http://www.sap.sp.gov.br/common/unidades.html>.Acesso em 16 de maio de 2010.

SÃO PAULO (estado) Secretaria de Segurança Publica (SSP). Institucional e estatísticas. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/>. Acesso em 16 de maio de 2010.

SMITH S. J. Fear of Crime: beyond a geography of deviance. *Progress in Human Geography*, London, v. 38, n.5 e 6, p.899 -91, 1987.

THOMPSON, A. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

WILSON, J.W.; KELLING, G. Broken Windows. *Atlantic Monthly*, [S.l], p.29-38, 1982.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

## Capítulo 11

# Barragens e risco: a institucionalização dos procedimentos de segurança de barragens no Brasil

*Juliano Costa Gonçalves*

## Introdução

Os aspectos negativos relacionados às barragens – como, por exemplo, os prejuízos à diversidade ecossistêmica e à população atingida pelas obras – são pouco repercutidos, tendo em vista o discurso dominante de progresso que tais obras reproduzem (McCULLY, 1996; GONÇALVES & VALENCIO, 2006).

As barragens, principalmente as grandes, simbolizam o progresso e são projetadas para demonstrar grandeza e dominação não só da natureza, mas do território em que se inserem e passam a ser a materialização de relações sociais de poder, sobre a natureza e sobre um determinado lugar no intuito de modernizar práticas e alterar ou manter relações sociais no contexto local ou nacional. As barragens alteram a relação das pessoas com o ambiente em que vivem num processo técnico e político, imerso no discurso das benesses que o empreendimento traz aos meios e modos de vida da localidade. Nesse discurso, a barragem não é geradora de uma vulnerabilidade, mas aquilo mesmo que retira a localidade de sua vulnerabilidade prévia em relação às formas alocativas dos mananciais, vistas como formas de manejo atrasadas. Na linearidade em que este discurso opera, aquilo que retira uma localidade da vulnerabilidade que lá radica não pode, dialeticamente, produzir um outro tipo de vulnerabilidade. Apenas produz o progresso infenso de riscos.

As barragens, no entanto, também são um risco no exato momento em que são construídas e começam a operar (VALENCIO, 2005). Poucas obras possuem o potencial devastador – de produzir danos materiais e imateriais – de uma barragem colapsada. O simbolismo das barragens se transforma à medida que a sociedade industrial, num processo autônomo em que o progresso pode levar à auto-destruição, metamorfoseia-se numa sociedade de risco. Sociedade de risco é um conceito utilizado por Beck (1997, p. 15) que "designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e proteção da sociedade industrial".

O objetivo dessa reflexão é problematizar os aspectos relacionados com a segurança de barragens no Brasil a partir de uma abordagem sociológica. O artigo está dividido em duas seções. A primeira seção realiza uma interpretação das barragens enquanto risco fabricado que necessitam de monitoramento reflexivo, ou seja, sobre as práticas sociais relacionadas com tais riscos. A segun-

da seção apresenta a institucionalização dos procedimentos de segurança de barragens no Brasil.

## 1. Riscos e barragens: aproximações necessárias

O conceito de risco é algo relativamente novo. Surge entre os séculos XVI e XVII, em meio aos navegadores portugueses e espanhóis e, originariamente, referia-se à navegação em áreas não cartografadas. Originalmente, risco possuía uma orientação espacial. Mais tarde, soma-se uma dimensão temporal a esse conceito ao aplicá-lo em decisões de investimento e empréstimo. Por fim, risco passou a determinar uma ampla gama de situações de incerteza em relação a possibilidades futuras (GIDDENS, 2005).

A sociedade industrial moderna eleva os riscos a outra categoria. O risco se torna "a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição, ou aos caprichos da natureza" (GIDDENS, 2005 p. 34). Viver na modernidade tardia ou na alta modernidade (GIDDENS, 2002) significa estar numa sociedade que vem transformando, socialmente, o risco. Isso significa que o risco pode ser dividido em dois tipos. O primeiro tipo diz respeito ao risco externo e está ligado ao "risco experimentado como vindo de fora, das fixidades da tradição ou da natureza" (GIDDENS, 2005, p. 36). O segundo tipo é o risco fabricado, ou seja, criado socialmente pelo "próprio impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo" (GIDDENS, 2005, p. 36) e sobre o qual temos pouca experiência histórica em situação de confronto.

Em nossa sociedade existem situações de risco institucionalmente estruturadas que afetam a todos, mesmo àqueles que não participam como jogadores, cujos exemplos são: mercados competitivos de produtos, de força de trabalho, de investimentos, entre outros (GIDDENS, 2002). As barragens se inserem neste contexto, ou seja, enquanto risco fabricado e institucionalmente estruturado, principalmente, quando se trata das grandes barragens, ou seja, barragens com mais de 15 metros de altura ou comprimento de crista maior do que 500 metros ou, ainda, capacidade de vertedouro maior do que 2000 metros cúbicos por segundo e o reservatório com capacidade de armazenamento maior do que 1 milhão de metros cúbicos (VIOTTI, 2000). No século XX, as grandes barragens se difundem por todos os continentes bem como o risco de sua inserção em um território.

Para Giddens (2002, p. 113), "o monitoramento reflexivo do risco é intrínseco a sistemas institucionalizados de risco". Esse monitoramento reflexivo permite a realização de perfis por parte do pensamento especializado e do discurso público. Esses perfis de risco consistem "na análise de qual é, no estado corrente do conhecimento e nas condições correntes, a distribuição dos riscos em dados ambientes de ação" (GIDDENS, 2002, p. 113). O monitoramento do risco é um aspecto-chave da reflexividade da modernidade (GIDDENS, 2002). A reflexividade da modernidade "consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre

estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter" (GIDDENS, 1991, p. 39).

É neste ponto que os desastres relacionados ao colapso de barragens têm alterado a distribuição e a percepção dos riscos que qualquer barragem intrinsecamente possui. Os desastres de barragens desempenham um importante papel nesse processo. Estimativas apontadas por McCully (1996) indicam que mais de 12000 pessoas no mundo, exclusive a China, morreram no século XX por conta de colapsos de barragens. Esses colapsos ocorreram em diversos países. A Tabela 1, abaixo, apresenta um levantamento das falhas com barragens com mais de 10 mortes que ocorreram no mundo desde 1860.

Paradigmático, é o caso da China, cujos dados não são incluídos nas estatísticas devido à discordância entre dados oficiais e dados de organizações não governamentais sobre o número de vítimas do pior colapso de barragens já documento. Esse colapso ocorreu na província de Henan, na China, em 1975, estimando-se em 230 mil a população afetada fatalmente. As barragens de Banqiao e Shimantan, construídas no rio Huai, foram afetadas por um tufão, cujas chuvas decorrentes produziram uma precipitação das que ocorrem uma vez a cada 2000 anos, sendo a cálculo padrão de segurança das obras baseado nas chuvas de retorno de mil anos, insuficiente, portanto, para prever o perigo. Em 5 de agosto, conta McCully (1996), o reservatório da barragem de Banqiao acumulava próximo à sua capacidade máxima. No dia seguinte, acumulava 2 metros acima de sua capacidade de segurança e, no início da noite do dia 7 de agosto, colapsou carreando 500 milhões de metros cúbicos de água para o vale e planícies abaixo a uma velocidade de, aproximadamente, 50 Km/h. Vilas e pequenas cidades desapareceram, outras ficaram total ou parcialmente encobertas.

A barragem de Shimantan colapsou logo em seguida. No total, 62 barragens colapsaram, em efeito dominó, formando um enorme lago cobrindo milhares de quilômetros quadrados. Como o escoamento superficial tornou-se problemático ao resgate dos afetados, uma semana após a formação desse lago, várias barragens que resistiram ao desastre tiveram que ser dinamitadas para favorecer a drenagem e permitir que os grupos de urgência e emergência prestassem atendimento, nada mais do que 2 milhões de pessoas por todo o distrito ficaram retidas pela água. No dia 17 de agosto, havia, ainda, 1,1 milhão de pessoas sem resgate e sujeitas à expressiva vulnerabilidade de doenças de veiculação hídrica. Só após duas semanas, relata o autor, a água começou a recuar e mais corpos foram se revelando já em decomposição (MCCULLY, 1996). O Human Rigths Watch acredita que, discordâncias estatísticas à parte, cerca de 85 mil pessoas morreram imediatamente pela onda de inundação das barragens colapsadas e, mais adiante, 145 mil pessoas morreram de epidemias e fome nas semanas em que a região ficou incomunicável (MCCULLY, 1996).

No Brasil, entre 2002 e 2007, mais de 400 acidentes com barragens foram registrados (MENESCAL, 2007). Sempre que esses acidentes acontecem, há grandes prejuízos econômicos, danos materiais extra-econômicos e danos imateriais. A situação piora quando se pensa que há um grande número de barragens abandonadas ou sem manutenção que estão envelhecendo (MENESCAL,

2007), significa dizer, obras civis cuja deterioração comporta um risco adstrito ao local, se o reservatório encontra-se vazio, ou um risco ampliado à jusante, se o reservatório encontra-se cheio.

**Tabela 1** Falhas de barragens desde 1860 que tiveram mais de 10 vítimas.

| Barragem | País | Altura (m) | Construção (ano) | Rompimento (ano) | Causa* | Número de mortos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dale Dyke (Bradfield) | Inglaterra | 29 | 1858 | 1864 | SF | 250 |
| Iruhaike | Japão | 28 | 1633 | 1868 | OT | >1.000 |
| Mill River | EUA | 13 | 1865 | 1874 | SF | 143 |
| El Habra | Argélia | 36 | | 1881 | OT | 209 |
| Valparaíso | Chile | 17 | | 1888 | SF | >100 |
| South Fork (Johnstown) | EUA | 22 | 1853 | 1889 | OT | 2.209 |
| Walnut Grove | EUA | 34 | 1888 | 1890 | OT | 150 |
| Bouzey | França | 15 | 1881 | 1895 | SF | 150 |
| Austin | EUA | 15 | 1909 | 1911 | SF | 80 |
| Lower Otay | EUA | 40 | 1897 | 1916 | OT | 30 |
| Bila Desna | Tchecoslováquia | 17 | 1915 | 1916 | SF | 65 |
| Tigra | Índia | 24 | 1917 | 1917 | OT | >1.000 |
| Gleno | Itália | 44 | 1923 | 1923 | SF | 600 |
| Eigiau/Coedty | País de Gales | 11 | 1908/1924 | 1925 | PI/OT | 16 |
| St. Francis | EUA | 62 | 1926 | 1928 | SF | 450 |
| Alla Sella Zerbino | Itália | 12 | 1923 | 1935 | OT | >100 |
| Veja de Terra (Ribadelago) | Espanha | 34 | 1957 | 1959 | SF | 145 |
| Malpasset (Fréjus) | França | 61 | 1954 | 1959 | F | 421 |
| Orós | Brasil | 54 | U/C | 1960 | OT | 1.000 |
| Babii Yar | Ucrânia | | | 1961 | OT | 145 |
| Panchet/Khadakwasla | Índia | 54/42 | U/C,1879 | 1961 | SF,OT/OT | >1.000 |
| Hyokiri | Coréia do Sul | | | 1961 | | 250 |
| Kuala Lumpur | Malásia | | | 1961 | | 600 |
| Vaiont | Itália | 261 | 1960 | 1963 | OT | 2.600 |
| Quebrada la Clapa | Colômbia | | | 1963 | | 250 |
| Swift | EUA | | | 1964 | | 19 |
| Zgorigrad (Vratza) | Bulgária | 12 | | 1966 | OT | >96 |
| Nanaksagar | Índia | 16 | 1962 | 1967 | SF/OT | 100 |
| Sempor | Indonésia | 54 | U/C | 1967 | SF/OT | 200 |
| Frias | Argentina | 15 | 1940 | 1970 | OT | >42 |
| Buffalo Creek | EUA | 32 | U/C | 1972 | OT | 125 |
| Canyon Lake | EUA | 6 | 1938 | 1972 | OT | 237 |
| Bangiao, Shimantan, 60 others | China | | Após 1950 | 1975 | OT | ? 230.000 |
| Teton | EUA | 90 | 1976 | 1976 | SF | 11-14 |
| Laurel Run | EUA | | | 1977 | | 39 |
| Kelly Barnes (Toccoa Falls) | EUA | 13 | 1899 | 1977 | SF | 39 |
| Machhu II | Índia | 26 | 1972 | 1979 | OT | >2.000 |
| Gopinatham | Índia | | 1980 | 1981 | OT | 47 |
| Tous | Espanha | 77 | 1980 | 1982 | OT | >20 |
| Stava | Itália | | Déc. de 60 | 1985 | | 269 |
| Kantalai | Sri Lanka | 15 | 1952 | 1986 | PI | ? 82 |
| Sargazon | Tajdiquistão | 23 | 1980 | 1987 | | >19 |
| Belci | Romênia | 18 | 1962 | 1991 | OT | 48 |
| Gouhou | China | 71 | 1987 | 1993 | PI | 342 |
| Tirlyan | Rússia | 10 | <1917 | 1994 | OT | 19-37 |
| Virgínia nº 15 | África do Sul | 47 | | 1994 | | 39 |
| Lake Blackshear Project/Flint River Dam | EUA | <15 | | 1994 | OT | 15 |
| N/A | Filipinas | N/A | N/A | 1995 | N/A | 30 |

*Causa da falha: OT = galgamento; PI = pipping; SF = falha estrutural; F = problemas geológicos ou de fundação.
*Fonte:* McCully, 1996, p. 118 e 119; adaptada.

Para Giddens (2005, p. 39),

> Se alguém – funcionário do governo, autoridade científica ou pesquisador – leva determinado risco a sério, deve anunciá-lo. Ele deve ser amplamente divulgado por que é preciso convencer as pessoas de que o risco é real – é preciso fazer um estardalhaço em torno dele. Contudo, quando se faz realmente um estardalhaço e o risco acaba se revelando mínimo, os envolvidos são acusados de alarmistas (GIDDENS, 2005, p. 39).

Alarmismo ou não, o fato é que o risco de desastre pelo colapso de barragem é real. É isso que ensinam as barragens colapsadas de Cataguases (MG), em 2003, Camará (PB), em 2004, a barragem da empresa Rio Pomba Mineração (MG), em 2007, e a Barragem de Algodões (PI), em 2009, apenas para ficar nos casos mais repercutidos pela mídia. Mesmo assim, "paradoxalmente, o alarmismo pode ser necessário, para reduzir os riscos que enfrentamos – contudo, quando surte efeito, a impressão que se tem é de que houve exatamente isso, alarmismo" (GIDDENS, 2005, p. 40).

As barragens fazem parte de um perfil de risco característico a um determinado padrão de vida. O uso da eletricidade[1] , da água e de outras benesses comumente alardeadas entre os usos múltiplos das barragens operam uma dissociação entre os que produzem os riscos e aqueles que os consomem (CARAPINHEIRO, 2002), cabendo ao Estado realizar uma mediação no âmbito das instituições responsáveis pela segurança na área de influência do empreendimento. Por segurança, entende-se "uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado. A experiência segura baseia-se num equilíbrio de confiança e risco" (GIDDENS, 1991, p. 43).

Das várias instituições responsáveis pela redução de vulnerabilidade aos desastres no Brasil, destaca-se a Defesa Civil, cuja missão, em termos discursivos, visa prevenir os desastres, preparar uma localidade ao impacto de um evento quando o mesmo é inexorável, responder com eficiência na mitigação dos danos humanos, materiais e ambientais e recuperar o cenário, reestabelecendo o que se entende localmente como a normalidade. Em se tratando de um contexto local em cuja montante situa-se uma barragem com substantiva acumulação hídrica, caberia à Defesa Civil realizar a referida missão tanto intervindo no fazer da peritagem produtora e operadora de barragens quanto permitindo a intervenção dos grupos vulneráveis no processo decisório que pretensamente redunde em aumento de sua segurança.

A constatação que o colapso de barragens ocorre no mundo todo permite compreender as barragens como um risco fabricado. As grandes barragens possuem um alto potencial devastador e por conta disso precisam de mecanismos institucionais que permitam o monitoramento reflexivo dos riscos.

1. De acordo com a Aneel (dado de novembro de 2006) existem 625 UHEs em operação no país produzindo 73.361.927 kWs que correspondem a 70,28% da matriz energética nacional.

## 2. A institucionalização da segurança de barragens no Brasil

O risco é socialmente fabricado na sociedade atual. Isso significa que a percepção do que é risco e do que é perigo, também sejam, socialmente e cognitivamente, construídas (NAVARRO e CARDOSO, 2005; BECK, 1997). Essa percepção de risco e perigo se alteram de acordo com vários fatores, dentre eles a opinião dos peritos, a ocorrência de desastres e a adoção de políticas de comunicação de risco pelo Estado.

Na seção anterior, observamos que a existência de desastres por rupturas de barragens tem alterado a percepção dos riscos inerentes à presença dessas obras em um determinado território.

Se por um lado há uma preocupação latente com a segurança de barragens no país, tratada como fator de ameaça, por outro, essa preocupação pouco se manifesta na minimização da vulnerabilidade daqueles que estão à mercê de um desastre ocasionado por uma barragem. Ao alinhar-se com uma lógica de transformação de uma região para a racionalização do aproveitamento da água – como, por exemplo, para o aproveitamento hidrelétrico, o abastecimento humano, a dessedentação de animais, a irrigação e a recreação, entre outras finalidades -, a ameaça que as barragens comportam ficam, contudo, em segundo plano, como se o risco fabricado estivesse sempre aquém dos benefícios implementados na localidade.

Para exemplificar melhor o raciocínio supracitado, é pertinente realizar uma breve análise de dois documentos produzidos pelo Ministério da Integração Nacional. O primeiro é o Manual de Segurança de Barragens, publicado em 2002, pelo Ministério da Integração Nacional. Nessa publicação, há uma elucidativa apresentação do então Ministro da Integração Nacional, Luciano Barbosa, que afirmou:

> As barragens são obras geralmente associadas a um elevado potencial de risco devido à possibilidade de um eventual colapso, com conseqüências catastróficas para as estruturas das próprias barragens, ao meio ambiente, com destruição da fauna e flora, e, principalmente, pela perda de vidas humanas.
>
> O Brasil, por contar com vastos recursos hídricos, possui um número expressivo de barragens. Felizmente, têm ocorrido poucos acidentes, de conseqüências limitadas, uma vez que são raros os causados pela natureza. A isso soma-se o excelente padrão técnico de nossas obras.
>
> Entretanto, estes fatores não devem ser motivo de despreocupação de nossa parte. Ao contrário, devemos estar sempre atentos quanto às condições de segurança estrutural e operacional das barragens, identificando os problemas e recomendando reparos, restrições operacionais e/ou modificações quanto às analises e aos estudos para determinar as soluções adequadas.
>
> Este Manual de Segurança de Barragens, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, torna-se oportuno por estabelecer parâmetros e um

> roteiro básico para ajudar, além dos órgãos do Governo vinculados ao Ministério da Integração Nacional, os proprietários particulares na construção de novas barragens e na reabilitação das já existentes, visando à sua operação e manutenção em condições de segurança (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2002, apresentação, s/p).

Nessa apresentação há a evidente preocupação com a segurança das barragens frente ao seu potencial de risco em caso de colapso. Essa preocupação permitiu a elaboração do Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, que estabelecer critérios de acompanhamento e segurança para todas as barragens do país. Apesar do pequeno número de acidentes, o ministro recomendava atenção frente ao risco. Por conta disso, é que o Manual de Segurança indica que todas as barragens devem criar procedimentos de emergência, com a criação de um Plano de Ação Emergencial (PAE), que "deve ser preparado, verificado, divulgado e mantido para qualquer barragem, cuja ruptura possa ensejar como resultado a perda de vidas, bem como para qualquer barragem para a qual um alerta antecipado possa reduzir os danos a montante ou jusante" (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2002, p. 34). O PAE é um plano formalmente escrito que:

> "identifica os procedimentos e processos que serão seguidos pelos operadores da barragem na eventualidade de uma situação de emergência. A emergência pode ser, por exemplo, a falha de um equipamento essencial, tal como uma comporta de controle de cheias, uma ruptura de talude que possua o potencial de causar a ruptura da barragem, ou a ruptura completa da barragem, causada por galgamento, sismo ou erosão interna (piping). Pela sua natureza, os PAEs são específicos de cada local.
>
> Esse plano possibilita o planejamento da municipalidade, da polícia local, das agências estaduais, das companhias telefônicas e de transporte e de outras entidades afetadas na eventualidade de uma cheia capaz de provocar a ruptura de uma barragem e a coordenação de esforços entre os diferentes níveis de governo" (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2002, p. 34).

A criação do PAE, como um plano que prevê as medidas necessárias no caso do colapso de uma barragem está diretamente vinculada os danos imateriais, nesse caso, vidas humanas que pode afetar – que o manual chama de condições de risco à jusante. Os mapas de inundação, contendo informações como velocidade da inundação à montante e à jusante de uma barragem, seriam de responsabilidade do proprietário ou concessionário da barragem. Tais mapas são fundamentais para as "autoridades locais desenvolverem um adequado plano de evacuação" (idem, p. 36). Sua responsabilidade envolve a manutenção e verificação das possíveis e eventuais falhas, bem como, notificar os órgãos competentes. O sucesso do PAE está relacionado com "as reuniões de coordenação com todas as partes envolvidas na lista de notificação, para revisar e comenta o PAE esboçado". São os órgãos competentes que devem estabelecer os

sistemas de alarme, uma vez que alguma ação do PAE seja acionada por conta de uma emergência. Inclusive, o PAE sugere uma lista com procedimentos claros quando da notificação de pessoas e entidades. Trata-se, então de um plano preventivo que deve listar também, "equipamentos e mão-de-obra que estejam facilmente à disposição do operador da barragem, em uma situação de emergência" (idem, ibidem). A divulgação do PAE é fundamental sendo que esse plano "deve ser remetido àqueles que estiverem envolvidos e todas as cópias registradas (protocoladas) do PAE devem ser atualizadas. O plano deve ser verificado" (idem, p. 37).

A Defesa Civil seria um dos órgãos fundamentais na preparação de estratégias de minimização de danos no caso de uma ruptura de barragem. No entanto, em 2003, ano seguinte à publicação do Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, a Defesa Civil publicou o seu Manual de Desastres Humanos. No manual da Defesa Civil, o colapso de uma barragem é classificado como desastres humanos de natureza tecnológica. Tais desastres são definidos como a "conseqüência indesejável do desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial e podem ser reduzidos em função do incremento de medidas preventivas relacionadas com a segurança industrial" (BRASIL, 2003, p. 13). Porém, mesmo pertencendo ao mesmo Ministério da Integração Nacional, os desastres relacionados com o rompimento de barragens e riscos à jusante são caracterizados da seguinte forma:

> Inicialmente, há que ressaltar que não existe registro de rompimento de barragens de grande porte, destinadas à instalação de Usinas Hidroelétricas – UHE – ou construídas para fins de irrigação, nem no Brasil nem nos demais países de engenharia desenvolvida (BRASIL, 2003, p. 69).

Se ocorrerem desastres, ou seja, um evento "danoso que supera a capacidade de resposta da comunidade afetada" (VALENCIO & GONÇALVES, 2006, p. 80), serão as pequenas barragens, geralmente, as responsáveis. Como aponta o Manual de Desastres, no excerto abaixo:

> No entanto, o rompimento de pequenas barragens mal planejadas e mal construídas ocorre com relativa freqüência. Como durante as secas muitas barragens são construídas de afogadilho, apenas para justificar o pagamento da mão-de-obra durante a seca, freqüentemente estas obras mal planejadas e mal gerenciadas se desfazem com as primeiras chuvas.
>
> Estes problemas concorrem para o descrédito dos programas de combate às secas e a opinião pública costuma se referir depreciativamente a estas obras, denominando-as de "barragens sonrisal", que se desfazem, quando em contato com a água (BRASIL, 2003, p. 69).

Enquanto o Manual de Segurança de Barragens aponta todas as barragens como um risco potencial, o Manual da Defesa Civil argumenta que as pequenas barragens são suscetíveis por conta de projetos falhos, mão-de-obra não-

capacitada e obras mal planejadas e conduzidas. Em relação às grandes barragens, o Manual da Defesa Civil assevera:

> No Brasil, as grandes construtoras de barragens desenvolveram uma muito boa tecnologia de construção de obras seguras e concorrem, em pé de igualdade, com as grandes empresas internacionais dedicadas à construção de barragens.

O elogio às condições técnicas e a tecnologia dos grandes construtores de barragem estabelece a grande barragem como obra segura, com seus possíveis riscos minimizados pela conduta técnica e pelo uso da tecnologia dos profissionais que a construíram. Sendo assim, as obras são seguras porque todos os riscos já foram pensados e minimizados, pelos engenheiros nacionais construtores de grandes barragens. Curiosamente, o Manual de Desastres da Defesa Civil, coloca a número de empresas 'idôneas', trabalhando em uma mesma obra, como um elemento que permite que a segurança de tal barragem aumente. É o que podemos observar no trecho selecionado abaixo:

> No caso das grandes barragens, é normal que a entidade responsável pelo gerenciamento das obras, contrate grandes firmas de construção de reconhecida competência e idoneidade.
>
> É comum que uma firma de engenharia seja contratada para detalhar o planejamento e a especificação da obra, outra para a execução e uma terceira para fiscalizar, controlar a quantidade da obra, medir as obras concluídas e autorizar o pagamento das empreiteiras e da firma encarregada pela construção.
>
> Esta rotina de contratação de firmas distintas concorre para aumentar a segurança das obras de barragens (BRASIL, 2003, p. 69).

Se por um lado, o Manual de Segurança e Inspeção de Barragens reitera a necessidade de programas de inspeção e de acompanhamento da construção da obra por meio de uma reavaliação constante da segurança da mesma, por outro lado, o Manual de Desastres da Defesa Civil considera que as grandes barragens são

> [...] permanentemente monitorizadas e acompanhadas por equipes técnicas altamente competentes que se antecipam a quaisquer tendências de desvios dos parâmetros estabelecidos, como normais, e desencadeiam respostas dos órgãos efetores, para que o equilíbrio dinâmico do sistema não seja rompido (BRASIL, 2003, p. 70).

Novamente, a condição técnica das equipes que fazem o monitoramento não só das obras civis, mas também, da bacia de drenagem da barragem "permitindo o cálculo do nível de enchimento da bacia de contenção e a manobra do sistema de comportas" (BRASIL, 2003, p. 70) é elogiada. A técnica é ressaltada o tempo todo como o elemento que garante a segurança da obra. Nesse tipo de argumento, qualquer falha relacionada com uma barragem aparece como um

evento para além da técnica e do progresso que a barragem expressa, surgindo, assim, como uma como uma fatalidade, algo para além da técnica.

Inclusive, a barragem de Orós que entra na estatística da tabela 1, acima, por ter vitimado mais de 10 pessoas em 1960, é retratada no Manual de Desastres da Defesa Civil como resultado de uma fatalidade para além da técnica, posto que "o sangramento desastroso do açude Orós, ocorrido há mais de 40 anos, só aconteceu porque a obra não estava concluída" (BRASIL, 2003, p. 69). A barragem de Orós colapsou devido ao efeito dominó, em que várias pequenos açudes ao colapsarem pressionam com grande volume de água uma barragem maior (VALENCIO & GONÇALVES, 2006). A barragem de Orós foi reconstruída com vários metros a mais de parede do que o projeto inicial. Os desastres das barragens de Camará (PB) e Algodões (PI), em conjunto com os dados da tabela 1, se contrapõem a afirmação do Manual de Defesa Civil de que "não existe registro de rompimento de barragens de grande porte".

O Manual de Defesa Civil e o Manual de Segurança e Inspeção de Barragens são, respectivamente, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) e da Secretaria Nacional de Infra-Estrutura Hídrica (SIH), que são ambas secretarias pertencentes ao Ministério da Integração Nacional. Observa-se uma espécie de esquizofrenia institucional, quanto à consideração da grande barragem como uma ameaça. Se o Manual de Segurança de Barragens exige o PEA de todas as barragens que tragam riscos a vida à jusante, o Manual de Desastres só considera problemático o caso das pequenas barragens. O PEA exige a participação dos vários órgãos competentes para a preparação a qualquer eventualidade envolvendo a ruptura de barragens, inclusive, traçando rotas de evacuação. Seria, a Defesa Civil o órgão responsável pela coordenação de todos os outros no caso do colapso de qualquer barragem, grande ou pequena. A diferença, no caso, é a magnitude do dano que a ruptura de uma grande barragem pode provocar. Porém, o Manual de Defesa Civil considera que a capacidade técnica dos engenheiros de grandes barragens e a tecnologia disponível são suficientes para garantir a segurança da obra. O risco fabricado que é uma grande barragem é, no mínimo, parcialmente negado. E as medidas pretendidas pelo Manual de Segurança ficam pelo lado da Defesa Civil esvaziadas. É nessa esquizofrenia institucional que os problemas de segurança com barragens aparecem e, simultaneamente, desaparecem.

Uma importante peça jurídico-institucional terminou recentemente sua tramitação no Congresso Nacional e aguarda a sanção presidencial para entrar em vigor. Trata-se do Projeto de Lei Nº 168, cujo texto inicial foi apresentado em 2003, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB – e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB. A PNSB é vista como um elemento essencial para modificar o atual quadro de falta de planejamento, conservação e articulação institucional em relação a segurança de barragens no Brasil. A PNSB pretende acabar com a dubiedade existente entre o Manual de Defesa Civil e o Manual de Segurança de Barragens.

A instauração da PNSB define responsabilidades e deveres na conservação, fiscalização e comunicação de riscos tanto do órgão fiscalizador, quanto do empreendedor e dos órgãos de defesa civil, visando melhorar os aspectos referentes à segurança de barragens no Brasil. Por segurança de barragens, de acordo com a PNSB, passa se entender a "condição que vise manter a sua integridade estrutural e operacional e a preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente" (PROJETO DE LEI Nº 168, TEXTO FINAL, 2009, p. 1). Dentre os objetivos da PNSB, estão:

I – garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a reduzir a possibilidade de acidente e suas consequências;
II – regulamentar as ações de segurança a serem adotadas nas fases de planejamento, projeto, construção, primeiro enchimento e primeiro vertimento, operação, desativação e de usos futuros de barragens em todo o território nacional;
III – promover o monitoramento e acompanhamento das ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens;
IV – criar condições para que se amplie o universo de controle de barragens pelo poder público com base na fiscalização, orientação e correção das ações de segurança;
V – coligir informações que subsidiem o gerenciamento da segurança de barragens pelos governos;
VI – estabelecer conformidades de natureza técnica que permitam a avaliação da adequação aos parâmetros estabelecidos pelo poder público;
VII – fomentar a cultura de segurança de barragens e gestão de riscos.

A PNSB tenta criar mecanismos para implantar, gerenciar e fomentar a cultura de segurança de barragens e gestão de riscos no Brasil. O empreendedor passa a ser o responsável legal pela segurança da barragem e pelas ações que garantam a segurança da barragem. Há nos fundamentos da PNSB o reconhecimento que a "a população deve ser informada e estimulada a participar, direta ou indiretamente, das ações preventivas e emergenciais" e, também, "a promoção de mecanismos de participação e controle social". A ênfase na idéia de participação da população e controle social sobre as barragens sugere que os empreendedores em conjunto com as autoridades competentes democratizem decisões a respeito das ações necessárias a gestão dos riscos associados as barragens. Inclusive, os Comitês de Bacia Hidrográficas, pela letra da lei, deverão ser consultados e convidados a integrar a PNSB.

Como instrumentos da PNSB, temos:

a) *o sistema de classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado*: a categoria de risco se refere a alto, médio ou baixo "em função das características técnicas, do estado de conservação do emprendimento e do atendimento do plano de segurança de barragem". A categoria dano potencial é classificada em alto, médio ou baixo e será

feita em "função do potencial de perdas de vidas humanas e dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da ruptura da barragem";

b) *o Plano de Segurança da Barragem*: deve compreender um conjunto de informações que vão desde a identificação de empreendedor, passando por dados técnicos sobre o empreendimento e sobre a estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem, inclui, também, os manuais de procedimento dos roteiros de inspeção e de monitoramento de segurança de barragens, bem como a regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem e a indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes. A formulação de um Plano de Ação Emergencial (PAE) – quando exigido –, dos relatórios das inspeções de segurança e as revisões periódicas de segurança também fazem parte do Plano de Segurança de uma Barragem;

c) *o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens* – SNISB : fica instituído a partir da aprovação da lei para realizar a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre barragens em construção, em operação e desativadas. O cadastro de barragens deverá ser implantado no prazo máximo de 2 anos a partir da data de publicação da Lei de PNSB;

d) *o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA*;

e) *o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental*;

f) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

g) *o Relatório de Segurança de Barragens*: deve indicar as ações a serem adotadas para a manutenção da segurança da barragem.

A PNSB passa a exigir o PAE para as barragens de **alto dano potencial**. A partir da consideração do órgão fiscalizador de barragens é que haverá a classificação por categoria de risco e dano potencial. Na PNSB o PAE desempenha, basicamente os mesmos objetivos descritos no Manual de Segurança de Barragens, estando organizado para identificar e tomar procedimentos para condições potenciais de ruptura de barragem, para criar procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência e para gerar estratégias de divulgação e alerta para comunidades potencialmente afetadas. O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas "prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil" (PROJETO DE LEI Nº 168, TEXTO FINAL, 2009, p. 6).

O reconhecimento dos riscos associados às barragens envolve de acordo com o PNSB a necessidade de se estabelecer um programa de educação e de comunicação sobre segurança de barragem com o objetivo de conscientizar a população esses empreendimentos.

Contudo, a concepção de dano potencial implica a aceitação de que a concepção de Área de Influência de Barragem (AIB) tem que ser revista, pois, essa

definição é comumente adotada para se referir as áreas afetadas pelo reservatório de uma barragem. Isso significa uma noção espacializada à montante da barragem. Em se tratando de um desastre pela ruptura de uma barragem, a AIB será à jusante e os danos potenciais serão extensíveis a toda uma bacia de acordo com o volume de água antes armazenado pela barragem colapsada ou tipo de resíduo que a água carreia ou ambos. A barragem de contenção de resíduos em Cataguases (MG), colapsada em 2003, é um exemplo de como a AIB se estende a toda uma bacia. Na época, a captação de água para abastecimento público de vários municípios, à jusante da barragem colapsada, teve que ser suspensa devido à contaminação do rio Cataguases e, posteriormente, do rio Paraíba do Sul, afetando os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A grande contribuição da PNSB é construir as barragens como risco fabricado socialmente e como própria criação do monitoramento reflexivo, permitir a adoção de políticas de segurança e comunicação de risco que minimizem e previnam os recorrentes desastres envolvendo barragens.

## Conclusão

A existência dos riscos inerentes às barragens permaneceram durante muito tempo escamoteados pelo discurso de progresso associado às mesmas. O reconhecimento da insegurança e dos desastres associados às barragens permitiu o surgimento de políticas públicas que visam instaurar elementos de segurança nessas obras de engenharia humana.

O primeiro passo foi reconhecer que os desastres envolvendo colapso de barragens não são fatalidades e que os riscos da existência dessas obras são distribuídos de forma desigual no tempo e no espaço. O segundo passo é garantir que o PNSB, que não é auto-aplicável, seja de fato executado. Sabemos que o PNSB depende da confluência sinérgica das ações dos órgãos fiscalizadores, dos empreendedores e das comunidades envolvidas no que com certeza, será um processo conflituoso que envolve um longo processo de aprendizado sobre democracia, respeito pelo saber alheio e reflexividade.

## Referências


ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). (2005). A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Brasília: ANA.

BECK, U. A. Reinvenção da Política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva in: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. (orgs): **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 11-71.

BRASIL (2002). **Manual de segurança e inspeção de barragens**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: SIH.

BRASIL (2003). **Manual de desastres humanos: desastres humanos de natureza tecnológica**. Ministério da Integração Nacional (MI). Secretaria Nacional de Defesa Civil. (SEDEC). Brasília : MI.

_______.Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica. **Diagnóstico da Segurança de Barragens no Brasil.** Brasília: SIH, 2007d. Disponível em:< http://www.integracao.gov.br/infraestruturahidrica/index.asp. Acesso em: 20 jul. 2007

CARAPINHEIRO, G. A globalização do risco social. In: SANTOS, B. S. (org.) **A globalização e as Ciências Sociais**. 2ª. Edição, São Paulo: Cortez, 2002, p. 197 – 230.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

__________. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

__________. **Mundo em descontrole**. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Record, 2005.

McCULLY, P. (1996). **Silenced Rivers**: the ecology and politics of large dams. London and New Jersey: Zed Books and International Rivers Network.

MENESCAL, R.A. **Risco e segurança em engenharia:** Problemas enfrentados pelo MI com obras de infra-estrutura hídrica. São Paulo, 2007. Disponível em:< http://www.ibracon.org.br/Metro/Rog%E9rio%20Menescal.pdf>. Acesso em:19 jul. 2007

NIEBLE, C. M. **Barragem de Camará:** relatório de diagnóstico do sinistro da barragem. São Paulo, novembro de 2004, mimio.

O GLOBO. **Doze mil desabrigados depois de acidente com barragem.** 11 de janeiro de 2007. Disponível em:< http://oglobo.globo.com/pais/ mat/2007/01/11/28737449 8.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.

PROJETO DE LEI Nº 168, TEXTO FINAL, 2009. SENADO FEDERAL, 2009.

VALENCIO, N. F. L. S. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2005. v. cd, 20p.

VALENCIO, N.F.L.S.; GONÇALVES, J. C. A convivência com os riscos relacionados às barragens no semi-árido nordestino: conflitos entre representações e práticas sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, v. 8, nº1, p. 79 – 97. mai/2006b.

VIOTTI, C. B. (2000). Barragens e energia hidroelétrica na América Latina In: **Barragens, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Édile Serviços Gráficos e Editora, p. 101-111.

Capítulo 12

# Vulnerabilidade das pessoas em situação de rua: acesso à àgua e as interações do cotidiano

*Karina Granado*

> O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los.
>
> *Norberto Bobbio, A Era dos Direitos*

## Introdução

Por muito tempo, as bases da sociedade industrial que visaram tão somente o lucro, foram responsáveis pelo absoluto descaso com os processos ambientais e com as ameaças geradoras da vulnerabilidade social. Hoje, novas preocupações e novas situações ocorrem na sociedade.

A modernidade trouxe novas tecnologias que oferecem segurança às pessoas, diminuindo os perigos se comparados ao período pré-moderno, mas do desenvolvimento adveio a complexidade da vida e, com ela, a ignorância e a incerteza perante os novos fatos da vida cotidiana. Surge, então, a insegurança e a vulnerabilidade diante de riscos e perigos imprevisíveis e incalculáveis, que deixam as pessoas impotentes diante deles (MARANDOLA, 2006).

O progresso trouxe o manto da proteção ao espaço urbano no sentido de que toda a sociedade estaria protegida contra os fatores de ameaça naturais através do crescente meio artificial imbricado na rotina dos citadinos. A compreensão era a de que a cidade desenvolvida seria medida pelo fluxo e frota viários, pelas residências atendidas pela rede de esgoto e água, pelas escolas e postos de saúde, padronizando o território pela mesma concepção política e tecnológica e encontrando a segurança na dissolução do particular no moderno (VALENCIO, N. et al., 2004).

Mas compartilhando do mesmo território, existem aqueles *outros* que habitam a cidade, mas que não fazem parte daquela mensuração do desenvolvimento porque na *sociedade edificada* não estão incluídos: são as pessoas em situação de rua, que vivem no espaço público a sua vida privada e que não compartilham da segurança almejada para as cidades. O próprio sentido do termo "morador de rua" revela uma ambiguidade: o morador (com o sentido do âmbito privado) e rua (no sentido do âmbito público).

As pessoas que vivem nas ruas sobrevivem num círculo de privações originadas pela política econômica e social que reduz as oportunidades de acessibilidade a recursos que possibilitem saírem desta miserável condição, mantendo-as em situação de vulnerabilidade social. São indivíduos dessocializados, ou

seja, carregam consigo o estigma (GOFFMANN, 1978) da sujeira, da violência, da preguiça, como se fossem pessoas de menor valor humano, pesando sobre eles fato de não se enquadrarem na ordem natural classificada pelos *estabelecidos*[1] onde a coexistência de comportamentos contrários à normalidade gera a intolerância com o comportamento do estranho, do *outsider*[2], do refugo que não pode se misturar (BAUMAN, 1999).

Mas as pessoas em situação de rua experimentam outro tipo de vulnerabilidade, que não apenas a da desigual distribuição da vida social e do desenvolvimento: eles vivenciam a vulnerabilidade ambiental, sendo esta caracterizada pelos fatores de riscos e ameaças a que estão expostos no tecido urbano como as chuvas, raios, doenças, frio, sede, lixo, sujeira e outros.

Esta reflexão pretende trazer subsídios acerca da vulnerabilidade extrema produzida pelo processo diário de desterritorialização das pessoas em situação de rua, particularmente, no que tange ao acesso e uso da água.

## 1. Vulnerabilidade ambiental e desastre para a população em situação de rua diante da política social adotada

A vulnerabilidade está associada à exposição aos riscos e designa maior ou menor suscetibilidade de pessoas, lugares, infra-estruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo (ACSERALD, 2006). Na cidade, alguns grupos sociais possuem melhores mecanismos de proteção e defesa dos perigos e ameaças ambientais do que outros. Quanto maior a desvantagem econômica, maior a dificuldade de proteção, defesa e recuperação das perdas havidas.

O espaço urbano possui diferentes graus de vulnerabilidade que acompanham a lógica da ocupação desordenada e preocupada apenas com a produção da riqueza, ignorando as gritantes disparidades econômicas e sociais produzidas nas cidades de uma maneira geral.

As pessoas em situação de rua vivem nos centros urbanos expostos a toda carga de externalidades do meio ambiente; vivem em meio a tudo aquilo que a sociedade se esforça para manter fora do espaço privado, ficando expostos a todos os fatores de perigo, não conseguindo lidar (antecipar, resistir e recuperar-se) com as ameaças físicas do ambiente natural e construído, ao mesmo tempo.

O quadro a segruir baixo demonstra os reflexos da convivência nas cidades entre os residentes e moradores de rua no que se refere aos riscos e graus vulnerabilidades.

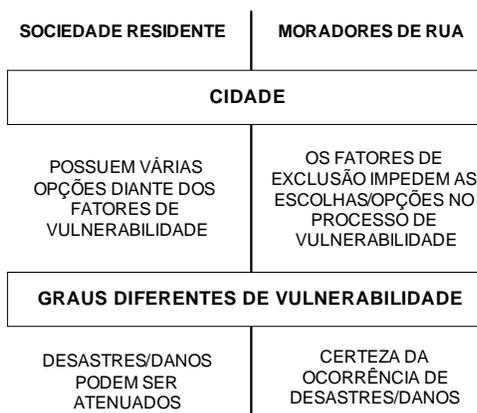
Cumpre esclarecer que o termo desastre em torno da população em situação de rua está sobreposto em dimensões ambientais, materiais e humanas (VALENCIO, *et al*., 2004) e, diante do óbvio despreparo estrutural que

1. Grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’ (ELIAS & SCOTSON, 2000).
2. Os não membros da ‘boa sociedade’. *Ibid*.

vivenciam, não há nada que a proteja, sendo certo que as ameaças sempre as atingirão.

A injustiça ambiental e a insegurança experimentada por esta população de vulnerabilidade extrema demonstram a necessidade urgente de agir em termos de distribuição e justiça, reconhecendo no meio ambiente um campo de "luta por direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental" (ACSERALD, 2004).

**RISCOS/PERIGOS NO COMPARTILHAMENTO DA CIDADE**

| **SOCIEDADE RESIDENTE** | **MORADORES DE RUA** |
|---|---|
| **CIDADE** | |
| POSSUEM VÁRIAS OPÇÕES DIANTE DOS FATORES DE VULNERABILIDADE | OS FATORES DE EXCLUSÃO IMPEDEM AS ESCOLHAS/OPÇÕES NO PROCESSO DE VULNERABILIDADE |
| **GRAUS DIFERENTES DE VULNERABILIDADE** | |
| DESASTRES/DANOS PODEM SER ATENUADOS | CERTEZA DA OCORRÊNCIA DE DESASTRES/DANOS |

*Fonte:* a autora (2010).

Pensar em direitos na esfera ambiental é pensar, inicialmente no *direito ao desenvolvimento humano*, conceito que vem sendo discutido na Organização das Nações Unidas, especialmente sob a forma de 'desenvolvimento humano sustentável' (CANÇADO TRINDADE, 1993), onde cada um possa ter igual acesso às oportunidades de desenvolvimento – agora e no futuro.

Esta discussão está ligada aos direitos fundamentais do homem, assim como acontece com o mínimo necessário à existência como a educação básica, a saúde preventiva e a água potável, além do mínimo ecológico, traduzido no meio ambiente saudável (TORRES, 2009), ou seja, a discussão sobre vulnerabilidade ambiental está intimamente ligada à questão de direitos humanos, demonstrando que é preciso analisá-la em suas raízes sociais mais profundas, estimulando e potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições (ACSERALD, 2006).

Pessoas em situação de rua são consideradas indignas de terem protegidos seus direitos mínimos para a sobrevivência, simplesmente porque desafiaram a ordem social. Todo *estranho* ão deve ser tolerado, lembra BAUMAN (1999). Por supostamente terem 'escolhido' tal caminho, a sociedade precisa priorizar todos aqueles que compactuam das mesmas necessidades e comportamentos, o que exclui a população que vive nas ruas.

Mesmo quando consideramos que a vulnerabilidade é socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, o *locus* da observação tende a ser o indivíduo e não o processo (ACSERALD, 2006).

A análise apenas sob o prisma do sujeito (indivíduo) limitaria a discussão a remediar a situação de vulnerabilidade do morador de rua como 'práticas de caridade', estas no sentido de assistencialismo público, colocando em segundo plano a discussão sobre as mudanças necessárias na política de assistência social especial como forma de proteção do grupo aos riscos. Douglas (1992, p. 17) lembra que é mais barato para o erário coletivo ser generoso com as vítimas do que suportar as longas discussões, disputas legais e outros custos escondidos, reconhecendo litigiosidade na questão dos riscos. Percebemos isso quando a mídia 'poeticamente' destaca os dramas sofridos pelos afetados nos desastres e o Estado apenas foca seus holofotes em suas ações de 'obrigações de dar', sem se preocupar em considerar os saberes locais ou municiar a população vulnerável com instrumentos válidos na luta contra o processo de vulnerabilidade. Na verdade, o Estado tenta muito fracamente suprir parcela daquilo que é negado diariamente ao grupo pelo sistema excludente: reconhecimento da igualdade, atenção e ação.

A vulnerável população em situação de rua (sobre)vive em uma situação grupal de desastre social permanente, que foi naturalizada pela sociedade envolvente. Apesar disso, o grupo resiste no espaço público, única fonte para a sobrevivência; vivem desmoralizados socialmente devido ao desemprego prolongado, ao rompimento dos laços familiares e afins, recriando e reinventando o cotidiano por contarem tão somente com o que existe pelas ruas e expostos a toda intempérie da natureza, agravada pela ação humana no ambiente.

A relação *proteção x suportabilidade* é inversamente proporcional, pois enquanto os citadinos possuem maiores condições de se protegerem e se recuperarem dos fatores de risco e ameaças, as pessoas em situação de rua possuem maiores condições de suportabilidade perante os riscos e ameaças. Suportam mais, resistem mais porque não lhes restam alternativas, fato retratado na frase de um morador de rua do Município de São Carlos-SP: *Eu queria fazer alguma coisa mais fácil da minha vida do que ficar na rua, mas pra mim ... só sobrou isso*[3]. A falta de oportunidade e a desigualdade cerceiam a liberdade de expressar sua vontade.

## 2. Indiferença e desterritorialização como caracterização dos conflitos sócio-ambientais

Na cidade, na relação 'centro x periferia', o 'centro' é caracterizado e reservado àqueles que residem em espaços privilegiados e que contribuem com o sistema produtivo. Aos demais, que não estão integrados na ordem social e

3. Diário de Campo – São Carlos - SP (11.11.2008).

moral, reserva-se a condição de *marginalizados*. Marginalização significa o conjunto de situações que retratam a pobreza urbana e as formas de exclusão aos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial (KOWARICK, 1985), tal como ocorre nas favelas, minorias (raciais, étnicas ou gênero) e experiência migratória

Da marginalização advém a exclusão, termo que extravasa a questão econômica e destaca o isolamento da população em situação de rua no abalo do sentido de pertencimento social, na anomia em relação aos vínculos sociais e da coesão social que gera a crise identitária (ESCOREL, 2006).

As pessoas que vivem nas ruas experimentam um duplo padecimento quanto ao seu sentido de pertencimento de lugar: são *marginalizadas* na cidade por reproduzirem a pobreza urbana (característica das periferias) e são *excluídas* por sobreviverem abaixo do índice de indigência, em atitudes estranhas e em atividades 'sem sentido', cuja presença 'não pode servir a nenhum propósito útil' (BAUMAN, 1992).

Este sentimento de ser descartável – *displaced person* (ARENDT, 1997), de indivíduos supérfluos (ARENDT, 1981) – de parecer sobrar no mundo em situação de resto, porque não encontram um lugar de reconhecimento como sujeitos políticos portadores de direitos, é alimentado pela indiferença e repulsa com que a sociedade age em face do morador de rua. Isso significa que quais sejam os desastres que se abatam sobre este grupo social, este tipo de preocupação não faz parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade residente.

A sociedade apresenta duas tendências das forças coercitivas que impedem a ampliação da cidadania da população de rua: a passagem de um estado de intolerância tácita para o de intolerância explícita, recrudescendo a prática pública de truculência na eliminação do sujeito vulnerável, nisso convergindo às ações do Estado e a de grupos organizados, tal como tratado por Valencio *et al* no capítulo III deste livro.

Pela intolerância tácita, presenciamos homens e mulheres submetidos diariamente a *mecanismos de evacuação* tais como a obrigatoriedade dos albergues e passagens de ônibus para a próxima cidade. No dizer de Quintão (2008): "Expulsando-os, ninguém os vê: portanto, não existem".

São *excluídos por indiferença* onde a sociedade por eles sente um profundo desprezo pelas condições de sua existência, culminando até na *exclusão por extermínio* através do abandono, sendo indiferente sua sobrevivência ou não (FONTES, 1996, p. 18). É o que Valencio (2009b, p. 253) chama de "práticas genocidas do século XXI, onde a indiferença é utilizada como arma apropriada para mãos limpas e consciências ausentes ou estratégias de humilhação cordial".

No segundo caso, a intolerância explícita identifica-se nos casos noticiados de pessoas que incendeiam moradores de rua enquanto estes dormem, na utilização da arquitetura da expulsão materializada nas rampas anti-mendigos, grades que impedem a aproximação e a proteção contra as intempéries e até a utilização da água como forma de afastar a população em situação de rua das

calçadas, ou seja, a violência nas suas mais variadas formas. É o exemplo dia 03 de abril de 2010, em Porto Alegre, onde um homem pichou com spray cor prata e urinou sobre um morador de rua que dormia na rua[4], retrato que da intolerância tácita, práticas violentas mostram a intolerância patente em conviver com o *estranho* que ameaça a *sociação*[5].

Mesmo diante de todas as adversidades que o grupo vivencia, tais como a informalidade, a precariedade e as incertezas, ainda não são motivos suficientes para garantir aos *estabelecidos*, e sob seu ponto de vista, a tranqüilidade necessária, mesmo com a posse dos meios materiais e aparatos de segurança para se defenderem contra uma ofensiva potencial dos miseráveis (VALENCIO, N., *et al*., 2008, p. 19).

Com isso, da necessidade de retirar (pela omissão ou pela violência) do campo de visão aquilo que não se tolera, o grupo vulnerável é desterritorializado. Haesbaert (2004) ensina que a desterritorialização é a mobilidade e fluidez do território, mas não se restringe apenas a esta compreensão. Ele deve ser analisado no sentido amplo de transformação, pois, onde há a imposição do outro quanto ao território os fracassados não conseguem legitimar os seus 'aquis', pois demonstra além da precarização do território do grupo vulnerável que vive em situação de rua que faticamente vivencia, demonstra também a perda de território e de toda simbologia (inclusive a própria identidade) que o lugar representa.

No quadro a seguir, procuramos pontuar alguns dos fatores que levam à desterritorialização da população em situação de rua. Na periferia, a tríade que impede a permanência:

- a semiqualificação profissional limita as opções de trabalho e sustento, mais abundantes nos centros urbanos;
- sem trabalho, a impossibilidade de se ter uma casa (alugada ou própria) e,
- sem casa, a permanência nas ruas (espaço público) na periferia é limitada pela falta de infra estrutura e de acesso a água.

Sem condições de (sobre)viverem nas periferias, o grupo vulnerável é compelido a buscar os centros das cidades como forma de auferir o sustento, mas neste território, encontram outras forças que impedem a permanência pacífica revelando a característica de território contestado, ou seja:

- políticas excludentes em não reconhecem no morador de rua sujeito portador de direitos. Por exemplo: eles não são inseridos/atendidos ou

---

4. Motorista picha e urina em morador de rua em Porto Alegre. Folha Online. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u715663.shtml>. Acesso em: 03 abr.2010.

5. (BAUMAN, 1999, pág. 62-65) A *sociação* constitui a matriz da oposição 'amigo x inimigo', simetria necessária e que define a relação, pois não existiriam amigos e inexistissem os inimigos. Por isso o *estranho,* indefinido e desconcertante, nada é e por isso, pode ser tudo, pondo fim ao poder ordenador da oposição.

acessibilidade a programas de auxílio governamental das mais variadas ordens (alimentação, saúde – inclusive psicológica -, educação ou afetados por desastres ambientais);

- sem respaldo público, perambulam pelas cidades em busca de refúgio, na tentativa de se organizarem e reporem as energias. Entretanto, encontram nos centros urbanos a arquitetura da expulsão, obras públicas e privadas que impedem a aproximação e a permanência em locais de visibilidade social, na tentativa de expulsarem para longe, novamente, esta população fragilizada no direito de utilização do espaço público;
- semiqualificados, encontram poucas opções de trabalho, senão aquelas além do nível mais baixo de *status* e baixa remuneração. Mas isso é apenas o primeiro obstáculo que experimentam: quando na tentativa de um trabalho formal e o empregador descobre que o candidato é um morador de rua, suas expectativas não são as melhores e outros candidatos acabam sendo preferidos em detrimento daquele que vive nas ruas. Sem trabalho e sem um fundo de capital e de consumo (NEVES, 1995) para suportar a própria manutenção enquanto busca trabalho, vegeta na caridade ou, em estados prolongados de desemprego, a mendicância não é escolha, mas sim, única opção[6];
- sem condições de fixação no espaço público, vivenciam a indiferença social e a violência propriamente dita, por parte do poder público e da própria sociedade residente;
- a população em situação de rua enfrenta, ainda, o caráter higienista da sociedade que associa o morador de rua ao lixo, ao perigo e a doenças.

O conflito sócio-ambiental existe na cidade entre a população em situação de rua e a sociedade residente (pública e privada) porque são distintas as formas de apropriação e significação do uso das cidades: de um lado, o desejo da pasteurização das cidades através de obras que igualam as paisagens sob o argumento do progresso, limpeza e beleza; de outro, *estranhos* destituídos do mínimo e que precisam usar a cidade e os materiais que ela disponibiliza como forma e fonte de sobrevivência, utilização esta que não se coaduna com o determinado pelos *estabelecidos*. Com isso:

> (...) de um lado, o morador de rua está fisicamente confinado no espaço público, por outro, encontra-se politicamente destituído do uso desse

6. Cumpre lembrar que no Município de São Carlos-SP, existe o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) que acolhe moradores de rua, de segunda à sexta-feira, durante todo o dia, oferecendo alimentação e atividades pedagógicas. Em visita a unidade, constatamos excelente estrutura, mas em pesquisa junto aos moradores de rua que se negam a frequentar a unidade, o discurso coletivo é o de que a obrigatoriedade de permanecer na casa todos os dias, o dia todo, impede que desenvolvam suas habilidades do trabalho, como reciclagem, artesanatos, pintura em placas de veículos automotores, o que aumenta sua dependência no poder público, aumentando, via de consequência, sua desmoralização como trabalhador.

espaço, que, por lei, deveria ser a ele garantido. (...) Ao ser apartado da sociedade e permanecer nesses espaços públicos, (...) é impelido a viver dentro dele como espectador silencioso, sem voz: a ele tem de ser dado o direito à cidade (QUINTÃO, 2008, p. 2).

*Fonte:* a autora (2010).

## 3. Habitat sustentável, acesso à água e a influência nas trajetórias diárias

As condições adversas vividas pela população em situação de rua quanto ao resistir e adaptar-se diariamente ao frio, calor, ferimentos e doenças, fome, dificuldades do morar, banhar-se, sede e tantas outras situações, faz com que este grupo social tenha uma peculiar capacidade de sobrepor-se a situações adversas, a chamada *resiliência*. Ela não é um atributo nascido com o indivíduo. Ela pode ser desenvolvida na idade adulta, posto ser um aprendizado sob condições difíceis (ALVAREZ, 1999) e que envolve a necessidade de sobreviver.

Pessoas em situação de rua, sobreviventes urbanos, são estimuladas diariamente em um conjunto de habilidades únicas para lidarem com situações específicas e se ajustarem ao meio ambiente e às transformações sociais, munidos apenas com o mínimo disponível no espaço urbano.

A resistência deste grupo demonstra que a adaptação se dá em um espaço de contestação e, conseqüentemente, de conflitos sociais: o grupo *outsider* e o grupo *estabelecido* possuem idéias diferentes sobre a utilização do espaço público. O primeiro grupo precisa da anuência pública e privada para permanecerem nas ruas pois é dela que retiram sua fonte de sobrevivência; o segundo grupo

entende que o espaço público é local de desenvolvimento, associado a limpeza e que o 'morar na rua' não se enquadra ao correto uso deste mesmo espaço.

Por isso, o conceito de *sustaining habitat* (habitat sustentável) (DUNEIER, 1999) aplica-se para a população em situação de rua no sentido de compreender que não apenas as questões ambientais e as forças de amplo alcance social, econômico e político, mas também condições locais, sociais, políticas e econômicas têm influenciado profundamente a vida da população em situação de rua na medida em que a concentração deste grupo social nos centros urbanos é o resultado não planejado de forças específicas que operam em conjunto e acabam por fazer do espaço público o único lugar onde essas pessoas podem se organizar para sobreviver.

Muitas das vezes, estas estratégias de sobrevivência são interpretadas como simples comportamentos aleatórios mas, após detida observação e análise, constata-se que a vida desta população é regida por normas e metas baseadas na sobrevivência, tendo como princípio norteador o elemento água.

## 3.1 Água: acesso limitado e os impactos nas trajetórias e nas interações do cotidiano

O elemento água é indispensável para a conservação da ordem doméstica, mas, sobretudo, à garantia da vida biológica (BRUNI, 1994). As pessoas em situação de rua vivem em território contestado diariamente e sua fixação na cidade é frágil. Com isso, é óbvia a limitação ao acesso à água, bem como a necessidade de readaptação e reinvenção da utilização do espaço público se faz imprescindível à sobrevivência com o mínimo encontrado naquilo que a sociedade descarta e oferece.

Acompanhando as rotinas diárias deste grupo na cidade de São Carlos-SP, constatamos que a água é o elemento norteador das trajetórias dos moradores de rua, acompanhado de oportunidades (ainda que precárias) de trabalho e abrigo. Senão vejamos:

### A chuva e o abrigo

A cada dia de chuva, a trajetória dessa população desabrigada toma rumos distintos e que impedem as atividades rotineiras dos trabalhos na informalidade e na busca de alimentos. Enquanto nos dias de sol a dinâmica do trabalho, alimento e abrigo é arquitetada nos lugares conhecidos dos centros urbanos, nos dias de frio e chuva, toda a rotina é comprometida: o confinamento no abrigo improvisado impede que as 'andanças' sejam realizadas, advindo com o confinamento a fome, a falta de atividade, a reflexão, a tristeza e o desespero.

A rotina alterada em face das chuvas gera uma série de preocupações com relação à saúde: ficar molhado (no frio) causa pneumonia; o *galo*[7] molhado e impede a troca de roupas secas; os pés úmidos geram frieiras e micoses que di-

7. Diário de Campo (2002-2010) Nas ruas, a gíria *galo* refere-se à mochila ou sacolas onde colocam o pouco de pertences que conseguem carregar.

ficultam o caminhar e, muitas vezes, à forma cambaleante é atribuída ao alcoolismo, quando na verdade, é motivada por rachaduras profundas nos pés; o frio intenso tenta ser disfarçado ingerindo bebidas alcoólicas[8].

As fotos abaixo demonstram alguns momentos.

*Fonte:* Diário de Campo (2008/2009). À esquerda: com a tempestade que se aproxima, morador de rua analisa as possibilidades de abrigo urgente. Foto do centro e à direita, alternativas de abrigo: embaixo de pontes e porões abandonados, respectivamente.

*Fonte:* Diário de Campo (2008/2009). Da esquerda para a direita: marquises, embaixo de viadutos e em construções abandonadas.

## Dessedentação e higiene pessoal

Conforme retro discutido, na periferia das cidades a infra-estrutura deficiente limita a sobrevivência do morador de rua e por tal razão, ele é forçado a viver nos centros urbanos tanto pela questão da necessidade ambiental como pela oportunidade de trabalho e abrigo. Mas mesmo nesse território central, as trajetórias diárias são traçadas baseadas no elemento água, pois se ela, nem o trabalho, nem o abrigo conseguirão ser realizados.

Analisando o mapa da cidade de São Carlos-SP e pontuando a pesquisa de campo, constatamos que a rotina é pautada pelas fontes e pelo acesso da água doce em atividades como a de lavar a roupa, matar a sede e a higiene básica. Utilizamos fotos da pesquisa como forma de ilustração:

---

8. Diário de Campo (2007). Em conversas com os moradores de rua, ouvimos por várias vezes os relatos de que o álcool 'disfarça' o frio, porque o excesso faz o homem dormir, mas afirmaram que o álcool não 'tira' o frio. Em outros relatos, ouvimos que ao se pedir comida, muitas vezes a sociedade nega, mas frequentemente não se nega a pagar doses de bebidas a eles.

*Fonte:* Diário de Campo (2008/2009). Da esquerda para a direita: cursos d'água e praças públicas onde é possível lavar roupas e secá-las ao sol; chafarizes em praças públicas onde é possível a higiene; canos da rede de abastecimento de água da cidade (quebrados) utilizados para tomar banho. Detalhe para o tablado para não se sujarem após o banho e o sabonete 'comunitário' como forma de socializar o momento de higiene àquele que precisar.

**Fatores de exclusão em permanência no espaço público: alteração das trajetórias**

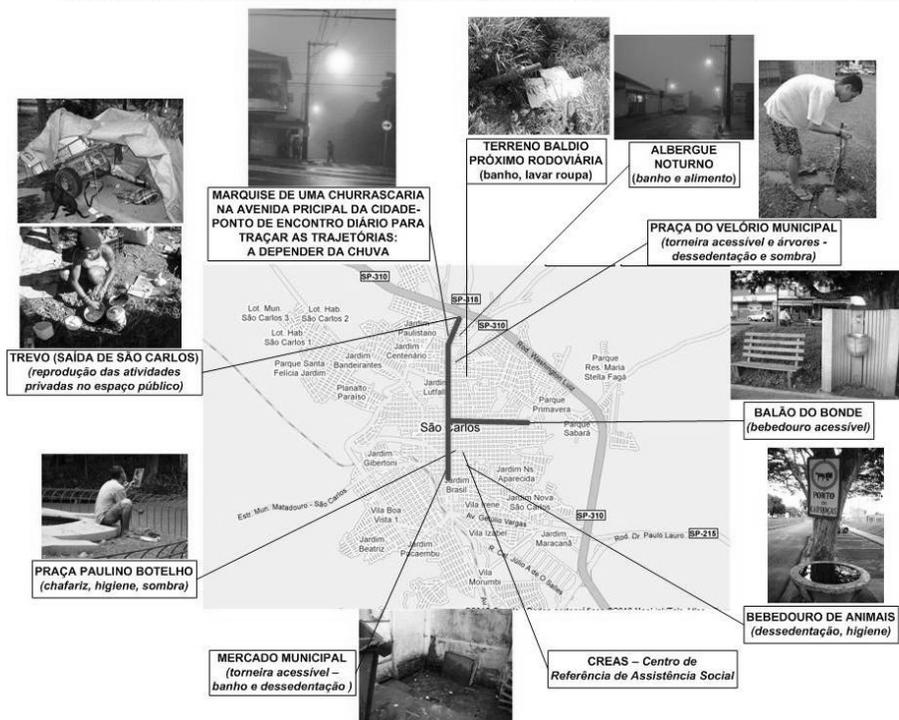
No mapeamento das trajetórias, foi considerada a falta de acessibilidade do elemento água em praças públicas como forma de impedir a permanência das pessoas em situação de rua, bem como a destruição de abrigos já constituídos, revelando a arquitetura da exclusão e o caráter higienista da sociedade residente (pública e privada).

A pessoa em situação de rua, ao se deparar com a impossibilidade de permanecer no local que, em tese, ofereceria água, abrigo, trabalho, precisa se readaptar imediatamente ao espaço e traçar novas trajetórias passíveis de sobrevivência.

**As trajetórias diárias da população em situação de rua na cidade de São Carlos-SP baseadas no acesso a água**

Após as entrevistas realizadas, conseguimos mapear, de forma preliminar, qual seria a trajetória da população em situação de rua na cidade de São Carlos-SP.

Notamos que a periferia da cidade é explorada economicamente pelo morador de rua, que faz da reciclagem 'seu ganha pão' apenas quando precisa vender seus produtos. Em linhas gerais, tanto os recicladores quanto os demais moradores de rua fazem do centro da cidade (avenida principal da cidade) o trajeto comum para a sobrevivência diária e notamos que esta trajetória é toda baseada nos pontos de acesso à água.

**SÃO CARLOS-SP: TRAJETÓRIAS DIÁRIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA BASEADA NO ACESSO À ÁGUA**

*Fonte:* Diário de Campo (2008-2010). À esquerda, local onde os moradores de rua se abrigavam e que foi demolido em Abril de 2010. Detalhe para colchões e roupas em meio aos escombros. Segundo depoimentos colhidos, nenhum deles foi avisado da demolição e não tiveram tempo de tirar os pertences. Ao centro, árvore (num dia de chuva) onde morador de rua se abriga em dias de sol pela impossibilidade de permanecer sob as marquises. Detalhe para a cama e os utensílios do cotidiano destruídos pela chuva e por não ter como carregar consigo seus pertences. À direita, arquitetura da exclusão na igreja central da cidade, com grades que impedem a aproximação e abrigo de moradores de rua.

## Conclusões

A guisa de conclusão, sabemos que a modernidade tem na cidade o seu mais expressivo *locus*, identificado como seguro e com boa qualidade de vida para os que nele habitam.

Mas, há ali grupos em vulnerabilidade extrema, que não compartilham essa segurança oferecida à sociedade residente. As pessoas que vivem em situação de rua têm sua figura associada ao lixo, ao que é estranho e àquilo que não se pode tolerar pelos estabelecidos. A sua forma anormal de utilização do espaço público, única opção válida diante da insuficiência das políticas sociais atuais, indicam que os seus direitos básicos não estão assegurados.

Além da vulnerabilidade social que experimentam, há aquela relativa à qualidade ambiental do espaço que freqüentam, cuja arquitetura revela ações de negação da inclusão e acaba por ignorar as reais necessidades deste grupo social.

Em pesquisa realizada, conseguimos extrair que as trajetórias diárias desta população são baseadas, num primeiro momento, no elemento água que, apesar de toda arquitetura da exclusão (torneiras públicas acessíveis apenas ao poder público – engates rápidos e grades que impedem a aproximação do abrigo, por exemplo) e do caráter higienista, continua a ser imprescindível à sobrevivência destes homens e mulheres que vivem nas ruas. Com isso, reconhecer no elemento água um direito humano fundamental, cujas ações públicas deveriam viabilizar ao invés de negar. Considerar, por fim, que as características desta população, com suas realidades únicas, deveriam ser indicativas da falência das políticas públicas, a começar das políticas urbanas. Ao contrário do que ora ocorre, a cidade deve ser construída como espaço de todos e espaço do respeito às diferenças, alimentando a esperança ao invés de desintegrá-la.

## Referências


ACSERALD. Henry, HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_______________. **Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

ALVAREZ, A.M.S. **A Resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua – crianças e adultos – na cidade de São Paulo**. 198f. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Mestrado. São Paulo, 1999.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____________. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1993, p. 165.

DOUGLAS, Mary. **Risk and blame: essays in cultural theory**. Routledge: London and New York, 1992.

DUNEIER, Mitchell. **Sidewalk**. p. 116-154. Farrar, Strauss and Giroux. New York, 1999.

ELIAS, N., SCOTSON, J.L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ESCOREL, Sara. **Vidas ao Léu**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

FONTES. Virgínia. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 34-58.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. (trad. Raul Fiker) São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

__________. **Modernidade e identidade**. (trad. Plínio Dentzien) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2ª Ed. Tradução: Márcia B. de M.L.Nunes. Zahar Editores, 1978.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARANDOLA JR, E. **Insegurança Existencial e Vulnerabilidade no Habitar Metropolitano** *in* II Encontro da ANPAS, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília. p. 1-16, 2006.

NEVES, Delma P. **A miséria em espetáculo**. Serviço Social & Sociedade, (47): 79-98, 1995.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Sujeito (oculto) e a cidade: a arte de Wodiczko**. IDE Psicanálise e Cultura. São Paulo, 2008, 31(46), 104-107.

TORRES, Ricardo Lobo. **Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

VALENCIO, N. et al. **A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade nas cidades brasileiras frente às chuvas**. Teoria e Pesquisa 44 e 45, p. 67-114, Janeiro e Julho de 2004.

VALENCIO, N. et al. **Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, deslifiação e desterritorialização**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.

VALENCIO, N. **Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. p. 3-18 *in* VALENCIO, N., SIENA, M., MARCHEZINI, V. GONÇALVES, J.C. (orgs.) Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. v. 1. São Carlos : RiMa Editora, 2009a.

____________. **Vulnerabilidade e Mudanças Climáticas na África: contribuições para uma reflexão sociológica sobre a indiferença social frente ao genocídio**. p. 251-266 *in* VALENCIO, N., SIENA, M., MARCHEZINI, V. GONÇALVES, J.C. (orgs.) Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. v. 1. São Carlos : RiMa Editora, 2009b.

Capítulo 13

# Práticas de risco em meio às águas: perfil do turista na Represa do Lobo, Itirapina/SP

*Marcus Helder Gobetti*

## Introdução

Uma das características da sociedade moderna é a legitimação de um tempo livre, o qual passa a ensejar a criação de novos espaços e novas formas de lazer. Dentre estes, os que se transformam em mercadoria e reproduz a segregação social similar a existente no mundo do trabalho.

Hoje, podemos asseverar que os espaços comunitários são cada vez mais procurados pela população de baixa renda; dentre esses, os piscinões, as represas, as praias e os lagos, se destacam, revelando-se como formas de lazer mais baratas e viáveis para essa camada social. A necessidade de usufruir ao máximo a oportunidade de lazer e o grande contingente que aflui aos mesmos lugares colabora para reduzir o conforto que cada integrante do grupo pode dispor. Cumpre salientar que esse mesmo tipo de divertimento pode também se transformar em um profundo sofrimento para os membros do grupo familiar quando ocorre uma morte dos seus, gerada por afogamento. No lado oposto, as classes abastadas privilegiam-se com piscinas nos fundos das suas casas e, até mesmo, praias, lagos e ilhas particulares, com condições de bem-estar e segurança bastante distintas. Assim, uma geografização de risco relacionado ao lazer em meio às águas tem um forte viés de classe.

O lazer dos estratos sociais inferiores em contexto de orla torna o grupo vulgarmente conhecido como "farofeiros", rotulado como um conjunto constituído por pessoas que ingerem grandes quantidades de bebidas alcoólicas e sem controle algum e que se alimentam sem regramento, lançando-se temerariamente nas águas após isso. Várias pessoas inclusas nesse perfil morrem todos os anos vítimas de afogamentos, os quais poderiam ser evitados se o respeito às sinalizações de alerta implicasse num valor cultural. Não sendo, as equipes de segurança locais ficam sobrecarregadas e deixam passar algumas práticas que levam os executantes ao óbito.

Um estudo foi feito objetivando caracterizar um conjunto de práticas de lazer no balneário Santo Antonio, inserido na Represa do Lobo, popularmente conhecido como Broa, no município de Itirapina/SP. Essa represa resulta das obras de uma antiga hidroelétrica, inaugurada em 1930, e todos os anos leva milhares de pessoas às suas margens para fins de descanso e recreação, ocorrendo óbitos por afogamento. Indagações ainda estão abertas acerca do fenômeno que leva pessoas a lançar-se em desafios mortais diante da água, descartar os avisos de perigo e as advertências das equipes de segurança locais. Abaixo, elencados alguns aspectos de referido estudo sobre o tema, que foi realizado pelo autor na

forma de iniciação científica, no ano de 2007, e que traz alguns elementos para pensar a referida problemática.

## 1. O turismo na represa do Lobo

Os municípios do interior de São Paulo começaram a vivenciar um fluxo turístico acentuado em represas e, como acontece em outros segmentos, a infra-estrutura de transporte, atendimentos médico, dentre outros serviços básicos, não conseguiu acompanhar essa evolução. No momento presente, a Represa do Lobo está quase que voltada exclusivamente para o turismo e a recreação, aumentando-se o fluxo de habitantes temporários e turistas sazonais para a região.

Uma das maiores reclamações desses turistas é a precária infra-estrutura do local, o que nos leva a pressupor que, em um futuro próximo.

Localizada entre os municípios de Brotas e Itirapina, na região centro-oeste do Estado de São Paulo, a represa insere-se na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão do Lobo, afluente do rio Jacaré-Guaçu, tributária da margem direita do rio Tietê. A temperatura da água no mês mais quente é inferior a 22ºC e a temperatura média no inverno é inferior a 18ºC.

A principal atividade econômica do município de Itirapina, atualmente, é a recreação junto à Represa do Lobo, sendo que esse turismo é modificador do espaço local e também promotor de uma segregação sócio-espacial. Os visitantes ocasionais, de classes populares, entram em constantes conflitos com os proprietários de segundas residências, oriundos de classes médias, em um evidente processo de distinção social. A falta de infra-estrutura do balneário para os primeiros torna a estada do turista problemática e impactante, resultante em degradação ambiental. Um maior investimento do poder público municipal na infra-estrutura e para um maior incentivo da cidadania com relação aos excursionistas ocasionais traria um maior desenvolvimento local para a prática do turismo, pois esses mesmos turistas procuram um local para o relaxamento, longe do stress, procuram sentirem-se portadores de direitos.

### 1.1 Caracterização do turista

A caracterização dos freqüentadores da represa foi obtida através de entrevista com os freqüentadores concentrados na orla da represa, nos feriados de carnaval e Páscoa do ano de 2007. A abordagem aos freqüentadores foi feita de forma aleatória, havendo 18 respondentes.

Primeiramente foi verificada a média de idade para a criação de parâmetros de abordagem e desenvolvimento das questões:

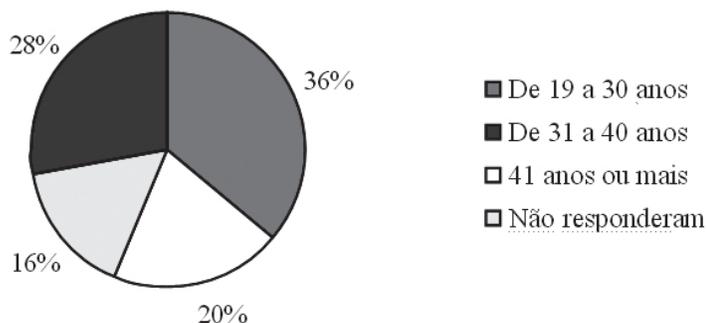
Quadro 1 Caracterização etária dos entrevistados.

| **Divisão dos entrevistados por idade** | | | | | | | | | | | **Média de idade** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Homens | 20 | 21 | 22 | 22 | 37 | 38 | 39 | 41 | 49 | 59 | 34,8 |
| Mulheres | 19 | 20 | 27 | 28 | 29 | 36 | 38 | 43 | 0 | 0 | 30 |

Devido a sua forma de pólo atrativo de turistas, também foi pesquisado as regiões e cidades das quais os turistas entrevistados eram oriundos:

Quadro II Municípios de origem dos entrevistados,

| **Divisão dos entrevistados por cidade** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cidade | Homens | Mulheres | Total | Porcentagem |
| Hortolândia | 3 | 2 | 5 | 27,78% |
| Rio claro | 2 | 0 | 2 | 11,11% |
| Mogi guaçu | 1 | 1 | 2 | 11,11% |
| Limeira | 1 | 1 | 2 | 11,11% |
| Araraquara | 2 | 3 | 5 | 27,78% |
| Indaiatuba | 1 | 0 | 1 | 5,56% |
| Campinas | 0 | 1 | 1 | 5,56% |
| **Total** | **10** | **8** | **18** | **100,00%** |

Importante, também, ao lado da faixa etária predominante, foi o percentual de pessoas que não quiseram responder o roteiro proposto, sendo a explicação da recusa das respostas o fato de estarem em seus momentos de lazer e diversão, não querendo dessa forma preocupar-se em formulação de conceitos para as suas respostas:

Quanto a escolaridade, a maior parte dos entrevistados possui o primeiro e segundo graus completos (78%, n=14) e nenhum dos entrevistados possuía nível superior, sendo que todos os entrevistados, de ambos os sexos, também afirmaram que já haviam parado com os estudos. Quanto ao poder aquisitivo, a renda mensal salarial na sua maioria concentra-se na faixa de 1 e 2 salários-mínimos (44%, n=8), seguida dos que ganham entre 3 e 5 salários-mínimos (28%, n=5) e os que recebem entre 6 e 10 salários-mínimos (28%, n=5), não sendo constatado nenhum entrevistado acima dessa faixa salarial.

No aspecto cultural, nos hábitos de leitura dos entrevistados houve o predomínio da leitura de jornais de circulação regional com um percentual de 39% (n=7) seguido de revistas com 22% (n=4). A taxa dos que não dispunham de nenhum tipo de suporte informacional pode ser considerada alta, na faixa dos 39% (n=7), números que indica que a programação televisiva continua sendo a melhor forma de comunicação e transmissão de informações para alcançar o grupo, haja vista todos afirmarem que assistem algum tipo de veiculação televisiva.

A construção de hábitos entre os freqüentadores evidenciou-se como um aspecto relevante, pois 61% (n=11) dos entrevistados disseram manter os mesmos hábitos de quando iniciaram suas idas ao balneário. Dentre tais hábitos, o acampamento pela orla da praia, o churrasco e o lazer aquático. Como para 28% (n=5) era a primeira vez que freqüentavam o local, não havia um hábito definido para exercitar, mas 11% (n=2) dos entrevistados afirmaram mudanças em seus hábitos como freqüentador, tais como, deixar de ir embora no mesmo dia de chegada e acampar no local; ou então, a mudança do local de acampamento naquela orla, procurando locais mais calmos e familiares, já que estas pessoas iniciaram o lazer no balneário quando ainda eram solteiras, acampando em locais mais procurados por jovens e, agora, já casados, procuram locais menos movimentados para apreciar a beleza da natureza e procurar a calma do local.

Quanto aos acompanhantes dos usuários da represa, a grande maioria (89%, n=16) estava no local acompanhada de familiares, outros 11% (n=2) afirmaram estarem acompanhados com familiares juntamente com amigos.

Todos os entrevistados afirmaram que se deslocam para o balneário por meios próprios, com carros ou motos, sendo que a moto foi pouco mencionada como meio de transporte, com apenas 6%. Este dado confirma as respostas dadas anteriormente, pois como a grande maioria vem ao local para lazer e divertimento em família, a moto não é o veículo mais apropriado, uma vez que, com a mesma, transporta-se, no máximo, duas pessoas; supondo que uma família que tenha apenas um filho tal deslocamento por esse meio de transporte já se tornaria inadequado. Não foi relatado nenhum deslocamento por ônibus de excursões, fato este observado *in loco*, uma vez que não foi visto em momento algum ônibus de excursões durante os dias das entrevistas.

Os entrevistados eram oriundos de localidades distantes no mínimo 50 km do balneário e acampam muitas vezes em condições precárias, geralmente, por dois dias no fim de semana, o sábado e o domingo ou mais, quando possível. Isso ocorre de uma a três vezes ao ano (44%, n=8), aproveitando-se, principalmente, feriados prolongados, festas dos finais de ano e carnaval, desfrutando-se o máximo possível de dias no local.

**Foto 1** Hábito de fazer churrasco durante a permanência no balneário Santo Antonio.

**Foto 2** Hábito do acampamento por parte dos freqüentadores do Balneário nos finais de semana e feriados prolongados.

**Foto 3** O consumo de bebidas alcoólicas e ingestão de alimentos faz parte dos hábitos dos freqüentadores do balneário.

**Foto 4** Grupo de freqüentadores do balneário Santo Antonio em reunião com amigos e familiares.

**Foto 5** Grupo de freqüentadores do balneário reunidos em família.

**Foto 6** Utilização de meios próprios para os deslocamentos até o balneário com veículos que acomodem o máximo de pessoas possível.

## 2. Aspectos comportamentais dos freqüentadores do balneário Santo Antonio

Quanto ao aspecto da habilidade aquática (saber nadar ou não), a maioria dos homens entrevistados afirmou que sabem nadar, com 80% (n=8), contra 37,5% (n=3) de mulheres que afirmaram o mesmo. A presunção masculina nessa habilidade gera a maioria dos acidentes aquáticos, pois 95% dos afogamentos acontecem com homens, sendo os registros do Corpo de Bombeiros. Em âmbito geral dos entrevistados, 61% (n=11) afirmou que sabe nadar.

**Quadro III** Habilidade na água separada por gêneros e em âmbito geral dos usuários do balneário Santo Antonio.

| Habilidade na água | Homem | Mulher | Total | % |
|---|---|---|---|---|
| Sabe nadar | 8 (80%) | 3 (37,5%) | 11 | 61% |
| Não sabe nadar | 2 (20%) | 5 (62,5%) | 7 | 39% |

Outro questionamento levantado à parcela de pessoas entrevistadas que afirmou não saber nadar, foi se, mesmo nessas condições, entravam nas águas da represa ou não. Foi observado que 85,8% (n=6) das pessoas que afirmaram não saber nadar entravam na água da mesma forma. Todos observaram que adotam medidas de segurança quando estão dentro d'água. Os outros 14,2% (n=1) afirmaram não se arriscavam a entrar na represa, mesmo que fosse em sua parte rasa, preferindo ficar do lado de fora todo o tempo em que permaneciam no balneário.

**Foto 7** Alguns usuários do balneário Santo Antonio entram nas águas da represa mesmo não sendo possuidor de habilidades aquáticas.

Da parcela dos entrevistados que afirmaram saber nadar, mas usavam bóias salva-vidas da mesma forma, observou-se uma desproporção acentuada nos números. Cerca de 91% (n=10) dos usuários responderam não usar bóias salva-vidas durante a recreação dentro da água, contra apenas 9% (n=1) que res-

ponderam que usava bóias salva-vidas quando em exercícios de natação. Porém, quanto às pessoas freqüentadoras do balneário que não sabem nadar e entram na água sem a bóia salva-vida, num clássico comportamento de risco, a percentagem chega a 71,50% (n=5) dos entrevistados contra 28,50%(n=2) dos que a utilizam, demonstrando a displicência dos primeiros que, com algumas medidas simples, poderiam evitar uma tragédia de dimensões irreversíveis.

**Quando IV** - Utilização de bóias salva-vidas pelos usuários do balneário que não sabem nadar separado por gênero.

| **Não sabem nadar** | **Homem** | **Mulher** | **Total** | **%** |
|---|---|---|---|---|
| Usam bóias salva-vidas | 0 | 2 | 2 | 28,5% |
| Não usam bóias salva-vidas | 2 | 3 | 5 | 71,5% |

## 2.1 Hábitos de consumo dos freqüentadores do balneário Santo Antonio

Quanto aos hábitos de consumo no balneário, iniciamos o roteiro de perguntas indagando sobre o consumo de bebidas alcoólicas durante a permanência dos usuários no local. 83% (n=15) dos entrevistados afirmaram consumir bebidas alcoólicas durante os momentos de permanência, contra 17% (n=3) que afirmaram ingerir somente água ou refrigerantes. O dado que merece ser destacado nesse tópico consiste que todos os entrevistados do sexo masculino afirmaram que ingerem bebidas alcoólicas no balneário (as bebidas citadas pelos usuários foram à cerveja, caipirinha, cachaça e vinho), o que torna claro que a mistura de bebida alcoólica com o excesso de autoconfiança por parte dos homens os colocam como as potenciais vítimas de acidentes por afogamento (como pode ser verificado nas estatísticas de óbitos por afogamento no balneário).

**Quadro V** Ingestão de bebidas alcoólicas durante a permanência no balneário dividido por gênero.

| **Ingestão de bebidas alcoólicas no balneário** | **Homem** | **Mulher** | **Total** | **%** |
|---|---|---|---|---|
| SIM | 10 | 5 | 15 | 83,0% |
| NÃO | 0 | 3 | 3 | 17,0% |

Outra questão levantada na pesquisa quanto aos hábitos de consumo foi a prática de entrar na água após as refeições ou então, após a ingestão de alimentos diversos, e 89%(n=16) dos entrevistados afirmaram não entrar na água após as alimentações por medo de morrer de "congestão", contra os outros 11%(n=2) que afirmaram não terem tal temor. O público feminino mostrou-se preocupado com a estética corporal e busca o balneário para bronzeamento e embelezamento do corpo. Outra preocupação é para com os filhos as que acompanham

durante a estada de lazer na orla da praia, o que as leva a tomar providências com a alimentação e bem estar dos mesmos, independentemente de idade ou situação financeira.

**Foto 8** A ingestão de bebidas alcoólicas durante a permanência no balneário é um dos fatores de influência no comportamento de risco.

Cerca de 66% (n=12) dos freqüentadores do balneário confiam nos serviços dos guarda-vidas, e 17% (n=3) são indiferentes quanto a essa questão. Apenas 17% (n=3) afirmaram não confiar nos serviços prestados pelos guarda-vidas. Uma pergunta relacionada a este tema foi a de identificação do órgão responsável pela contratação dos serviços dos guarda-vidas. Um grande percentual, 94% (n=17), não fazia idéia se os guarda-vidas eram funcionários da Prefeitura Municipal de Itirapina ou do Corpo de Bombeiros. Tal desconhecimento influenciou nas respostas dos entrevistados, pois os que achavam que os guarda-vidas eram bombeiros temiam uma apresentação na delegacia de polícia por desobediência ou desacato a autoridade, caso questionasse as orientações dos guarda-vidas. Ao saberem que os guarda-vidas eram funcionários civis, demonstraram certo desprezo, pois a ameaça de uma prisão já não os preocupava tanto.

**Foto 9** Corpo de Bombeiros atuando para pesquisa de um corpo desaparecido no balneário. O fato do balneário cobrar taxa de entrada obriga a contratação de guarda-vidas particulares.

Quanto à compreensão da sinalização do balneário, 83% (n=15) dos entrevistados afirmaram compreender totalmente a sinalização, sendo que todos os entrevistados afirmaram que respeitam essa sinalização. Dos freqüentadores entrevistados, 100% (n=18) afirmaram que respeitam a sinalização atual do balneário; porém, a maioria (67%, n=12) entende que essa sinalização poderia ser melhorada, principalmente no tocante às placas e locais de acampamento. Todos foram unânimes em dizer que a melhoria da infra-estrutura do balneário deva ser considerada uma medida urgente.

Foi proposto aos usuários abordados durante a pesquisa que propusessem soluções e idéias para que se evitassem novos afogamentos no balneário, principalmente nos dias de maior movimento. As opiniões expressadas encontram-se no quadro abaixo.

**Quadro VI** Opiniões apresentadas pelos usuários do balneário Santo Antonio para a diminuição do número de afogamentos durante os dias de grande movimento.

| Opinião apresentada | Homens | Mulheres | Total | % |
|---|---|---|---|---|
| Cartilhas informativas / mais placas de sinalização | 5 | 1 | 6 | 33% |
| Aumentar o número de guarda-vidas | 1 | 3 | 4 | 22% |
| Aplicação de advertências / repreensões / expulsão do balneário | 2 | 0 | 2 | 11% |
| Diminuição do consumo de bebidas alcoólicas | 3 | 3 | 6 | 33% |
| Orientações verbais por monitores e guarda-vidas espalhados pelo balneário | 2 | 0 | 2 | 11% |
| Maior respeito pelas placas de sinalização / mais conscientização | 4 | 0 | 4 | 22% |

Outro questionamento feito foi em relação a experiências pretéritas de um quase afogamento. Cerca de 50% das experiências narradas foram causadas por pura displicência em represas, mar ou piscinas, tais como alcançar a parte mais funda do local sem saber nadar, nadar em correntezas, embriaguez, ondas do mar, dentre outras. Os outros 50% das experiências foram causadas por motivos diversos.

Finalmente, a última questão feita aos usuários do balneário através do roteiro de perguntas foi no tocante a reação de cada pessoa diante um afogamento em curso. A grande maioria (83%, n=15) afirmou que, se presenciasse um afogamento, imediatamente pediria ajuda aos guarda-vidas ou outras pessoas próximas no momento e que, em hipótese alguma, entraria na água para tentar efetuar um salvamento. Assim, prepondera o desejo de preservar a própria ante o drama alheio; porém, 11% (n=2) responderam que entrariam na água para tentar ajudar a pessoa em curso de afogamento, mesmo ciente do perigo de se afogar juntamente com a vítima a ser salva.

**Foto 10** Dentre vários motivos, a displicência na água pode levar a um acidente fatal.

## 2.2 Práticas de lazer no local

Os turistas da Represa do Lobo praticam o turismo de massa. A concentração de pessoas é um fator de atração para tais turistas, que se deslocam em grupos de amigos ou família usando veículos próprios. Entre as mulheres, a maioria é de donas-de-casa, com idade variando entre 20 e 40 anos. Entre os homens, a instrução varia entre o 1º grau incompleto até o 2º grau.

A procura pelo local objetiva passarem momento agradáveis de lazer com a família e amigos, sendo esse o principal motivo que atrai esses turistas sazonais, além do baixo custo das atividades de lazer ali desenvolvidas, onde a recreação torna-se pouco onerosa. A ingestão de variadas bebidas alcoólicas, tanto em teor como em quantidade, principalmente por parte dos homens, suscita a alteração de comportamentos e desrespeito a regras já pré-estabelecidas do balneário e até mesmo das regras de convivência intragrupo no balneário, pois são inúmeras as brigas e depredações no local, principalmente no período noturno.

As distinções do município de origem do entrevistado não comprovaram que essa era um fator relevante para corresponder a comportamentos de risco. Mas, as brincadeiras relacionadas à virilidade, sim. No caso dos freqüentadores do balneário, após a ingestão de grandes quantidades de bebidas alcoólicas ou outras substâncias alucinógenas, homens desafiam alguém de seu próprio grupo social para nadar até o outro lado da represa; mesmo não ocorrendo esse desafio, o indivíduo por si só resolve transpor a represa nadando, perdendo a noção da distância, profundidade e capacidade física correspondente para realizar o feito, o que também tem vinculações com o conjunto de valores do universo masculino. A tradição discrimina entre o "iniciado" e o "outro", ou seja, o outro é toda pessoa que não pertence ao grupo social de convívio inserido naquele determinado momento, assim ele precisa ser "iniciado" para que o seu caráter seja assegurado e ele aceito ou confirmado perante esse grupo (GIDDENS, 1991); nas circunstâncias estudadas, isso se dá, através, por exemplo, das travessias de uma represa a nado. Para sua aceitação no grupo, como um "amigo", decide desafiar a natureza e seus próprios limites e um acidente por afogamento diante desse comportamento de risco, ressaltando que muitas vezes esse acidente pode ser fatal, não gera a comoção devido à relação de estranhamento que persistiu.

O grupo ao qual o indivíduo fatalmente acidentado pertence, e não àquele com o qual quis se integrar, transferirá toda a culpa do fatídico acidente ou na própria vítima (pois esta desafiou uma verdade formular do grupo) ou então no sistema abstrato local (nesse caso, o guarda-vidas) pelo fato de sua morte. Os grupos de pertencimento e de busca de adesão isentam-se de responsabilidades.

A autoridade do exemplo (guarda-vidas) é um fenômeno produzido pela instituição responsável pelo local, sendo essa autoridade legal apoiada na legalidade das normas em vigor. No caso do guarda-vidas, podemos dizer que seu perfil seja o de uma pessoa que tem um bom desempenho na água como nadador, podendo até "salvar" alguém que esteja afogando-se, mas sua especialidade se limita nesse ponto, não tendo domínio de outras técnicas profissionais como a ressuscitação cárdio-pulmonar, estabilização de coluna cervical, abordagem correta de uma pessoa em processo de afogamento, dentre outras, necessárias para um salvamento. É nesse contexto que se insere o profissional, indivíduo devidamente preparado para essa determinada situação (tanto fisicamente como psicologicamente) colocando em prática o conhecimento perito adquirido na sua profissionalização.

**Fotos 11 e 12** Profissionais do Corpo de Bombeiros se preparando para procurar corpo desaparecido.

Em balneários e espaços recreativos afins, os responsáveis contratam pessoas com tais habilidades específicas e não exatamente profissionais, pelo fato da mão-de-obra dos últimos ser mais onerosa.

A falta de preocupação em atentar para a sinalização referente os fatores de perigo, bem como o desejo de colocar "a prova" os guarda-vidas podem gerar decisões compulsivas por parte dos turistas e a soma da ingestão da bebida alcoólica e a displicência ao nadar são os meios de realizar tal teste ao custo da própria vida.

No caso da displicência chegamos à notável marca de 50% (n=9) dos entrevistados terem entrado em um processo de afogamento por puro descuido (avançar sinalizações atingindo locais mais profundos, não usar coletes salva-vidas, demonstração para uma possível afirmação perante o grupo). O excesso de consumo de bebidas alcoólicas, reconhecido como prática usual do próprio entrevistado (n=2) agia desfavoravelmente em suas relações sociais, desde o

descuido para com os filhos, discussões familiares, discussões no grupo de amigos e outros. A vulnerabilidade do indivíduo acaba por se difundir na vulnerabilidade de todos com os quais o mesmo interage.

## Conclusões e recomendações finais

O objetivo principal desse estudo foi trazer alguns aspectos do perfil sócio-econômico-cultural dos freqüentadores do balneário Santo Antonio, situado na represa do Lobo, balneário utilizado por grupos de baixo poder aquisitivo e onde ocorre o maior número de afogamentos registrados nos órgãos oficiais na região.

Após a análise das respostas dos freqüentadores do balneário ao roteiro da entrevista, intentando gerar subsídios para uma eventual campanha educativa visando diminuir os números de afogamentos, chegamos às seguintes sugestões:

a) Veículo de comunicação – O veículo de comunicação mais usado pelos freqüentadores do balneário ainda consiste em televisão seguida por leitura de jornais com circulação regional. Assim, se propõe a veiculação de medidas de segurança que podem ser adotadas quando no lazer aquático durante a programação das retransmissoras regionais (Emissoras Pioneiras de Televisão – EPTV e o SBT Ribeirão Preto), com cenas de advertências e também a inserção de algumas cenas de impacto maior, para um melhor espelhamento da situação usual de risco. Quanto à imprensa escrita, a publicação de notas e reportagens, principalmente em épocas de feriados e final de ano, com estatísticas, números e orientações para os leitores desse tipo de jornal, com linguagem fácil e elucidativa, para uma melhor orientação e na tentativa de se reduzir tanto o descaso por parte dos usuários no tocante ao respeito a sinalizações e guarda-vidas, bem como a mitigação de comportamentos de risco desnecessários e abusivos, principalmente quando em lazer e com um alto consumo de bebidas alcoólicas;

b) Horários para contatos – Foi comprovado que o melhor horário para uma campanha educativa corpo-a-corpo seria entre ás 08h00min e ás 12h00min, horário em que a maioria dos freqüentadores chega de suas cidades de origem para o lazer e em que a maioria ainda não fez uso de bebidas alcoólicas, o que torna o diálogo mais fácil e mais compreensivo por parte dos orientados. Também nesse horário foi comprovado que os freqüentadores estão mais pacientes e abertos a conselhos e diálogos de uma complexidade mais séria, mesmo estando em um ambiente de lazer e divertimento;

c) Os apelos educativos tornam-se mais impactantes, principalmente, com a veiculação de imagens de crianças e idosos, principalmente nas camadas mais simples da população, em que o respeito pelos pais, e pelos mais velhos em geral, consiste numa tradição seguida e passada de geração a geração. Tentar sensibilizar os usuários pelos vínculos familia-

res pode ter mais impacto do que a simples imposição de regras, as quais serão quebradas pelo fato de que tais pessoas, aos pagarem pelo acesso à represa, julgarem que não estão sujeitos a serem duramente enquadrados nelas pelos funcionários do local;

d) Campanhas visando à redução de afogamento devem ser voltadas prioritariamente para o público masculino;

e) Campanhas envolvendo a segurança de crianças em brincadeiras na água e pessoas com seqüelas que sofreram conseqüências cerebrais após afogamentos (devido à hipoxia cerebral) também são recomendadas.

O incentivo para o turismo em massa por parte das autoridades públicas é evidente pela perspectiva de recursos adicionais para a localidade; porém investimentos em infra-estrutura e medidas de segurança muitas vezes não são compatíveis com a ânsia de impulsionar os negócios locais. A criação de mecanismos de penalização também para tais autoridades pode ser outra medida pertinente, pois incitaria um planejamento responsável do setor público para o turismo popular.

## Referências bibliográficas


**BECK, U.** Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. **Ulrick Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 177 p.**

BOYER, Pascal. 1990. **Tradition as truth and communication: a cognitive description of traditional discourse**. Cambridge: Cambridge University Press.

**BRUSEKE, F. J. Risco social, risco ambiental, risco individual.** Revista Ambiente & Sociedade. **Campinas, ano I, n. 01, p. 117-133, Jul / Dez. 1997.**

**GIDDENS, A.** As conseqüências da modernidade; **tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 264 p.**

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

**KARML, P. H. & PLASEK, M. (1972).** Técnicas de amostragem**. São Paulo, Atlas.**

**MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres.** Revista Ambiente & Sociedade. **Campinas, ano IV, n. 09, p. 93-114, Jul / Dez. 2001.**

**QUEIROZ, O. T. M. M.** Impactos das atividades turísticas em área de reservatório : uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da represa do lobo, município de Itirapina, SP. **2000. 237 f. Tese (Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental). São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 2000.**

**TUNDISI, J. G. et al. (1988). A utilização do conceito de bacia hidrográfica como unidade para a atualização de professores de ciências e geografia: o modelo Lobo (Broa), Brotas/ Itirapina. In: Tundisi, J. G. (ed.)** Limnologia e manejo de empresas. **V. 1, Tomo 2. São Carlos.**

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva *et. al*. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente as chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**. n. 44 e n. 45, p. 67-115, Jan./ Jul. 2004.

**VILELA, Jefferson José Maciel.** Tratamento estatístico sobre as mortes por afogamento no estado de São Paulo. O perfil do afogado no estado de São Paulo: estudo de caso – Perfil do afogado no litoral paulista. **1996. 107 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais I/96). São Paulo, Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1996.**

Capítulo 14

# A ira de Zeus: um estudo sobre os raios no imaginário social[1]

*Juliana Sartori*

## Introdução

O medo e o mistério associados aos fenômenos que advém da natureza sempre constituíram parcela do imaginário humano. Desde os primórdios, no âmbito das diversas sociedades, as pessoas buscavam explicações para seus medos, e hoje, assim como antigamente, condicionam determinadas práticas ao tamanho do temor de certos elementos relacionados às mesmas. Os raios são um desses elementos que atemorizam, individual e coletivamente, muitas sociedades. Contudo, as representações sobre os raios, vinculadas à profundeza das tradições, são variadas, moldando condutas que, com o passar do tempo, se tornam naturalizadas.

O Brasil se destaca como o país com o maior número de descargas elétricas no mundo, gerando, anualmente, vultosos danos em todo o país. O prejuízo material atinge a cifra de um bilhão de reais por ano e danos ambientais como, por exemplo, incêndios. Em termos dos prejuízos humanos, são contabilizadas cem mortes, e de trezentas a quatrocentas pessoas feridas nos últimos anos.

O presente capítulo tem por objetivo propor uma análise inicial sobre os significados que os raios adquirem no imaginário social, seja no discurso mitológico, no científico e no senso-comum. O propósito é suscitar a identificação da diversidade dos discursos em torno de tal fenômeno e as nuances das explicações que, eventualmente, pareçam similares.

## 1. Sociedade em descontrole

Vivemos atualmente numa sociedade que, aos poucos, vai se dando conta que não possui todos os elementos necessários para controlar a natureza. Para os desejosos de um controle pleno sobre as forças da natureza, tudo se passa como se esta se 'vingasse', eliminando as pretensões em dominá-la. Assim, afirma Jung: "*A despeito de nossa orgulhosa pretensão de dominar a natureza, ainda somos suas vítimas na medida em que não aprendemos nem a nos dominar. De maneira lenta, mas que parece fatal, atraímos o desastre*" (JUNG, 1996, p. 101).

O conhecimento técnico por si só, não controla a incidência dos fenômenos atmosféricos, não os pode domesticar. Pode explicá-los e criar técnicas que, numa medida limitada, controlar os seus impactos sobre o espaço da so-

1. Apoio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: FAPESP

ciedade. Assim se dá com as descargas elétricas que, em parte, são controláveis pelo meio técnico, visando reduzir seus transtornos, mas, noutra parte, ainda afetam a esmo poluções urbanas e rurais país afora.

O desastre é considerado como uma ruptura da normalidade da vida em sociedade. Por isso, existe uma dificuldade das descargas elétricas configurarem um fator de ameaça que atinja essa dimensão, uma vez que sua incidência, no mais das vezes, se dá de modo *pulverizado,* o que torna dramas isolados algo não passível de comoção pública. O desastre causado pelas descargas elétricas está fragmentado em diversas localidades, porém, os raios da nuvem para o solo são a principal causa de morte por fenômenos naturais após as enchentes (PINTO, 2008).

Nos casos de desastres relacionados às enchentes, deslizamentos de terra, entre outros, a vulnerabilidade nas quais as vítimas ficam expostas são perceptíveis e concentradas em um determinado território, por mais que após o desastre, essas pessoas se tornem "invisibilizadas" socialmente na condição de desabrigadas. Os desastres articulam *prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais* (VALENCIO, 2009). E ocorre como uma ruptura social e da relação com o meio físico (SIENA e VALENCIO, 2009). Quando, nessas circunstâncias, um indivíduo atingido por uma descarga elétrica proveniente de um raio sobrevive, terá de lidar com a necessidade de superação de medos que extrapola os aspectos socioeconômicos que condicionam a vulnerabilidade do grupo no qual se insere.

Atualmente existe uma estrutura de proteção contra os raios que consegue evitar que muitas pessoas sejam afetadas, diminuindo os prejuízos e danos econômicos. Mas não podemos partir do pressuposto de que exista um sistema 100% seguro, pois sempre há lacunas em sua estruturação, já que vivemos em uma sociedade na qual produzimos nossos riscos (BECK, 1997). As falhas do sistema serão aquilo mesmo a provocar a demanda pelo aprimoramento da técnica, por isso, é como se a sociedade estivesse espreitando o desastre para induzir um novo patamar de conhecimento aplicável.

Podemos perceber que existe níveis distintos de vulnerabilidade relacionada aos raios: há territórios que são mais ou menos suscetíveis às descargas elétricas, sendo que isso varia ao longo dos anos; há territórios rurais que, devido a maiores áreas descampadas, favorecem a ocorrência do fenômeno; em localidades urbanas, onde há sistemas de proteção mais efetivos, existem diversos locais como favelas, bairros mais pobres e prédios antigos que permanecem mais expostos à esse risco por não possuírem pára-raios em suas construções; campos de futebol são ocasionalmente palcos urbanos para essa modalidade de ameaça.

As representações em torno dos raios foram se modificando com o passar dos séculos e as práticas em torno desse elemento, também.

Em um dia quente de verão, uma nova descoberta se desvinculou de todas as formas explicativas do passado. Benjamin Franklin, com sua famosa experiência da pipa de papel durante uma tempestade, comprovou a existência da eletricidade. Com isso, modificou-se o panorama do medo em torno dos raios,

pois esse conhecimento possibilitou a invenção do pára-raios e sua disseminação, protegendo aqueles que a consumiram da desenfreada *"cólera dos deuses"*. Devemos evidenciar que essa descoberta não foi incorporada imediatamente. Tanto na América, quanto na Europa, pessoas protestaram contra essa "invenção pecaminosa" que interferia nos raios que Deus criou (STEVENS, 1964).

No panorama atual, é bem difundida a concepção de que um acúmulo de cargas elétricas na atmosfera produz um campo elétrico que, ao exceder a capacidade isolante do ar, faz com que ocorra a descarga elétrica (PINTO, 2008). Mas essa difusão confrontou antigas crenças e valores e, aos poucos, permitiu a mudança do *habitus* (cf. BOURDIEU, 2009), deflagrando maior confiança em transitar no meio que, sob as espessas nuvens negras, era visto como essencialmente hostil.

Não podemos considerar que o advento de novas explicações sobre fenômenos da natureza, como os raios, amoldam o senso-comum permitindo que esse se desvincule completamente das formas explicativas do passado. A disseminação e persistência do discurso científico em torno do fenômeno da descarga elétrica não superaram questionamentos que perturbam a alma humana, como o porquê o raio atinge uma pessoa e não outra. Algumas respostas se ainda persistem no imaginário social estão vinculadas a uma conotação de ordem moral, isto é, à crença de que exista uma punição divina ligada à má conduta que o indivíduo porventura teve, e que o responsabiliza e o estigmatiza por esse feito.

## 2. O imaginário

Na tentativa de compreender misteriosos fenômenos naturais, as mitologias de diferentes localidades evidenciavam os raios e os trovões como manifestações da ira divina contra o mau comportamento dos homens.

Na mitologia babilônica (continuação e desenvolvimento da mitologia suméria), acreditava-se que, na medida em que os ventos sopravam e a tempestade soltava seu rumor puro e áspero, as divindades guerreavam no céu. Adad ou Ishkur era o deus da tempestade, do raio e do trovão, da natureza, o senhor da visão. A bondade e a maldade coabitavam em seu ser, dependendo do comportamento dos homens.

Na sociedade grega arcaica, as práticas de julgamento se apresentavam de forma que "a *descoberta final da verdade seria transposta aos deuses. E seria Zeus, punindo o falso juramento, se fosse o caso, que teria com seu raio manifestado a verdade"* (FOUCAULT, 2005, p.33).

Zeus tinha o poder absoluto e somente a lei do Destino (Moros, filho da noite) se sobrepunha seu poder. Sua grandeza benéfica ou terrível se expressava no domínio que este tinha dos céus. Quando nasceu, Zeus foi amamentado por uma cabra chamada Amaltéia, pois foi criado por ninfas em uma caverna, sem o conhecimento de seu pai (que comia seus filhos assim que nasciam). Tanto na Grécia, quanto na China, a cabra simboliza o raio ou tem ligação com o deus do raio. Para eles, a estrela da cabra na *"constelação do cocheiro"* anunciava a chuva e a tempestade.

Ao compor seu acervo pessoal, Florestan Fernandes[2] agregou um interessante livro, datada da década de 1930, no qual Zeus é interpretado como uma divindade que simbolizava, ao mesmo tempo, a bondade, a justiça e o poder, e detinha o domínio sobre os raios. Zeus os utilizava quando os homens

> eram maus e davam sentenças iníquas, se expulsavam a justiça de seus corações e as sabedorias de seus espíritos; então furiosos dilúvios se abatiam sobre os campos, os rios transbordavam, os raios e trovões despedaçavam as nuvens, as tormentas varriam as encostas das montanhas e o funesto granizo destruía as colheitas (Coleção Deuses e Heróis da Grécia Antiga, 1938, p.15-16).

A mitologia romana descendeu da grega e, assim como Zeus, Júpiter detinha o poder do trovão e dos relâmpagos, que foram concedidos pelos Ciclopes, para vencer a tirania de seu pai Saturno.

Thor, deus da mitologia nórdica, foi igualmente conhecido como Donar, que significava trovão. Os germanos, quando ouviam um trovão proclamado nos céus, diziam que era o som do carro de Donar que percorria a abóbada celeste. E quando os raios surgiam à vista desse povo, diziam que Thor atirava seu martelo para punir seus inimigos. Mas Thor não simbolizava somente o poder destruidor das tempestades, mas os efeitos benéficos que as chuvas traziam, principalmente, para a agricultura.

Explicações em torno dos raios atravessaram muitas sociedades, dentre elas, as que diziam que os raios, bem como os trovões, seriam provocados por explosões de gás no meio das nuvens (STEVENS, 1964). No Brasil, antigas crenças populares ainda perseveram e que faz com que pessoas, durante as tempestades, não comam com garfo ou faca de metal, cubram os espelhos que existam dentro de casa, não façam trabalhos manuais com tesouras, pois acreditam que isso tudo atraia raios. Crê-se que algumas árvores que atraiam os raios como o carvalho, e que o loureiro os repila.

Uma crença muito difundida é a de que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. E, em diversas localidades, acredita-se na existência da *pedra-de-raio*, que seria trazida pelo raio e o trovão seria o barulho da pedra atravessando o ar. Com a força de um meteoro enterrar-se-ia na terra, na profundidade de sete *braças*; e, a cada ano que passasse, a pedra-de-raio subiria uma *braça*[3] até que uma pessoa privilegiada a encontrasse. Ao encontrar um objeto tomado pelo significado de pedra-de-raio, as pessoas as utilizavam como amuletos, ou mesmo as guardavam dentro de casa para proteger-se dos poderes do trovão e das

---

2. Tal acervo foi doado pela família de Florestan Fernandes para a Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos e permanece em uma sala de Coleções Especiais.

3. Braça: medida utilizada em várias localidades como em algumas regiões da França, Itália e em Portugal, assim como os africanos que viviam na Bahia, entre outros (CASCUDO, 1954).

tempestades, ou ainda, as utilizavam nas pontas de flecha e de machados (CASCUDO, 1954).

Em diversas passagens da Bíblia Sagrada, como no Livro de Jô, lê-se que Deus vê a tudo e a todos e sabe quem deverá ser beneficiado ou punido

> Deus entende o seu caminho e o seu lugar; porque ele vê as extremidades da terra; e vê tudo o que há debaixo dos céus. Quando deu peso ao vento e tomou a medida das águas; quando prescreveu uma lei para a chuva e para o relâmpago dos trovões, então a viu e a manifestou; estabeleceu-a e também a esquadrinhou. Mas disse ao homem: Eis que o temos do Senhor é a sabedoria, e apartar-se do mal é a inteligência (BÍBLIA SAGRADA, JÓ, 28, 23-28).

Na Igreja Católica têm-se a crença de queimar palhas secas no domingo de Ramos com a imagem de Santa Bárbara e São Jerônimo expostas, faz-se uma cruz com essas palhas e a prega na porta principal da casa com o intuito de protegê-la contra os raios e tempestades (CASCUDO, 1954).

A similaridade que se possa identificar nas explicações supra, as quais, por diversos meios, chegam até os dias atuais, se amalgamando na concepção de mundo do homem simples, é o que faz com que o indivíduo que venha morrer devido o fato de ser atingido por uma descarga elétrica seja suspeito de ter sofrido uma condenação sobrenatural. A força divina que o pune, o faz devido uma condenação moral já que infringiu determinadas regras de seu grupo social. Em termos sociológicos, é preciso atentar que a eventual dominância dessa representação social sobre o acontecimento se traduz numa morte socialmente diferenciada, capaz de estigmatizar o sujeito na memória coletiva e, por extensão, a sua família que, por vezes, acaba sendo excluída da convivência com o restante do grupo.

## Considerações Finais

O conhecimento científico sobre o fenômeno atmosférico dos raios está relativamente disponível bem como procedimentos para evitar danos referentes às descargas elétricas. No entanto, isso não descartou explicações e práticas alternativas. Ou seja, há, ainda, uma profusão de significados alternativos para essa manifestação da natureza e que levam diversos grupos, de diferentes sociedades e temporalidades, a adotarem medidas de proteção similares durante uma tempestade. Como por exemplo, o ato de cobrir o espelho, entre outros. Como esse fenômeno atmosférico tem sofrido incremento, mas o imaginário social tem suas explicações arraigadas, é necessário descobrir caminhos de diálogo entre esses saberes a fim de evitar mortes bem como estigmas aos que falecem devido às descargas elétricas que subitamente irrompem do céu contra si.

Por mais que consideremos, na atualidade, o senso-comum e o conhecimento científico como dois universos desagregados, esses dois podem coexistem nos indivíduos e nos diversos grupos sociais. A comprovação da veracidade de

um não anula a do outro, pois, o imaginário social e a razão científica respondem diferentes questionamentos da alma humana.

## Referências:


A BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus. 1998

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz 12ª edição. Editora Bertrand Brasil, 2009.

CASCUDO, Luis da Camara, 1898-1986. **Dicionário do folclore brasileiro.** Rio de Janeiro: Ministerio da Educacao e Cultura, 1954.

COLEÇÃO CULTURA CLÁSSICA. **Deuses e Heróis da Grécia Antiga**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira. 1938. (Coleção do acervo de Florestan Fernandes)

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. NAU Editora: Rio de Janeiro, 2005.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASCH, S. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

JUNG, Carl G. **O Homem e seus símbolos.** Tradução de Maria Lúcia Pinho 1ª edição especial. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1996.

PINTO, Osmar J.; PINTO, Iara R. **Relâmpagos.** 2ª Edição Ed. Brasiliense, 2008.

SIENA, Mariana; VALENCIO, N. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves. (Org.). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. 1 ed. São Carlos/SP: RiMa, 2009, v. 1.

STEVENS, W. O. **Cientistas famosos**. Editora lidador. 1ª edição. Tradução Mônica Barbosa. 1964.

VALENCIO, N. Da Morte da Quimera à procura de Pégaso: A importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves. (Org.). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. 1 ed. São Carlos/SP: RiMa, 2009, v. 1.

# Sobre os autores

**Arthur Valencio**, bacharelando do curso integrado de Física, Matemática e Matemática Aplicada e Computacional da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). e-mail: arthur_valencio@terra.com.br

**Beatriz Janine Cardoso Pavan**, socióloga, mestre em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos-USP. Pesquisadora do Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). e-mail: bia_pavan@yahoo.com.br

**Érico Soriano**, geógrafo, mestre em geografia pela Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (UNESP- Rio Claro), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, vinculado ao Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista CAPES. e-mail: ericogeo@yahoo.com.br

**Henrique Carmona Duval**, sociólogo, mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Araras), doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). e-mail: henriquecarmona@hotmail.com

**Juliana Sartori**, bacharelanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista FAPESP. e-mail: sartori_ju@hotmail.com

**Juliano Costa Gonçalves**, sociólogo, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutor em Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo (EESC-USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do Departamento de Economia da Fac. de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP/Araraquara. e-mail: julianogon@yahoo.com.br

**Karina Granado,** advogada, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, vinculado ao Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). e-mail: karina.granado@gmail.com

**Marcus Helder Gobetti,** Segundo Tenente QAOPM do 10° Batalhão da Polícia Militar do Interior de São Paulo, bacharel em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). e-mail: marcus_gobetti@yahoo.com.br

**Mariana Siena,** socióloga, mestre em Sociologia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista FAPESP. e-mail: mari_siena@yahoo.com.br

**Norma Valencio,** economista, mestre em Educação, doutora em Ciências Sociais. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar e do Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC/USP. e-mail: normaf@terra.com.br

**Raquel Duarte Venturato,** tecnóloga ambiental, mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Araras). Pesquisadora CNPq junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá do Ministério da Ciência e Tecnologia (IDSM/MCT). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). e-mail: quelvento@yahoo.com.br

**Sandra Felicidade Lopes da Silva,** psicóloga, consultora e psicoterapeuta de abordagem sistêmica. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da UFSCar. e-mail: sandra.happiness@terra.com.br

**Victor Marchezini,** sociólogo, mestre em Sociologia e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista FAPESP. e-mail: victor_marchezini@yahoo.com.br